

**REPRESENTAÇÕES
DE PODER
DO ESTADO
EM PORTUGAL
E NO IMPÉRIO**

1950 - 1974

Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes [eds.]

**REPRESENTAÇÕES
DE PODER
DE ESTADO
EM PORTUGAL
E NO IMPÉRIO**

1950 - 1974



Inauguração da Ponte sobre o Tejo,
Lisboa, 6 de Agosto de 1966 .
Imagem cedida pelo ANTT:
PT/TT/SNI/ARQF/RP-001/52475
Autor: não mencionado.

7	Introdução Fátima Moura Ferreira Eduardo Fernandes	126	Documentando politicamente a missão civilizadora imperial: o arquivo fotográfico da Companhia Diamang Márcia C. F. Oliveira
24	O Estado Novo através do País: obras públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez Fátima Moura Ferreira	149	Para uma ideia de liberdade e de democracia: o conjunto de habitação social em Benavente de Vítor Figueiredo (1962) Vanda Maldonado
47	A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder Eduardo Fernandes Rui Pereira	164	Corporativização do espaço rural: a esfera de ação dos grémios da lavoura no edificado corporativo Natália Pereira
81	Arquitetura em <i>contracorrente</i>: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo Rui Pereira Eduardo Fernandes	179	Portugal's urban design under the <i>Estado Novo</i>: foreign influences before and after the Second World War Christian von Oppen
97	Monumentalidade, internacionalismo e pluralidade: o Banco Nacional Ultramarino em Moçambique Elisiário Miranda	187	Arquitectura y Estado en España 1950-1975: de la autarquía a la transición Antonio S. Río Vázquez
		207	Bibliografia
		220	Biografias

Introdução

Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes

O livro que se apresenta é resultado do projeto de investigação “Representações de Poder de Estado em Portugal e no Império (1950–1974)”, desenvolvido no Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho (Lab2PT), entre 2015 e 2017. Entre os seus objetivos, o projeto visava dinamizar estudos cruzados entre a arquitetura e a história, a partir da mobilização de interesses, projetos e preocupações individuais, suscetíveis de estimular abordagens interdisciplinares no quadro de um horizonte comum de problematização – o das representações de poder. Daí que a publicação deva ser entendida como um exemplar de uma série mais vasta em construção.

O livro toma por objeto o estudo de expressões do poder de Estado, em diferentes escalas e latitudes: da Metrópole às Colónias, da Administração à Justiça, dos Grémios de Lavoura à habitação, entre 1950 a 1974. As balizas cronológicas devem ser entendidas não em sentido literal, mas antes como marcos que simbolizam a entrada num novo ciclo, desenhado pelo pós-guerra.

O livro que agora se edita surge na sequência de iniciativas anteriores, filiadas nessa aposta de criar uma dinâmica interdisciplinar efetiva entre a história e a arquitetura. Disso são exemplo a publicação *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português* (2016) e os seminários internacionais “Espaços Corporativos e Escalas Urbanas no Século XX” (27 e 28 de abril de 2015, Braga e Guimarães) e “Representações de Poder de Estado (1950–75)” (2 e 3 de dezembro de 2016, Guimarães).

¹ Parte do conjunto de estudos que aqui se apresenta fundamenta-se na base de dados elaborada pelos dois bolsiros de investigação que estiveram associados a este projeto, Natália Pereira e Rui Pereira, tendo como base a consulta dos registos do Diário do Governo (entre 01-01-1950 e 30-12-1974) e o Boletim do Comissariado do Desemprego/Obras Públicas (1950-1971), complementados com outras fontes.

Este conjunto de iniciativas permitiu o estudo cruzado das políticas faseadas de fomento (a partir dos anos 50, época que corresponde ao arranque do planeamento económico em Portugal, até ao fim da experiência ditatorial portuguesa e do império colonial) e de modernização em termos de distribuição espacial, níveis de investimento e lógicas de interesses. Permitiu ainda a análise das séries recenseadas de edificado coletivo (edifícios de administração, câmaras municipais, correios, agências da CGD, mercados, palácios de justiça, escolas, universidades e hospitais), no horizonte das culturas de modernização postas em ação, designadamente no que respeita à tensão latente entre desígnio moderno e tradição imposta.¹

Importa ressaltar, no entanto, que a partir deste conjunto de premissas comuns, a abordagem do tema “Representações de Poder de Estado” é realizada nos diferentes capítulos de formas muito diversas.

Em “*O Estado Novo através do País: obras públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez*” interpelam-se discursos e imagens produzidas sobre a ideologia das obras públicas, elegendo-se como espaço de observação privilegiado o Portugal da Província ou o País das Pequenas Pátrias, na terminologia vulgarizada entre os nacionalismos na viragem do século XIX e o ciclo de entre guerras. O itinerário analítico proposto toma por foco um conjunto de registos expressivos suscetíveis de mapearem algumas das linhas de força que norteiam as obras públicas, a partir do pós-guerra e meados dos anos 60, indiciadoras dos sentidos plurais que marcam o objeto de estudo.

Seguem-se dois textos que se complementam mutuamente: “A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder” e “Arquitetura em *contracorrente*: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo”. Em ambos os capítulos são analisados os processos políticos, administrativos e técnicos relacionados com as opções de projeto de alguns dos Palácios da Justiça construídos durante o período em estudo. Esta é uma tipologia onde a *Representação do Poder do Estado* tem grande evidência ao longo do arco temporal, quer do ponto de vista dos mecanismos de controlo quer do ponto de vista do impacto público. Foi dada especial ênfase à obra de Januário Godinho (no primeiro caso) e Rodrigues Lima (no segundo), os dois arquitetos com obra mais representativa para o Ministério da Justiça no período em estudo, não só porque são responsáveis pelo maior número de projetos de tribunais, mas também porque desenharam os edifícios mais emblemáticos, em Lisboa e Porto. Representam duas formas distintas de equacionar a questão da representatividade do poder

na arquitetura: mais conservadora, no caso de Rodrigues Lima, e mais flexível, no modo como se interpretam os ditames do Estado Novo, no caso de Januário Godinho.

Seguidamente, mudamos de latitude: os textos “Monumentalidade, internacionalismo e pluralidade: o Banco Nacional Ultramarino em Moçambique” e “Documentando politicamente a *missão civilizadora imperial*: o arquivo fotográfico da Companhia Diamang” abordam a questão da representação do poder de estado nas chamadas províncias ultramarinas, segundo diferentes perspetivas. No primeiro, analisa-se a produção arquitetónica do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Moçambique entre 1950 e 1975, um caso paradigmático de dimensão e qualidade únicas no contexto colonial daquela instituição bancária, exemplo da possibilidade de realização de arquitetura moderna qualificada num contexto colonial. No segundo, a análise do arquivo fotográfico da Diamang no Museu Nogueira da Silva evidencia a política de imagem dinamizada pela Companhia, no contexto da conjuntura internacional do pós-guerra, procurando legitimar a sua função civilizadora e assistencial como fundamento do domínio sobre o território.

Nos dois textos seguintes aborda-se uma outra escala da intervenção do poder de Estado, materializada em Portugal Continental, na habitação económica promovida pelas Casas do Povo e nos Grémios da Lavoura. Em “Para uma ideia de liberdade e de democracia: o conjunto de habitação social em Benavente de Vitor Figueiredo” encontramos o exemplo de uma peça particular e relevante da arquitetura produzida por iniciativa do Estado Novo, confirmando que estes foram, apesar de tudo, tempos de diversidade. Em “Corporativização do espaço rural: a esfera de ação dos grémios da lavoura no edificado corporativo” analisa-se a importância económica e social deste tipo de equipamentos inseridos no meio local. O foco em edifícios de promoção pública de menor escala pareceu-nos fundamental, em contraponto com os estudos anteriores, para complementar a abordagem dos mecanismos de controlo e intervenção do Estado.

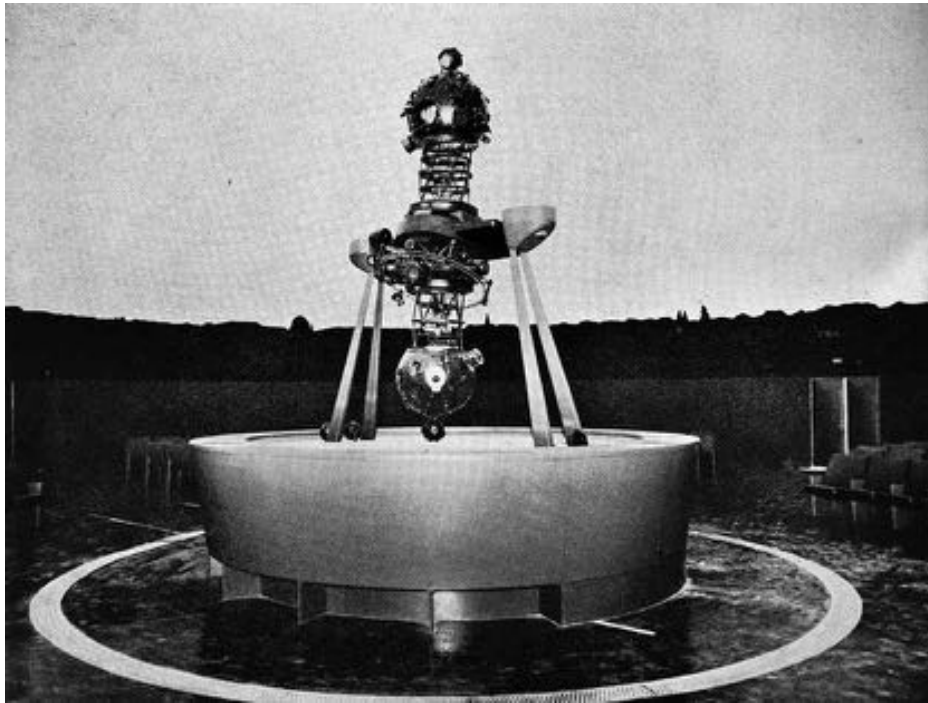
Finalmente, os textos de “Portugal’s urban design under the *Estado Novo*: foreign influences before and after the Second World War” e “Arquitectura y Estado en España 1950–1975: de la autarquía a la transición” fornecem uma visão exterior da questão da Representação do Poder do Estado. No primeiro caso, com uma visão panorâmica do desenho urbano português, antes e depois da Segunda Grande Guerra; no segundo, com o exemplo de uma realidade diferente, a da vizinha Espanha, onde o contexto político no período temporal em estudo tem evidentes pontos de contacto com o caso português, com reflexos evidentes na relação entre Representação do Poder de Estado e Arquitetura.

Em síntese, o estudo paralelo do conjunto das expressões projetadas, com maior ou menor escala e representatividade, construídas na metrópole e no império colonial permitiu constatar diferenças (e suas cambiantes) e apreender, em simultâneo, eventuais fissuras, zonas de contacto, hibridizações, referentes comuns. Complementarmente, equaciona-se a ação dos vários agentes envolvidos nos processos de desenho-aprovação-construção de alguns exemplos de obras públicas, permitindo perceber que a entidade a que genericamente se chama Estado Novo, neste contexto, não é unívoca; pelo contrário, estes processos resultam de um somatório de vontades e interpretações diversas, a partir de um conjunto de premissas que vão também evoluindo no tempo, ao longo do arco temporal analisado.

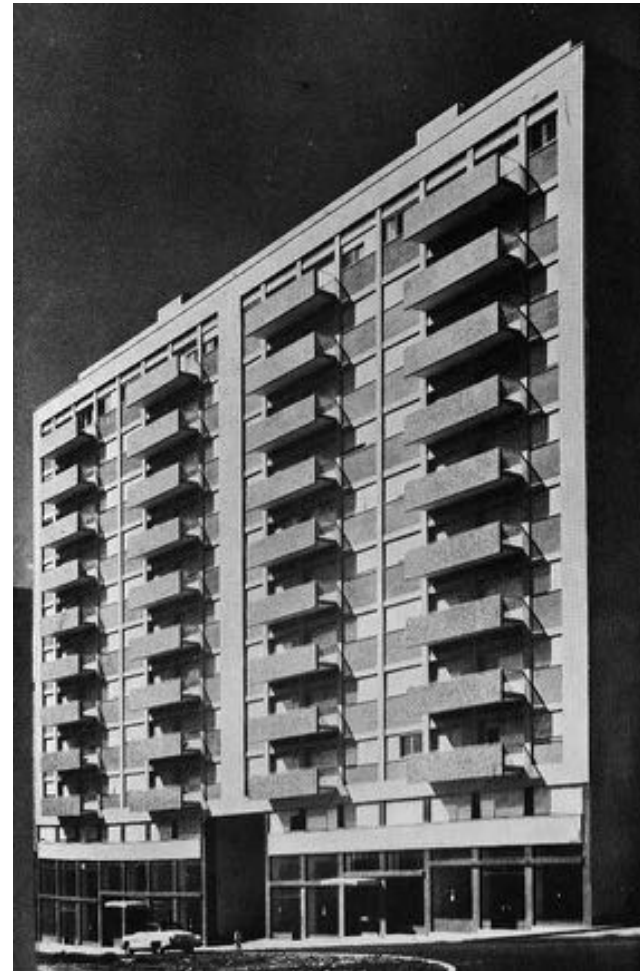
Pretende-se oferecer aqui uma visão plural, e segmentária, inevitavelmente incompleta, da problemática da *Representação do Poder de Estado* nesta época. Neste sentido procura-se desbravar caminho para posteriores investigações, apontando linhas de pesquisa que são plurais, pela especificidade das abordagens propostas, mas também pelo caráter vasto e abrangente do universo em estudo.



[Fig. 1] Pontão de Passô-Ovar
(Aveiro), Obras Públicas concluídas
no ano de 1962 (entre pp. 52-53)



[Fig. 2] Instrumentos de projeção,
Planetário Calouste Gulbenkian,
integrado no Museu da Marinha,
Obras Públicas concluídas no ano
de 1965 (entre pp. 40-41)

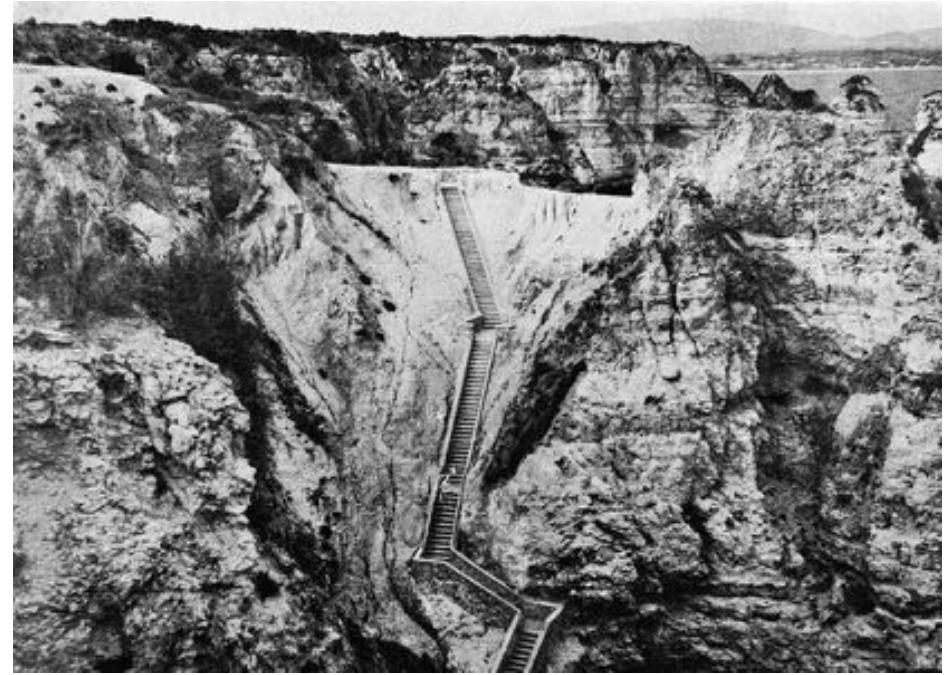


[Fig. 3] Bloco de habitações para
oficiais, Rua Conde Sabugosa
(Lisboa), Obras Públicas concluídas
no ano de 1962 (entre pp. 146-147)



[Fig. 4 a | b] Beneficiação de arruamentos na zona histórica da vila de Monção (Viana do Castelo), Obras Públicas concluídas no ano de 1968 (entre pp. 118-119)

[Fig. 5] Escadaria de acesso à ponte da Piedade – Lagos (Faro), Obras Públicas concluídas no ano de 1964 (entre pp. 102-103)





[Fig. 6] Construções de catacumbas nos cemitérios de Conceição de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo (Faro), Obras Públicas concluídas no ano de 1971 (entre pp. 133-134)

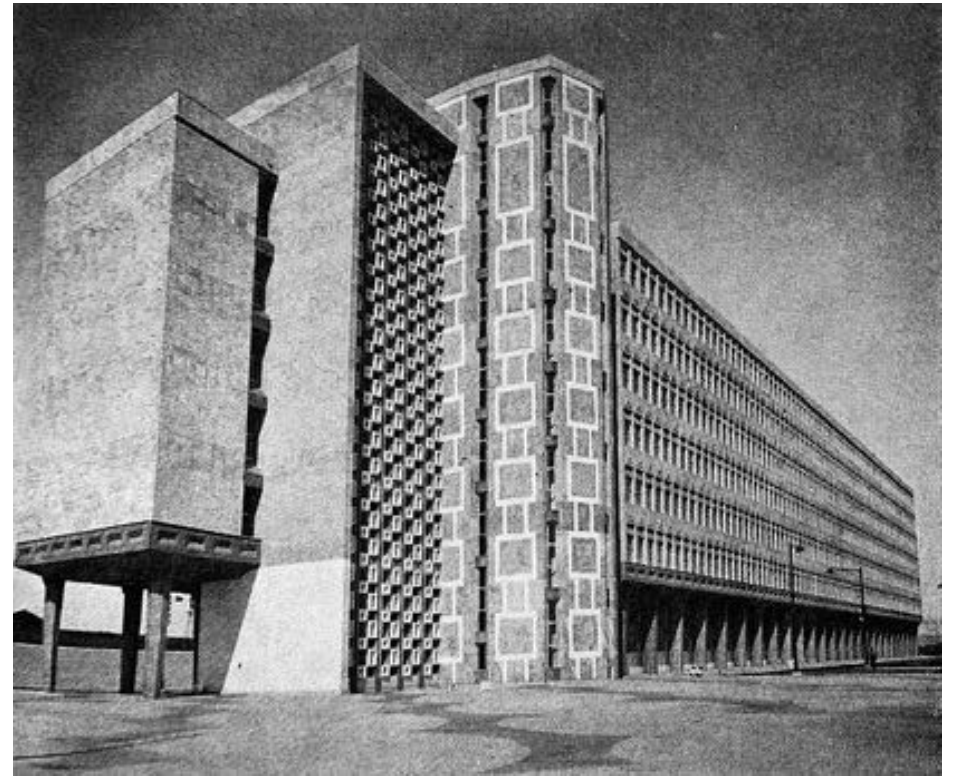


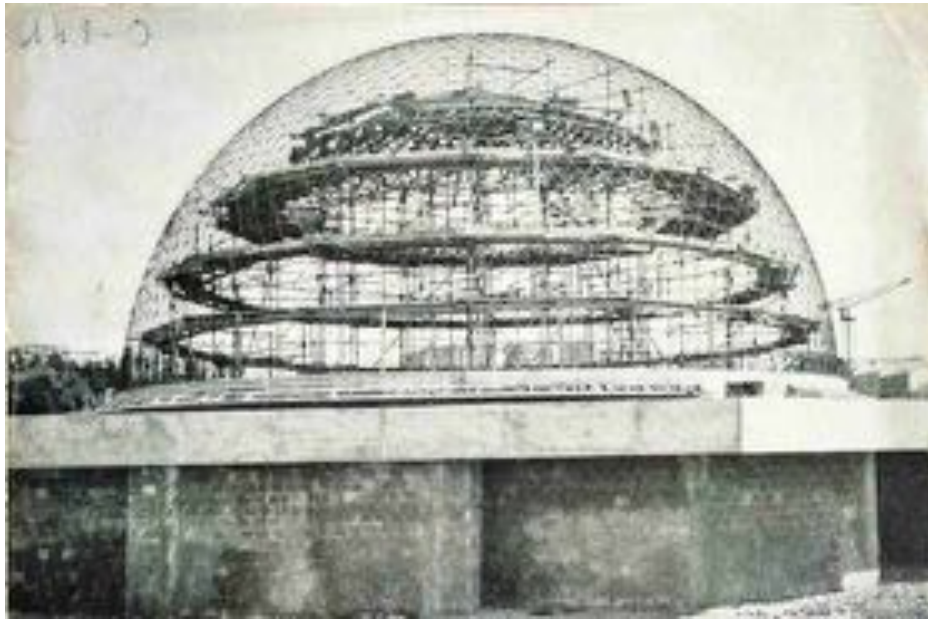
[Fig. 7] Abastecimento de água ao sector oriental de Lagoa (Faro) Obras Públicas concluídas no ano de 1969 (entre pp. 151-152)



[Fig. 8] Silo de livros, Biblioteca Nacional (Lisboa), Obras Públicas concluídas no ano de 1965 (entre pp. 158-159)

[Fig. 9] Aspeto da fachada principal do Tribunal, Palácio da Justiça (Lisboa), Obras Públicas concluídas no ano de 1970 (entre pp. 125-126)





[Fig. 10] Planetário Calouste Gulbenkian, Centro Científico e Cultural integrado no Museu da Marinha (1965), Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965



[Fig. 11] Aproveitamento hidroelétrico do Alto Rabagão – Barragem do Alto Cávado (Vila Real), Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965



[Fig. 12] Pormenor do acesso norte à Avenida Duarte Pacheco e autoestrada do Estoril, acessos à Ponte sobre o Tejo (maquete), Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1962



[Fig. 13] Acesso ao Aeroporto de Faro, E. N. 125-2, Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965

O Estado Novo através do País: obras públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez

Fátima Moura Ferreira

Apresentação

Em *O Estado Novo através do País* interpelam-se sentidos associados ao uso da imagética discursiva em publicações do Ministério das Obras Públicas (MOP), no ciclo balizado entre o pós-guerra e os inícios dos anos 70. O itinerário analítico tem por foco um *corpus* circunscrito, moldado sob o prisma privilegiado do ministério da tutela e que reproduz, em primeira instância, a perspetiva compartimentada adstrita ao modelo de governação salazarista.¹ Não obstante transcende-a em razão da centralidade que as obras públicas assumiram no dispositivo de poder do regime.

A imagem metafórica do *país ressurgido* constitui uma das expressões emblemáticas do desígnio *reconstrutivo* que caracterizou transversalmente o seu ciclo fundador. Esta reveste-se tanto mais significativa quanto rápida foi a sua disseminação, ao ponto de corporizar uma das marcas identitárias do regime ditatorial português.

A figura 14, datada de maio de 1936, é sugestiva do investimento precoce nas obras públicas como dispositivo de representificação do poder de Estado salazarista. Entre outras finalidades, destinava-se a fazer cumprir um duplo desiderato simbólico. Por um lado, a inscrever a presença da autoridade estatal sobre o território, em lugar da figuração diluída, escassa e empobrecida que esta registava até então. Por outro, dotar essa presença de uma aura simbólica suscetível de encarnar o espírito e a ação do regime – como o evoca a legenda da figura 14, na variedade dos equipamentos recenseados. Releve-se ainda que o elogio do edificado veiculava, nesta época, um enunciado ideológico preciso, ao visar imprimir (incutindo) a marca de rutura do tempo político coevo em relação ao passado



[Fig. 14] "O Estado Novo através do País. Escolas, Paços de Concelho e outros Edifícios Públicos que de Norte a Sul da Nossa Pátria testemunham o ressurgimento de Portugal". Fonte: Diário da Manhã, número comemorativo do X Ano da Revolução Nacional (28 de maio de 1936). Paços de concelho (7), escolas primárias (4), equipamentos de saúde (2), castelo, igreja-quartel, fonte-mercado e estação de tratamento de águas.

1 Entre o leque alargado de publicações afetas à tutela, a investigação tem subjacente a análise sistemática das séries que recenseiam a atividade global e anual do MOP e do Comissariado do Desemprego – organismo autónomo, criado junto ao então Ministério das Obras Públicas e Comunicações, em setembro de 1932, que se viria a revelar, na longa duração do regime, um importante instrumento na prossecução desta política, no quadro da comparticipação financeira e na disponibilização de mão-de-obra a programas de obras públicas. Destacam-se os relatórios anuais do MOP, a partir de 1951, e, em especial, a série *Obras Públicas Concluídas no Ano ...*, publicada em anexo ao *Boletim do Comissariado do Desemprego*.

2 Ver Margarida Acciaiuoli. *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1., Lisboa, 1991 (policopiado) e Maria João Baptista Neto. *Memória Propaganda e Poder. O Restauo dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001.

(próximo e distante) liberal. Neste sentido, pouco importava que os edifícios se reportassem a construções antigas, na sua maioria (cfr. Fig.14). O intervalo de dez anos (incluindo, frise-se, o intermezzo da ditadura militar, responsável pelo lançar das obras públicas como divisa) era ainda escasso para documentar a aspiração construtiva no *país das pequenas pátrias* – até então alicerçado predominantemente na restauração patrimonial e em alguns casos notáveis de construções de raiz concluídas na capital² (Instituto Superior Técnico e Instituto Nacional da Estatística), a exemplo do investimento prioritário nas comunicações (redes portuária e viária). O essencial era, pois, capitalizar a simbologia adstrita ao campo das obras públicas com o fim de exponenciar propagandisticamente a natureza singular do regime instituído – na esteira do espírito e traçado da legislação de fomento, promulgada entre o desfecho da Ditadura Militar e os primeiros anos do regime.³

3 Disso são exemplo os diplomas promulgados com o fim de belar a crise do desemprego como o ilustra exemplarmente a reorganização dos serviços do MOPC (decreto-lei nº 26.117, de 23 de novembro de 1935) e a colaboração prevista com as novas agências estatais, concretamente o Comissariado do Desemprego (decreto-lei nº 21.699, de 30 de setembro de 1932) e o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (decreto-lei nº 23.053, de 23 de setembro de 1933).

- 4 Ver, nomeadamente, a intervenção do deputado José Franco Frazão (1899–1963) no âmbito da “Discussão da Proposta de Lei sobre Reconstituição Económica, acompanhada do respetivo parecer da Câmara Corporativa” [em *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 27 de fevereiro de 1935, pp. 400–402], a respeito dos programas de reconstrução económica, combate ao desemprego e proteção social, em curso nomeadamente na URSS, USA, Itália, França, Inglaterra, Japão e México. Ver, ainda, as alternativas propostas ao citado projeto de lei do governo, sessões de 7 e 8 de fevereiro de 1935.
- 5 George L. Mosse. *The Nationalization of the Masses. Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 1974; Jeffrey Herf. *Reactionary modernism. Technology, culture, and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge: Cambridge University, 1984 e Roger Griffin. *Modernism and fascism: the sense of a beginning under Mussolini and Hitler*. London: Palgrave Macmillan, 2007. No contexto português ver Fernando Catroga. *A Geografia dos afetos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (Sécs. XIX-XX)*. Coimbra: Almedina, 2014 e Maria Isabel João. *Memória e império comemorações em Portugal (1880–1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2002.
- 6 José Manuel Fernandes. “Obras públicas” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. II, 1996, 676–679 e Lawrence J. Vale. *Architecture, power, and national identity*, New Haven/ /London, Yale University Press, 1992.
- 7 E.H. Gombrich. “Estilo”, in *Enciclopedia internacional de las ciencias sociales*, David L. Sills (dir.), vol. 4. Madrid: Aguilar, 1979, 497. Ver, ainda, a abordagem desenvolvida por Claudio Fogu neste âmbito em *The Historic Imaginary. Politics of History in Fascist Italy*. Toronto, University of Toronto Press Incorporated, 2003, 163–164.

Compaginando-se às tendências internacionais, o Estado Novo aderiu ao movimento generalizado de reconstrução das economias nacionais marcado, entre outras valências, pela ênfase depositada nos programas de obras e infraestruturas públicas, ancorados na mobilização concertada da engenharia, da arquitetura e das artes maiores, de acordo com as especificidades programáticas.⁴ A mensagem subliminar inscrita às grandes obras (construção de edifícios e infraestruturas de vulto) estendeu-se aos equipamentos dirigidos ao usufruto do maior número (planos e trabalhos de urbanização, habitação económica, rede escolar, edifícios públicos, abastecimento de água e outros programas coletivos), também eles suscetíveis de irradiar essa simbologia, ainda que atuante a uma outra escala. A breve trecho, monumentalidade e melhoramentos de proximidade acasalavam-se no sentido de contribuir para dar rosto à esteticização do político, na esteira do movimento posto em marcha pelos sistemas de propaganda, no período entre guerras.⁵

A análise no tempo de cartografias discursivas produzidas em torno da política de melhoramentos no país, na viragem dos anos 40 e inícios dos anos 70, constitui o fio condutor do presente estudo. A fotografia é aqui tomada como ilustração paradigmática dos usos discursivos da imagem, entendida em termos de duplo enunciado – entre o (in)visível e o (in)dizível – da ideologia das obras públicas, tida por um dos expoentes do universo auto representacional do regime. Dito por outras palavras, questiona-se o potencial simbólico e figurativo desta ideologia no sentido de influir para plasmar a relação piramidal e simbiótica do centro com a periferia, no interior da matriz autoritária, orgânica, corporativa e nacionalista do Estado Novo. Em simultâneo, exploram-se expressões representacionais do país das pequenas pátrias traçadas sob o prisma da relação de opostos que dá forma a princípios caros ao ideário salazarista. Esta espécie de gramática conceptual plástica é passível de ser retraduzida na série de opostos que sinteticamente se enuncia: monumentalidade versus simplicidade; moderno versus tradicional; urbano versus rural.⁶ Tomados globalmente, os marcadores da série materializam plasticamente sedimentos espaciais que condensam e projetam a trama representacional da ideia de país, moldada sob o espetro do ideário da nação orgânica, liderada pela capital do país. À maneira de camadas estratificadas consagram a hierarquia de escalas de grandeza concomitante ao designio de unidade e durabilidade do regime, em ordem à territorialização da respetiva matriz político-ideológica. Nesta ordem de ideias, concorrem para a imposição de um estilo, aqui entendido na aceção normativa que o termo encerra, seguindo Gombrich⁷, e que se diferencia das abordagens disciplinares que tomam por foco privilegiado a especificidade das linguagens estilísticas e arquitetónicas.⁸

Numa abordagem filiada na história cultural, o itinerário metodológico assentou, numa primeira etapa, na problematização do que era exibido e valorizado em termos de visualidade pelas agências do MOPC–MOP, no âmbito das ilustrações em estudo.⁹ Numa segunda etapa, o universo de imagens foi observado em diálogo com outros dispositivos e formações discursivas. A interceção desses cruzamentos no tempo permite esclarecer sentidos subjacentes à ideologia das obras públicas, muito em particular, no que toca à encenação representacional do país.

Como é sabido, Duarte Pacheco e António Ferro foram os protagonistas-símbolo deste vasto programa refundacional do país no seu propósito de consumir a pretensa excecionalidade do Estado Novo, no decurso do seu ciclo inaugural.¹⁰ Os ventos do pós-guerra arrastariam a sobrevivência de um legado manifestamente desigual destes dois criadores, sob a pressão ditada pela nova conjuntura internacional, que, sem beliscar a sua estrutura, impeliu a alterações formais do regime, uma vez reprimidos os sinais de oposição interna.¹¹ O declínio paulatino da crença na encenação ficcional do país articulou-se com a persistência do traçado de modernidade impresso à política das obras públicas pelo seu autor (falecido precocemente num acidente de viação em 1943).¹²

A breve trecho, porém, a imagem da política dos melhoramentos traçada retoricamente sob a égide dos interesses das populações entraria em falência, em concomitância aos sinais de recetividade que impeliam sobre a mudança do paradigma económico.

A afirmação paulatina da industrialização, a partir dos anos 50, articulada à fixação de objetivos de crescimento económico, a médio prazo, no quadro dos Planos de Fomento, colocaria os pilares do desenvolvimento sob a égide da economia e da arquitetura do planeamento.¹³ As obras públicas ganhariam um novo élan propulsor no âmbito das dotações orçamentais atribuídas pelos Planos de Fomento a obras de infraestruturas, transportes e comunicações que se arrastariam, a breve trecho, a outras áreas de governação relativas ao ensino, habitação económica, saúde e justiça,¹⁴ sintomáticas da entrada do país no ciclo *dourado* da modernização.

O capítulo estrutura-se em 3 momentos. O primeiro apresenta um quadro panorâmico sobre a imagem das obras públicas nos finais dos anos 40, indiciador do relevo atribuído às novas construções, em contraponto à ênfase ideológica na restauração patrimonial. Em simultâneo, analisa-se um conjunto de indicadores expressivos das dinâmicas que atravessam o Ministério das Obras Públicas (MOP), entre os meados da década de 40 e os finais da década de 60. Estes atestam o adensamento da visão global sobre o setor, na senda do modelo instituído pelo seu mentor (Duarte Pacheco). A segunda e a terceira secções respeitam a dois

- 8 Joana Brites. “Entre o poder da arte e a arte do poder: Modernismo versus neoclassicismo monumentalista na arquitetura das décadas de 1920 a 1940?” *Revista Portuguesa de História* t. XXXVII (2005), 428–430 e idem *O Capital da Arquitetura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929–1970*. Lisboa: Prosafeita, 2014. Numa perspetiva da história da arquitetura ver Ana Tostões. *Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997; idem “Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitetura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais”, em Margarida Alcáida e Maria Inácia Teles Grilo (coord.), *Caminhos do Património*. Lisboa, DGEMN, 1999, 133–150; e José Manuel Fernandes. *Português Suave. Arquiteturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003.
- 9 António Sena. *História da Imagem Fotográfica em Portugal 1839–1997*. Porto: Porto Editora, 1988, 257; Emília Tavares. “Para uma História da Fotografia Portuguesa entre 1939 e 1970: esboço de uma contextualização”. 33PontodeAcesso, Salvador, v.10, n.3, 37–39, 2016, www.pontodeacesso.ci.ufba.br e Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (org.). *Política, nação e edição: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII–XX – o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.
- 10 Jorge Ramos do Ó. *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933–1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, Margarida Acciaiuoli. *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes... e E. W. Sapega. Consensus and Debate in Salazar’s Portugal. Visual and Literary Negotiations of the National Text, 1933–1948*. University Park: Pennsylvania State UP, 2008.
- 11 Fernando Rosas. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (eds). *Corporativismo, Fascismo, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.

12 Na esteira da criação orgânica do megaministério Obras Públicas e Comunicações (1932), acompanhada pela implementação de uma cultura de planeamento, projeto e gestão que revolucionaram as práticas do sistema técnico-burocrático das obras públicas no país, impostas superior e centralmente, cfr. Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de Almeida, *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

13 José Maria Brandão de Brito. *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948–1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

14 A dotação fixada no I Plano de Fomento relativa às áreas mencionadas situava-se em 34,6% e 32,1%, cfr. Ana Tostões. “Ministério das Obras Públicas”, em Fernando Rosas e José Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. II, 1996, 587. Ver desenvolvimentos em Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito em “Política económica, industrialização e crescimento”, em Fernando Rosas (ed.), *Portugal e o Estado Novo (1930–1960)*. Lisboa: Presença 1992, 306–351; Luís V. Baptista. *Cidade e Habitação Social: O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999; e José António Bandeirinha. “Construir uma política da habitação num contexto adverso. O colóquio de 1969”, em *Habitação para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950–1980*. Lisboa: IHRU e CML, 2013.

estudos de caso, espaçados no tempo, referentes ao ideário das obras públicas. Ambos têm por base publicações de responsabilidade do MOP, filiadas em géneros distintos, ainda que complementares. No primeiro caso o fulcro da análise incide sobre uma obra panegírica, de grande formato (33 cm), semelhante a tantas outras, patrocinadas por agências governamentais e/ou pelo Secretariado de Propaganda Nacional, publicada sob o signo do 25º aniversário da Revolução Nacional. No segundo caso, o universo do estudo tem por base a análise da série anexa ao *Boletim do Comissariado do Desemprego*, intitulada *Obras Públicas concluídas no ano ...*, de recorte informativo/propagandístico.

O itinerário metodológico adotado é comum a ambas as partes. Através da análise fina dos materiais pretende-se inquirir imagens e expectativas projetadas sobre o país em 1953 e entre os finais dos anos 50 e os finais dos anos 60, reveladoras de traços de continuidade com o imaginário representacional do passado recente e/ou indiciadoras da emergência de sinais de mutação, em concomitância com as dinâmicas de modernização. Particular relevo é atribuída à análise da cartografia visual pois portadora, eventualmente, de sentidos discursivos multiformes que não se esgotam na correspondência linear entre o dizível e o visível. O capítulo encerra com um apontamento conclusivo sumário.

Obras Públicas e melhoramentos regionais, entre a viragem dos anos 40 e os finais dos anos 60

“A guerra, esse monstro de que falava Vieira, tem sido minha aliada nesta campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria, pelas dificuldades que trouxe à vida nacional; porque as dificuldades analisadas à posteriori ganham em evidência, embora a análise perca em oportunidade.”

J.N. Ferreira Dias Júnior. *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, 1945, 170.¹⁵

“Assim, a um aglomerado, ainda que pequeno, possuindo boa água de abastecimento, estrada ou caminho que o ligue à rede rodoviária nacional e escola para educação das crianças, não tardará a chegar o saneamento, a assistência médica, a eletrificação, o telefone, o mercado ... e pouco a pouco, transformando-se a sua própria mentalidade, os habitantes criarão confiança em si próprios, orgulho de pertencerem à comunidade da Nação.”

Excerto do discurso de Ministro das Obras Públicas, no primeiro dia da visita ao distrito de Braga, 29 de outubro de 1947.¹⁶

Em finais de outubro de 1947, José Frederico Ulrich, recém-nomeado ministro das Obras Públicas, concluiu no distrito de Braga um periplo às regiões do país.¹⁷ A digressão apresentava objetivos imediatos relacionados com a avaliação no terreno da política de melhoramentos regionais e a recolha de materiais de estudo afim de programar as obras a realizar no quinquénio. Destinava-se ainda a proporcionar os habituais espaços de interação com as elites dirigentes locais e de encontro com as populações, na esteira das práticas ritualísticas que caracterizavam o modelo das relações de poder com a periferia, no seu propósito a cimentar fidelidades e exibir a suposta coesão do regime no Portugal da província.

A peregrinação pelo país traduziu-se na visita a 200 concelhos e na cobertura de cerca de ¾ da superfície do território metropolitano. Concentrada no segundo semestre do ano, desdobrou-se numa série de jornadas às sedes e a localidades dos distritos, de duração variável, entre dois a quatro dias, contribuindo para dar visibilidade mediática ao protagonismo das obras públicas enquanto expressão material do paradigma do progresso salazarista.¹⁸ A iniciativa era parte integrante da estratégia de marketing desenhada pela tutela, no quadro do anúncio da agenda celebratória para o ano de 1948, sob a superintendência da Presidência do Conselho.

15 Lisboa: Livraria Clássica Editora.

16 “«Não foi por mero acaso que coube a Braga o fecho da minha longa peregrinação pelo país». O importante discurso do Ministro das Obras Públicas”, *Correio do Minho*, 30–10–1947, pp. I e IV.

17 A nomeação do engenheiro civil José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich (Lisboa, 1905–1982), licenciado pelo Instituto Superior Técnico, refletia a escolha de Oliveira Salazar numa figura entrosada na engrenagem técnica e política do setor. O jovem ministro, então com 42 anos, aliava a experiência técnica e profissional granjeada no MOPC, onde iniciara atividade na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, entre 1932–1935, passando depois para a direcção de serviços especializados da Câmara Municipal de Lisboa, à prática política e governativa adquirida na qualidade de chefe de gabinete do ministro Duarte Pacheco (1943) e de secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações (1944–1947). Nomeado presidente da Junta Nacional de Energia Nuclear, na sequência do fim do mandato ministerial de sete anos, J. F. Ulrich conservaria uma ligação privilegiada ao delineamento das políticas públicas, enquanto procurador da Câmara Corporativa (entre a VI e a XI legislaturas), sendo responsável pela elaboração de pareceres setoriais relativos aos Projetos de Planos de Fomento http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf_Ulrich_Jose_Frederico_do_casal_ribeiro.pdf.

18 A digressão distribuiu-se pelos distritos de Portalegre e Beja, maio; Castelo Branco, junho; Guarda, Viseu e Leiria, julho; Santarém e Lisboa, agosto; Aveiro e Setúbal, setembro; Coimbra e Braga, outubro; de acordo com o levantamento efetuado no jornal *Correio do Minho*, porta voz regional do partido do regime, *União Nacional*, entre março a outubro de 1947.

19 Para uma visão alargada a respeito da importância destes congressos ver Maria de Lourdes Rodrigues e Sandra Pereira. “Congressos e Engenharia” e José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo. “Congressos e exposições industriais”, respetivamente em Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (direção). *Dicionário de História do Estado Novo*, II, 186-188 e 192-195 e João Afonso. “O Encontro Nacional de Arquitectos: Tomar consciência da sociedade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 91, 2010, 27–39.

20 *Roteiro da exposição de obras públicas da região do Porto* [promovida pela Câmara Municipal do Porto em colaboração do Ministério das Obras Públicas]. Porto: Câmara Municipal/Palácio de Cristal, 1949. Ver, ainda, o álbum da Casa Alvão composto de 30 imagens atinentes à referida exposição, inaugurada no Palácio de Cristal, a 9 de janeiro de 1949, Arquivo Histórico do Porto, <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/388858>

21 Ver Ana Margarida de Bastos Ambrósio Pessoa Fragoço. *Formas e expressões da comunicação visual em Portugal. Contributo para o estudo da cultura visual do século XX, através das publicações periódicas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de doutor em design, 2010.

22 Disso é exemplo a visita guiada à Exposição a cargo do ministro das Obras Públicas reservada ao corpo de jornalistas, no último dia do certame. Entre os materiais de divulgação destaca-se a obra *15 Anos de Obras Públicas (1932–1947)*. *Livro de Ouro* (vol. I); *Exposição de Obras Públicas; II Congresso Nacional de Engenharia; II Congresso Nacional de Arquitectura* (vol. II). Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1947. Conta-se ainda a produção de 2 documentários e a publicação de 46 folhetos e livros focados em aspetos parcelares da reconstrução material do país.

23 Daí se excluir do espetro da análise outras leituras de cariz mais erudito e/ou monumental como é exemplo a obra em 2 volumes, *15 Anos de Obras Públicas (1932–1947)*.

Entre o leque da programação de cariz mais mediático constava a organização de um aparato certame expositivo, a inaugurar no dia do 15º aniversário do primeiro governo presidido por Oliveira Salazar, a par da realização dos congressos nacionais de engenharia e de arquitetura, na esteira das diligências promovidas pelo ministro J. F. Ulrich. O elogio da ciência e da técnica associava-se à celebração estética e propagandística da obra de reconstrução e fomento nacionais, que elegia, pela primeira vez, o espetro largo das obras públicas como tema comemorativo. Neste horizonte é de relevar a visibilidade atribuída aos segmentos socioprofissionais implicados na credibilização técnica das obras públicas, meio de potenciar o impacto social da gesta comemorativa. Desta feita, o leque de protagonistas habituais (atores políticos, corpos administrativos e agências governamentais) foi expressivamente alargado a outras categorias, concretamente técnicas e empresariais.¹⁹

O MOP concorria desta forma, enfaticamente, para a estratégia de revitalização do regime, em resposta à turbulência sociopolítica que se manifestara nos anos imediatos ao fim do conflito mundial. Ao mesmo tempo, dava-se continuidade à matriz propagandística do regime, mediante a reatualização das práticas comemoracionistas tidas por um dos esteios privilegiados da política de autoengrandecimento do Estado Novo, centrada, por excelência, na capital do país e do império. Talvez daí o lugar de menoridade que a *Exposição de Obras Públicas da Região do Porto* revestiu. Inaugurada em janeiro do ano seguinte (1949), espelhou um estatuto de subalternidade que denotava porém a aspiração de notoriedade perseguida pela segunda cidade do país.²⁰ A seu modo, não deixava de constituir uma potencial ameaça ao estilhaçar da imagem de liderança e hierarquia ordeiras, cara ao ideário do Estado Novo – eloquentemente sugerida pela ambiência de repressão latente que pairava sob a Assembleia Nacional a pretexto de investidas de cariz regionalista, tidas como expressão de um bairrismo pernicioso ao supremo interesse nacional.

A análise a traço grosso dos suportes propagandísticos utilizados no programa comemorativo da política de obras públicas deixa antever a continuidade dos dispositivos comunicacionais característicos aos grandes eventos – agora beneficiados pelos progressos e desenvolvimentos das linguagens gráficas, artísticas e estéticas, registados no contexto do pós-guerra.²¹ Referimo-nos, em concreto, às produções cinematográfica e expositiva, a par da edição de publicações de formato diverso (livros, brochuras, catálogos, estudos monográficos), concomitantes à crescente *expertise* atingida no domínio das técnicas comunicacionais.²²

Vale a pena fixar a atenção em duas das leituras oferecidas a respeito da *Exposição*. . . pois sugestivas do conceito nodal que presidiu ao discurso comunicacional do ato comemorativo.²³

A primeira tem por base os textos introdutórios ao *Guia da Exposição de Obras Públicas, 1932–1947*,²⁴ publicação que, como o título o sugere, tinha por finalidade explanar o plano geral da exposição e a planta do respetivo evento.

Melhoramentos Primordiais para a Vida das Populações é o título do texto inicial, na designação atribuída pela comissão executiva da exposição.²⁵ Trata-se da reprodução do discurso do ministro das Obras Públicas, proferido aquando do desfecho da *peregrinação ao país*, em outubro de 1947 (atrás referido). A escolha longe de se afigurar arbitrária condensava a visão dominante que se pretendia fazer passar sobre os *15 anos* da obra de reconstrução nacional, delimitada, assim se pretendia fazer crer, sob a égide dos interesses das populações.

Mas qual o significado revestido pela expressão *vida das populações* na retórica política e comunicacional do regime? De que modo a expressão se refletia em termos de prioridades entre a amálgama de programas cobertos pelas obras públicas?

Na perspetiva do ministro da tutela, a mudança da fisionomia do país traduzia o investimento realizado nos programas que eram destinados preferencialmente às populações – cobertos, na nomenclatura do MOP, pelas rubricas *melhoramentos urbanos* e *melhoramentos rurais*. Estes consubstanciavam-se nas obras relativas a estradas e caminhos, ao abastecimento de água e às escolas. O segundo texto do catálogo, *A Exposição de Obras Públicas*, de autoria do presidente da respetiva comissão executiva, apresentava um mapeamento da narrativa expositiva. Dos três núcleos centrais da mostra – *Urbanização, Hidráulica e Comunicações* – Eduardo Rodrigues de Carvalho destacava o campo da urbanização, repartido entre os subdomínios *Edifícios e Monumentos*, e *Problema da Habitação*, no âmbito da explanação sumária que propunha sobre o respetivo itinerário. *Edifícios* reunia a obra atinente aos grandes edifícios públicos e aos monumentos nacionais, expostos num espaço único. Abarcava a maioria dos programas referentes ao edificado, destinados a satisfazer finalidades múltiplas relacionadas com exigências estatais do foro da representação política (paços do concelho, governos civis), da administração (agências e repartições públicas, organismos corporativos) e de setores especializados da governação (justiça, defesa, educação, saúde, assistência, religião, cultura e lazer). Contemplava ainda a secção de restauração patrimonial, área que registara uma acentuada intervenção no ciclo inaugural do Estado Novo, em sintonia com a exaltação da ideologia nacionalista imperante. Os equipamentos e as obras de âmbito municipal consubstanciavam os planos de urbanização no tocante às exigências mais prementes das populações, nomeadamente ao nível do abastecimento de água e, muito em particular,

24 [Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas.] S.l.: s.n., 1948.
25 *Guia da Exposição de Obras Públicas, 1932–1947*, [5–14].

26 *Quinze Anos de Obras Públicas*. Portugal, 1948; António Lopes Ribeiro, realizador; Felipe de Solms e Carlos Filipe Ribeiro, diretores de filmagens; Comissão Executiva da Exposição 15 anos de Obras Públicas e colaboração dos serviços do MOPC; Duração 01:21:19, 24 fps; 35mm, PB, com som; ID CP-MC: 7001254, <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1383&type=Video>. O filme foi exibido no auditório, do edifício central do Instituto Superior Técnico, em regime de sessões múltiplas.

27 Cfr. leitura do arquiteto vogal da Comissão Executiva, Jorge Segurado. "A Realização". *Guia da Exposição de Obras Públicas, 1932-1947...*, [19].

na esfera da habitação económica. Aliás, este último subdomínio revestia um protagonismo especialmente significativo, traduzindo as preocupações estatais atinentes ao alojamento e bem-estar de segmentos populacionais particulares, no contexto dos programas dirigidos a trabalhadores, frações carenciadas e grupos socioprofissionais específicos, lançados nos alvares do regime, na senda do intento republicano. O núcleo rotulado *urbanização*, na classificação do engenheiro Rodrigues de Carvalho (separado em termos do espaço expositivo), consignava, em suma, o planeamento e a direção centralizada sobre o território do país, à luz da orgânica político-administrativa, das exigências estatais e da regulação das populações.

Os demais núcleos centrais, *Comunicações* e *Hidráulica*, espelhavam os investimentos dirigidos, muito em especial, ao fomento económico, afetos ao campo das infraestruturas dos transportes, das comunicações e das obras de hidráulica (marítima e fluvial).

O mesmo princípio ordenador presidia ao documentário cinematográfico, *Quinze Anos de Obras Públicas*, numa encomenda da respetiva comissão executiva.²⁶ Concebido como instrumento de suporte ao evento, o filme representou, em larga medida, um seu prolongamento, ao representificar o conceito nodal da exposição, desta feita em registo de imagem em movimento.²⁷

Retomando a gramática propagandística corrente, a narrativa fílmica iniciava-se pelo elogio das grandes obras atinentes aos trabalhos de restauração patrimonial (castelos, conventos, igrejas), ao lado dos equipamentos destinados à expressão da cultura erudita (museus, bibliotecas e arquivos). De seguida, o palco celebratório recaía sobre *os grandes edifícios públicos* representativos do poder de Estado – novas instalações do Secretariado de Propaganda Nacional, Palácio da Justiça e tribunais, edifícios ministeriais, Paços de Concelhos, ... A exaltação do edificado desdobrava-se numa sucessão vertiginosa de planos de imagens que alternavam entre a centralidade da capital e retratos do país da província, de norte a sul. Estes faziam denotar a hierarquia de escalas de grandeza dos edifícios e das construções – mercados, fontes, postos fronteiriços, estações agrícolas, casas económicas, equipamentos escolares, equipamentos de saúde, instalações das Forças Armadas, ... – contribuindo para enfatizar a mensagem subliminar de acordo com a qual toda a obra tinha por destino, *sem distinções*, as populações do país no seu todo. A ênfase colocada na demarcação das instâncias do tempo – passado e presente – influía na vinculação celebratória entre épocas históricas, mas muito em especial na exaltação *da obra realizada no presente*.

Gradualmente, o universo da urbanização dava lugar ao campo das infraestruturas ligadas às obras de hidráulica (portos, barragens, ...) e

às comunicações: estradas (nacionais, distritais, municipais e caminhos vicinais), pontes, pousadas, estações e apeadeiros de caminhos-de-ferro, transportes aéreos, estações de correio e telégrafo ... *legendas, em suma, do progresso nacional atingido durante o Estado Novo*, alicerçado na mestria técnica e tecnológica. *A eloquência da pedra* sobressaía entre a espetacularidade dos planos, ritmados pela cadência acelerada da imagem, e a retórica da locução, concorrendo no seu conjunto para a eficácia da missão propagandística.

A harmonia entre as linguagens, expositiva e cinematográfica, fazia ressaltar a gramática de simplicidade que enformava a matriz do ato comemorativo, de acordo com a visão preconizada pelos responsáveis artísticos, a partir das orientações ditadas pela esfera do poder. Assim se consumava a ideia de *unidade e forma*, entre o visível e o dizível, numa adaptação das palavras do arquiteto Jorge Segurado.²⁸

Na impossibilidade de tudo cobrir, a mancha narrativa visual, tanto no registo fotográfico expositivo como da imagem em movimento, cumpria o desígnio de documentar exaustivamente a diversidade e a multiplicidade das obras e das construções. O recurso ao suporte numérico-estatístico, igualmente presente, desempenhava a função usual de imprimir a pretensa verdade objetiva sobre a grandeza e o valor económico e social da obra de reconstrução.²⁹ Deixando de lado a problemática atinente ao campo da receção da mensagem e ao seu impacto entre o público e as populações,³⁰ importa fixar os vetores mais expressivos da ideia de modernidade que perpassava o campo das prioridades das obras públicas.

A tónica colocada no presente e nas realizações destinadas às populações e ao progresso do país constituía um dos eixos mais significativos da mostra, indo ao encontro das deslocações observadas no planeamento político e estratégico das grandes obras e dos melhoramentos regionais.

Disso é exemplo a autonomização das competências afetas às comunicações e às obras públicas, traduzida na criação do Ministério das Comunicações e na nova designação do MOPC em MOP, centrado no exclusivo das obras públicas (decreto-lei nº 36.061, de 27 de dezembro de 1946).³¹ A vastidão e complexidade crescentes dos programas justificava a medida, em sintonia, aliás, com os rearranjos orgânicos do MOPC-MOP, observados no intervalo dos 15 anos do regime. A criação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), em 1944, é a este respeito elucidativa do processo orgânico-burocrático tendente a corporizar uma visão integrada e mais eficiente da política de melhoramentos no país,³² na senda da perspetiva articulada que presidiu o nascimento do MOPC, sob a liderança de Duarte Pacheco. Neste sentido, a reunião num só departamento dos serviços repartidos entre diferentes

28 "A Realização". *Guia da Exposição de Obras Públicas, 1932-1947...*, [21].

29 Como era habitual, a Exposição oferecia uma *síntese muito elucidativa* sobre os investimentos financeiros realizados, localizada no espaço de honra do Instituto Superior Técnico (edifício central). Analogamente, o documentário espelhava a par da ênfatização dos números, mapas animados relativos à distribuição espacial dos vários programas das obras públicas, no país.

30 Nomeadamente o efeito de saturação associado à redundância dos conteúdos propagandísticos mobilizados desde os primórdios do regime, por contraste aos programas modernizadores das agendas governativas dos países da Europa Ocidental.

31 Pelo diploma que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1947, as áreas relativas a portos, transportes, serviços de viação, caminhos-de-ferro, aeronáutica e correios, telefones e telégrafos eram transferidas para o ministério recém-criado. As grandes obras mantinham-se afetas ao MOP, como era previsto no caso dos portos.

32 Decreto-lei nº 34.337, de 27 de dezembro de 1944.

33 Respetivamente Direção de Melhoramentos Rurais e Secção dos Arruamentos; Secção dos Melhoramentos de Águas e Saneamento; e Secção dos Melhoramentos Urbanos.

34 Na linha da diretriz consagrada pelo decreto-lei nº 33.921, de 5 de setembro de 1944.

35 Criada em 1931, sob a dependência dos serviços da JAE, decreto-lei nº 19.502, de 20 de março de 1931. No ano seguinte, seria elevada à categoria de serviços (decreto-lei nº 21.696, de 19 de setembro de 1932), mantendo o mesmo enquadramento orgânico, na sequência da criação do MOPC (decreto-lei nº 21.454, de 7 de julho de 1932) e da reorganização dos serviços (decreto-lei nº 26117, de 23 de novembro de 1935). De acordo com o enunciado legislativo, os melhoramentos rurais eram definidos como o conjunto de “obras de interesse local e vantagem coletiva a executar fora dos centros urbanos e das sedes dos concelhos”, e que incluíam, “as construções e reparações das estradas municipais, das estradas não classificadas, dos caminhos vicinais, da pavimentação, chafarizes, tanques, lavadouros e afins” (art. 1º do decreto-lei nº 21.696). As obras constituíam um encargo do município, prevendo-se a possibilidade deste se candidatar a compartições estatais e a outros subsídios, nomeadamente ao abrigo do Fundo dos Melhoramentos Rurais, verba inicialmente criada para financiar as estradas municipais e as escolas primárias (decretos nos.º 19.502 e 19.666, datados de 20 de março e de 30 de abril de 1931). O estudo do projeto, a assistência técnica e o apoio em mão-de-obra continuavam a ser assegurados pelos serviços do MOPC.

36 A rubrica incluía os trabalhos realizados fora dos grandes centros urbanos, nas sedes de concelhos e outros aglomerados importantes, relativos aos planos de urbanização, construção e reparação de escolas primárias, liceus municipais, hospitais e edifícios assistenciais, museus e monumentos (art. 1º do decreto-lei nº 21.697, de 30 de setembro de 1932). A partir de 1934, a construção de casas económicas passa a integrar os melhoramentos urbanos.

organismos, Junta Autónoma das Estradas (JAE), Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos (DGSH) e Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),³³ congregava-se ao propósito de conferir um novo alento aos planos de urbanização das sedes dos concelhos e aglomerados importantes do território continental.³⁴ Ao mesmo tempo, o diploma plasmava a orientação una e integrada dos segmentos nodais da política de melhoramentos regionais (*melhoramentos rurais*,³⁵ *melhoramentos urbanos*³⁶ e *abastecimento de água e saneamento*³⁷), agora colocados sob a alçada e coordenação de um único departamento e segundo o prisma transversal do desenho urbanístico. Muito especialmente, o diploma consagrava o desígnio político tendente a reforçar a intervenção estatal *nos melhoramentos públicos, de carácter rural ou urbano*, apoiando para o efeito os respetivos municípios, atendendo *ao muito que se tem realizado, desde 1926 e o muito que há ainda a fazer*. O relatório que acompanhava o diploma era elucidativo do desequilíbrio registado ao nível dos melhoramentos regionais, agravado pelo estado de precariedade das finanças municipais, que impedia que um conjunto substantivo de câmaras municipais se candidatasse aos programas existentes para esse efeito – em contraponto à ao dever que pesava sobre a administração local de custear a logística relativa à malha de serviços estatais.³⁸

A evolução da distribuição dos orçamentos do Ministério das Obras Públicas por natureza dos trabalhos, entre 1932 a 1971, é elucidativa da permanência estrutural das grandes áreas de intervenção estatal, repartidas em três segmentos: trabalhos de infraestruturas (*Estradas e Pontes e Hidráulica – marítima e fluvial*); equipamentos e programas especializados (*Instalações de Serviços; Instalações das Forças Armadas; Estabelecimentos de Cultura e Monumentos; Estabelecimentos de Ensino; Estabelecimentos Assistenciais; Estabelecimentos Prisionais; Casas de Habitação; e Edifícios Indiferenciados*) e uma terceira área que englobava trabalhos compreendidos parcialmente na designação de melhoramentos urbanos e rurais (*Abastecimento de Água; Saneamento; Melhoramentos Urbanos; Eletrificação Levantamentos Topográficos e Urbanização; e Outras realizações de Municípios e outras Entidades*).³⁹ Os dois primeiros segmentos representavam 47,6% e 43,7% das receitas, enquanto o terceiro absorvia 8,7%. A análise no tempo permite constatar algumas alterações expressivas relacionadas, nomeadamente com a quebra do valor nas infraestruturas a partir de 1947–1952, na ordem dos 5% em relação ao valor médio de todo o período, ditada pela retração das obras de hidráulica. Em simultâneo, evidencia a aposta colocada na rede escolar, cuja percentagem praticamente duplica relativamente ao período inicial (1932–1946), mantendo-se constante a tendência de crescimento nas décadas seguintes. Por último, frise-se o crescimento paulatino

do terceiro segmento afeto aos melhoramentos regionais, logo visível no quinquénio 1947–1952 (a percentagem passa de 4,9 para 7,9) e que se acentua nas décadas seguintes (a percentagem média do período, 1932 a 1971, é de 8,7).

Vale a pena registar duas observações no intuito de precisar o sentido da análise delineada, sob pena de adular o impacto real dos trabalhos por setores de especialidade. A primeira observação prende-se com o uso abusivo da expressão melhoramentos regionais (correspondente ao segmento três, atrás mencionado), uma vez que a designação não abrange uma parte substantiva do edificado que se destinava, muito em particular, às cidades, capitais de distrito, beneficiárias privilegiadas dos programas especializados⁴⁰ – descontando a primazia de que gozava a capital, e, em grau menor, a segunda cidade do país. A segunda observação relaciona-se com a natureza das verbas em análise que se reporta a receitas exclusivas do orçamento do Estado e que não considera, por conseguinte, outras fontes de financiamento canalizadas a partir de programas específicos, nomeadamente ao abrigo dos Planos de Fomento ou provenientes do orçamento de outros ministérios segundo a especialidade e, ainda, as verbas provenientes do Fundo de Desemprego – que a ritmo lento procuravam ir ao encontro dos objetivos de modernização socioeconómica do país. Seja como for, as alterações indiciam a recetividade político-governativa crescente aos desafios colocados pela ideologia desenvolvimentista do Ocidente, nomeadamente concernentes à elevação dos padrões de vida das populações. A produção legislativa de inícios dos anos 60 é a este respeito elucidativa da assunção das disparidades sociais e dos fortes contrastes entre zonas rurais e urbanas, concretamente no plano dos melhoramentos básicos. Contudo, o ritmo cadenciado dos programas promulgados não permitia atenuar, a tempo eficaz, as disparidades diagnosticadas (mormente nos planos do abastecimento de águas. Viação rural ou escolaridade básica)⁴¹ – como o evidenciavam os protestos ordeiros ecoados na Assembleia Nacional.

Com um significativo atraso, a reorganização dos serviços do MOP, em 1968, vem a refletir a adequação orgânica às novas exigências programáticas das obras públicas.⁴² Tomando por foco a DGSH, esta passa a compreender quatro direções de serviço em resultado da elevação estatutária dos serviços anteriores (Direção de Serviços de Planeamento Urbanístico; Direcção de Serviços de Melhoramentos Urbanos; Direcção de Serviços de Salubridade; Direcção de Serviços Melhoramentos Rurais), e a dispor de delegações regionais em todo o território metropolitano.⁴³ Não menos significativo é o reforço dos quadros de dirigentes e técnicos superiores do MOP, operado pelo mesmo enunciado legislativo.⁴⁴

37 A rubrica compreendia as “obras de captação e distribuição de água e o estabelecimento, beneficiação e ampliação de redes de esgoto nas vilas e povoações importantes e nas cidades” (art. 1º do decreto-lei nº 21.698, de 30 de setembro de 1932). Para uma análise detalhada sobre a temática ver João Howell Pato. *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)/ICS, 2011.

38 Desequilíbrio denunciado, nomeadamente, no quadro do *aviso prévio sobre a crise que os municípios atravessam*, proposto e apresentado pelo deputado Páris Couto, na sessão de 16 de janeiro de 1947, *Diário das Sessões*, nº 73, 16-01-1947, 250–267. Uma das críticas mais acutilante versava sobre a sobrecarga da despesa municipal relativa a encargos com a manutenção de serviços públicos pois impedia que os órgãos locais se concentrassem na resolução das necessidades mais prementes das populações. Nesta perspetiva, preconizava-se que a gestão dos serviços públicos (incluindo as escolas primárias) fosse integralmente suportada pelo Estado.

39 Os cálculos têm por base a compilação dos orçamentos do MOPC–MOP entre 1932 a 1970, de acordo com o Quadro nº 10 do *Relatório da actividade do Ministério: ano de 1971*. (Portugal. Ministério das Obras Públicas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1974). Reproduzem-se, a itálico, as designações das categorias dos trabalhos e obras públicas, de acordo com a nomenclatura oficial.

40 Estes reportam-se a *Instalações de Serviços, Estabelecimentos de Ensino* (liceus e escolas técnicas) e *Estabelecimentos de Assistência* (categoria que incluía os equipamentos da saúde, hospitais, sanatórios e centros de saúde).

41 Planos consagrados, respetivamente, pelas leis nº 2103, de 23 de março de 1960; nº 2108, de 18 de abril de 1961 VR e nº 2107 de 5-4-1961, referentes a aglomerados rurais com mais de 100 habitantes. As medidas eram reputadas como absolutamente necessárias em face do problema do êxodo rural e da exigência de promover a elevação das condições de vida destas populações, a exemplo de outros programas orientados para o fomento da habitação rural e da distribuição elétrica a pequena escala. Daí a recomendação unânime enunciada nos três primeiros planos, de as obras serem realizadas no mais curto período possível, que encontravam reflexo no quadro do II Plano de Fomento (1959-1964) que previa a concessão de verbas a este respeito. MOP. *Valorização dos Meios Rurais*. Lisboa: MOP, 1961. No final do ano de 1964, o *Relatório do MOP* considerava que metade da população do continente se encontrava regularmente abastecida de água e que 40% usufruía de distribuição domiciliária (Portugal. Ministério das Obras Públicas. *Relatório da actividade do Ministério no ano de 1964*. Lisboa: M.O.P., 1965, 16.) O dossier relativo ao saneamento continuava em aberto em razão da impossibilidade de estabelecer um plano de ação global.

42 Decreto-lei nº 48.498, de 24 de julho de 1968.

43 Vitor Campos e João Ferrão. *O ordenamento uma perspectiva genealógica do território em Portugal*. ICS WORKING PAPERS, 2015, ISSN 2183-6930.

44 Decreto-lei nº 48.498 citado (1968). Os desenvolvimentos ulteriores da orgânica do MOP atestam a expansão do respetivo aparelho técnico-burocrático como o espelha a criação do lugar de subdiretor geral dos Serviços de Urbanização, no quadro das disposições relativas ao aperfeiçoamento dos serviços do MOP (decreto-lei 372/70, de 11 de agosto de 1970), e a instituição de duas secretarias de Estado relativas às Obras Públicas e ao Urbanismo e Habitação (decreto-lei 283/72, de 11 de agosto de 1972).

O diploma é expressivo da relação de forças entre departamentos e atesta a recrudescida importância da DGSU que se aproxima dos organismos maiores (DGSH e JAE), ao mesmo tempo que a DGEMN se distancia dos demais.⁴⁵

As linhas expostas fazem sobressair a especialização crescente dos programas voltados para os equipamentos sociais entregues a comissões específicas (juntas, comissões administrativas e outras afetas ao ensino secundário, construções hospitalares, habitação económica e construções da justiça), a par com o esvaziamento da seção do edificado a cargo da DGEMN. Por outro lado, permitem destacar a premência das políticas de urbanização em concomitância à prossecução dos investimentos nas infraestruturas (pese embora a desaceleração do ritmo deste último setor, ditado pelo agravamento da guerra colonial).

Em jeito de síntese, dir-se-ia que o restabelecimento dos equilíbrios políticos e económicos tradicionais nos anos do pós-guerra não eliminou os sintomas de descontentamento ecoados durante a conjuntura da guerra e anos imediatos. É certo que estes foram, adormecidos e em larga medida adiados, no horizonte da implementação de um novo modelo de política económica, na viragem da década de 50 para os anos 60.⁴⁶ O refreamento da corrente desenvolvimentista protagonizada por Dias Ferreira⁴⁷ constituiu uma manifestação contundente do espetro de continuidade política em relação ao passado. Com efeito, o afastamento do subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria (1940-1944) traduziu a suspensão temporária da ênfase na industrialização como motor do desenvolvimento global do país. Não obstante, a semente fora lançada e o impacto das suas ideias económicas, explanadas no livro *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa* (1945), acabaria por medrar, por força da imposição hegemónica da nova ordem política e económica internacional.⁴⁸ Em todo o caso, é de reter o poder da linguagem argumentativa e persuasiva de Dias Ferreira que residia tanto na simplicidade da análise económica preconizada (desvinculada de supostos parâmetros político-ideológicos), como no potencial programático da sua mensagem. Esta última congregava, em suma, a denúncia acutilante sobre os falsos pilares em que assentava a política de fomento salazarista.⁴⁹ Em simultâneo mostrava a inevitabilidade da direção a seguir no horizonte inabalável do modelo da modernização ocidental, como o sugere, globalmente, a passagem que a seguir se reproduz:

*O que não me parece legítimo é identificar material com económico; essas obras materiais que entusiasмам tanta gente, e com razão, morrem para o trabalho quando se acabam e deixam-nos apenas o mérito da sua beleza ou da sua utilidade. Não produzem riqueza; são, na maioria dos casos arte materializada pela própria natureza da arte plástica. No fundo, quase não chegamos a sair do domínio da Estética.*⁵⁰

O problema era, pois, estrutural e de fundo. Prendia-se com a clarificação das prioridades e metas do governo em termos de política económica, suscetíveis de gerar as bases da verdadeira riqueza e de fomento do país – irredutíveis, por conseguinte, à política de contenção das finanças públicas e de equilíbrio entre setores económicos, pilares estruturantes da governação até então seguida.⁵¹

1953: retratos do país sob a égide da política de valorização regional

Formalmente, a obra *Mais Melhoramentos Mais Trabalho. 25 anos de valorização da política regional* corporiza uma das representações correntes do país, traçada sob o prisma da uniformidade, ordem e hierarquia do poder do Estado salazarista. Dir-se-ia, numa primeira abordagem, que estamos perante um exemplar redundante da gramática autocomemorativa do Estado Novo, filiado nas premissas discursivas, visuais e gráficas que caracterizam a linguagem comunicacional do regime. Assim o denota a arquitetura interna da obra e a circularidade dos elementos narrativos que reiteram a ambiência laudatória própria ao paradigma autorepresentacional do Estado Novo.

A abertura preambular e o posfácio são reservados às figuras e entidades responsáveis pela condução da política dos melhoramentos, nos planos nacional e governamental, seguindo os trâmites protocolares.⁵² A obra tem por protagonistas imediatos os investimentos e as realizações levadas a cabo no território do país, ladeados pelos representantes das autoridades regionais e locais. O monumento celebratório do 25º aniversário da política de valorização regional cumpre desta forma os seus objetivos programáticos, no horizonte da agenda propagandística fixada pela tutela. Estes traduzem-se, por um lado, no enaltecimento da unidade do aparelho político e administrativo, veiculada através da *colaboração efetiva entre serviços centrais eficientes, serviços locais zelosos e o amor do povo pelas suas coisas, desdobrando-se em generosidades raras*.⁵³ Por outro lado, no elogio da coesão do regime e na glorificação do seu construtor, em sintonia com a finalidade primeira inerente a toda a gesta comemorativa.

45 O alargamento de quadros traduz, em larga medida, a integração de técnicos superiores em regime de contratados. Segue a distribuição dos quadros, dirigentes e técnicos superiores, por departamentos: DGSU 12, 100; DGSH 15, 103; JAE 9, 103; e DGEMN 9, 63. O Conselho Superior de Obras Públicas não foi contemplado em razão da especificidade e abrangência do respetivo organismo.

46 Ver síntese oferecida por Maria Fernanda Rollo em "Marcelo Caetano: política económica e modernização", *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, *Historia Contemporánea*, t. 19, 2007, 115-144.

47 De que é exemplo modelar a promulgação das leis de Eletrificação do País (nº 2002, dezembro de 1944) e do Fomento e Reorganização Industrial (nº 2005, março de 1945).

48 Afiguram-se de sublinhar as potenciais repercussões das suas ideias económicas, sobretudo entre o segmento restrito das novas gerações de jovens licenciados (engenheiros, arquitetos, matemáticos e outros) que despontavam para o mercado de trabalho, sedentos de oportunidades de emprego à luz da ideologia desenvolvimentista que permeava o Ocidente, sem ressonância no plano nacional, no curto prazo.

49 Sinteticamente traduzidos, na perspetiva do autor, numa conceção atávica de progresso prolongada numa política de espírito seródia.

50 Dias Júnior, *Linha de Rumo...*, p. 37.

51 Sem beliscar os fundamentos políticos do regime, Ferreira Dias preconizava ainda o papel alargado da ciência e da técnica, que transcendendo os limites da esfera económica, era suscetível de se repercutir na elevação, não só moral, mas sobretudo cultural, da população do país, contrariando a conceção dominante da educação nacional.

52 Expressim-se nas citações alusivas à política das obras públicas, de autoria do Presidente do Conselho; nos retratos em grande formato dos chefes da nação (General Craveiro Lopes e Oliveira Salazar); e nos textos de abertura e de encerramento de responsabilidade do ministro das Obras Públicas (José Frederico Ulrich) e do Comissário do Desemprego, Carlos Augusto de Arrochela Lobo.

53 "Discurso de Oliveira Salazar aos Governadores Cívicos e Presidentes dos Municípios a propósito da Exposição de Obras Públicas, em 29-VIII-1948", in Oliveira Salazar, Discursos, vol. 1.

54 Cfr. decreto-lei n.º 27424, 31 de dezembro de 1936 e alterações introduzidas pela revisão do Código Administrativo (decreto-lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940). Ver César de Oliveira e Nuno Monteiro. *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996 e Rita A. de Carvalho e Paulo Silveira e Sousa. "A coordenação territorial do Estado autoritário à democracia. Governos civis, municípios e freguesias (1926-2011)", em Pedro Tavares de Almeida e P. S. e Sousa (eds.), *Do reino à administração Interna: história de um Ministério (1736-2012)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015, 149-194.

55 Releve-se a importância da participação do FD que representa 26,3% do total das verbas recenseadas para o período.

56 Cumpre notar o acentuado escalonamento na distribuição distrital do total das verbas, sugestivo dos desequilíbrios regionais, como o denotam as séries relativas a 1947-1953 e a 1954-1964, por níveis percentuais: 10 a 12% – 2, 2; 9 a 7% – 0, 1; 6 a 4% – 12, 12; 3 a 1% – 8, 7, *Relatório da actividade do Ministério no ano de 1964*, 37-38.

A representação do país segue o modelo vulgarizado pela cultura comemorativa lusa de entre guerras, reproduzindo, muito em particular, os traços característicos da gramática comunicacional, disseminada rapidamente pela imprensa noticiosa, subordinada ao regime.

A ordenação alfabética das regiões organiza a trama narrativa. A estrutura uniforme e repetitiva dos materiais que compõem o *dossier* relativo a cada distrito, concorre eficazmente para a produção do efeito de homogeneidade da imagem do país. Nesta ordem de ideias desfilam cadenciadamente o depoimento inaugural do representante da autoridade estatal (governador-civil); o mapeamento quantitativo e gráfico das verbas e tipologia das obras realizadas nos departamentos distritais, decompostas nos municípios respetivos, entre 1932 e 1952; e, por último, o roteiro visual sobre melhoramentos vários (trabalhos de urbanização, construção de infraestruturas e edifícios de raiz), executados em localidades, referenciadas através de legenda que tem por base a filiação concelhia. A digressão através dos municípios completa o *dossier* atinente à individualização das regiões, que se realiza em moldes em tudo idênticos e adaptados à unidade de referência (excetua-se a cartografia visual exclusiva da secção reservada ao espaço distrital).

A representação concelhia é encabeçada pela missiva do respetivo presidente do município num gesto que visa dar visibilidade aos representantes do poder local. Acresce a menção nominal às verbas e obras realizadas por ação direta dos municípios (entre 1926 e 1952), expressão do desígnio de valorização retórica das autarquias, atendendo aos limites legais que cerceavam o campo da intervenção local, na esteira do modelo consagrado pelo Código Administrativo de 1936-1940,⁵⁴ reproduzido na legislação inaugural do Estado Novo e diplomas posteriores.

A análise fina dos números relativos à repartição das verbas atesta a dupla hegemonia do poder de Estado na regulação e planeamento superior da política de melhoramentos regionais. Esta exprime-se na supremacia que dita a distribuição distrital das verbas orçamentais, corroborada pela partilha dos subsídios afetos ao Fundo de Desemprego (FD) e ao Fundo dos Melhoramentos Rurais (FMR), tendencialmente proporcionais às primeiras,⁵⁵ em razão dos dispositivos jurídico-políticos que regem o apoio às autarquias locais.

A repartição do conjunto das verbas pelo território faz sobressair as disparidades na distribuição dos fundos estatais – corroboradas, aliás, pelas estatísticas do MOP que diferenciam o montante atribuído aos municípios segundo o total nacional⁵⁶ e a captação distrital.

O jogo de escalas que permeia a distribuição das verbas evidencia a centralidade auferida pelas capitais de distrito, na qualidade de

centros de representação do poder que importava elevar e valorizar em termos político-simbólicos. Em simultâneo, reproduz a desigualdade de riqueza dos municípios em resultado dos constrangimentos burocráticos e financeiros que regulam a concessão de subsídios e a autorização de empréstimos, que consagram, em primeira instância, os parâmetros, lógicas e limites da intervenção e dominação estatais.

Na linha da ordem do discurso – *debalde se procuraria o traço que denotasse uma preferência de região, de uma classe favorecida, o exclusivismo dum necessidade pública ou privada*⁵⁷ – é essa a imagem dominante que é veiculada entre o universo de testemunhos produzidos pelas autoridades regionais e locais. É certo que as missivas dos governadores civis espelham o cunho marcadamente político-ideológico das suas intervenções. Em contraponto, os depoimentos das autoridades locais evidenciam a tónica colocada no elogio concreto da obra realizada que caminha a par com notas entusiásticas sobre o muito ainda a fazer e a valorização ou modéstia da ação concelhia. Não obstante, a visão dominante é entrecortada por vozes episódicas que enfatizam gestos preferenciais sobre regiões (como acontece com o testemunho do Governador Civil de Setúbal, entre outros).⁵⁸ Há ainda espaço a intervenções singulares como é exemplo a perspetiva de planeamento concertado expressa pelo presidente da Câmara Municipal do Porto (que virá a ocupar, mais tarde, a pasta das Obras Públicas) a respeito da cidade,⁵⁹ apoiada no elogio ao dinamismo e colaboração das respetivas elites económicas. Ou ainda a marca de dissonância crítica que transparece do depoimento do presidente da Câmara Municipal da Guarda. O elogio à *grande obra dos melhoramentos rurais*, que qualifica como *a mais importante de quantas têm impulsionado o Governo do Dr. Oliveira Salazar*, leva-o a lamentar a desvalorização de que tem sido objeto, em benefício de *obras de grande vulto e talvez de menor proveito*.⁶⁰ É ainda de relevar o consenso generalizado que perpassa este universo de testemunhos a respeito do ambiente de concórdia social face ao regime, em particular a fidelidade das populações rurais. A única nota dissonante é veiculada pelo Governador Civil de Lisboa quando alude ao impacto (presumivelmente negativo) das oportunidades abertas pela capital no plano das expectativas alimentadas pelas populações da periferia em relação à melhoria das condições de vida.⁶¹

Das linhas expostas sobressai o elogio contundente da obra e da política governativa, aparentemente alheio aos contrastes e oposições que modelavam os espaços rural e urbano – em sintonia, aliás, com a ordenação política-administrativa do território, veiculada na hierarquia de estatuto das autarquias, segundo critérios demográficos e fiscais.

57 In Discurso de Oliveira Salazar no encerramento da Exposição de Obras Públicas, em 7-XI-1948.

58 Francisco Alberto Corrêa Figueira, "Distrito de Setúbal", in *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho ...*, vol. II, 1203.

59 Como exemplarmente o evidencia o índice do programa de gestão municipal, por setores de especialidade: plano geral de urbanização do Porto; obras e melhoramentos; águas e saneamento; energia elétrica; transportes coletivos; extinção das barreiras da cidade; e assistência e cultura, Eng. Machado Vaz, "Porto", in *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho ...*, vol. II, 1051-1059.

60 Dr. António Lopes Quadrado, "Guarda", in *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho ...*, vol. I, 671.

61 Dr. Mário Madeira, "Distrito de Lisboa", vol. II, 821.

62 Apenas os distritos de Braga, Évora, Guarda e Faro escapam a este cenário e patenteiam uma percentagem inferior de licenciados.

A imagem de homogeneidade que se pretendia imprimir sobre o território coadunava-se com a imagem de homogeneidade socio-política refletida pela composição elite dirigente regional e local, traçada mimeticamente à luz dos critérios que pautavam, genericamente, a seleção da elite política do regime. Em 1953, o retrato da elite dirigente local caracteriza-se pela presença maioritária de diplomados (65%), entre os seus pares.⁶² É ainda de salientar o peso dominante dos diplomados com formação previsivelmente em direito, em contraste com a lateralidade da formação técnico-científica (10 engenheiros em 283) a par da presença igualmente residual de militares. Apenas o distrito de Lisboa evidencia uma realidade *sui generis* expressa na presença maioritária de militares (8 em 14). O retrato da elite regional acusa uma maior presença de diplomados (13 em 18) e uma figuração residual de militares (3 em 18, respetivamente nos distritos de Aveiro, Braga e Vila Real), consentânea com o perfil mais elitizado que pautava o estatuto do cargo.

A análise fina da cartografia visual, num total de 437 registos, permite apreender sentidos particulares que contrastam com a memória fotogénica que o presente guarda seletivamente sobre o tema em estudo. É certo que uma abordagem panorâmica faz ressaltar a malha dominante do discurso político e propagandístico da época, passível de ser sistematizado em três vetores capitais – tendo presente o jogo de espelhos e os marcadores de opostos mencionados na secção introdutória do capítulo.

O primeiro e o segundo vetores ganham substância analítica na ênfase atribuída ao edificado de raiz e à funcionalidade das novas construções, em dissonância com a matriz anterior que enfatizava privilegiadamente o elogio do património monumental e histórico. Nesta perspetiva, a monumentalidade dos edifícios compagina-se com a simplicidade das construções de forma a fazer vincar a celebração una da obra (isto é, o seu carácter *indistinto*), mais do que a sublinhar a marca emblemática e objetiva dos grandes edifícios públicos. Neste sentido, a aparente diluição do grau de grandeza do edificado concorre em favor da ideia de unicidade, expresso nas associações oferecidas pelo plano da composição (seja este arbitrário ou não) e que conjuga, em termos indiferenciados, obras urbanas e obras rurais – dimensão a que não é alheio o tratamento das reproduções (nomeadamente através do recurso ao sombreado, produzido a partir da paleta de tons entre o preto e o branco) que influi na nobilitação das espécies exibidas, em termos de conjunto.

Um terceiro vetor consoma a diversidade da malha construtiva e dos trabalhos realizados que se objetiva na série de 14 categorias tipológicas, criada a partir da adaptação da nomenclatura oficial, (presente nas estatísticas nacionais do MOP) e dos reajustamentos

oferecidos pela publicação *Obras Públicas concluídas no ano ...* A série discrimina a multiplicidade de trabalhos e construções compreendidos na expressão obras públicas, de acordo com o universo em análise. Este traduz-se no leque de categorias que passamos a enumerar: Urbanismo, centros urbanos e jardins; Estradas, arruamentos e pontes; Extração e abastecimento de águas (estações de água, fontanários e lavadouros); Mercados e matadouros; Escolas; Estabelecimentos de assistência, cultura e monumentos; Edifícios e sedes do poder; Justiça e forças da ordem; Hospitais e postos de saúde; Bairros económicos; Organismos corporativos; Equipamentos desportivos e de lazer; Edifícios religiosos; e Outros. A dispersão dos enunciados temáticos recenseados, a partir da especificidade dos dossiers visuais em estudo, permite constatar a acentuada interiorização do poder representacional e simbólico aliado às obras públicas. Assim o ilustram exemplarmente os dossiers referentes aos distritos de Bragança ou de Beja.⁶³ Não obstante, o universo mapeado denota que mais importante do que a valoração do objeto representificado em termos de grandeza ou de linguagem estilística adotada é o relevo conferido à proliferação da obra realizada e construída, em sintonia com a matriz propagandística que dá forma ao periódico em análise. Nesta perspetiva, o exercício de contabilizar o universo das espécies fotográficas segundo a intensidade da figuração tipológica patenteada pelos dossiers dos distritos,⁶⁴ revelou-se concluir um instrumento útil de análise ao traduzir um indicio expressivo das reproduções de obras e construções mais valorizadas, na presumível ótica dos representantes do poder da periferia.

Das 14 categorias tipológicas atrás mencionadas, aquelas que apresentam uma maior concentração figurativa são, por ordem decrescente, Urbanismo, centros urbanos e jardins; Escolas e Habitação económica, de acordo com a respetiva incidência em 14, 13 e 10 distritos. A uma distância considerável evidencia-se um segundo núcleo que engloba Extração e abastecimento de água; Edifícios e sedes do poder; e Hospitais e postos de saúde que obtêm uma figuração significativa em 8, 6 e 5 distritos (e que compreendem ainda algumas primeiras escolhas). A distribuição apontada sugere a valoração das obras de embelezamento das localidades e que evocam afinidades com as noções de modernidade e urbanidade porventura almejadas – em contraste com a primazia da ruralidade que imperava como marca dominante das pequenas cidades, vilas e aglomerados significativos que compunham o espaço urbano de província. O relevo desta categoria pode ainda ser interpretado como uma espécie de cartão de visita sobre o índice de mudança da fisionomia das localidades, à luz do estilo normativo que impelia sobre a representificação dos centros urbanos do país (descontando

63 Ver, entre outras, a exposição do governador civil de Beja, dr. António de Castro e Brito Meneses Soares, "Distrito de Beja", in *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho ...*, vol. I, 106.

64 O procedimento adotado teve por fim contornar a desigualdade numérica patenteada pelos dossiers distritais, repartida entre o mínimo de 10 e o máximo de 44 registos, desvalorizando-se, por conseguinte, a frequência simples das ocorrências. Para efeitos de contagem foram apenas contabilizados os melhoramentos que figuram entre o 1º e 3º lugares.

65 No ano seguinte é inaugurada a série *Relatório de actividade do Ministério 1971*. (Portugal. Ministério de Obras Públicas. Lisboa: M.O.P., 1972), publicada anualmente à exceção do ano de 1966.

66 Esta abordagem reflete-se, por um lado, no desmembramento de categorias tipológicas usadas na elaboração das estatísticas nacionais das obras públicas. Assim acontece com as categorias referentes a estabelecimentos de ensino e a casas económicas que dão lugar à discriminação das construções por níveis de ensino e natureza dos programas de habitação, de acordo com as ocorrências registadas à escala dos distritos. Evidencia-se, por outro lado, na criação e/ou extinção de rubricas atinentes à natureza das obras, no âmbito do arco cronológico da série, como ocorre com a introdução das escolas técnicas e das agências dos CTT ou a eliminação das agências da CGD.

67 *Obras Públicas concluídas em 1958*. MOP. Lisboa, 1959, [5].

as duas maiores cidades). Ou melhor dizendo, sobre a percepção que as autoridades locais e regionais nutriam a respeito da ideia de progresso e dos constrangimentos que bloqueavam o desígnio reconstrutivo. Note-se aliás que esta preferência foi diagnosticada por membros da Assembleia Nacional que a censuravam em favor de outros melhoramentos que reputavam como mais necessários à satisfação dos interesses básicos das populações – de acordo com as ressonâncias expressas no campo da distribuição das despesas nas obras públicas.

As duas restantes categorias exprimem a ênfase colocada nos equipamentos dirigidos ao maior número – escolas e alojamento com condições – numa espécie de compromisso entre os anseios /prioridades das populações e a aposta na melhoria do tecido sócio-productivo do país.

Grande, pequeno, monumental e modesto, urbano e rural: as obras públicas sob o prisma do MOP e do CD

Em 1951, teve início a publicação da série intitulada *Obras Públicas concluídas no ano de 1950 anexa ao Boletim do Comissariado de Desemprego*. A publicação constituía um complemento à política comunicacional da tutela apostada em disseminar a ação continuada do MOP, entre a rede de entidades e agências públicas.⁶⁵ A divulgação minuciosa das verbas despendidas em obras finalizadas no ano de referência, por categorias tipológicas e unidades autárquicas (distritos e concelhos), destinava-se a particularizar e dar visibilidade à multiplicidade dos trabalhos realizados *por todo o território* metropolitano.⁶⁶ Em simultâneo, pretendia ilustrar o impacto da política de melhoramentos no movimento de *reconstrução material do país*. O exercício de engenharia financeira e contabilística oferecido tinha por base a obra singular e o valor total do respetivo orçamento, subsumido à hegemonia do MOP, dada a ausência de referência às entidades que nela participavam (CD, FMR e autarquias). O inventário incluía ainda o nome dos responsáveis técnicos pelo projeto e direção de obra, apontamento simbólico à expertise e solidez em que assentava o amplo edifício ministerial, dirigido centralmente.

Sete anos mais tarde, a publicação de pequeno formato (25 cm) foi enriquecida significativamente pelo uso da fotografia na capa e no interior do volume. A entrada de uma nova secção “Algumas das mais importantes obras” (1958–1967) representou, nesta linha, o culminar do investimento editorial da série, apostada em dar rosto à obra, *variada e multiforme [...] nascida do próprio conceito do governo e da sociedade portuguesa*.⁶⁷ A associação da imagem visual

com sínteses informativas sobre programas em curso contribuiu para valorizar os fins da publicação, em consonância com a política editorial do MOP, no período.⁶⁸ O deflagrar da guerra colonial veio a repercutir-se na explicitação dos fins últimos da publicação. Estes passaram a ser assinalados, crua e pedagogicamente, no editorial. Por outras palavras, a intenção estrutural que presidia ao gesto *de dar a saber* (isto é, informando e detalhando) a aplicação dos dinheiros públicos no espaço metropolitano – *como se as paredes do Ministério fossem um cristal, através do qual se possa ver e julgar* – era agora abertamente assumida e traduzida no objetivo de acalantar entre *os muitos portugueses de boa vontade* a força do regime.⁶⁹ Contra a virulência sub-reptícia do combate em curso, que incluía outras frentes para além da gravidade implacável reconhecida ao conflito militar (emigração, êxodo rural, industrialização e expectativas sociais), a publicação resistia à pressão inexorável do tempo, acompanhando o desígnio do regime que procurava tenazmente sustentar e reprimir, adaptando-se.

Sem pretensão de inventário, as figuras que se reproduzem no final do texto pretendem sugerir a polifonia de sentidos sugerida pelos enunciados visuais que povoam a publicação em estudo (e afins), que transcendem o registo documental-propagandístico, de acordo com o cânone simbólico fixado por Oliveira Salazar, no âmbito do discurso de encerramento da *Exposição 15 Anos de Obras Públicas* (1932–1948). É certo que o universo da cartografia visual que preenche a publicação, a partir de finais dos anos 50, consigna a visão dominante e perene do ditador a respeito das *obras públicas através do país* – como aliás os editoriais o atestam, ao assinalarem que o seu traçado tinha por base os *conceitos modeladores do chefe do governo*.

Neste horizonte compreende-se que a política de imagem da série seja ditada pelo perfil original da publicação-inventário e pelos usos correntes da fotografia, no país.⁷⁰ O mesmo é dizer, a análise dos parâmetros que regulam o que é exibido (e selecionado) não permite descortinar qualquer gesto preferencial que indicie critérios de seleção estabelecidos segundo o grau de importância da obra ou do edificado, seja do ponto de vista político, económico, social, técnico ou arquitetónico. O mesmo acontece com o número de imagens, pois ainda que variável, não denota qualquer propósito notório de distinção. Em análogo sentido concorre a dimensão das reproduções que se pauta pelos limites da composição, de acordo com a sequência dos enunciados temáticos, fixada pela ordem das tipologias oficiais, à margem, em suma, de critérios de relevância, grandeza ou espetacularidade do objeto. A coexistência de escalas de grandeza é a regra na aparente constância do tempo. Sem dúvida que as imagens deixam sugerir sinais da passagem do tempo.

68 As publicações do MOP-CD primavam pela elevada qualidade gráfica, compreendendo maioritariamente estudos de natureza técnica com fins propagandísticos, como é exemplo a série de relatórios da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo (1957–1962). Mencione-se como ilustração paradigmática da vertente exclusivamente propagandística a série *Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio* (balizada pelos aniversários da tomada de posse de Oliveira Salazar como presidente do governo e da Revolução Nacional), publicada no curso dos anos 60, pela sua redundância em termos de conteúdo editorial.

69 E daí o convite enfático à leitura dos anais que espelhavam a *capacidade realizadora das Obras Públicas no país*, Anexo nº 15 ao “Boletim do Comissariado do Desemprego”, 1964, [2].

70 ???????

[Tabela 1]

EP – Estradas e Pontes;
 HID – Obras de Hidráulica;
 EE – Edifícios Escolares;
 P – EE Primário;
 T/L – EE Técnico e Liceal;
 S – EE Superior;
 HAB – Habitação Económica;
 EA – Estabelecimentos de Assistência e Hospitalares;
 EC – Estabelecimentos Culturais;
 DP – Defesa e Polícia;
 AA – Abastecimento de Águas;
 VR – Viação Rural;
 VMR – Valorização dos Meios Rurais;
 NC – Não Contabilizado (agências CTT, CGD).

Mas uma vez mais o que sobressai é a simultaneidade das linguagens arquitetónicas, isto é, a persistência de fórmulas rotineiras e resistentes ao tempo com expressões de uma arquitetura comprometida socialmente e dissonante com o receituário de pendor oficial. Porventura, é essa coexistência que se ajusta à imagem do país, em processo acelerado de crescimento, entrecortado por contrastes e dinâmicas diferenciados, em termos regionais e espaciais.

A análise da tabela 1 – Distribuição de “Algumas das mais importantes obras” por categorias temáticas (1958–1967), denota algumas das regularidades que caracterizam globalmente o conteúdo visual da publicação.

	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	Totais
EP	-	-	-	1	-	2	1	1	1	1	7
HID	3	2	1	1	1	-	1	1	-	1	11
EE	4	2	2	4	2	2	1	1	-	-	18
P	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	(6)
T/L	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	(6)
S	(3)	(1)	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(6)
HAB	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	3
EAH	-	1	2	1	-	-	1	1	-	-	6
EC	-	-	1	-	2	-	-	1	1	-	5
DP	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
AA	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	4
VR	-	-	1	-	1	1	1	-	-	1	5
Totais ano	9	6	9	7	7	6	6	6	3	3	62
Outros NC			1	2							NC

As regularidades traduzem-se na dispersão da malha figurativa, refletida maciçamente nas páginas reservadas à ilustração visual e que servem de separadores ao inventário descritivo e quantitativo dos trabalhos, por categorias tipológicas. A dispersão compagina-se com a incidência desigual dos trabalhos. As infraestruturas e as construções escolares registam uma concentração similar (18 menções, respetivamente) e representam mais de metade do universo, em sintonia com as tendências que enformam as prioridades estruturais do orçamento do ministério, no período de observação. A figuração isolada dos melhoramentos rurais, espelhada nas categorias Abastecimento de Água e Viação Rural, consuma o investimento político no setor (9 menções), potenciado pelos trabalhos de hidráulica agrícola (contabilizados na categoria HID – Obra de rega dos Campos do Alvor e de Sorraia, 1958–1959; Plano de rega do Alentejo, 1965; e Barragem Hidroagrícola do Caia, 1967), com vista a atenuar os fortes desequilíbrios que marcam o mundo rural. Os equipamentos hospitalares figuram a uma maior distância (6 menções), mas não deixam de sugerir as melhorias registadas no campo da saúde, à escala urbana regional (através, nomeadamente, das construções de raiz e/ou de obras de ampliação dos hospitais de Setúbal, Beja, Braga e Funchal). Por fim, a presença lateral das demais categorias tipológicas reveste-se emblemática, sobretudo por consignar a continuidade simbólica do traçado da política das obras públicas, desde os primórdios do Estado Novo. Assim acontece com as instalações culturais que versam as Comemorações do V Centenário da morte de D. Henrique (1960), o Museu da Marinha e as Pousadas (1962), o Planetário Calouste Gulbenkian – Museu da Marina (1965) e o Panteão Nacional (1966). Analogamente a referência à Habitação Económica trai essa filiação original, não obstante o recrudescimento do programa entregue ao departamento autónomo (), o mesmo se verificando com os equipamentos relacionados com a defesa (militar e fronteiriça).

Das linhas expostas é lícito, pois, concluir-se que o traçado estruturante e cristalizado da publicação se mantém quase inalterado, subsumido na constelação poliédrica que enforma o conceito perene de obras públicas, na longa vigência do Estado Novo. É neste sentido que a publicação se reveste exemplar da representação do país, sob o signo de Oliveira Salazar. Simultaneamente, mostra como princípio classificatório e ordenador das obras públicas opera como dispositivo privilegiado do esbatimento e ocultação do jogo de contrastes. O contraponto oferecido pelo dossier de figuras que se apresenta ganha, neste horizonte, pertinência, apesar de moldado segundo critérios pouco usais. Estes são ditados, por um lado, pela singularidade e estranheza que ecoa dos enunciados

[Fig. 15] Praça (Aveiro),
Mais Melhoramentos, Mais
Trabalho (1953)

[Fig. 16] Praça do Areeiro (Lisboa),
Mais Melhoramentos, Mais
Trabalho (1953)

[Fig. 17] Arranjo do Campo 28 de
Maio e da Avenida D. Nuno Álvares
Pereira (Crato, Portalegre), Mais
Melhoramentos, Mais Trabalho
(1953)

visuais selecionados, que fazem sobressair a figuração do ínfimo particular, intraduzível em termos de contabilização classificatória (cfr. figuras 1 a 9). Assim acontece, com a expressão bucólica do espaço rural, com o emaranhado que tece a escadaria de acesso à praia, as catacumbas do cemitério de Tavira, os silos da Biblioteca Nacional. Por outro lado, exprimem a valoração da sofisticação técnica (cfr. figuras 10 a 13), entre as ilustrações mais conseguidas, retiradas da série comemorativa dos marcos fundadores do regime sob o prisma das Obras Públicas (Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio) – de que são exemplo a cúpula do Planetário Calouste Gulbenkian ou a fotografia área do aproveitamento hidroelétrico do Alto Rabagão. Assinale-se, por fim, o impacto do imaginário de urbanidade que se exprime cabalmente na projeção mimética do centro urbano à luz da capital (como o sugerem as figuras 15 a 17).



A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder

Eduardo Fernandes
Rui Pereira

A figura de um Grifo, animal mitológico que mistura elementos característicos da águia e do leão, foi usada por Januário Godinho no rótulo dos seus desenhos durante a maior parte da sua longa carreira (fig.1).

Presente na mitologia de várias culturas durante mais de 4000 anos, a figura do Grifo foi sendo conotada com diferentes significados e representada de diferentes modos. Associando a figura do rei dos animais terrenos e da rainha das aves, este animal mitológico representava quase sempre uma ideia de poder, riqueza, força e sabedoria.

Na Antiguidade Clássica o Grifo era guardião de tesouros e os seus ovos eram de ouro; na Idade Média evocava a dupla qualidade de Jesus Cristo (por se relacionar com a terra e com o céu) e era considerado símbolo das suas “duas diferentes naturezas”, divina e humana.¹ Era habitualmente representado como um animal com corpo, cauda e patas de trás de um leão, e cabeça, asas e patas da frente de uma águia; mas era também comum que na representação da cabeça existisse uma certa ambiguidade entre as figuras do leão e da águia, com uso de características dos dois animais, como acontece no desenho do rótulo de Januário Godinho.

Na história de Portugal, o leão e a águia remetem para as invasões napoleónicas, para a vitória da aliança luso-britânica contra a invasão francesa.² Mas a origem da águia como símbolo imperial remonta ao Império Romano e, por isso, foi também referência de regimes ditatoriais europeus da primeira metade do século XX: Mussolini associa a águia ao facho, como símbolo do fascismo, do mesmo modo que Hitler a adota, como ícone do regime nazi.

- ¹ É neste sentido que é interpretado o significado do Grifo que acompanha o carro que transporta Dante e Beatriz para o Paraíso, na *Divina Comédia*: “Entre os quatro (animais) rodava, resplendente, um carro triunfal de dupla roda, por um grifo altivamente dirigido. (...) Era de ouro o seu corpo, que semelhava o de um pássaro. (...) A tímida vista enderecei a Beatriz, que se achava voltada a fitar o Grifo que, em sua única pessoa, reunia duas diferentes naturezas.” Dante Alighieri. *A Divina Comédia*. São Paulo: Cultrix, 1976, 213, 219. Hernâni Donato (tradutor desta edição) comenta na nota 345 (pág. 219): “A alegoria é evidente: Beatriz, que representa a verdade, fita em adoração o Grifo (Jesus Cristo), uma só pessoa nas duas naturezas.”
- ² O leão é um dos símbolos ingleses, representado no Brasão Real, e o símbolo imperial de Napoleão era uma águia.

3 Julien Guadet (1834–1908) foi professor de Teoria da Arquitetura na École des Beaux-Arts de Paris. “Sur une façade judicieusement composée (...), vous mettez tel habillage que vous voudrez; ce pourra être de l’antique, du moresque, du gothique, du moderne, peu importe: cela, c’est l’épiderme qui peut être charmant si l’ossature est bien composée et bien proportionnée...” Julien Guadet. *Éléments et Théorie de L’architecture*. II vol., Paris: Librairie de la construction moderne, 1904, 557–558.

4 Para Alexandre Alves Costa, esta é uma característica perene da arquitetura portuguesa: “é eclética e contraditória”, embora a “síntese que representa” seja “um todo formal, funcional e simbólico de rara coerência e originalidade”, porque “a sua inércia não impede, antes favorece, uma leitura transformadora face a modelos e sistemas importados”; assim, “é na forma como interpreta os modelos e os adapta à realidade que encontramos a sua especificidade”. Alexandre Alves Costa. “Valores Permanentes da Arquitectura Portuguesa”. *VÉRTICE*, nº19 (1989): 109–111.

Assim, no contexto da segunda guerra mundial, leão e águia surgem novamente em campos opostos.

Januário Godinho não teria um entendimento inocente das conotações mitológicas e políticas do Grifo, quando o escolheu para seu símbolo pessoal. No entanto, poderá ter-lhe acrescentado um novo significado. A sua formação, como a de todos os arquitetos da geração que frequenta a Escola de Belas Artes do Porto antes de 1940, é profundamente marcada por um entendimento eclético das questões de estilo, fruto de um ensino decalcado das Beaux-Arts de Paris, onde o ecletismo era dominante, de acordo com a doutrina de Julien Guadet.³

Assim, a utilização do Grifo no rótulo de Januário Godinho pode simbolizar, sobretudo, uma identificação com o carácter eclético da sua formação, uma vez que configura a mistura harmoniosa de dois opostos.⁴ Este carácter é sobretudo evidente nos projetos que realiza para o Estado, sobretudo naqueles em que a representação de poder é uma componente programática.



[Fig. 1] Rótulo do projeto de Januário Godinho para a Câmara Municipal de Famalicão. Fonte: Câmara Municipal de Famalicão.

Enquadramento: arquitetura portuguesa e identidade nacional

A estratégia nacionalista como componente fundamental de um ideário mitificado do Estado Novo só se torna evidente em 1933, com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, que consolida uma retórica identitária.⁵ É neste contexto que a generalidade dos arquitetos portugueses vai abandonar as referências modernas dos seus projetos anteriores⁶ (numa improvável “inflexão”⁷ iniciada ainda antes do final da década de 30), substituídas por um desenho que segue, de modo mais ou menos evidente, os ditames do Estado Novo.

Para compreender o dilema que se coloca a esta geração de arquitetos no final dos anos 30 importa compreender a dimensão da máquina de propaganda que António Oliveira Salazar vai montar, progressivamente, a partir de 1928 (ano em que toma posse como ministro das Finanças), num processo de crescente influência que atinge visibilidade nacional logo após a sua ascensão a Presidente do Conselho, em 1932.⁸

Na arquitetura, torna-se evidente que a política cultural nacionalista de António Ferro foi procurar referências aos textos de Raul Lino sobre a arquitetura portuguesa dos séculos XVII e XVIII; daqui resultam edifícios como os da praça do Areeiro⁹ (Cristino da Silva, 1940 – fig.2a), que apresentam uma intenção de ficcionar uma imagem de arquitetura nacional, criadora de modelos do novo prédio “à portuguesa” que, no entanto, é “igualzinho ao espanhol ou ao italiano”, como os “que sairão dos ateliês de Pardal Monteiro, Veloso, Reis Camelo e Jacobetty Rosa” (fig. 2b).¹⁰ Noutra escala, a da habitação unifamiliar, serão os desenhos que Lino publica no livro “Casas Portuguesas”, em 1933 (e que Cassiano Branco vai depois “concretizar”, à escala 1:2, no “Portugal dos Pequenitos”, entre 1937 e 1962),¹¹ que constituirão o modelo predileto.

A Exposição do Mundo Português (1940) foi o momento paradigmático da afirmação desta linguagem de Estado. O seu impacto ajuda a compreender a já referida mudança de linguagem, ocorrida a partir do final dos anos 30 e evidente nas obras seguintes da generalidade dos arquitetos da primeira geração do moderno português; mas, se passam a adotar um desenho com pretensões nacionalistas, este é concretizado com um conjunto de linguagens que, paradoxalmente, têm também evidentes influências externas (nomeadamente da Itália de Mussolini, da Alemanha de Hitler e da Espanha de Franco).

É entre 1940 e 1948 que é mais evidente este fenómeno, normalmente associado à imposição dos ditames do Estado aos arquitetos. Após o final da Segunda Guerra Mundial, com o desaparecimento

5 Eduardo Fernandes; Rui Pereira. “A dicotomia nacional / estrangeiro na arquitetura portuguesa da primeira metade do século XX...”, em *O Estranho e o Estrangeiro no Teatro*. Porto: CET UP, 2016.

6 Como exemplos desta primeira etapa do modernismo na arquitetura portuguesa podemos referir o Cinema Capitólio (Cristino da Silva, 1925–31), o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (Carlos Ramos, 1927/33), o Instituto Superior Técnico (Pardal Monteiro, 1927/36), o Cinema Eden (Cassiano Branco, 1930/37), o Instituto Nacional de Estatística (Pardal Monteiro, 1931/35), a Casa da Moeda (Jorge Segurado e António Varela, 1932/41) e os Liceus de Lisboa (Jorge Segurado, 1932), Coimbra (Carlos Ramos, 1930–36) e Beja (Cristino da Silva, 1930–34). Eduardo Fernandes. “Os CODA da EBAP nos anos 40...”, em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Ferreira, Francisco Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Tencas, 2016.

7 Nuno Portas. “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, em Bruno Zevi. *História da arquitectura moderna*. Lisboa: Arcádia, 1970, 720.

8 Fernando Rosas. “Propaganda Nacional e «Política do Espírito»”, em *História de Portugal*, coord. José Mattoso (7º volume). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, 292/293.

9 Obra que é um “modelo fundador da pretensamente nacional arquitetura do Estado Novo”; Nuno Teotónio Pereira. “Cristino, Mestre de uma geração rebelde” em *Luis Cristino da Silva [arquiteto]*, coord. José Manuel Fernandes. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian, 1998, 139.

10 Portas, “A Evolução...”, 720.

11 Se “Cassiano Branco a vem a desenhar e a sistematizar por encomenda, é, na verdade, Raul Lino (...) o mentor teórico desta visão estilizada (...) da arquitetura popular”; António Bandeirinha. *Quinas Vivas*. Porto: FAUP, 1996, 58.

12 Podemos distinguir claramente esta geração de arquitetos da anterior pela sua formação e pelo seu ativismo. No Porto são os arquitetos formados na EBAP depois de 1940, com Carlos Ramos, que fundam a ODAM em 1947 (na companhia de alguns colegas mais velhos, como Viana de Lima e Arménio Losa); o eloquente nome escolhido pelo grupo ("Organização Dos Arquitectos Modernos") não deixava dúvidas dos seus objetivos, até por ser uma evidente referência aos CIAM ("Congrès Internationaux d'Architecture Moderne"). Em Lisboa, sob a influência de Keil do Amaral (e em contraponto ao tradicionalismo do ensino de Cristino da Silva na EBAL) surge o grupo ICAT ("Iniciativas Culturais Arte e Técnica") em 1946. É o conjunto das teses dos membros destes grupos que marca o inesperado tom revolucionário com que decorre o Congresso de 1948.

13 Fernandes, "Os CODA...".

das suas principais referências externas, a retórica do Estado Novo sofre um processo de desgaste progressivo, marcado por uma crescente contestação das novas gerações de arquitetos:¹² o Congresso de 1948 e a realização do Inquérito à Arquitetura Popular (entre 1955 e 1961) são momentos paradigmáticos que tornam inevitável um enfraquecimento generalizado da convicção nas linguagens nacionalistas.¹³

Neste contexto, a construção de Tribunais / Palácios de Justiça constitui um interessante caso de estudo, porque parece ser o programa público onde a permanência desta retórica é mais evidente. Já nos anos 70, quando a construção do Tribunal de Lisboa (1960–70, Januário Godinho e João Andresen) tornava evidente que a representação do Estado se podia já fazer com recurso a uma linguagem modernista, ainda se constroem os tribunais de Lousada (1971, Álvaro da Fonseca) e Paços de Ferreira (1972, Raúl Rodrigues Lima) com um desenho completamente vinculado aos velhos ditames do Estado Novo.



[Fig. 2 a] Praça do Areeiro (Cristino da Silva, 1940)

[Fig. 2 b] Quarteirão na Av. António Augusto Aguiar (1941, António Reis Camelo). Fotografias de Eduardo Fernandes, 2016

As duas mãos de Januário Godinho

O estudo do posicionamento dos arquitetos da primeira geração modernista portuguesa face às diferentes facetas da representação de poder do Estado Novo deve ser feito com especial atenção às diferenças de protagonismo dos intervenientes na implementação da retórica nacionalista, tendo em conta a diferente representatividade da obra modernista de cada um face aos projetos realizados nas linguagens oficiais do Estado e avaliando a convicção de cada autor neste processo de mudança, face ao seu discurso e ao seu desenho.

É neste contexto que propomos enquadrar a obra de Januário Godinho,¹⁴ que parece caracterizar-se essencialmente por uma abordagem eclética, por formação e opção disciplinar. Autor de uma obra heterogênea, como a generalidade dos arquitetos da sua geração, a sua produção vai apresentando alternadamente influências das várias tendências do movimento moderno, um caminho regionalista alternativo à abordagem doutrinária de Raul Lino, iniciado antes do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa,¹⁵ e abordagens mais ou menos próximas da retórica monumental do Estado Novo, nos projetos de encomenda oficial, nomeadamente nos vários projetos que desenha para Palácios de Justiça.

Godinho inicia a sua carreira profissional como colaborador de Rogério de Azevedo, participando no projeto da Garagem do Comércio do Porto (1929–32)¹⁶ e nos projetos das pousadas de Serém e do Marão (1942). Se a primeira é um notável exemplo de linguagem moderna, as seguintes são obras precursoras dos paradigmas que marcarão a arquitetura portuguesa depois da realização do referido Inquérito (1955–61) e destacam-se pela "organicidade com que se articulam os espaços" e pela "correta apropriação de materiais locais"; no entanto, sendo notáveis pela qualidade do desenho e conseguida integração no sítio, apresentam ainda "toda uma gama de símbolos que se assumem como expressão de portuguesismo".¹⁷

Estas características estão também presentes na casa Afonso Barbosa, que Januário Godinho projeta em Famalicão (em 1941), onde é evidente a sua "sensibilidade ao local e à tradição", que será apreciada, mais tarde, pelos "arquitetos mais novos que a partir dos anos 50 iniciam a crítica ao «estilo internacional»".¹⁸ Esta abordagem será continuada ao longo das décadas de 40 e 50, no importante conjunto de projetos que Godinho desenvolve para a Hidro-Elétrica do Cávado.

Em contraste com esta faceta mais assumidamente regionalista, Januário Godinho é autor de algumas das obras mais interessantes da arquitetura moderna portuguesa do século XX; a sua primeira obra de relevo, a Lota de Massarelos (1934–39 – fig.3), realizada

- 14 Januário Godinho de Almeida nasce no lugar do Seixo, na freguesia de Santa Maria da Válega, Ovar, em 1910. Frequenta o Curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1925 e 1930, tendo obtido diploma de arquiteto em 1941, com o CODA "Hotel do Parque – Vidago". Morre em 1990, no Porto. O seu espólio encontra-se arquivado no Centro de Documentação da FAUP (CDFAUP). Sobre a sua vida e obra ver Nuno Portas, "Januário Godinho", em FAUP. *Desenho de Arquitectura, Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: FAUP/AAP, 1987, 74; Gisela Lameira; Luciana Rocha. *Januário Godinho*. Vila do Conde: Verso da História, 2013; Fátima Sales, *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa ou a outra face da modernidade*, Dissertação de Doutoramento. Valladolid: ETSA, 2001; Fátima Sales. *Januário Godinho: Arquitectura, Paisagem e Cultura Urbana. Aspectos a reavaliar*. Porto: ESAP, 2005; André Tavares. *Dois obras de Januário Godinho em Ovar*. Porto: Dafne, 2012; *Januário Godinho, Leituras do Movimento Moderno*, coord. Alexandra Cardoso, Fátima Sales, Jorge Pimentel. Porto: CEAA.
- 15 Os trabalhos do Inquérito iniciam-se em 1955 mas o livro *Arquitetura Popular em Portugal*, que apresenta uma síntese do trabalho realizado, só é publicado em 1961 (pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos).
- 16 Nuno Portas ("Januário Godinho", 74) refere o carácter excecional desta "obra-prima" na produção de Rogério de Azevedo.
- 17 Sergio Fernandez. *Percursos, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988, 33–35, 41.
- 18 Portas, "Januário Godinho", 74.

- 19 Tavares, Duas obras ..., 27–40.
 20 Portas, "Januário Godinho", 74.
 21 Nuno Portas. "As duas mãos de Januário Godinho" em *Januário Godinho...*, coord. Cardoso, Sales, Pimentel, 71.

em colaboração com o seu irmão, o engenheiro Manuel Godinho, apresenta um desenho de influência expressionista que completa a nave projetada pelo engenheiro Correia de Araújo (técnico municipal).¹⁹ Seguem-se outras obras notáveis, sempre caracterizadas por uma grande mestria "na articulação dos volumes e no rigor construtivo",²⁰ cuja abordagem modernista apresenta uma evidente influência da arquitetura brasileira moderna e da obra de Corbusier: os mercados de Ovar (1950) e de Amarante (1959), o Buvete das Termas de Chaves (1953 – fig.4), o Banco Comercial de Angola (1964) e o Tribunal de Lisboa (1955–70), projetado em coautoria com João Andresen.

Paralelamente a estas facetas regionalista e modernista encontramos uma terceira, em alguns projetos de encomenda oficial, que apresentam uma retórica monumental aparentemente próxima dos ditames do Estado Novo.

É o próprio Januário Godinho que afirma (em entrevista a Nuno Portas) que os seus projetos se podem dividir entre "«obras da mão esquerda e da mão direita», conforme os graus de limitação contextual decorrentes dos programas e da expressão arquitectónica".²¹



[Fig. 3] Remate poente da Lota de Massarelos, estado atual.

[Fig. 4] Buvete das Termas de Chaves, estado atual. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2016.

Neste texto procuramos entender os mecanismos que conduzem a esta perceção de *limitação contextual*, analisando os vários projetos que Godinho desenha para tribunais, programa em que, como vimos, a retórica nacionalista como representação de Estado se prolongou até mais tarde (e de forma mais evidente) na arquitetura portuguesa.

Nestes projetos de maior limitação contextual Januário Godinho distingue-se de outros autores pela criatividade com que aborda as questões de forma, linguagem e articulação de espaços, mas também pela diversidade de soluções de integração urbana que apresenta.

No panorama nacional, e no âmbito dos programas para Tribunais/Palácios de Justiça, o contributo do autor em estudo é muito relevante: num total de oitenta e nove edifícios construídos no período em estudo (1950–75) dez são projetados por Januário Godinho, que é o segundo autor com mais obras deste tipo (e ainda realiza mais seis projetos, quatro não construídos e dois iniciados depois de 1975).²² Do mesmo modo, este tipo de programa ocupa uma percentagem relevante na sua vasta obra.²³

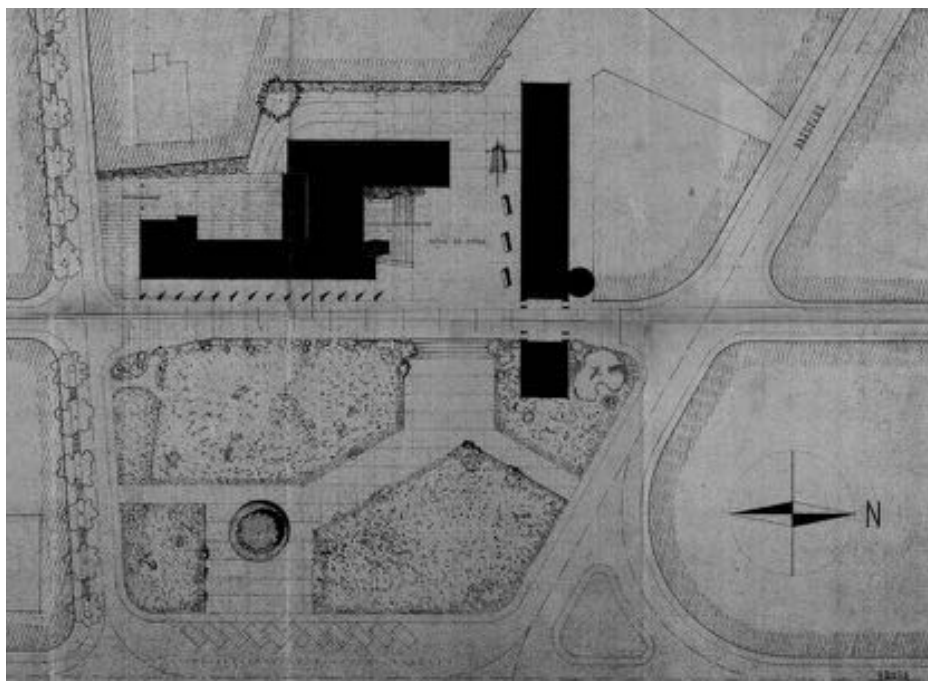
Na análise da globalidade do trabalho que realiza para o ministério da Justiça constata-se que, embora respeite genericamente as premissas do programa oficial,²⁴ as interpreta com um grau de liberdade maior do que a generalidade dos arquitetos que projetam este tipo de edifícios nesta época. Mas é também evidente que existe uma evolução, dos projetos iniciais para os finais, de uma linguagem mais conotada com os ditames oficiais para uma mais livre da sua influência. Assim, importa analisar os projetos realizados durante a época em estudo (1950–75) pela ordem cronológica do seu processo de conceção-construção, tentando compreender as motivações do seu desenho, a forma como este é justificado por escrito e, sempre que possível, o modo como as suas propostas são avaliadas pelos agentes do Estado.



22 O autor com mais obras construídas é Rodrigues Lima; ver, nesta publicação, Rui Pereira; Eduardo Fernandes "Arquitetura em *contracorrente*: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo".

23 No catálogo do Centro de Documentação da FAUP relativo a Januário Godinho existem 619 entradas (o que corresponde a um número bastante inferior de projetos que, na generalidade, tem várias entradas dedicadas). Na pesquisa realizada (entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017) foram consultadas 41 pastas, relativas a 9 obras projetadas no período em estudo (Funchal, Famalicao, Chaves, Covilhã, Tomar, Lisboa, Lamego, Amarante, Ovar), 2 iniciadas depois de 1975 (Penafiel e Paredes) e 4 projetos não realizados (Guimarães, Évora, Barreiro, Braga); não existe no CDFAUP nenhuma entrada para o Tribunal de Vila do Conde, que também é da autoria de Godinho).

24 O Ministério da Justiça de Antunes Varela elaborou um "Programa de Serviços Internos" que regista os princípios orientadores (já subentendidos anteriormente na avaliação dos projetos, mas só agora sistematizados por escrito) a que deveria obedecer um projeto de Tribunal. Neste documento, que começou a ser enviado a todos os projetistas a partir de 1955, podia ler-se: "Os edifícios destinados à instalação de serviços judiciais devem ter sempre certa dignidade arquitectónica, variável embora, como é óbvio, consoante a categoria da sede de comarca (...) Tanto interior como exteriormente devem corresponder ao prestígio das funções que nele vão ser executadas (...) a traça arquitectónica deve corresponder ao meio respeitando-se as características regionais onde as haja (...) uma certa solenidade nos acabamentos". António Manuel Nunes. *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Edições Minerva, 2009, 119–120. Encontramos este programa anexo a várias Memórias Descritivas de projetos de Januário Godinho para Palácios da Justiça.



[Fig. 5] Tribunal de Chaves, Januário Godinho (1952); fachada principal, estado atual. Fotografia de Eduardo Fernandes, 2017.

[Fig. 6] Anteprojeto de Januário Godinho para o Tribunal e Câmara Municipal de Famalicão; planta do piso térreo, 1952. Fonte: Câmara Municipal de Famalicão.

De Chaves a Lamego, obras de mão esquerda

O primeiro projeto de Januário Godinho para um tribunal é para Chaves, com projeto de execução entregue em março de 1952.²⁵

Na memória descritiva,²⁶ a questão mais enfatizada é a relação com o sítio; o autor considera que a “localização do edifício não é das mais fáceis, no que se refere ao aspeto urbanístico, em virtude das características do terreno”. Assim, Godinho considera necessário “reduzir ao mínimo a profundidade do edifício na parte mais difícil, gaveto”, para que a nova “praça do Tribunal” possa ser “um local representativo e agradável, dadas as suas particulares condições para passeio e repouso”.

Estas preocupações com a implantação levaram Godinho a experimentar três diferentes soluções para a implantação do edifício (em desenhos não datados), tendo optado pela solução que hoje encontramos no local, que justifica pela relação do edifício com a envolvente próxima: “foi preciso dar-lhe corpo bastante para evitar a impressão de esmagamento que, sem dúvida, resultaria devido ao acidentado declive da praça e construções vizinhas. Imponência e nobreza são neste caso essenciais para dar ao tribunal relevo e predomínio sobre todo o conjunto existente. (...) tornava-se necessária uma construção sóbria e inteira de traçado, que tenha, na medida do possível, o mérito de coroar um conjunto deveras heterogêneo”.

O desenho apresenta uma solução tradicional, distorcida pela sua adaptação à forma irregular do lote: na fachada principal, a única com forte presença urbana, o jogo de cheios/vazios remete para um ritmo clássico, sugerindo pilastras; a fachada é relativamente depurada, com alguns apontamentos decorativos nas molduras das janelas; a cobertura é em telhado, com beiral saliente.²⁷

O texto da memória descritiva sintetiza bem as opções de linguagem de Godinho: “optou-se por uma arquitectura de estrutura clássica, dentro de um ritmo palaciano muito comum à feição arquitectónica do século XVIII. A sobriedade dos materiais eleitos, granitos da região, dará ao edifício a gravidade e a calma que as suas funções determinam”.

Famalicão (anteprojeto)

Logo após a entrega do projeto de Chaves, Januário Godinho inicia o seu trabalho no anteprojeto do edifício para a Câmara Municipal e Tribunal de Famalicão (fig.6); o trabalho ter-se-á iniciado pouco depois do incêndio que, em Abril de 1952, destruiu o anterior edifício dos Paços do Concelho, deixando “apenas o impressionante esqueleto das suas paredes calcinadas”²⁸ e dando origem à encomenda de um estudo para um novo edifício, cujo anteprojeto é apresentado em setembro do mesmo ano.²⁹

25 Não encontramos no espólio de Januário Godinho nenhum documento datado que remeta para uma fase anterior deste projeto, nem a mesma é referida na bibliografia consultada; acreditamos, no entanto, que o processo se teria iniciado, pelo menos, um ano antes da apresentação do projeto e teria sido elaborado um primeiro estudo submetido à aprovação de diferentes instâncias. O processo de aprovação deste tipo de projetos implicava que o arquiteto (escolhido pelo Ministério da Justiça) devia apresentar um anteprojeto, que era apreciado no Ministério das Obras Públicas, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e pelo Conselho Superior de Obras Públicas; após a homologação pelo Ministro das Obras Públicas da reprovação ou aprovação do anteprojeto, o processo voltava ao Ministério da Justiça e o arquiteto era convidado a reformular o anteprojeto ou a avançar para a elaboração do projeto. Nunes, *Espaços e Imagens...*, 94-96.

26 Januário Godinho. *Memória Descritiva do Tribunal de Chaves* (março de 1952). CDAUP: JG308.

27 Existe no arquivo de Januário Godinho uma solução diferente para este alçado, sem telhados e com desenho mais monumental, que não foi desenvolvida no projeto final.

28 *Jornal Estrela da Manhã* (10 junho de 1961): 1.

29 No *Jornal Estrela do Minho* (15 de junho de 1952) refere-se que um arquiteto (não identificado no texto) “ficou já encarregado de fazer a respectiva maquette”. Ainda no *Estrela do Minho* pode ler-se, mais tarde (24 de janeiro de 1954), que a referida “maquette”, elaborada por “um competente arquitecto” (que continua a não ser nomeado) foi “exposta no Pavilhão da Câmara na Exposição Industrial de Setembro-Outubro do ano passado”; acreditamos que esta maqueta, exposta em 1953, corresponde já à nova proposta que Januário Godinho entrega no ano seguinte, cuja fotografia surge publicada no mesmo jornal em 14 de junho de 1959.

30 Janeiro Godinho. *Memória Descritiva do Ante-Projecto da Câmara Municipal e Tribunal de Famalicão* (setembro de 1952). Arquivo da Câmara Municipal de Famalicão.

31 “Pelo que fica exposto sou de parecer que devido principalmente à falta do necessário espaço projectado para a secretaria da Secção de Finanças e indispensáveis proporções do correspondente balcão, não se encontra o presente ante-projecto em condições de ser aprovado.” António Adriano Pires da Silva, Eng. Civil, despacho da Secção Técnica da Direcção Geral das Contribuições e Impostos em ofício de 21 outubro de 1952, incluído (em cópia) no ofício n.º 1699 (processo n.º 175/UM/52) da Direcção Geral de Urbanização do Distrito de Braga. Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.

Em contraste com o conservadorismo do projeto de Chaves, esta é uma proposta claramente ousada, do ponto de vista espacial, o que está subentendido na *memória descritiva*:³⁰ “a implantação dada aos diversos corpos do edifício permite circular livremente em torno deste, garantindo-lhe iluminação e defesa eficientes”; as “ruas e espaços livres que circundam a construção interligam-se através do Pátio de Honra” o que contribui “grandemente para o bom resultado estético de todo o conjunto”, permitindo obter “perspectivas de amplitude e grandeza que, sem este jogo de volumes, não seria fácil conseguir”.

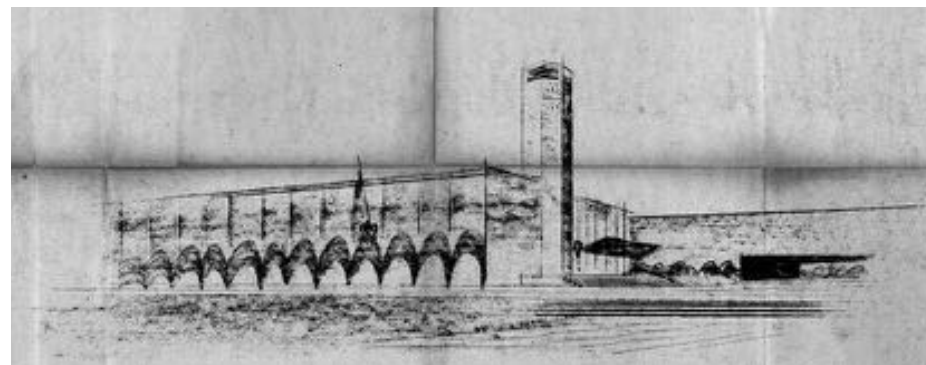
Talvez tenha sido a circunstância da dupla função do edifício (Câmara Municipal e Tribunal) que levou Godinho a experimentar uma proposta mais ousada do que em Chaves. No entanto, a modernidade implícita ao caráter espacialmente dinâmico da proposta não é completamente assumida na memória descritiva; o já citado discurso que salienta a liberdade espacial é depois contrabalançado por um discurso conservador, onde se salienta a “construção sóbria, com predomínio de granito da região, lavrado, e azulejo policromado, recordando em interpretações vivas e presentes, formas saudosas do passado”.

Contrariamente ao que acontecia com o anterior edifício dos Paços do Concelho, o volume proposto localiza-se no limite poente do terreno, libertando a restante área a nascente para criar uma grande praça arborizada. A implantação acompanha a forma irregular do limite do lote; a sua organização assimétrica e sinuosa remete para o projeto de Walter Gropius para a Bauhaus (Dessau, 1925–26), onde também está presente o tema do atravessamento viário por baixo do edifício, que no anteprojecto de Famalicão é proposto em dois momentos: na “rua-esplanada” proposta, que passa sob o edifício do Tribunal (que ocupa o corpo norte), e no limite oeste do *pátio de honra*.

O esquisso perspético que acompanha as plantas apresentadas (único elemento que permite perceber as intenções de Janeiro Godinho para a linguagem e para o volume do edifício – fig.7a) lembra, na articulação da torre com o restante volume, o edifício de Willem Marinus Dudok para a Câmara Municipal de Hilversum (1917–31 fig.7b).

Se estes princípios de composição de raiz modernista contribuíram para a reprovação do anteprojecto é hoje difícil de afirmar, mas a relevância desta hipótese justificou um estudo mais aprofundado deste processo.

Entre outubro de 1952 e junho de 1953 o anteprojecto é apreciado por diversas instituições, com pareceres muito variados. A Secção Técnica da Direcção Geral das Contribuições e Impostos³¹ apresenta “pequenos reparos que o autor do projecto facilmente



[Fig. 7 a] Anteprojecto da Câmara Municipal de Famalicão, esboço. Fonte: Câmara Municipal de Famalicão.

[Fig. 7 b] Câmara Municipal de Hilversum, W. M. Dudok, 1917–31. Fotografia de Eduardo Fernandes, 2017.

- 32 Eng. Abel Alegria Martins, Director da Direcção Geral de Urbanização do Distrito de Braga, em officio (n.º 1699, processo n.º 175/UM/52) para o Presidente da Câmara Municipal de Famalicão; Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.
- 33 Officio de 13.11.1952; Ministério das Obras Públicas, Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, officio de 2.2.1953; em carta ao Presidente da Câmara Municipal de Famalicão, em 4.2.1953, Januário Godinho refere que “as ligeiras alterações sugeridas (...) são fáceis de resolver, em virtude de não interferirem com a estrutura do projecto.” Documentação consultada no Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.
- 34 O anteprojecto previa um custo total de 7.474.600\$, dos quais 6.570.600\$ seriam para a construção e 904.000\$ para os arranjos exteriores envolventes.
- 35 “O Conselho entende que se deverá dar ao edificio toda a dignidade própria das funções a que se destina sem no entanto o colocar fora do ambiente regional”; parecer do Concelho Superior de Obras Públicas, de 11.5.1953, consultado no Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.
- 36 Frederico Ulrich foi Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1947 e 1954.
- 37 O parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 11.5.1953 é homologado por J. Frederico Ulrich (Ministro das Obras Públicas e Comunicações) em 25.5.1953; em 1.6.1953, J. P. Nazareth de Oliveira, da Direcção Geral dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, envia ao Presidente da CMF o officio n.º 3096 (processo 175/UM/52), comunicando o parecer do Concelho Superior de Obras Públicas. Documentação consultada no Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.
- 38 Cavaleiro de Ferreira foi Ministro da Justiça entre 1944 e 54.
- 39 José Frederico Ulrich teria mesmo enviado um officio confidencial a Salazar (em 19 de maio de 1953) sobre este assunto, afirmando que “é preciso andar-se completamente fora destes problemas para se escolher o Januário Godinho para uma construção monumental numa cidade daquelas!”. Nunes, *Espaços e Imagens...*, 111.

atenderá a quando da elaboração do projecto definitivo”,³² tal como a Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas, Repartição dos Pesos e Medidas.³³

Segue-se o parecer do Concelho Superior de Obras Públicas, que considera que os “elementos fornecidos não permitem apreciar devidamente a solução arquitectónica” e que o “autor [Januário Godinho] informou o relator estar a composição ainda em estudo, podendo ser que tome uma feição diferente que mais a valorize”. Embora se considere que “o partido tomado (...) possa dar satisfação a este programa”, considera-se que “conduz a uma solução muito dispendiosa que não estará de harmonia com as exigências da localidade”.³⁴

Este parecer é bastante ambíguo, com momentos onde se elogia a proposta (“um edificio bem ritmado e onde o movimento imprimido aos vários corpos, em torno de um pátio de honra, criar motivos de valorização estética”) e termina fazendo considerações genéricas sobre a linguagem (sem afirmar claramente que o projeto não as cumpre),³⁵ deixando a decisão de aprovação em aberto, para a homologação do Ministro das Obras Públicas (“V. Ex.^a, porém, resolverá como entender por bem o seu alto critério”).

Pelo contrário, o texto da homologação de José Frederico Ulrich³⁶ não deixa margem para dúvidas: “o esboço tem de facto de ser totalmente revisto, no sentido de se reduzir muito o custo da obra. Quero crer que um estudo cuidadoso permitirá uma baixa da ordem de 50%, ficando então o edificio em escala mais proporcional e aceitável”.³⁷

Esta decisão, justificada por razões económicas, vai dar origem a alterações formais ao projeto que, como veremos, não diminuiram o custo da obra mas permitiram a sua aprovação. Esta constatação permite admitir como hipótese que a verdadeira motivação da reprovação se relacionaria com a ousadia do projeto, embora este tema não seja explicitamente abordado em nenhum dos pareceres oficiais.

Guimarães

Entre 1952 e 1953, Januário Godinho realiza um conjunto de desenhos para o Palácio de Justiça de Guimarães (não realizado), alternando entre uma solução monumental, de influência clássica, e um desenho mais depurado. O estudo prévio, apresentado em novembro de 1952 ao Ministério de Cavaleiro de Ferreira,³⁸ “foi alvo de censura por parte do Ministro das Obras Públicas”.³⁹

A proposta de Januário Godinho era bastante diferente do edificio efetivamente construído no largo de Mumadona, projetado por Luís Benavente (1955–60),⁴⁰ que bloqueia a avenida dos Combatentes da Grande Guerra, num claro desrespeito pelas intenções do plano de Luís de Pina (1925) que dá origem à praça.⁴¹ No desenho de Godinho encontramos novamente uma grande sensibilidade às questões da dinâmica espacial urbana: a avenida

dos Combatentes passava sob o edificio, cujo andar nobre se desenvolvia em ponte sobre o remate da via (com acesso, do lado do largo, por uma escadaria simétrica), permitindo a sua continuidade até à praça.

Na *memória descritiva* do segundo estudo prévio, apresentado em abril de 1953 (e também reprovado), Godinho faz uma crítica evidente aos critérios de aprovação ministerial, ao referir que se procurou uma “feição neoclássica, com certo carácter monolítico, pouco fenestrada, sem procurar imitar, ou melhor, macaquear, obras que o tempo consagrou”.⁴²

Famalicão (projeto)

O projeto para a Câmara Municipal e Tribunal de Famalicão é entregue em novembro de 1954; o alçado do primeiro piso apresenta semelhanças com o do projeto de Chaves, embora a articulação espacial do conjunto tenha uma conceção muito mais ousada.

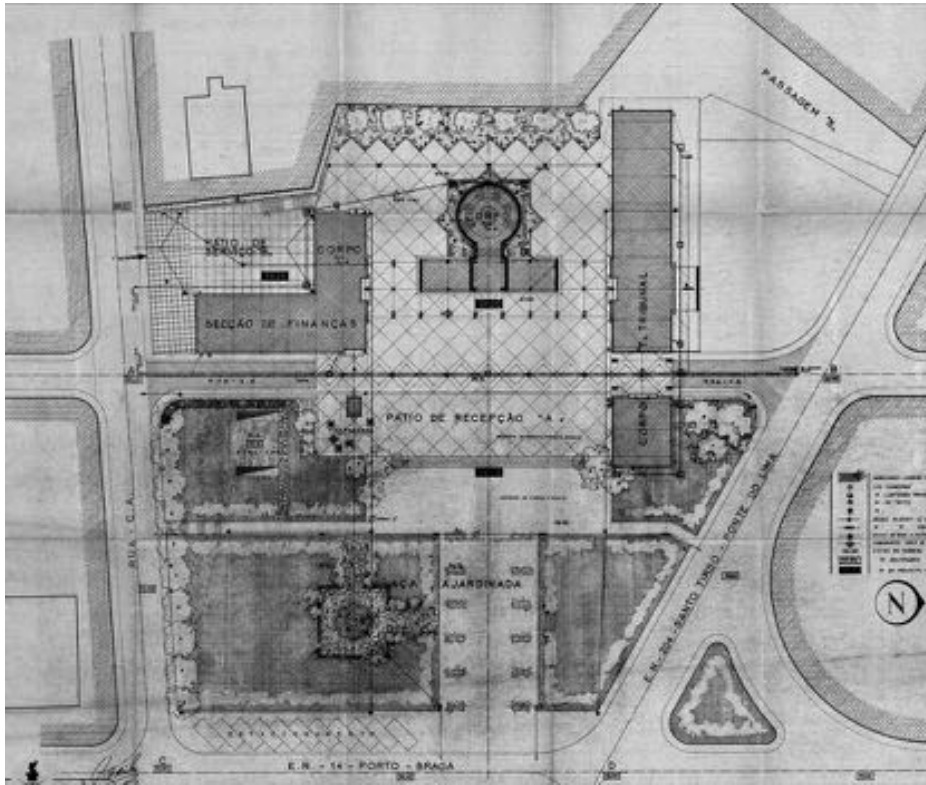
Na *memória descritiva*,⁴³ Januário Godinho responde aos argumentos apresentados no parecer do Conselho Superior de Obras Públicas sobre o anteprojecto. O autor afirma que procedeu “à reformulação completa e profunda do ante-projecto, com o melhor intuito de corresponder ao solicitado, em especial à parte económica”, no entanto, “depois de muito trabalho”, concluiu que a redução solicitada, “da ordem dos 50%”, seria inviável, porque “equivaleria à supressão pura e simples dos Serviços da Câmara”. Assim, constatou-se que não foi possível “respeitar integralmente o solicitado”; efetivamente, o orçamento estimado para a nova proposta não só não diminuiu como até aumentou ligeiramente.⁴⁴

O custo com os arranjos exteriores justifica-se por razões de desenho urbano, com a necessidade de “remodelação completa da praça do município” que, dadas “a sua função e categoria”, é pensada segundo uma “tradição perfeitamente enraizada no carácter nortenho, – o princípio do grande pátio aberto, do terreiro, antecedendo o edificio”, que será ainda “muito beneficiado com a construção do corpo central da Câmara sobre arcarias, deixando ver em segundo plano um fundo de verduras”.

Quanto ao custo do edificio, em resposta à crítica de que a “solução muito dispendiosa proposta” não seria adequada “aos limitados recursos económicos do Conselho”, Januário Godinho salienta a importância demográfica e económica de Famalicão, que diz estar “em quinto lugar como contribuinte” do Estado.⁴⁵

Rebatido o argumento económico, é novamente a relação do edificio com a envolvente que justifica o “partido” tomado na implantação do projeto, que estará na base da principal diferença que apresenta em relação ao anteprojecto: o volume elevado que rematava o lote do lado poente está agora localizado um pouco mais a nascente, anulando a anterior composição sinuosa,

- 40 Antunes Varela convida Luís Benavente (arquiteto da DGEMN) em 1954 para o projeto de Guimarães, porque prefere o seu trabalho ao de Rodrigues Lima. Nunes, *Espaços e Imagens...*, 123.
- 41 Câmara Municipal de Guimarães. *Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho – Memórias Descritivas*. Guimarães: Minerva, 1925.
- 42 *Memória Descritiva do segundo estudo prévio para o Palácio de Justiça de Guimarães (1953)*, citada em Nunes, *Espaços e Imagens...*, 124.
- 43 Januário Godinho. *Memória Descritiva da Câmara Municipal e Tribunal de Famalicão* (novembro de 1954). CDFAP: JG300.
- 44 O orçamento apresentado em 1954 é de 6.593.642\$ para o edificio e 894.321\$24 para os arranjos exteriores (respetivamente, mais 23.042\$ e menos 9.678\$76 do que na proposta anterior) o que dá um acréscimo total de 13.363\$24.
- 45 Januário Godinho afirma que Famalicão “pagou ao Estado em 1953 para cima de 19.000 contos em contribuição, acrescida de 2.450 contos para o fundo de desemprego”.



organizada em torno do *pátio de honra*. A nova articulação, igualmente dinâmica, muda radicalmente a presença do edifício face ao terreno, afirmando agora uma fachada principal recuada e sobrelevada, organizada segundo um eixo que evidencia a simetria do corpo central e organiza o equilíbrio assimétrico estabelecido entre o corpo secundário do edifício municipal, à esquerda (organizado no sentido norte-sul) e o edifício do tribunal, à direita (organizado no sentido nascente-poente). Neste jogo de equilíbrio, simetria e assimetria, ganha especial relevância o impulso vertical da torre (agora solta do edifício e situada à esquerda da fachada principal) e a forte presença volumétrica da escadaria do edifício municipal, do lado poente, que enfatiza o eixo central (fig.8).

Esta é uma alteração subtil, mas que faz toda a diferença no impacto da imagem do edifício, sem perder, no entanto, a dinâmica espacial que caracterizava a proposta anterior. A alteração não é, no entanto, claramente assumida na memória descritiva:

“A feição arquitectónica deste edifício pretende ser um compromisso entre certos princípios da nossa arquitectura tradicional e as naturais exigências de uma vida actual bem diferente.

Projecta-se arquitectura simples e sóbria, cuja riqueza e solenidade resulta do material em que foi concebida, os belíssimos granitos da região; a composição arquitectónica baseia-se, por consequência, nas características nobres do material a empregar. (...) O domínio da linha horizontal da massa arquitectónica é enaltecido (...) pela verticalidade da torre, estabelecendo-se desta forma o equilíbrio perfeito da composição: arcos, tórreres e granitos são já melodias bem vincadas na tradição da arquitetura portuguesa, em particular no Minho.

A relação entre os corpos do edifício, com a torre alta e recuada, faz surgir um atraente pátio de recepção, festivo e aprazível, debruçado sobre o jardim-praça que lhe serve de moldura; assim aconchegada à sombra da arcada, esta formosa sala de visitas prolonga-se numa perspectiva de claro-escuro que se perde por entre flores e maciços de verdura. – Eis o «leit-motiv» de toda a composição, alegoria simbólica de formas e costumes tradicionais, onde a alegria e a graça se entrelaçam para nos revelar o carácter do próprio Conselho.”

[Fig. 8] Projeto de Januário Godinho para o Tribunal e Câmara Municipal de Famalicão; planta do piso térreo, 1954. Fonte: Câmara Municipal de Famalicão.

46 Ver, por exemplo, o conjunto arquitetónico de Pampulha, Belo Horizonte (Oscar Niemeyer, 1942–44).

47 Ver, por exemplo, as arcarias da Piazza della Vittoria, em Brescia (Marcello Piacentini, 1927–1932).

Na maior parte das fachadas do edifício este discurso adequa-se ao desenho, bastante semelhante ao de Chaves: composição ritmada pela repetição de um módulo, com piso térreo sóbrio e depurado, apontamentos decorativos nas molduras das janelas do piso superior e cobertura em telhado, com beiral saliente.

No corpo central (fig.9), no entanto, encontramos sinais de *outra mão* de Januário Godinho: o piso suspenso continua a mesma linguagem dos corpos laterais, mas a “arcaria” tem um desenho mais moderno que clássico, com uma sucessão de arcos abatidos que lhe dá uma ondulação que remete mais para a sensualidade da arquitetura moderna brasileira⁴⁶ do que para as rígidas arcarias de Piacentini (fig.10);⁴⁷ a simplicidade do desenho dos pilares de betão, de forma troncocónica invertida, remete mais para o conceito corbusiano de “piloti” do que para a coluna clássica, apesar da subtil sugestão de capitel que é dada pelo desenho do seu remate superior.

A ideia de planta livre está bem assumida na transparência da fachada nascente do sector central (o único encerrado) do piso térreo, em ferro e vidro, que constitui a zona de acesso público à Câmara.



[Fig. 9] Tribunal e Câmara Municipal de Famalicão, corpo central, estado atual; planta do piso térreo, 1954.

[Fig. 10] Tribunal e Câmara Municipal de Famalicão, corpo central. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.

Mas é sobretudo a liberdade espacial que esta *arcaria* proporciona, na ligação nascente-poente e na relação interior-exterior, que remete para as conquistas do movimento moderno: a transparência do espaço encerrado e a possibilidade de atravessar o edifício por baixo, acedendo a um segundo pátio público, a poente, dominado pelo volume cilíndrico da caixa de escadas.

A aprovação deste projeto⁴⁸ permite concluir que, afinal, não era o argumento económico o mais determinante na reprovação da proposta anterior; aliás, os trabalhos a mais realizados durante as obras ainda vão aumentar os custos de construção do edifício, inaugurado em 1961.⁴⁹

Covilhã

Ainda em 1954, o ano da apresentação do projeto de Famalicão, Januário Godinho entrega uma proposta para os Tribunais de Justiça e de Trabalho da Covilhã.

Contrariamente ao que acontece em Famalicão, aqui o desenho rígido das colunas remete para as arcarias de influência clássica dos arquitetos italianos e alemães ao serviço de Mussolini e Hitler, o que é condizente com o discurso da *memória descritiva*:⁵⁰ “[a]doptou-se para este edifício, tendo em atenção a sua finalidade, uma arquitetura equilibrada e de expressão serena, sem quaisquer propósitos audaciosos de novidade arquitetónica; o projecto desenvolveu-se com uma grande sobriedade e harmonia de linhas e volumes, tendente a criar a necessária expressão de obra austera e permanente.”

Os alçados principais do projeto parecem surgir como uma evolução da experiência de Chaves, agora com o ritmo clássico completamente assumido nos pilares do piso térreo, que sustentam o piso nobre numa solução “de «loggia», antecedendo as entradas principais, à maneira das antigas arcadas que serviam de átrio aberto dos pequenos e grandes edifícios públicos”.

Mas é sobretudo na leitura que Januário Godinho faz da envolvente que reconhecemos, novamente, a principal razão de ser da composição arquitetónica proposta, que resulta da “projectada praça dos Tribunais, no centro cívico integrado no plano de urbanização da cidade da Covilhã”. Assim, são propostos “dois edifícios simétricos em relação a um eixo central” que se desenvolvem “dentro da mesma feição arquitectónica”; essa intenção dificilmente se reconhece hoje no local, onde não existe a projetada praça e apenas se construiu um dos edifícios.

Funchal e Tomar

Em 1955 iniciou-se um período muito ativo para Januário Godinho: com os tribunais de Chaves e da Covilhã em construção (seriam ambos inaugurados no ano seguinte) e o de Famalicão ainda em fase de aprovação superior, apresenta os projetos para Tomar e para o Funchal.

48 Em abril de 1954, Eduardo de Arantes e Oliveira substitui José Frederico Ulrich no Ministério das Obras Públicas e, em agosto do mesmo ano, Antunes Varela assume a pasta da Justiça, substituindo Cavaleiro de Ferreira; estas mudanças políticas terão contribuído decisivamente para a aprovação deste projeto.

49 No concurso de empreitada (em maio de 1956) foi escolhida a proposta de Joaquim de Sousa, de 7.875.750\$00. Existem vários documentos posteriores que se referem a contratos adicionais de empreitada e mencionam pagamentos por trabalhos a mais; documentação consultada no Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.

50 Januário Godinho. *Memória Descritiva do Tribunal da Covilhã* (julho de 1954). CDFAUJ: JG218.

[Fig. 11] Tribunal de Tomar, fachada principal, estado atual. Fotografia de Eduardo Fernandes, 2005.

[Fig. 12 a] Tribunal de Tomar, "promenade architecturale": exterior.

[Fig. 12 b] Tribunal de Tomar, "promenade architecturale": "claustro".

[Fig. 12 c | d] Tribunal de Tomar, "promenade architecturale": escadaria de acesso à sala de audiências. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2005.



O alçado principal do edifício do Funchal apresenta evidentes semelhanças com os desenhos da proposta não construída para Guimarães: piso térreo surge como embasamento para os dois pisos superiores, unificados pela presença de uma "loggia" de influência clássica, com dupla altura, acessível por uma escadaria destacada.⁵¹

Pelo contrário, o projeto de Tomar (fig.11) apresenta uma proposta espacial mais elaborada e original. Na *memória descritiva*,⁵² Godinho destaca a sua "composição arquitectónica" que, "no seu aspecto puramente plástico", procura "um jogo de volumes perfeitamente equilibrado, dentro de um certo sabor renascentista, isto é, um desdobramento de módulos ritmados, variando apenas nos panos de enchimento, sem qualquer propósito de contrariar uma estrutura que se nos afigura perfeitamente integrada no ambiente de Tomar".

Mas, mais uma vez, o que parece ser decisivo para o desenho é "a circunstância do local", neste caso, levando em conta não só as condicionantes de implantação mas também "a atmosfera rica de arquitetura que em Tomar atinge excepcional projecção".

Neste contexto, a sua interpretação do "programa de serviços a instalar, os quais além da parte puramente funcional exigem o conforto e a dignidade que resulta da sua própria natureza", conduz a uma solução diferente de qualquer uma das anteriormente referidas: se, à primeira vista, a "loggia" parece semelhante à desenhada para a Covilhã (agora com duplicação da coluna), o efeito espacial conseguido é muito diferente, aprofundando as experiências anteriormente realizadas.

Se em Famalicão podemos passar por baixo do edifício da Câmara para aceder a um pátio secundário, em Tomar o acesso obrigatório passa por baixo da fachada principal, para um espaço central, um "«pátio de honra» do Tribunal – minúsculo fórum da Justiça".

Nesse *claustro* o visitante passa sob a sala de audiências, suspensa em pilares de desenho semelhante ao de Famalicão, para aceder à escadaria de acesso aos *passos perdidos*, aberta para o pátio no outro extremo. Assim, o visitante pode desfrutar de uma surpreendente *promenade architecturale*: partindo da praça exterior, passando sob a fachada principal, atravessando o "claustro" e subindo a escadaria nobre, encontramos-nos em frente à entrada da sala de audiências (fig.12), no interior do edifício, sem ter atravessado qualquer porta...⁵³

Este acesso franco ao interior do edifício, que se abre ao público, dá ao edifício um carácter democrático que contrasta com a linguagem dos alçados, mas é subtilmente sugerido nas entrelinhas do texto: "procurou-se uma solução que sugerisse o prolongamento do Campo da Várzea por debaixo do corpo do Tribunal, deixando

51 Podemos associar este esquema compositivo a algumas das mais famosas obras de Andrea Palladio (1508–80), nomeadamente a Vila Foscarei (1558–60) e a Vila Rotunda (1566–67).

52 Januário Godinho. *Memória Descritiva do Tribunal de Tomar* (outubro de 1955). CDFaup: JG231.

53 Como é evidente, esta "promenade" só é possível quando o edifício está aberto ao público; na "loggia" que dá acesso ao pátio existe uma barreira de portões de ferro que permite controlar o acesso ao edifício, encerrando-o fora do seu horário de funcionamento. Este conceito ("promenade architecturale") foi popularizado pelo arquiteto suíço Le Corbusier.

[Fig. 13] Mercado Municipal de Amarante, Januário Godinho, estado atual.

[Fig. 14] Tribunal de Amarante, Januário Godinho, fachada principal, estado atual.

[Fig. 15] Tribunal de Amarante, Januário Godinho, vista para o exterior da 'loggia'.



sobre o pórtico o corpo avançado da fachada principal; daqui nasceu a ideia de uma espécie de claustro como fundo do Campo da Várzea, apenas interrompido pelo rendilhado das grades de ferro forjado: cedros e flores fazem viver dentro do claustro o mesmo ambiente que se respira por toda a cidade”.

Évora e Amarante

Em 1956, Januário Godinho apresentou uma proposta para o Concurso de Projetos para o Tribunal de Évora, ganho por Carlos Ramos. Os desenhos sugerem a procura de uma solução espacial complexa, tal como em Tomar (fig.14), mas agora com uma “loggia” articulada em dois pisos.

Esta solução, não construída em Évora, é retomada em 1959, no projeto para o tribunal de Amarante, onde se procura uma nova interpretação do tema da “loggia”, que agora é um elemento ligeiramente curvo que articula dois pisos e une os dois volumes que albergam diferentes partes do programa.

São de novo as características do terreno o que melhor explica a solução encontrada, como Godinho refere na *memória descritiva*:⁵⁴ “fica situado na encosta da Cêrca dos Frades (...) ficando sensivelmente a meia altura”, sobre “um fundo de velhos carvalhos.” Em virtude “das características excepcionais do terreno o edifício deveria, na medida do possível, traduzir um pouco da tradição dos edifícios em varanda, dando simultaneamente satisfação às naturais exigências do programa e às solicitações inerentes à natureza do terreno.”

Assim, o corpo central do edifício surge “debruçado sobre o Tâmega, olhando o Marão” (fig.15); mas, simultaneamente, é um espaço que permite o atravessamento do edifício, articulando as suas duas cotas: “Quem desce da parte alta da Vila, entra no edifício através de um pórtico alpendrado com acesso direto ao Tribunal” e encontra uma escadaria que dá acesso direto ao piso inferior que, por sua vez, “toma as feições de piso principal para quem chega da zona baixa da Vila”.⁵⁵

Tal como em Famalicão, o corpo da “loggia” surge recuado em relação ao alinhamento das fachadas dos corpos laterais, organizados assimetricamente e (apenas em Amarante) com direções ligeiramente diferentes, o que origina a suave curva do corpo central; este recuo permite conformar “um amplo pátio, sugerindo um claustro aberto”, que “reúne à sua volta os vários serviços e estabelece como que o coração do edifício, lugar de encontro natural e vista dominante sobre Amarante”.

Importa referir que no mesmo ano em que Januário Godinho apresenta o projeto do Tribunal de Amarante desenha também o Mercado Municipal da mesma cidade, situado muito perto (na mesma encosta, junto ao rio). O projeto apresenta uma linguagem

⁵⁴ Januário Godinho. *Memória Descritiva do Tribunal de Amarante* (1959). CDFAP: JG-400.

⁵⁵ De acordo com o projeto, o acesso à “loggia” era franco, apenas protegido pelos portões de ferro; posteriormente este espaço foi encerrado com um grande envidraçado, tanto no piso superior como no inferior, permitindo uma melhor climatização dos espaços mas comprometendo o efeito de “edifício em varanda” que era inicialmente pretendido.

56 Januário Godinho. *Memória Descritiva das Casas do Magistrados* (janeiro de 1960). CDEFAUP.

57 Não nos alongaremos muito na análise deste projeto, que foi amplamente estudado em Tavares, *Dois obras...*

58 Januário Godinho. *Memória Descritiva do Tribunal de Ovar* (agosto de 1961). CDEFAUP: JG203.

59 Entre 1918 e 1974, Raul Lino publicou vários livros, ensaios, artigos em revistas e em jornais; mas o seu livro mais influente foi *Casas portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples* (1933), pelo carácter doutrinário das ilustrações que acompanham o texto. Ver bibliografia completa de Lino em Irene Ribeiro. *Raul Lino – Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP, 1994, 195–200.

60 “O projeto realizado em 1843 por João Pires da Fonte para o Palácio de Justiça de Lisboa ficou no papel, tal como o de Ventura Terra, apresentado em 1895, para a Avenida da Liberdade. Em 1926 foi criada uma Comissão destinada ao estudo de um novo projeto (Nunes, *Espaços e Imagens...*, 207). Em 1930 e 36, Cristino da Silva apresentou propostas para o remate do Parque Eduardo VII, desenhando uma “praça monumental, fechada em três dos seus lados por um majestoso Palácio de Justiça”, num esquema que lembra o Terreiro do Paço (Cristino da Silva, “Prolongamento da Avenida da Liberdade...”, *Arquitectura*, n.º 20, Agosto-Setembro de 1931). Após, no início da década de 50, se terem equacionado vários locais em diferentes pontos da cidade para a sua localização, o Ministro Cavaleiro de Ferreira encarrega Raul Rodrigues Lima (em 1953) de estudar uma nova solução a implantar no alto do Parque Eduardo VII. O Anteprojeto de Raul Rodrigues Lima propõe quatro soluções alternativas. Com a saída de Cavaleiro de Ferreira do Ministério, em 1954, o projeto ficou suspenso. O seu sucessor, Antunes Varela, vai retomar o processo em 1958, fixando o local do novo Palácio da Justiça no alto do Parque Eduardo VII. Contra a opinião de Arantes e Oliveira (Ministro das Obras Públicas), Varela vai descartar →

modernista, em contraste com o Palácio da Justiça; é, claramente, uma obra de mão direita.

Ainda nas proximidades, umas dezenas de metros a poente da entrada norte do tribunal (na mesma rua do Capitão Augusto Casimiro), Godinho realiza um projeto para as casas dos Magistrados, que apresenta em janeiro de 1960. Na *memória descritiva* refere que “as moradias podem considerar-se perfeitamente integradas no ambiente local, com certo espírito «amarantino», simples e com pitoresco resultante das construções em terrenos acidentados. É uma construção tradicional no que se refere à forma e aos materiais utilizados”.⁵⁶ Quer na consulta do projeto, quer no local, pode-se confirmar o referido carácter tradicional, mas com um entendimento moderno, sem qualquer elemento decorativo e articulado numa organização espacial dinâmica.

Ovar

Em 1960, Januário Godinho apresenta o anteprojeto para o Tribunal de Ovar,⁵⁷ com duas soluções (A e B); em ambas, tenta atender a problemas “de ordem arquitectónica e urbanística” relacionados com as condicionantes do lugar: edifícios existentes, forma do largo e desníveis do terreno.

Na *memória descritiva*⁵⁸ do projeto (apresentado em agosto de 1961) já só se refere uma solução (a anterior A) em “forma de «L»”, com uma nova e original interpretação do tema clássico, onde a colunata surge separada do edifício, formando um percurso cerimonial: uma “entrada tradicional, à maneira dos solares, com escadaria exterior e galeria de ligação – «loggia»”. Esta disposição é justificada com a intenção de “criar uma praça ao serviço do Tribunal e para recreio aprazível do público em geral”, porque se pretende “que este edifício seja duplamente útil, primeiro como repartição pública e depois como generoso lugar de reunião e recreio do povo”.

Lamego

Em 1962, Januário Godinho apresenta o projeto para o Tribunal de Lamego (fig. 16), naquela é a sua última proposta de mão esquerda. O processo de trabalho incluiu vários desenhos, com sete diferentes hipóteses de implantação; a proximidade do novo edifício ao antigo Paço Episcopal explica esta preocupação com o seu posicionamento e talvez justifique alguma contenção no desenho (e na organização espacial) que o projeto apresenta, em contraste com alguns dos anteriormente referidos.

Na fachada principal repete-se a solução do Funchal, mas agora a colunata assume um carácter claramente postiço em relação ao edifício relativamente depurado a que está associada.

De assinalar que, pela primeira vez, nos seus projetos desta tipologia, a cobertura em telha recua ligeiramente em relação ao

plano das fachadas, suprimindo o tradicional beiral e enfatizando o carácter paralelepípedo do volume.

Este desenho indica uma vontade de abandonar os últimos vestígios da influência da doutrina da “casa portuguesa” (alicerçada nos textos e desenhos que Raul Lino produz entre 1918 e 1933),⁵⁹ em consequência da recente publicação (em 1961) das conclusões do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. Em conjunto com a artificialidade do pórtico, a ausência de beiral assinala uma diminuição da sua convicção nas linguagens “de mão esquerda”, numa altura em que já estava em curso o projeto do Tribunal de Lisboa.

Lisboa e Vila do Conde, obras de mão direita.

Em 1958, Januário Godinho assina contrato (em parceria com João Andresen) para a elaboração do projeto do Palácio da Justiça de Lisboa, finalizando um processo de aceso debate e sucessivos desenhos que durava há mais de um século,⁶⁰ no mesmo ano, Carlos Ramos é contratado para a coordenação dos estudos urbanísticos da Zona Norte do Parque Eduardo VII.

Godinho e Andresen iniciam o trabalho, em coordenação com uma comissão nomeada pelo Ministério da Justiça e com os técnicos do projeto do Palácio da Cidade (com construção prevista para essa área). Os estudos preliminares foram apresentados em julho de 1960 e homologados por Arantes e Oliveira⁶¹ em agosto de 1961.

São propostas 3 soluções, respeitando o Plano de Urbanização de Faria da Costa. A solução “B”, inicialmente escolhida, propunha duas torres de 22 pisos,⁶² lembrando o esquema volumétrico da Praça dos Três Poderes, realizada em Brasília na segunda metade dos anos 50 (por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer); foi rejeitada pela Direção-Geral da Aeronáutica Civil, por razões de segurança, dada a proximidade ao aeroporto da Portela.



→ as propostas de Rodrigues Lima e, em 1958, encomenda um novo projeto a Januário Godinho, que sugere integrar João Andresen na equipa projetista. Nunes, *Espaços e Imagens...*, 208–214.”

61 Arantes e Oliveira foi Ministro das Obras Públicas entre 1954 e 67.

62 Ver fotografia da maqueta em Nunes, *Espaços e Imagens...*, 355.

[Fig. 16 a | b] Tribunal de Lamego, Januário Godinho, estado atual. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.

[Fig. 17 a | b] Tribunal Cível de Lisboa, estado atual. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.



Consequentemente, foi desenvolvida a solução “A”, que propunha um “Fórum da Justiça” composto por quatro volumes autónomos: Tribunal Cível, Tribunal Criminal, Tribunal Superior e Tribunal de Polícia e Execução de Penas.

O anteprojecto é homologado em setembro de 63, por Arantes e Oliveira que, no entanto, vai propor a sua construção noutra local (Cais do Sodré). Graças à insistência de Antunes Varela⁶³ retoma-se a intenção de construir no alto do Parque Eduardo VII.

O projeto é aprovado pelo Ministro das Obras Públicas em novembro de 1965.⁶⁴ Nesse mesmo ano é adjudicada a empreitada de fundações da obra, que contempla apenas dois edifícios: o Tribunal Cível e o Tribunal de Polícia e Execução de Penas. A ausência dos restantes edifícios e a não demolição da penitenciária comprometem decisivamente as intenções espaciais e urbanísticas do projeto. João Andresen, falecido em 1967, não acompanha o acabamento das obras dos dois edifícios construídos, inaugurados a 30 de setembro de 1970.

No edifício do Tribunal Cível (fig.17) reconhece-se o tema da “loggia” (no piso térreo), mas agora integrado numa linguagem Corbusiana.⁶⁵ A sua construção na capital do país marca claramente o momento em que se torna evidente que a representação de Poder de Estado se pode já fazer, em Portugal, com recurso a uma “nova monumentalidade”, referida por Sigfried Giedion como necessária à arquitetura moderna para satisfazer a “eterna necessidade humana de criar símbolos para os seus atos e para o seu destino, para as suas convicções religiosas e sociais”.⁶⁶

Esta era uma clara alternativa à *pseudo-monumentalidade* da arquitetura da Itália de Mussolini, da Alemanha Nazi e da Espanha de Franco (principais modelos que o Estado Novo promove em Portugal) ou da Rússia de Estaline, apontando outros caminhos: aqueles que Corbusier seguira nos anos 50, com as suas Unidades de Habitação, obras que parecem ter sido uma importante referência para o projeto do Tribunal Cível de Lisboa. Esta mudança de linguagem da obra de Godinho pode ser explicada pela sua parceria com o jovem Andresen (dez anos mais novo), cujo percurso se pautou sempre por uma defesa convicta dos valores da arquitetura moderna (foi um dos fundadores do grupo ODAM, no Porto).

No entanto, apesar da evidente diferença de atitude, continuam a reconhecer-se neste projeto as habituais características da obra de Januário Godinho: uma aversão ao vazio que leva a uma por menorização obsessiva de todas as superfícies (com desenho de diferentes padrões, articulação de diferentes materiais e inclusão do trabalho de vários artistas plásticos) e uma grande preocupação com o desenho urbano. Na sua versão completa (não construída), o novo conjunto monumental funcionava como uma praça de

63 Antunes Varela foi Ministro da Justiça entre 1954 e 67.
64 Nunes, *Espaços e Imagens...*, 215–222.
65 Referida à arquitetura do arquiteto suíço Le Corbusier, nomeadamente à linguagem da sua Unidade de Habitação de Marselha (1945–52).
66 Siegfried Giedion. *Arquitetura e Comunidade*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d.: 31, 43–44.



[Fig. 18 a | b] Tribunal de Vila do Conde, Januário Godinho, estado atual. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.

grande sentido cívico, no remate do principal eixo urbano de Lisboa; essa intenção urbanística é hoje dificilmente perceptível, porque a articulação prevista entre o alto do Parque Eduardo VII e a incompleta praça dos Tribunais também ficou no papel.⁶⁷

Paralelamente ao projeto de Lisboa, decorre um outro longo processo de conceção-construção que introduz uma rotura na habitual linguagem de Januário Godinho, o do Tribunal de Vila do Conde (fig.18).

Desde os primeiros estudos, apresentados em julho de 1961, é defendida uma abordagem claramente afastada dos cânones habituais, assumida na Memória Descritiva e justificada pelo caráter do local previsto para a implantação, uma “nova praça, sem quaisquer condicionamentos de ordem arquitetónica, futuro centro da zona de expansão da Vila”. Para Godinho, esta situação permite “sugerir um edifício de arquitectura inteiramente livre, viva e actual, quer na concepção quer no modo expressivo dos materiais eleitos”. Embora reconheça que “Vila do Conde possui um raro património artístico constituído por valiosos palácios e monumentos que enobrecem as suas caprichosas ruas, praças e pracetas”, o autor ressalva que “este reconhecimento saudoso deve interpretar-se como exemplo estimulante para que nas modernas praças e ruas se ergam edifícios representativos da arte e da técnica do nosso tempo”.⁶⁸

O projeto é aprovado, com parecer favorável da Comissão de Revisão da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “corroborando a opção do autor da proposta no que concerne ao partido arquitectónico”.⁶⁹ No final de um longo processo de construção, paralelo ao de Lisboa, o Tribunal de Vila do Conde é inaugurado a 4 de Junho de 1972.

O edifício que encontramos construído na praça Luís de Camões não desmente a citada descrição apresentada na *memória descritiva*. O projeto foi claramente concebido como remate da nova Alameda dos Descobrimentos, trabalhando o já referido tema da “nova monumentalidade” através de uma linguagem moderna, mas com uma escala muito menos imponente do que no caso do Tribunal Cível de Lisboa:⁷⁰ cobertura plana, alçado principal depurado, com clara distinção entre a transparência do pano de vidro central e a opacidade dos volumes laterais (revestidos a granito) e forte presença da pala central, que avança em balanço para além da linha dos pilares, demonstrando as potencialidades técnicas do material em que é construída.

Não deixam, no entanto, de se reconhecer nesta composição alguns temas clássicos, como a simetria, a colocação do conjunto sobre um pequeno pódio (acessível por uma escadaria que o enquadra a toda a largura), a sugestão de colunas dos seis pilares do corpo central e o porticado dos alçados laterais.

⁶⁷ É, no entanto, possível perceber o potencial desta relação pela vista panorâmica do parque que se pode disfrutar a partir dos pisos superiores do Tribunal Cível.

⁶⁸ Januário Godinho, Memória Descritiva do Tribunal de Vila do Conde, citada em Nunes, *Espaços e Imagens...*, 130.

⁶⁹ Parecer da Comissão de Revisão da DGEMN sobre Anteprojecto do Tribunal de Vila do Conde (13 Março 1962) citado em www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16021 (consultado em outubro de 2016).

⁷⁰ A menor dimensão justifica-se pelo programa menos ambicioso, em dimensão e representatividade, mas também por uma adequação ao contexto urbano onde se insere.

71 Importa, neste contexto de rutura com os ditames do Estado Novo, referir o carácter percussor do Tribunal Judicial de Rio Maior, projetado por Formosinho Sanchez (1957–1961); esta proposta inovadora, com um único piso, foi a primeira verdadeiramente moderna construída em Portugal para este tipo de programa. A sua aprovação (conseguida “gracias à teimosia de Antunes Varela”) não foi pacífica, tendo causado “forte apreensão” ao Concelho Superior de Obras Públicas, onde terá sido decisivo o apoio de Carlos Ramos. Nunes, *Espaços e Imagens...*, 123–125.

72 O convite é oficializado por carta de 18 de junho de 1965, do Ministério das Obras Públicas. O programa foi enviado a Januário Godinho a 29 desse mês e o respetivo contrato foi assinado em 25 de Novembro desse ano; documentação consultada no espólio de Januário Godinho, CDFaup: JG331.

73 O primeiro anteprojecto foi desenhado pelo Arq. Francisco Augusto Batista, com data de 2 janeiro de 1964; em parecer de 21 de abril de 1964, Arantes de Oliveira (Ministro das Obras Públicas) considera que este “não tem o nível arquitectónico exigido pelas circunstâncias” e “não é, pois, merecedor de aprovação”; um segundo anteprojecto, do mesmo autor, foi apresentado ao Conselho Superior de Obras Públicas em 31 de outubro de 1964 e de novo recusado: o parecer n.º 3381 do Ministério das Obras Públicas, homologado em 22 de março de 1965, refere que o projeto “não possui ainda o nível exigido para servir de base a um projecto definitivo”; documentação consultada no espólio de Januário Godinho, CDFaup: JG331.

74 São desenhados em forma de “X”, sendo a parte superior dos dois elementos que se cruzam menor que a inferior (como num alicate).

Apesar deste classicismo compositivo (que é característico de muitas obras de referência do movimento moderno) o Tribunal de Vila do Conde não deixa de constituir, simultaneamente com o Palácio de Justiça de Lisboa, uma completa rutura com a linguagem habitual deste tipo de programas.⁷¹

Dois casos paradigmáticos: Braga e Barreiro

Neste importante momento de experimentação e concretização em obra de novas linguagens, Januário Godinho iniciou dois outros projetos de tribunais, para Braga e Barreiro, que não foram construídos. Em ambos os casos, o processo de projeto será longo e sujeito a vários momentos de revisão e redesenho.

Importa analisar com alguma atenção estes dois processos porque, em ambos os casos, a sua não realização está relacionada com os diferentes entendimentos da representação do Estado antes e depois da Revolução de Abril de 1974.

Braga

No caso de Braga, o convite surge (em junho de 1965)⁷² na sequência da reprovação ministerial de um anterior projeto, de outro autor.⁷³

Januário Godinho tinha já realizado um conjunto de estudos para a Praça Conde Agrolongo, “para efeito da localização do novo edifício para o Tribunal Judicial de Braga” apresentados em janeiro de 1963. Na *memória descritiva* do seu anteprojecto, em outubro de 1966, estes estudos anteriores são referidos como justificação de uma “concepção” que reflete uma “invulgar fartura de espaços a par de uma escala e grandeza interior porventura única em edifícios desta natureza e categoria.” Assim, para Godinho, “os condicionamentos urbanísticos impostos, longe de constituírem dificuldade ao encontro de uma boa concepção arquitectónica, apenas contribuíram para a descoberta de uma solução exemplar, correcta, clara e original entre os Palácios de Justiça que se tem construído pelo país fora.” A proposta, de planta quadrada, tem uma organização pouco habitual, com uma área interior, onde se localizam os tribunais e um perímetro exterior de serviços, levantado do solo por pilares oblíquos, de desenho invulgar.⁷⁴

O parecer da Comissão de Revisão sobre este anteprojecto, de dezembro de 1966, é bastante ambíguo; faz elogios à proposta e chega mesmo a formular uma crítica (subentendida nas entrelinhas) ao já referido “Programa de Serviços Internos” elaborado pelo Ministério da Justiça de Antunes Varela para os projetos de Palácios de Justiça: “a cidade de Braga justifica e parece desejar a construção de um edifício público de grandeza pouco vulgar para as necessidades que foram programadas de um modo muito formal, obedecendo a um padrão tipo que não se coaduna com uma

liberdade de expressão actual e grandiosa”. Face a isto, o parecer apresenta duas opções: para cumprir o programa oficial, reconhece que o projeto deve ser completamente revisto; mas, se forem passíveis “de aceitar, sem prejuízo de maior, as alterações de base ao programa”, então “o anteprojecto poderá servir de base ao prosseguimento dos estudos, uma vez aceite o custo provável do empreendimento”. Dando seguimento a este parecer, o Ministério da Justiça informa Januário Godinho “que na elaboração do anteprojecto para o Tribunal de Braga deverá manter-se e ser observado o programa em vigor”, considerando que este “se afasta muito acentuadamente daquele programa”. As observações apresentadas são de carácter funcional e económico (“custo previsto muito elevado”).⁷⁵

Em junho de 1967, Januário Godinho apresenta novo anteprojecto. Na *memória descritiva*⁷⁶ refere o parecer da Comissão de Revisão, “a que se pretende responder, tanto quanto possível”; no entanto, insiste na solução proposta anteriormente: “Mantem-se, todavia, a concepção geral adoptada por se julgar reunir méritos muito pouco vulgares em edifícios públicos, embora se reconheça que as soluções convencionais e rotineiras são por via de regra o caminho mais directo, seguro e cómodo para não levantar dúvidas nem controvérsias”. Godinho contesta o “hipotético valor arquitectónico circundante”, referindo que “não existe no local onde se pretende construir o edifício valores arquitectónicos que justifiquem condicionamento quanto ao estilo”. Assim, mantém a “concepção adoptada”, afirmando que responde “aos condicionamentos impostos pela urbanização da praça” e “reflecte o espírito tradicional da arquitectura bracarense no que respeita á clareza, simplicidade e harmonia das suas formas e volumes”, considerando “que as sementes deste edifício fazem parte da mesma sementeira que produziu alguns dos mais excelentes edifícios de Braga”. Depois, apela à sua já longa experiência e prestígio neste tipo de trabalhos, sem referir nenhum caso concreto: “É lástima, porém, ter de constatar que outros edifícios congéneres, hoje tão enaltecidos,⁷⁷ tenham sofrido, na mesma fase de anteprojecto vicissitudes dolorosamente incompreensíveis no que se refere à expressão arquitectónica. O respeito pela arquitectura ambiente, quando ela existe de facto, não justifica de modo algum timidez ou subserviência perante processos e formas do passado, nem tampouco a análise objetiva da história demonstra e aconselha semelhantes atitudes. Impõe-se antes de tudo o mais a harmonia e a boa qualidade da arquitectura pois só assim se entende que de braço dado com o Gótico caminhe com igual nobreza o Renascimento”. Assim, não esconde que o novo anteprojecto mantém “os princípios fundamentais do anteprojecto base por se julgarem dignos de Braga e susceptíveis de elevar o nível arquitectónico dos edifícios públicos”.

75 Carta do Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, Comissão instaladora dos Serviços, de 19 de janeiro de 1967; CDFaup: JG331.

76 Januário Godinho. *Anteprojecto do edifício para o Tribunal Judicial de Braga. – Revisão – Memória Descritiva* (12 de junho de 1967). CDFaup: JG356.

77 Embora Godinho não refira quais são estes “edifícios congéneres” o caso de Famalicão é uma referência evidente, pelo historial do projeto mas também pela proximidade geográfica a Braga.

78 O parecer desfavorável é comunicado por carta do Presidente da Câmara de Braga, referindo o ofício de 9 de Agosto de 1967 (que se baseia no parecer de 1 de Agosto da Comissão Instaladora dos Serviços), e afirmando que “em virtude desse parecer (...) não considerar o anteprojecto merecedor de aprovação, se deverá elaborar um novo anteprojecto, de acordo com a disposição do programa.” CDFAUP: JG331.

79 Januário Godinho. *Anteprojecto do edifício para o Tribunal Judicial de Braga. – Revisão – Memória Descritiva* (15 de janeiro de 1968). CDFAUP: JG356.

80 Carta de Januário Godinho ao Presidente da Câmara de Braga, 4 de junho de 1969; CDFAUP: JG331.

81 Parecer do Inspector-Geral do Conselho Superior das Obras Públicas (22 Setembro), homologado pelo Ministro das Obras Públicas em 7 de outubro de 1970, que aprova o anteprojecto apresentado por Januário Godinho em fevereiro de 1970; CDFAUP: JG331.

82 Carta do Ministério da Justiça a Januário Godinho, a comunicar o despacho do Secretário de Estado da Justiça de 4 de março de 1975; CDFAUP: JG331.

83 Resumo da documentação consultada no espólio de Januário Godinho (CDFAUP: JG331) para o período 1975–88: 1975 – 19 de março, envio à Câmara Municipal de Braga (CMB) de estudos prévios de acordo com o novo programa e a nova localização; em 21 de abril, Carta do Ministério da Justiça (MJ) a Januário Godinho (JG) com proposta de alterações ao projeto da Comissão Instaladora dos Serviços; 26 de maio, JG envia aditamento ao estudo prévio para o MJ e para a CMB; 8 de julho, carta do MJ a JG com proposta de alterações ao projeto. 1976 – 10 de março, envio de anteprojecto de JG para a CMB com nota de honorários. 1977 – 28 novembro, despacho do Almeida Santos (novo Ministro da Justiça) comunicando a necessidade de realização de um novo anteprojecto; 28 de dezembro, carta de JG ao Presidente da CMB a comunicar que a decisão do MJ implica um novo contrato e solicitando o novo programa. 1978 – 20 de julho, carta do MJ para JG a →

Esta proposta é de novo reprovada superiormente.⁷⁸ Em janeiro de 1968, é entregue uma nova “Revisão do Anteprojecto”, com profundas alterações: “Em relação ao anteprojecto base, altera-se por completo a distribuição interna do edifício, procurando-se, portanto, uma nova solução que não tendo o valor arquitectónico da primeira é contudo satisfatória sob o ponto de vista funcional.”⁷⁹ Os desenhos que acompanham a *memória descritiva* citada mostram uma solução muito mais tradicional, com um pátio central rodeado por 4 corpos com cobertura inclinada, em telha.

O processo continua; no espólio de Januário Godinho encontramos um conjunto de “Melhoramentos” à proposta, entregues em maio de 1968 (com desenhos semelhantes aos de janeiro de 1968), e ainda uma nova revisão do anteprojecto, em dezembro de 1968.

Em 1969, a documentação consultada começa a mostrar evidentes sinais de desconforto; Godinho escreve ao Presidente da Câmara Municipal de Braga a pedir liquidação de honorários, queixando-se de que o projeto “tem sido alvo de contrariedades e discussões tão imprevisíveis como fúteis e fora do comum chegando mesmo a tomar certa feição misteriosa, tal a série de contratemplos que tem surgido ao longo dos anos já inutilmente perdidos”.⁸⁰

Em 1970, é enviado um novo anteprojecto, que obtém finalmente aprovação (condicional) do Conselho Superior das Obras Públicas: considera-se que a proposta “está em condições de servir de base à elaboração do projeto definitivo, tidas em conta as observações formuladas”.⁸¹ No entanto, esta decisão será alterada após a nomeação de Santos da Cunha para Governador Civil de Braga, que reprova a localização no Campo da Vinha e propõe, em contrapartida, a construção do Tribunal nos terrenos a Sul da Avenida João XXI.

Em março de 1975 é apresentado um anteprojecto para a nova localização; os tempos, no entanto são outros: a indicação de Januário Godinho para elaboração de anteprojecto do tribunal para novo local é acompanhada por uma advertência: “no atual período de austeridade, são de pôr absolutamente de parte quaisquer soluções sumptuosas, de forma a que a obra, sem prejuízo da indispensável dignidade, se conforme a mais estrita economia e funcionalidade”.⁸²

O processo continua, com vários episódios, até que, em 1988, é oficializada a suspensão do contrato para o projeto do Tribunal de Braga e são liquidados os últimos honorários devidos.⁸³

Barreiro

O processo do Tribunal do Barreiro é semelhante ao caso de Braga, mas ainda mais elucidativo da mudança de paradigma que acontece em Portugal após o 25 de Abril de 1974.

O trabalho inicia-se em 1964, com o fornecimento da planta de implantação; em fevereiro de 1968, Januário Godinho apresenta um estudo prévio com duas soluções. A *memória descritiva*⁸⁴

descreve-as como uma “solução concentrada” (“do tipo convencional”) e uma “solução urbanística” que “pretende responder ao espírito geral da urbanização do novo centro urbano (...) à maneira do Tribunal de Tomar”; as duas soluções são “completamente diversas” embora “subordinadas às mesmas premissas”.

Em abril de 1969 a Comissão Instaladora do Ministério da Justiça emite um parecer com quinze observações sobre o anteprojecto; no mês seguinte, um ofício da Câmara Municipal do Barreiro solicita a elaboração do projeto definitivo a partir da “solução urbanística”, tendo em conta o parecer do Ministério da Justiça.

Em 1970 é entregue o anteprojecto; no ano seguinte (a 12 de fevereiro), a Comissão Instaladora do Ministério da Justiça emite parecer pedindo vinte e cinco novas alterações; em 1972, é realizado um aditamento em resposta ao parecer da Comissão Instaladora dos Serviços, com pequenos ajustes.

Em agosto de 1973 o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes dá parecer favorável ao anteprojecto do Palácio de Justiça;⁸⁵ o Projeto é entregue em novembro de 1973 e, em resposta, Godinho recebe novo pedido de alterações.

Em 10 de abril de 1974 é enviado um novo projeto; quinze dias depois ocorre a Revolução dos Cravos, e uma inevitável mudança de paradigma. Em fevereiro de 1975, a Câmara Municipal do Barreiro envia um ofício a Januário Godinho comunicando a decisão de “protelar” a construção do Palácio da Justiça; será restaurado o antigo edifício do Tribunal e a verba sobrança será aplicada em obras do Conselho do Barreiro “que a população considere prioritárias”.⁸⁶

Conclusão: a espada e a balança

A balança e a espada, estilizados no trabalho de ferro existente no postigo de uma porta do Tribunal de Famalicão (fig.19), são símbolos de sabedoria e força habitualmente usados na representação figurativa da Justiça e constituem uma boa metáfora da relação de forças entre Arquitetura e Poder que abordamos ao longo deste texto.

A sua fusão num único elemento, tal como o Grifo usado nos rótulos deste projeto (como foi referido no início deste texto), simboliza bem o espírito eclético de Januário Godinho, a sua facilidade em conseguir a mistura harmoniosa de dois opostos, visível em muitas das obras aqui analisadas.

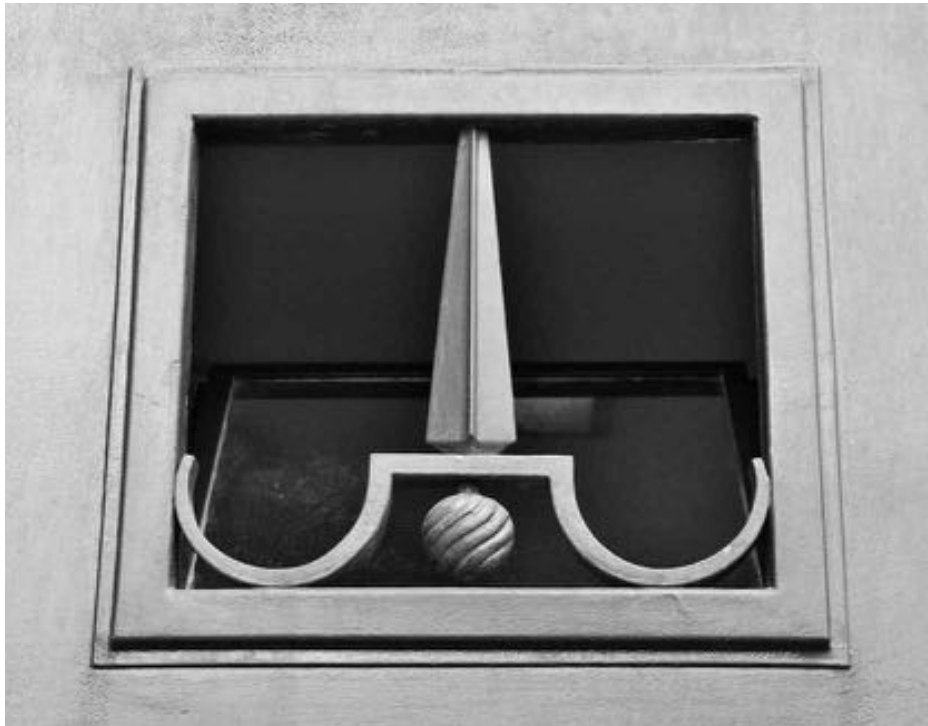
Este ecletismo é a chave que permite interpretar as respostas muito diferentes que este autor propõe às solicitações de *dignidade, prestígio e solenidade* presentes no já referido “Programa de Serviços Internos” do Ministério da Justiça.

→ comunicar alterações ao programa (do novo Ministro da Justiça, José Dias dos Santos Pais). 1983 – 3 de novembro, carta do MJ para JG pedindo resposta ao ofício de 3 de outubro de 1982; 28 de novembro, carta de JG para o MJ fazendo o solicitado ponto de situação dos trabalhos (em anexo segue uma cronologia com a “evolução do processo” desde 1965). 1984 – 20 de janeiro, carta do MJ para JG solicitando a suspensão de quaisquer trabalhos em curso até ser enviado novo programa e confirmada a localização do edifício; em 24 de dezembro, carta de JG ao MJ solicitando pagamento de honorários e lembrando o historial do “percurso sinuoso deste processo que se arrasta desde há longos anos, tudo parecendo aconselhar que se procure uma solução que pelo menos indemnize os outorgantes dos encargos entretanto acumulados”. 1988: em 15 março, carta de JG para o MJ pede liquidação de honorários referindo a suspensão do contrato em virtude de ofícios do MJ de 20 de janeiro de 1984 e 23 de julho de 1986; o pagamento é faturado por JG em 20 de abril.

84 Januário Godinho. *Memória Descritiva do Estudo Prévio para o Tribunal do Barreiro* (fevereiro de 1968). CDFAUP: JG358.

85 Na sequência de um parecer de 28 de Julho de 1972, enviado a Januário Godinho a 13 de agosto de 1973; documentação consultada no espólio de Januário Godinho, CDFAUP: JG218.

86 Entre 1975 e 1977, Januário Godinho envia mais de uma dezena de cartas a pedir pagamento de honorários, a diferentes entidades (Câmara Municipal do Barreiro, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Secretário de Estado da Justiça e Ministro da Administração Interna); em janeiro de 1977 recebe finalmente os honorários em falta; documentação consultada no espólio de Januário Godinho, CDFAUP: JG218.



[Fig. 19] Tribunal de Famalicão, postigo de uma porta exterior.
Fotografia de Eduardo Fernandes, 2017.

Analisando os seus desenhos e visitando as suas obras construídas constata-se facilmente uma evolução nas linguagens propostas pelo mesmo arquiteto para o mesmo cliente institucional, com o mesmo tipo de restrições impostas pelo mesmo programa. Existe, no entanto, um conjunto de princípios constantes, apesar da diversidade registada ao longo do período em estudo.

Em primeiro lugar, Godinho procura adequar o edifício ao sítio onde este se implanta, levando em atenção as características topográficas, o caráter da construção envolvente e o impacto do novo edifício na malha urbana: esta preocupação é tanto mais evidente quanto mais desafiantes são as circunstâncias do local (como nos casos de Chaves, Amarante e Ovar). Sendo cada sítio uma realidade diferente, as respostas são também, necessariamente, distintas.

Em segundo lugar, em função do estímulo específico que cada projeto apresenta, o arquiteto procura (quase sempre) uma abordagem inesperada ao nível da articulação de volumes e vazios, que leva a soluções originais e extremamente interessantes do ponto de vista da articulação dos espaços exteriores e interiores (evidentes nos casos de Famalicão, Tomar e Amarante). A escadaria de acesso ao piso nobre é normalmente um elemento fundamental na organização do espaço interior.

É em função destas duas preocupações que Godinho vai procurar alcançar a pretendida “dignidade arquitetónica” do edifício, não negando o “prestígio das funções que nele vão ser executadas”, concedendo sempre a “solenidade nos acabamentos” solicitada, mas interpretando a referida “relação com o meio” de um modo menos evidente do que seria de esperar, face à implícita ideia de mimetização das “características regionais” solicitada no Programa de Serviços Internos de Antunes Varela.⁸⁷ Se, por vezes, o desenho reinterpreta as características de alguns edifícios de importância histórica da cidade (como no caso de Tomar), não o faz como alusão à sua *traça arquitetónica*, mas como reinterpretação da sua tipologia.

Regra geral, os projetos respondem ao programa de modo simples e linear, tirando partido da necessária sucessão de espaços de igual dimensão para estabelecer uma métrica que leva a uma repetição modular nos alçados, presente em todos os projetos, independentemente da sua linguagem.

A preocupação com o desenho do detalhe é outra constante da sua obra, que leva a uma obsessiva pormenorização de todos os elementos do projeto, com uma qualidade de desenho que impressiona quem consulta o seu espólio. Mesmo no caso do Tribunal de Lisboa, a procura de uma “nova monumentalidade” (de raiz corbusiana) não suprime a existência de numerosos elementos decorativos, cuidadosamente detalhados, que respondem a uma aparente aversão ao vazio que caracteriza as suas obras “de mão

esquerda” mas também está presente, embora de forma menos evidente, nas obras mais assumidamente modernistas.

É, no entanto, evidente que a sua obra sofre uma clara evolução entre o conservadorismo de Chaves e a modernidade de Vila do Conde e Lisboa. A experiência de Famalicão (com a reprovação do seu anteprojecto) terá retardado o desenvolvimento de propostas mais ousadas até que fosse perceptível um ambiente mais favorável.

O estudo realizado, focado na obra de um único personagem, não permite obter conclusões seguras sobre a ação dos diferentes agentes que controlam a aprovação de projetos deste tipo, mas permitiu perceber que também aí se encontra uma evolução. A relação de forças entre a espada e a balança não é igual com Cavaleiro de Ferreira e Frederico Ulrich nas pastas da Justiça e das Obras Públicas e após a sua substituição por Antunes Varela e Arantes e Oliveira, em 1954.

É esta nova circunstância, reforçada pela colaboração de Godinho com João Andresen, que permite a ousadia da proposta de Lisboa. A surpreendente aprovação deste projeto, de grande impacto, na capital do país, deixa o caminho aberto para outro tipo de experiências formais que, no entanto, ainda encontraram alguma resistência nos casos de Braga e do Barreiro. Nestes casos, no entanto, o que parece estar na base das sucessivas reprovações das propostas é, mais do que a modernidade da linguagem, a subversão do programa-tipo de um ponto de vista estritamente funcional.

Assim, os casos de Lisboa e Vila do Conde mostram que a recusa das linguagens modernas nos mais representativos edifícios públicos já não era uma inevitabilidade, vários anos antes da profunda mudança de paradigma surgida com a revolução de 1974.

Arquitetura em *contracorrente*: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo.

Rui Pereira
Eduardo Fernandes

Numa época em que Portugal carecia de diversos equipamentos públicos e infraestruturas, Duarte Pacheco, entre 1932 e 1936 à frente do recém-criado Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), impulsionou a implementação de uma estratégia de atuação à escala territorial que implicava a “concentração de todas as obras de fomento que interessam à melhoria dos serviços do Estado e das condições económicas da nação”, através de um “plano metódico de realização em todo o país”.¹ Esta estratégia, que pressupunha o reconhecimento da *realidade existente*, o estudo de *modelos internacionais* e a *uniformização dos critérios de intervenção*, viria progressivamente a consolidar-se e a reafirmar-se no início dos anos 40, permitindo ao MOPC absorver “competências que eram anteriormente tuteladas por outras pastas ministeriais”, fazendo “reverter a seu favor parte considerável das verbas anteriormente atribuídas a outros ministérios” e retirando-lhes “competência legal de decisão no processo projetual e construtivo de toda e qualquer empreitada”, reconhecendo-lhe apenas a “especificidade da competência técnica”.²

A concentração do processo construtivo das grandes obras de promoção estatal no MOPC implicou também a “centralização de um grupo de técnicos altamente especializados”.³ Inserida na orgânica do ministério, a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) criou equipas multidisciplinares, compostas por “um engenheiro da direcção, que normalmente geria o organismo, um ou mais elementos ligados ao ministério-cliente, que permitia estabelecer um diálogo ao nível das exigências programáticas e um arquiteto, que trabalharia na conceção dos projetos”.⁴

- 1 Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações. “Preâmbulo ao Decreto-Lei nº 22 055”. *Diário do Governo*. 1.ª Série, n.º 307 (31 de Dezembro de 1932): 2721.
- 2 Sandra Vaz Costa. *O País a Régua e Esquadro – Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2016, 106.
- 3 António Manuel Nunes. *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Edições Minerva, 2003, 73.
- 4 Gonçalo Canto Moniz. “Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30”. *DC papeles. Revista de crítica arquitectónica*, n.º 13-14 (2005): 72-3.

5 “(...) o Ministério da Justiça convidava um arquitecto da sua confiança a elaborar o anteprojecto do novo Tribunal, fornecendo-lhe um programa de distribuição dos Serviços Internos, rigorosamente predefinido, onde eram estipulados o número de pisos, gabinetes, átrios, sanitários, posto médico, sala de testemunhas, cartórios, registos, secretaria, corredores, Sala ou Salas de Audiência, arrecadação de objectos apreendidos, celas para reclusos que aguardavam julgamento, etc”; “uma vez elaborado o anteprojecto, o Ministério da Justiça encaminhava-o para o Ministério das Obras Públicas. Aqui a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais prescindia as mais das vezes de emitir qualquer juízo valorativo, concedendo a apreciação técnica e estética ao Conselho Superior de Obras Públicas. Ao Conselho cabia formular o veredicto final”. Sobre o processo construtivo das obras da Justiça ver: Nunes. *Espaços e Imagens...*, 95.

6 Nunes. *Espaços e Imagens...*, 96.

7 Nuno Portas. “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, em Bruno Zevi. *História da arquitectura moderna*. Lisboa: Arcádia, 1970, 705-7.

8 Sobre a *primeira vaga moderna* em Portugal e a referida mudança de paradigma ver, nesta publicação, Eduardo Fernandes e Rui Pereira. “A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder”.

9 A título de exemplo, Jorge Segurado, coautor da Casa da Moeda (1932-41) e autor do Liceu de Lisboa (1932), foi um dos responsáveis pelas Aldeias Portuguesas; e Cristino da Silva, autor do cineteatro Capitólio (1925-31) e do Liceu de Beja (1930-34), foi responsável pelo Pavilhão de Honra e de Lisboa. Ver Rui Pereira. *Entre a coincidência e a divergência: a Exposição do Mundo Português e a Expo '98*. Dissertação de Mestrado, EAUM, abril de 2015.

10 Margarida Acciaiuoli. *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, 125.

No caso do programa de construção de Tribunais / Palácios da Justiça, a elaboração dos projetos ficava a cargo de um arquiteto designado pelo Ministério da Justiça, que elaboraria um anteprojecto dependente da aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas do MOPC.⁵

No âmbito da arquitetura dos Palácios da Justiça, um enfoque na figura do arquiteto Raúl Rodrigues Lima é um contributo essencial para elucidar a complexidade de um quadro histórico em que ações e opções individuais foram decisivas para o desenho das representações de poder nas vertentes políticas, ideológicas e institucionais. Face à inexistência de uma equipa de técnicos experientes no programa Tribunal, o ministro da Justiça Cavaleiro de Ferreira (1944–1954) atribuiu a Rodrigues Lima (que fez parte da Comissão de Construções Prisionais do MOPC, responsável pela obra das cadeias e tutorias dos anos 30) um número considerável dos mais proeminentes Palácios da Justiça.⁶ Consequentemente, este arquiteto assumiu um claro protagonismo neste tipo de programa durante a década de 50, um momento inicial de grande investimento no parque judiciário português. Simultaneamente, o seu papel precursor permitiu a criação de um quadro de antecedentes para o programa Tribunal e o estabelecimento de um referente para as obras a empreender no futuro.

Um percurso dicotómico

Os primeiros anos da prática profissional de Raúl Rodrigues Lima (1909–1979), formado em arquitetura na Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL, 1931), enquadraram-se no contexto da primeira vaga moderna em Portugal.⁷ Aos 30 anos, vê construído o seu primeiro projeto para o cineteatro Cinearte em Lisboa (1937–40), um edifício com um programa inovador para a época, a que o autor respondeu com uma solução racionalista próxima do projeto desenvolvido por Willem Marinus Dudok para o Colégio Neerlandês (1928–1938), na Cidade Universitária de Paris: estabelecem-se hierarquias volumétricas semelhantes, com recurso a elementos curvos que introduzem dinamismo à composição e a envidraçados horizontais que percorrem toda a fachada.

No entanto, as suas obras posteriores viriam a refletir a mudança de paradigma⁸ das linguagens arquitetónicas a que se assistiu em 1940, quando grande parte dos arquitetos responsáveis pela *primeira vaga moderna*, desempenhou um papel ativo na conceção da grande Exposição do Mundo Português,⁹ subordinando-se às linguagens estabelecidas pelo poder e destruindo “grande parte do fulgor que, no princípio da década de 30, parecia prometer uma importante viragem”.¹⁰

Na Exposição do Mundo Português, Rodrigues Lima foi responsável pelos três pavilhões que compunham a Secção Histórica. O Pavilhão da Fundação evocava o período da Idade Média e o reconhecimento de Portugal enquanto nação independente, por recurso a um léxico militar que faz lembrar a imagem da Sé de Lisboa ou de Coimbra: possui uma volumetria de aspeto sólido semelhante às antigas fortalezas e o seu topo apresenta um perfil denteado, aludindo a ameias e merlões. A aproximação faz-se por um pasadizo que é necessário transpor para chegar à entrada, marcada por um arco perfeito e encimada com a Cruz da Ordem de Cristo. A sua articulação através de um pórtico com a monumental Porta da Fundação (Cottinelli Telmo), guardada por quatro cavaleiros medievais armados com escudo e espada, permite a ligação ao Pavilhão da Formação e Conquista. Este pavilhão, que aborda o período de formação do Reino de Portugal e o seu povoamento, destaca-se pelo alto-relevo de uma espada e dos nomes das cidades conquistadas numa das suas fachadas. Articula-se, através de três arcos quebrados de escala monumental, com o Pavilhão da Independência, que faz referência aos momentos de defesa e afirmação da nação portuguesa.¹¹ As suas fachadas distinguem-se pela presença dos brasões de armas representativos da dinastia de Avis.

Esta experiência de Rodrigues Lima no plano mediático dos Centenários pode ajudar a compreender a solução que desenvolveu anos mais tarde para o cineteatro Monumental (1951). Construído no quarteirão definido pela Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida Praia da Vitória, o edifício apresenta uma fachada principal côncava em reação à Praça Duque de Saldanha (que ajuda a definir), marcada por uma colunata embebida e uma base composta por uma sucessão de arcos redondos a mediar a articulação com o espaço público. O cunhal do edifício é rematado com uma torre cilíndrica, coroada com esfera armilar e destacada em altura, hierarquizando todo o conjunto.

A subordinação de Rodrigues Lima a um gosto oficial e nacionalista permite estabelecer paralelos com o percurso de Cristino da Silva (1896–1976), Cottinelli Telmo (1897–1948) ou Pardal Monteiro (1897–1957), arquitetos de quem foi discípulo e que de forma semelhante protagonizaram esta transição: Cristino projeta o inovador Cinema Capitólio (1925–31) mas é depois autor do desenho da Praça do Areeiro, que vai estabelecer uma regra neo-pombalina para a habitação coletiva de Lisboa; Cottinelli, autor da Estação Fluvial para Sul e Sueste (1931), foi o arquiteto-chefe da Exposição do Mundo Português, autor do Pavilhão dos Portugueses no Mundo (1940) e responsável (com Cristino da Silva) pelo plano para a Cidade Universidade de Coimbra (1934–42); Pardal Monteiro, responsável por obras como o Instituto

11 Refere-se a Batalha de Aljubarrota, a Restauração da Independência e as Linhas de Torres Vedras, entre outros episódios.

- 12 Nuno Teotónio Pereira. “Que fazer com estes 50 anos?”. *J-A, publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos*, n.º 186 (Set. 1998): 36.
- 13 Fernando Rosas. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012, 341.
- 14 Pereira, “Que fazer...”, 36.
- 15 “Quanto à Arquitectura de Justiça, os primeiros sinais de mudança só ganham visibilidade a partir de 1957, e de forma muito pontual e controlada”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 21.
- 16 Moniz, “Arquitectos e Políticos...”, 72-3.
- 17 Artigo n.º 411 e seguintes do “Decreto-lei n.º 33 547”. *Diário do Governo*. I Série, n.º 37 (23 de Fevereiro de 1944): 151-260.
- 18 “Decreto-lei n.º 35 388”. *Diário do Governo*. I Série, n.º 285 (22 de Dezembro de 1945): 1179-83.

Superior Técnico (1937) e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1938), projeta também a Cidade Universitária de Lisboa (1961).

Com o fim da guerra em 1945 e a queda definitiva dos principais referentes internacionais de Salazar, como o nazismo e o fascismo, tem início em Portugal um novo ciclo em que se assiste a um progressivo declínio da retórica nacionalista. Procurando sobreviver, o Estado Novo persegue agora um duplo designio, que pretende conciliar a manutenção de um regime que se fundou e procurou legitimar através de um ideário imperial, histórico e rural, com a necessidade de modernização e adaptação à nova fase do pós-guerra. Esta dualidade dá origem a “operações de cosmética com a adopção, meramente formal, de alguns figurinos democráticos”.¹²

O fim da segunda guerra mundial implicou também um “fenómeno de desvirtuação” do projeto totalitário do regime, no que diz respeito aos “conteúdos discursivos”, “objectivos” e “métodos”,¹³ o que permitiu que a segunda vaga moderna, “plena de convicções e de combatividade”, se desenvolvesse “livremente, perante a indiferença e sem interferências do poder”.¹⁴ No entanto, a resposta à encomenda estatal, em particular na área da justiça,¹⁵ não acompanhou este movimento de renovação da arquitetura, continuando durante vários anos e com poucas exceções a cingir-se às linguagens pretensamente nacionais que se haviam consolidado em 1940, com a Exposição do Mundo Português.

A construção de um modelo

A estratégia operativa do MOPC estipulava “compreender a realidade existente, estudar os modelos internacionais e uniformizar os critérios de intervenção”. Contributo determinante para o diagnóstico da *realidade existente*, “apurando as necessidades das obras de restauro, de obras de ampliação ou de construção de novos edifícios”,¹⁶ parece ter sido dado pelas inspeções aos serviços judiciais realizadas pelo corpo de técnicos especializados do Conselho Superior Judiciário e que se viriam a intensificar até ao início dos anos 50. Com a promulgação do Estatuto Judiciário de 1944,¹⁷ o Ministro da Justiça Adriano Vaz Serra (1940–1944) dá continuidade às reformas de Manuel Rodrigues Júnior (1932–1940) e instaura mecanismos de inspeção judiciais, que viriam a ser reforçados no ano seguinte com o Ministro Cavaleiro de Ferreira (1944–1954) a promulgar novo Estatuto¹⁸ e a promover um rigoroso regime de inspeções.

Até 1922 as inspeções ordinárias nunca ultrapassaram as vinte anuais, aumentando nesse ano para quarenta e nove e mantendo-se acima de vinte inspeções anuais até 1939, ano em que se regista um decréscimo acentuado para apenas onze inspeções anuais.

Sensivelmente a partir de meados da década de 40 assiste-se a uma escalada do número de inspeções, até umas expressivas cento e vinte inspeções anuais em 1951. Até 1957, verifica-se um decréscimo de inspeções praticamente para metade, variando sensivelmente entre as cinquenta e as noventa e sete até 1967.¹⁹

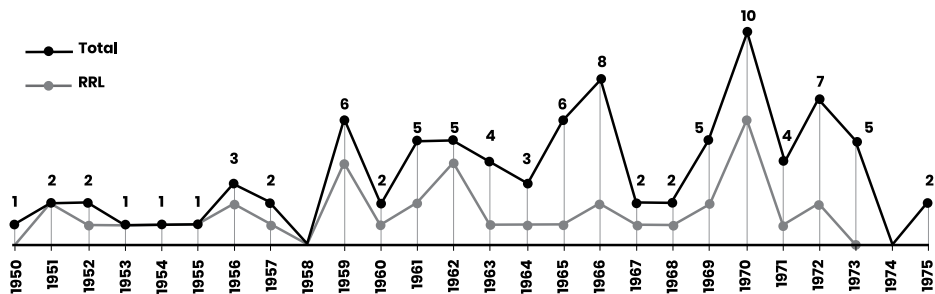
Tendo em conta as funções “representativa”, “social” e “educativa” da arquitetura judicial, enunciadas em 1940 no artigo “A Justiça no Estado Novo” do número extraordinário do jornal *O Século*,²⁰ e uma estratégia de “projeção” da justiça através da “conquista ou colonização interna”²¹ do território, torna-se pertinente, como já sugeriram outros autores,²² olhar para o controlo inspetivo aos serviços judiciais, cuja necessidade premente já teria sido apontada no mesmo texto, em paralelo com o investimento nos Palácios da Justiça a construir por todo o país.

Apesar desta supervisão ter por “primacial objectivo facultar ao Conselho Superior Judiciário o perfeito conhecimento do estado, necessidades e deficiências dos serviços judiciais”,²³ funcionando como uma estrutura de controlo disciplinar da administração da justiça e da atividade dos juizes, os seus resultados revelariam um quadro negativo das condições e do estado de degradação das instalações dos tribunais, apontando para a necessidade urgente do saneamento do parque judicial.²⁴

No mesmo texto *d’O Século* eram destacadas as “notáveis reformas realizadas desde 1926 até hoje” como a “maior obra que em Portugal se fez, em qualquer época, no Ministério da Justiça”, assim como a reforma “larga, oportuna e fecunda” realizada com a “energia inquebrantável” do ministro Manuel Rodrigues Júnior. De um modo previsível, as obras apresentadas com imagens referiam-se exclusivamente às várias cadeias e tutorias construídas durante este período. Em relação aos edifícios dos tribunais só foi feita uma vaga e curta referência ao “Palácio da Justiça de Coimbra”, à “profunda transformação que sofreu o velho convento da Boa Hora, enquanto não é construído o Palácio da Justiça de Lisboa, já com plano aprovado, como o do Porto”.²⁵

Efetivamente, até 1940, só se havia procedido à instalação dos serviços judiciais de Coimbra (num edifício remodelado)²⁶ e de Torre de Moncorvo, um caso “singular que se arrastava desde a Primeira República”.²⁷ Seria só com o apogeu de inspeções em 1951, que se verifica o encetar de um progressivo e sistemático investimento no parque judiciário, promovido por Cavaleiro de Ferreira, até um total de 89 Tribunais / Palácios da Justiça construídos de raiz: oito concluídos até 1955, aumentando para treze até 1960, vinte e três até 1965, e vinte e sete até 1970. Só a partir de 1970 se verificaria um decréscimo para dezoito edifícios, concluídos até 1975 (fig. 1).

- 19 Sobre a atividade inspetiva ver: Nuno Lopes e Francisco Azevedo Mendes. “Os conselhos superiores judiciais e as inspeções às magistraturas em Portugal (1912-1975). Uma abordagem preliminar”, em *Justiça na Res Pública (Sécs. XIX-XX). Vol 1. Estado, Poder Político e Justiças*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e José Viriato Capela. Braga: CITCEM, 2011.
- 20 Gonçalo Canto Moniz. “Palácio da Justiça. Porto - MCMLXI Recensão crítica de uma obra intemporal”, em *Direito e Compaixão, Teatro e Piedade: A procura de um lugar comum*, org. Clayton Santos Guimarães, Cristina Marinho, Nuno Pinto Ribeiro. Porto: CETUP, 2014, 340-1.
- 21 Francisco Azevedo Mendes. “O Esforço e o Phatos do Estado de Direito em Portugal (1945-1974)”, em *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, org. Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves e Fátima Moura Ferreira. Niterói: Eduff, 2009, 199.
- 22 Lopes e Mendes. “Os conselhos superiores...”.
- 23 “Decreto-lei n.º 35 388”. *Diário do Governo*. I Série, n.º 285 (22 de Dezembro de 1945): 1181.
- 24 Sobre o “problema das instalações” apontado nos relatórios ver Nunes, *Espaços e Imagens...*, 85.
- 25 S. A. “A Justiça no Estado Novo”. *O Século – Número Extraordinário comemorativo do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal* (1940): 84-7.
- 26 Os serviços judiciais de Coimbra foram instalados no Palacete Ameal, um antigo colégio universitário adquirido pelo Ministério da Justiça em 1928. O projeto de remodelação ficou a cargo do Engenheiro Manuel Castelo Branco; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 67-8.
- 27 O Palácio da Justiça de Torre de Moncorvo “terá sido fruto da persistência de uma família de beneméritos locais, estando ainda muito próxima dos Paços dos Concelhos edificadas na segunda metade do século XIX, e de alguma arquitectura solarenga regional onde estavam alojados Serviços de Justiça, como Mirandela, Vila Pouca de Aguiar, Castelo Branco e Braga”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 71.



[Fig. 1] Total dos projetos de raiz construídos por ano de entrada em funcionamento e projetos da autoria/coautoria de Raúl Rodrigues Lima (RRL), 1950 a 1975. Fonte: Base de dados do projeto Representações do Poder do Estado.

Não seria por mera coincidência que em maio de 1946, a par do intensificar deste ímpeto fiscalizador e da situação crítica que ia sendo diagnosticada, Raúl Rodrigues Lima se desloca em missão oficial ao estrangeiro na senda de *estudar os modelos internacionais* através de uma “análise comparativa de projectos similares”²⁸ e reconhecimento de boas práticas. A viagem de recolha de informação às cidades de Paris, Milão, Roma e Bruxelas, seria preditiva da conceção e expressão que iria nortear a prática do autor nas décadas seguintes.

Por último, a necessidade de *uniformizar os critérios de intervenção* culminou na elaboração de um “Programa de Serviços Internos”,²⁹ enviado a todos os projetistas a partir de 1955 e fornecendo orientações sobre aspetos arquitetónicos dos edifícios destinados aos serviços judiciais, que deveriam “ter sempre certa dignidade arquitectónica, variável embora, como é óbvio, consoante a categoria da sede de comarca” e, tanto “interior como exteriormente”, corresponder “ao prestígio das funções que nele vão ser executadas”. O programa refletia também o já referido desígnio simbólico que o Estado Novo atribuía à arquitetura da Justiça, não só pressupondo a prestação de um serviço às populações mas, simultaneamente, assumindo um sentido pedagógico de instrumentalização da arquitetura como símbolo que cumpre uma dupla função de representação institucional e política através da sua imagem e do seu espaço. Por isso, o programa estipula que a “traça arquitectónica deve corresponder ao meio respeitando-se as características regionais onde as haja”, enquadrando a obra dos Palácios da Justiça numa estratégia de difusão territorial e ideológica através da normalização de um modelo.³⁰

Esta base de atuação permitiu a concretização de um vasto programa de construção de Tribunais / Palácios da Justiça, integrados numa rede de equipamentos e infraestruturas a implementar por todo o país. De um total de 89 construídos entre 1950 e 1975, incluindo edifícios com programa duplo de Tribunal e Câmara

Municipal, Raúl Rodrigues Lima foi autor/coautor de 38 projetos, durante um período de 22 anos (1951–72), tendo os restantes 51 sido repartidos por 28 autores/coautores.³¹ Simultaneamente, foi Rodrigues Lima o autor que mais cedo começou a projetar e a ver os seus edifícios construídos, dominando o panorama da construção do programa Tribunal: durante a década de 50, foi autor/coautor de 13 Palácios da Justiça, de um total de 19 construídos durante este período, em comparação com apenas 16 Palácios da Justiça durante a década de 60, face a um total de 42 construídos nesse período (fig. 2).

Os projetos apresentados por Rodrigues Lima durante este período viriam a revelar a influência das obras que visitou durante a viagem de 1946 por algumas capitais europeias. As propostas assumem, normalmente, uma escala de grandiosidade e afirmação no espaço público, que varia entre o ideário neoclássico patente, por exemplo, no Palácio da Justiça de Bruxelas, de Joseph Poelaert, e a arquitetura fascista de Marcello Piacentini, como o Palácio da Justiça de Milão.³² A monumentalidade da construção é normalmente conferida pela composição arquitetónica tendencialmente equilibrada e simétrica que é conjugada com a verticalidade da colunata na fachada principal, mais ou menos literal, enquanto elemento mediador que articula o interior e o exterior do edifício, onde se aplicam motivos decorativos alusivos ao simbolismo da função.

Se a abordagem a este *contentor* permite alguma flexibilidade no modo como o edifício tem que *corresponder ao meio* e respeitar as *características regionais*, o seu *conteúdo* parece resultar de uma resposta mais pragmática às exigências do programa apostado à encomenda. O edifício organiza-se tipicamente em dois níveis principais, com distribuição dos serviços de Registo e Notariado no rés-do-chão e acesso por escadaria monumental ao piso nobre, onde se aloca a secretaria, os gabinetes dos magistrados e os espaços estruturantes do tribunal: a sala de audiências e os *passos perdidos*. As celas são normalmente remetidas para pisos subterrâneos.

As soluções arquitetónicas desenvolvidas por Rodrigues Lima para os Palácios da Justiça, tendo por base a articulação entre a função representativa e as exigências programáticas do tribunal, foram manifestamente bem-sucedidas, tendo-se constituído um modelo capaz de orientar, durante vários anos, a generalidade dos projetos para edifícios congéneres.

²⁸ Moniz, “Arquitectos e Politicos...”, 72-3.

²⁹ Nunes. *Espaços e Imagens...*, 119-120.

³⁰ “Programa de serviços internos” do Ministério da Justiça anexo à *Memória descritiva do anteprojecto para o Palácio da Justiça de Barreiro* (Junho de 1972). Espólio de Januário Godinho, CDFAUP: JG358.

³¹ Assim, concentraram-se na figura de Raúl Rodrigues Lima cerca de 43% dos Palácios da Justiça construídos, seguido por Januário Godinho com cerca de 11% de edifícios. No seu conjunto, estes dois autores ficaram encarregues dos projetos de mais de metade dos Palácios da Justiça construídos durante o período em estudo.

³² É o caso, por exemplo, dos Palácios da Justiça de Beja (1951), Bragança (1952), Santarém (1954), Caldas da Rainha ou Montijo (1959).



Em primeiro lugar, é evidente o modo como o arquiteto evita o confronto com o Hospital de Santo António (situado a norte), mantendo um grupo de casas pré-existentes entre a obra de John Carr e o novo Tribunal e colocando a parte mais monumental (o pórtico de entrada) do lado sul da fachada nascente (fig. 4).

Em segundo lugar, é de realçar o modo como Rodrigues Lima resolve o difícil problema do acentuado desnível entre a plataforma de implantação (no campo dos Mártires da Pátria) e o terreno a poente (Rua Azevedo de Albuquerque) que se encontra a uma cota muito mais baixa. Este desnível possibilita albergar vários pisos virados a poente abaixo da cota da entrada, com iluminação natural e vista para o rio Douro, permitindo que o volume do novo edifício não ultrapasse a cércea da sua envolvente próxima, a nascente.

Finalmente, refira-se o modo como o edifício se apresenta mais austero e com volumetria recortada, na mesma fachada poente, quebrando o volume e permitindo que o seu impacto na paisagem da cidade seja menos significativo (fig. 5).

Destes cuidados na relação com a envolvente resulta um edifício com alguma originalidade no conjunto da obra que Rodrigues Lima projeta para o Ministério da Justiça. Não deixa, no entanto, de ser representativo do modo como a generalidade dos arquitetos encara este programa: com uma monumentalidade procurada na estilização das regras clássicas de composição.

Estabelecida a definição desta norma e a solidez com que se conseguiu impor no projeto dos Palácios da Justiça em Portugal, torna-se pertinente fazer uma leitura seletiva dos momentos de afastamento deste modelo numa conjuntura de progressivo declínio da retórica nacionalista. É possível identificar dois desvios principais que se podem sintetizar num binómio construído entre uma aceção humanista inovadora, patente no Palácio da Justiça de Rio Maior (1961), e uma nova conceção de monumentalidade que, inversamente, é explorada no Palácio da Justiça de Lisboa (1970).

O Palácio da Justiça de Rio Maior, projetado pelo arquiteto Formosinho Sanches, introduz através de um racionalismo *miesiano*,

[Fig. 3 a | b] Estátua da justiça da autoria de Leopoldo de Almeida. Palácio de Justiça do Porto, vista de nascente /sul.

[Fig. 4] Palácio de Justiça do Porto, lado poente (vista da zona da Alfandega, à cota do Rio Douro). Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.

[Fig. 5] Palácio de Justiça do Porto, vista de nascente/norte (à direita, o Hospital de Santo António).



[Fig. 6] Palácio de Justiça de Rio Maior, lado poente.

[Fig. 7] Palácio de Justiça de Rio Maior; em primeiro plano, a estátua da Justiça da autoria de Lagoa Henriques. Fotografias de Rui Pereira, 2018

uma novidade no campo psicológico e da simbologia, que parece enunciar as ideias defendidas por Alvar Aalto num texto de 1940 (publicado em Portugal 10 anos depois) sobre a importância de se considerar numa nova arquitetura moderna o campo do “psicofisiológico”, como sendo um “alargamento dos métodos racionais”.³⁵

O edifício, de acentuada horizontalidade, organiza-se espacialmente num único piso, em torno de dois pátios, e implanta-se no interior do terreno/jardim (fig. 6). Este recuo face à rua, juntamente com a ausência de colunata na fachada principal, um elemento que tradicionalmente enfatizava a distinção entre o interior e o exterior, o sagrado e o profano, concretiza uma solução que permite ultrapassar definitivamente o antigo paradigma do “primado da distância”.³⁶ Ao diminuir a grandiosidade da sua presença urbana e enfatizar os valores da escala humana, foi possível ultrapassar uma “barreira” que era “demasiado forte para que o homem pudesse sentir que este era um edifício que lhe pertencia, que tinha sido feito para seu uso, que entre a sua vida modesta e desprezível e o novo “Palácio”, havia uma semelhança, um entendimento, um toque familiar e ameno”.³⁷

A solução revela uma conceção de justiça alternativa à visão defendida pelo regime, que tem expressão ao nível da estatúria (fig. 7). Contrariamente ao Tribunal do Porto, em que a estátua de Leopoldo de Almeida enfatiza a ordem e a autoridade impostas na sociedade portuguesa, no caso do Tribunal de Rio Maior, o protagonismo da estátua de Lagoa Henriques recai sobre a figura humana³⁸ que se traduz numa ideia de estado social que procura dignificar o “homem português contemporâneo”.³⁹

Se o Palácio da Justiça de Rio Maior se destaca pela formalização humanista absolutamente inovadora, no que diz respeito à fenomenologia do espaço e da representatividade convencionalmente afetos ao programa, o Palácio da Justiça de Lisboa (1970) destaca-se pela proclamação monumentalista da sua escala.

Projetado por João Andresen e Januário Godinho desde 1958,⁴⁰ o Palácio da Justiça de Lisboa pode ser entendido como o corolário possível do debate internacional sobre a monumentalidade de meados da década de 40, apresentando uma resposta alternativa à “maneira insatisfatória de representar o poder e a ideologia do Estado” e a uma “abordagem historicista”, que ainda vigorou na Europa do pós guerra, ao se prolongar pela segunda metade do século XX.⁴¹

O projeto idealizado para o Fórum da Justiça (só foram construídos os blocos do Tribunal Cível e dos Tribunais de Polícia e de Execução das Penas) pressupunha um conjunto de quatro volumes grandiosos dispostos em torno de uma grande praça central que funcionava como remate do eixo da Avenida da Liberdade-Parque Eduardo VII. A importância atribuída ao edificado na relação que estabelece com um espaço público representativo permite associar esta solução a

35 Alvar Aalto. “A Humanização da Arquitectura”, em *Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX*, coord. José Manuel Rodrigues. Caleidoscópio: Casal de Cambra, 2010, 303-5.

36 Nunes, *Espaços e Imagens...*, 70.

37 Formozinho Sanchez. “O tribunal de Rio Maior”. *Arquitectura*, n.º 99 (1967): 195.

38 “A escultura é formada por cinco figuras (...): a primeira figura (...) em posição angustiada e de expressão dolorosa, simboliza a Culpa ou o Crime; uma segunda figura (...) simboliza a consciência; a terceira apresenta um homem com a mão levantada na direcção das duas esculturas que encimam o conjunto e que representam a Inteligência e a Vontade (...). Assim, o criminoso que tenha um rebate de consciência e fizer um apelo à Inteligência e à Vontade através da justiça pode reabilitar-se perante a sociedade”; *Tribunal Judicial de Rio Maior*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. IPA: 00016460. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/SITE/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16460.

39 “Foi pois, uma atitude de elevada consideração pelo HOMEM (não o homem abstracto mas, objectivamente, o homem português contemporâneo) que me levou a projectar este Tribunal”; Sanchez, “O tribunal...”, 195.

40 Sobre o Palácio da Justiça de Lisboa ver também, nesta publicação, Fernandes e Pereira, “A metáfora do Grifo...”.

41 Frampton, Kenneth. *Modern Architecture – A critical view*. Londres: Thames and Hudson, 1980. Edição consultada: *História Crítica da Arquitectura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 255.



[Fig. 8] Tribunal Cível de Lisboa.

[Fig. 9] Tribunal Cível de Lisboa, vista da arcada exterior, lado poente. Fotografias de Eduardo Fernandes, 2017.

uma ideia de *centro comunitário* – à semelhança da *agora*, do *forum* ou da *praça medieval*,⁴² concretizando uma monumentalidade que é símbolo de uma “força colectiva”, que não se limita a “preencher requisitos funcionais” mas procura representar a “vida social e comunitária”.⁴³

Os corpos do conjunto permitem uma leitura unitária e autónoma, segundo uma composição assimétrica que parece sugerir uma abordagem “elementarista” ao programa, que encontra paralelo nos projetos de maior complexidade que Le Corbusier e Pierre Jeanneret desenvolveram para o edifício da Liga das Nações (1927), em Genebra, ou para o Palácio dos Soviéticos (1931), em Moscovo,⁴⁴ os quais já anunciavam as bases para uma monumentalidade moderna.

A linguagem das fachadas do Tribunal Cível exprime a influência da estética brutalista que Corbusier adota a partir dos anos 30. O rés-do-chão recuado faz destacar o alinhamento dos pilares da base que, por se restringirem à altura do piso térreo, não acentuam a verticalidade do edifício, sendo conceptualmente e funcionalmente assumidos como *pilotis*, e não como uma colunata tradicional (fig. 8 e 9). A solução para o edifício é extremamente próxima do projeto desenvolvido por Oscar Niemeyer⁴⁵ para o Ministério da Educação e Saúde (1937–1942), do Rio de Janeiro, que segundo Giedion já caminhava para uma *nova monumentalidade*.⁴⁶

O terraço do edifício do Tribunal de Polícia e Execução de Penas é tratado como espaço útil onde existe uma cantina e um bar, integrados num volume envidraçado com uma cobertura “flutuante”, que remete para a plasticidade corbusiana do pós guerra,⁴⁷ aludindo a uma ideia de *Gesamtkunstwerk* (obra de arte total), oriunda de Richard Wagner e recuperada mais tarde por Sert, Léger e Giedion ao referirem que “o monumento, sendo uma integração dos trabalhos do arquitecto, do pintor, do escultor, do urbanista, exige uma íntima colaboração entre todos eles”.⁴⁸

Arquitetura em *contracorrente*

Difícilmente se pode negar a circunstância privilegiada e o papel determinante que a História reservou ao arquiteto Raúl Rodrigues Lima na construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo. A atribuição a este autor de cerca de dois terços dos Palácios da Justiça construídos durante a década de 50 permitiu ensaiar soluções arquitetónicas que o carácter conformador do Programa de Serviços Internos viria paulatinamente a consolidar.⁴⁹ Este documento, distribuído a todos os projetistas desde 1955 e que podia ser de interpretação bastante aberta,⁵⁰ parece ter sido o instrumento que conferiu ao CSOP liberdade suficiente para que,

42 “Periods of real cultural life had always the capacity to project creatively their own image of society. They were able to build up their community centers (agora, forum, medieval square) to fulfill this purpose.”; Sigfried Giedion. “The need for a new monumentality”, em *New Architecture and city planning*, coord. Paul Zucker. New York: Philosophical Library, 1944, 556.

43 Sert, Léger e Giedion, “Nove pontos...”, 307.

44 Frampton, *História Crítica...*, 190-1.

45 Também estiveram envolvidos no projeto os arquitectos Costa, Reidy, Leao, Moreira, Vasconcelos e Le Corbusier, como consultor.

46 Giedion. “The need...”, 556-7.

47 Ver, a título de exemplo, a Capela Notre-Dame-du-Haut, em Ronchamp (1955), o Pavilhão Philips (1958) ou o Pavilhão de Exposições Heidi Weber (1967), em Zurique.

48 Sert, Léger e Giedion, “Nove pontos...”, 307.

49 O Programa de Serviços Internos pode ser entendido como um “instrumento conformador, zque tipificando e hierarquizando os princípios estéticos e funcionais a que deveria obedecer o projecto de um tribunal a edificar, sistematizava criteriosamente a herança recebida do período Cavaleiro de Ferreira e traçava as linhas programáticas futuras”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 119.

50 “Assim, mais do que encontrar um projecto-tipo, Rodrigues Lima e Cavaleiro Ferreira empenharam-se em construir um programa-tipo que orientasse os projectos a desenvolver para as diferentes comarcas”; Moniz e Bandeirinha, “A construção dos...”, 108.

51 A este respeito o ministro da Justiça Antunes Varela (1954-67) refere, no seu discurso de inauguração do Tribunal de Amarante (em 12 de Abril de 1964), que “durante algum tempo foram os projectos dos novos tribunais confiados a um número bastante restrito de arquitectos (...) a utilização frequente dos mesmos autores haveria de conduzir a um esgotamento fatal da sua imaginação criadora (...). Assim se explica que o Ministério tenha ultimamente procurado (...), alargar na medida do possível o número dos arquitectos chamados a participar na campanha de renovação material levada a cabo no setor da Justiça (...) Cumpre, no entanto, advertir que a própria experiência tem mostrado não ser prudente ir além de certos limites dentro da orientação estabelecida”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 131.

52 A estas duas exceções pode também acrescentar-se o Tribunal de Vila do Conde, de Januário Godinho; ver, nesta publicação, Fernandes e Pereira, “A metáfora do Grifo...”.

53 O “desmantelamento das estruturas políticas e ideológicas do Estado Novo não coincide com uma ruptura abrupta dos programas funcionais e estéticos dos edifícios construídos sobre a égide do ministério da justiça”. Após 1974 ainda entram em funcionamento “Tribunais de traça bastante convencional, a exemplo do sucedido em Reguengos de Monsaraz, Marco de Canaveses, Abrantes, Alcácer do Sal, Moimenta da Beira, Amares, Resende, Lousã”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 17 e 21.

54 O Ministério da Justiça terá tido “um protagonismo tardio, comparativamente com outros empreendimentos estaduais (Liceus, Escolas, Mercados, Cadeias, Hospitais, etc.)”; Nunes, *Espaços e Imagens...*, 22.

na apreciação dos projetos apresentados por uma nova geração de arquitetos, pudesse validar propostas mas simultaneamente legitimar com facilidade a sua recusa, quando as mesmas revelassem desvios face à “orientação estabelecida”.⁵¹

Verifica-se também que a construção dos Palácios da Justiça que se podem identificar como edifícios de exceção aos ditames do regime transcende temporalmente a década de 50 (é o caso dos Palácios da Justiça de Lisboa e de Rio Maior),⁵² que se entende como um período condicionado à construção e consolidação de um modelo para o programa Tribunal. Se estes casos concretizam desvios à norma, sobretudo no âmbito de sistemas fenomenológicos – de experiência espacial e de perceção de escala – não se pode dizer que tenham sido consequentes enquanto referências a seguir, nem representativos de uma diminuição generalizada das evidências da representação do Poder do Estado no que respeita à retórica associada às linguagens arquitetónicas; a maioria das obras congêneres e coetâneas ainda recorrem aos mesmos códigos, símbolos e iconografias monumentais e nacionalistas.

Assim, na sua grande maioria, os Palácios da Justiça não se demonstram resultantes de uma *aspiração* ou *expressão coletiva*, mas antes de uma representatividade inculcada estrategicamente pelos mecanismos de conformação ideológica do regime, radicada numa predileção figurativa; são poucas as obras cuja linguagem se identifica com expressões mais abstratas e progressistas, capazes de ser suporte dos designios simbólicos do regime por vias alternativas à semântica oficial.

A consolidação e eficácia deste modelo para os Palácios da Justiça é facilmente comprovada quando se percebe que as suas repercussões no âmbito da produção arquitetónica ultrapassam a queda do Estado Novo e que depois de 1974 ainda se assiste à construção de Tribunais de “traça convencional”.⁵³ Assim, a arquitetura dos Palácios da Justiça do Estado Novo afirma-se verdadeiramente como uma *Arquitetura em contracorrente*, enquadrada numa utopia nacionalista, subjugando, apesar do “protagonismo tardio”,⁵⁴ as promissoras mudanças que o pós-guerra parecia augurar e inquinando abordagens posteriores ao desmantelamento ideológico do regime, já formalmente descomprometidas da hegemonia própria de um quadro totalitário.

Monumentalidade, internacionalismo e pluralidade: o Banco Nacional Ultramarino em Moçambique

Elisiário Miranda

A investigação que agora se retoma¹ incide sobre a produção arquitetónica do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Moçambique realizada durante as décadas de 50, 60 e início de 70 do século passado.

Com esta nova pesquisa procurou-se complementar anteriores sínteses parciais, limitadas a exemplos selecionados desenhados no período entre o início da década de 50 e 1964, ano de início da guerra colonial/de libertação neste território. Ao estender-se o limite do período em estudo para as proximidades da independência ampliou-se o quadro de projetos, obras e biografias dos profissionais intervenientes nos processos de projeto e obra.

Para tal realizou-se um levantamento exaustivo do material documental referente a empreendimentos do BNU de arquitetura moderna qualificada, selecionado e registado fotograficamente em 2010 no Fundo BNU do Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa. O material na altura recolhido compõe-se de desenhos técnicos, fotografias de época, cartas, relatórios, memórias descritivas, estimativas orçamentais, recortes de jornais, telexes, etc., referentes aos processos de obra de alguns dos espaços e edifícios empreendidos pela administração do Banco nos principais núcleos urbanos da antiga província ultramarina. Essa informação foi complementada com as pesquisas bibliográficas anteriormente realizadas, particularmente úteis no que se refere à consulta dos títulos da imprensa diária publicada nas cidades da Beira e Lourenço Marques, atual Maputo.

Após a II Guerra Mundial assistiu-se à viragem económica de Portugal para as suas possessões africanas através de uma política desenvolvimentista de apoio e fomento da industrialização

1 O presente artigo constitui um desenvolvimento da comunicação apresentada no *Congresso Internacional Espaços Corporativos e Escalas Urbanas no Século XX* (que teve lugar em Braga e Guimarães em 27 e 28 de Abril de 2015) e publicada em Elisiário Miranda. “Os espaços do Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: representação e modernidade”, em *A Conquista Social do Território: arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Ferreira, Francisco Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016.

pelos grandes grupos financeiros e industriais, bem como da sua modernização infraestrutural financiada pelos programas oficiais dos diversos Planos de Fomento. Ao abrigo destes planos foram desenhados e concretizados projetos de urbanização para novos aglomerados ou para expansão dos existentes, para edifícios públicos (escolas, hospitais, igrejas, habitações para funcionários do Estado, etc.), para infraestruturas de comunicação (portos, caminhos-de-ferro, pontes e estradas, aeroportos, etc.), e de exploração dos recursos naturais (barragens, colonatos agrícolas, etc.).

O Banco Nacional Ultramarino, instituição privada fundada em 1864, foi o único banco português que, aquando da sua criação, obteve autorização do Estado para a emissão de notas nas antigas colónias/províncias ultramarinas portuguesas. Este estatuto durou até à independência de todos os territórios ultramarinos com a exceção de Angola, onde o seu papel foi transferido, em 1926, para o Banco de Angola. Nas restantes colónias portuguesas o BNU foi, em simultâneo, banco emissor, tesoureiro gratuito do governo e o principal banco comercial dos territórios.

Em Moçambique, o Banco atingiu a sua maior expressão económica e financeira após o final das concessões territoriais às companhias majestáticas, em 1942 – nomeadamente à Companhia de Moçambique, empresa que detinha o poder de emissão de moeda nos seus territórios de Manica e Sofala.²

Durante o período em análise a administração do BNU privilegiou a escolha de técnicos estabelecidos na antiga província para os projetos de arquitetura destinados aos empreendimentos do banco, assim como a distribuição dessas encomendas por gabinetes distintos. Garantiu, assim, que os principais atores da moderna cultura arquitetónica moçambicana participassem no projeto das instalações construídas para os serviços da instituição. Este objetivo foi alcançado através das diretivas e pareceres dos principais atores deste processo: o arquiteto Manuel Alzina de Meneses Correia de Sá, no serviço de obras em Lisboa, e o engenheiro João Carlos Cruz de Chaby, no serviço de obras na antiga Lourenço Marques, organismo criado em 1960.

Na ausência de informação documental que permita conhecer os critérios de seleção das equipas projetistas responsáveis por cada empreendimento levado a cabo pelo BNU por parte daqueles serviços, quer em Moçambique quer nas restantes províncias ultramarinas, procurou-se construir o quadro geral da produção arquitetónica daquela instituição a partir das trajetórias individuais de cada autor, bem como do seu contributo maior ou menor para o referido panorama.

Assim, de acordo com a proposta apresentada ao grupo de investigação *do projeto* “Representações do Poder do Estado em Portugal e no Império”, o objeto deste artigo foi ampliado do sujeito institucional, o Banco Nacional Ultramarino, para englobar a descrição das biografias profissionais dos arquitetos que para ele projetaram assim como a enumeração dos principais projetos e obras que para ele realizaram. Manteve-se inalterado aquilo que se pretende esclarecer: o caráter institucionalmente representativo e disciplinarmente moderno da produção moçambicana de ambos, empreendedores e autores.

Monumentalidade

As primeiras agências bancárias do BNU em Moçambique, projetadas e construídas após expirar a concessão da Companhia de Moçambique, *caracterizam-se pela sua linguagem monumental inspirada no neoclassicismo estilizado da arquitetura alemã do III Reich, amplamente difundida em Portugal na década de 40. Em conjunto com o estilo eclético que se convencionou designar por Português Suave, esta linguagem era uma das expressões arquitetónicas permitidas pelo regime fascista do Estado Novo nos edifícios oficiais.³*

Correia do Vale

José Figueiredo Correia do Valle (1907–?), agente técnico de engenharia, nasceu em Tondela em 20 de Fevereiro de 1907. Formou-se em Construções Civas e Obras Públicas e graduou-se em engenharia de estruturas pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Iniciou atividade liberal na sua terra natal e depois ao serviço da Câmara Municipal de Tondela, da Comissão de Turismo do Caramulo, da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e das Obras Públicas de Macau. Nesta antiga província portuguesa executou, entre outros, os projetos para o Palácio da República, para o Dispensário Dona Maria Tamagnini Barbosa e para a Escola Luso-Chinesa Municipal.⁴

Em Lourenço Marques trabalhou na Direção dos Serviços de Obras Públicas, organismo do governo provincial, no qual realizou, em 1938, o projeto modernista para a 4.ª Esquadra da Polícia da capital da província.⁵ Em 1940 regressou à atividade liberal tendo-se estabelecido na Beira, cidade para a qual realizou diversos projetos de arquitetura.⁶ Com o estabelecimento de jovens arquitetos e de engenheiros mais qualificados, vindos da metrópole, deixou de conseguir novos projetos.⁷ Regressou a Portugal em 31 de agosto de 1954.⁸

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

– Dependência da Beira (fig.1): compra do terreno em 1949,⁹ início das obras em setembro de 1952,¹⁰ inauguração em 9 de setembro de 1954;

² Miranda. “Os espaços...”, 233.

³ Miranda. “Os espaços...”, 233-234.

⁴ *Diário de Moçambique*. “Correia do Vale”, (9. Set. 1954): 7.

⁵ *Moçambique*. “Exposição de Trabalhos na Repartição Técnica de Obras Públicas”, n.º15 (Set. 1938): 143.

⁶ *Diário de Moçambique*. “Correia...”, 7.

⁷ Francisco José de Castro. Entrevista realizada em 6-11-2009.

⁸ *Diário de Moçambique*. “José Figueiredo Correia do Valle”, (1 Set. 1954): 7.

⁹ *Boletim Geral das Colónias*. “Mais ecos e notícias”, n.º286 (Abr. 1949): 149.

¹⁰ [s.a.]. *Construção do edifício destinado à Agência da Beira. Relatório e fotografias*, [s.l.], setembro 1952 (PT/CGD/BNU).



[Fig. 1] Correia do Valle,
Dependência da Beira - [s.a.], [s.d.]

[Fig. 2] Correia do Valle,
Dependência de Quelimane,
projeto, 1956, perspectiva

– Dependência de Quelimane (fig.2): projeto realizado entre 1954 e 1956, abertura de propostas do concurso para a arrematação da empreitada de construção previsto para 31 de outubro de 1956,¹¹ submissão do projeto à aprovação camarária noticiada em janeiro de 1957¹² e desistência da construção pela administração do BNU conhecida em 4 de outubro de 1957.¹³

- 11 *Notícias*. "Banco Nacional Ultramarino. Anúncio", (2 Set. 1956): 18.
12 *Notícias*. "Câmara Municipal de Quelimane", (4 Jan. 1957): 7.
13 Pinto de Oliveira. "Quelimane e o Banco Nacional Ultramarino" em *Voz da Zambézia*. (4 Out. 1957): 6.
14 Miranda, "O espaços...", 234.

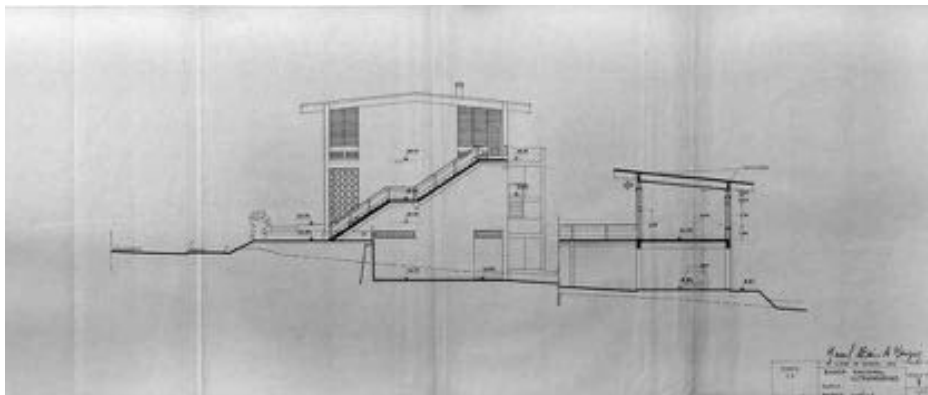
Internacionalismo

Traduzindo a formação metropolitana dos jovens arquitetos que se estabeleceram no território ao longo da década de 50 e início da de 60 os projetos para as instalações do BNU, realizados neste período, contêm os "elementos que informam a arquitetura do Movimento Moderno internacional do período do segundo pós-guerra – implantação, volumetria, organização funcional, qualidade espacial, inovação construtiva e tecnológica, incorporação de obras de arte constituindo obras de arte total (Gesamtkunstwerk) – caracterizam a expressão exterior e a linguagem dos espaços interiores das agências do BNU em Moçambique, conferindo-lhes a monumentalidade e representatividade necessárias ao papel desempenhado pela instituição bancária."¹⁴

Alzina de Meneses

Manuel Alzina de Meneses Correia de Sá (1920–2001) formou-se em arquitetura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) em 1950. Em 1947 participou no concurso para uma casa de férias no Alto Rodízio, cujos resultados foram publicados pela revista *Arquitetura* em 1948. O seu nome figura na lista dos inscritos ao 1.º Congresso Nacional de Arquitetura, ainda como estudante. Em 1950 participou no concurso *Lusalite*, com as obras concorrentes a serem publicadas pela mesma revista em 1951. Com o arquiteto Erich Corsepilus formou em 1957 o ateliê MC arquitetos. Em agosto de 1958 a revista *Binário* publicou a moradia para um cliente indeterminado que projetou para Cascais. Em 1959 a revista *Arquitetura* publicou o seu artigo "Casas em pátio: Vantagens desta solução habitacional". Em 1962 participou, formando equipa com os arquitetos Maria Teresa Capucho e Clementino Rodrigues, no concurso de anteprojetos para a construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa. Entre 1962 e 1972 desenhou, com Erich Corsepilus, a Igreja de São Jorge, na Paróquia de Arroios, em Lisboa, obra publicada pela revista *Binário* em 1973. Na obra de Alzina de Meneses revela-se uma particular atenção à articulação dos edifícios com a morfologia dos terrenos e dos contextos urbanos nos quais se inscrevem.

Enquanto funcionário do BNU integrou em Lisboa o Serviço de Obras, Conservação e Património daquela instituição bancária,



acompanhando no campo da arquitetura os diversos empreendimentos da instituição em Moçambique.¹⁵

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

- Moradias para funcionários do BNU em Quelimane: submissão do projeto à aprovação camarária noticiada em janeiro de 1957;¹⁶
- Dependência de Porto Amélia, atual Pemba (fig.3): projeto realizado em 1953, início de construção em novembro de 1954 e sua conclusão em dezembro de 1956, inauguração em junho de 1957.¹⁷

José Gomes Bastos

José Alexandre Gomes Bastos (1914–1991) formou-se na ESBAL, em 1944. O seu nome figura na lista dos inscritos no 1.º Congresso Nacional de Arquitetura de 1948. Em 1950 participou na V EGAP. Em 1949 a revista *Arquitectura* publicou um artigo sobre a moradia que projetou para o Estoril, em coautoria com o arquiteto Conceição Silva. Em 1952 a mesma revista publicou a residência que projetou para a encosta da Ajuda, em Lisboa. Nestas duas habitações José Gomes Bastos enunciou alguns temas que mais tarde viriam a povoar os seus projetos moçambicanos: uma orgânica relação com o terreno e uma plástica afirmação dos elementos de articulação das zonas funcionais distintas e das comunicações verticais principais. Também em 1952 a *Arquitectura* publicou o conjunto das intervenções nas avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur, em Lisboa, projeto em que colaborou integrado na equipa dirigida por Guilherme Faria da Costa e composta por Alberto Pessoa, Chorão Ramalho e Lucínio Cruz. Em 1952 desenhou o Edifício Barros, um conjunto de quatro habitações em banda localizados numa pequena praça da cidade do Porto. Foi um dos arquitetos portugueses que concorreu em 1953 à II Bienal de São Paulo, no Brasil, conforme noticiou a revista *Arquitectura*. A mesma

[Fig. 3] Manuel Alzina de Meneses, Dependência de Porto Amélia, projeto, 1953, corte E-F

revista publicou em 1954 a obra da loja Dior, em Lisboa, projeto que desenhou em coautoria com Francisco da Conceição Silva e com a colaboração da pintora Estrela Faria.¹⁸

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

- Filial de Lourenço Marques (fig.4): esboçeto em 1954, anteprojecto em 1954 e de novo em 1955, este último apresentado e aprovado pelos serviços da Câmara Municipal e do Governo-Geral, contrato com a empresa construtora em 1957, conclusão da demolição das construções existentes em 1958, subempreitada para a execução das fundações atribuída no mesmo ano, início da construção no final desse ano ou no princípio de 1959 e inauguração em 25 de julho de 1964;¹⁹
- Remodelação da Dependência de Inhambane: começo do projeto em 1962,²⁰ início de obras em 1963,²¹ inauguração em 1964;²²
- Prédio Saldanha (fig.5), Lourenço Marques (não construído): anteprojecto em 1962, projeto aprovado em 1965 pela Câmara Municipal e pedido de autorização ao autor para alterações ao projeto proposto em 1969 por João de Chaby;²³
- Residência para a Administração (fig.6), Lourenço Marques: anteprojecto em 1962²⁴, projeto em 1963²⁵ e conclusão em 1964.²⁶

Paulo de Melo Sampaio

Paulo Eugénio de Meneses de Melo Vaz Sampaio (1926–1968) diplomou-se em arquitetura na ESBAL, em 1952, com o projeto para um Estádio para 6000 espectadores para a Senhora da Hora, em Matosinhos. No ano letivo de 1952–1953 frequentou o Curso de Urbanística no Politécnico de Milão, em Itália. É-lhe atribuída a autoria, em parceria com o engenheiro Barbosa de Abreu, do anteprojecto da Igreja Matriz da Senhora da Hora, em Matosinhos (1953–1968).

Em 1954 fixou residência na Beira, cidade na qual exerceu a profissão liberal em associação com o engenheiro Lorena Birne. Conquistou o Prémio Municipal de Arquitetura Dr. Araújo de Lacerda por diversas vezes: em 1957, 1958, 1962, 1967, 1968 e 1970. Em 1962 formou o GAU, Gabinete de Arquitetura e Urbanismo, em sociedade com o arquiteto Bernardino Ramalheite. Trabalhou para diversos serviços públicos: como professor no Liceu Pero de Anaiá, como consultor-técnico das câmaras municipais de Vila Pery, atual Chimoio, e de Porto Amélia, e como membro da Comissão de Trânsito do município da Beira. Foi ainda, entre 1962 e 1967, diretor do Centro de Cultura e Arte da Beira. Morreu em 1968, em Lisboa, de doença súbita declarada no retorno de uma viagem à América do Norte.

A obra arquitetónica e urbanística de Paulo de Melo Sampaio foi informada pela racionalidade das formas e dos princípios que norteiam a arquitetura do Movimento Moderno internacional,

15 Elisiário Miranda. *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique, 1951-1964*, Guimarães: [s.n.], 2013, p.57-58. Tese de doutoramento.

16 Notícias. "Câmara..."

17 Miranda. *Liberdade &...*, 124-131.

18 Miranda. *Liberdade &...*, 56-57.

19 Miranda. *Liberdade &...*, 347-383.

20 Directoria. *Informação - Agência de Inhambane*, Lisboa, 12 de abril de 1962 (PT/CGD/BNU).

21 Notícias, "Inhambane. Banco Nacional Ultramarino", (29 Jul. 1963): 6.

22 João de Chaby. *Imóveis construídos em Moçambique de 1951 a 1971*, Lourenço Marques, 4 de março de 1972 (PT/CGD/BNU).

23 João de Chaby. *Prédio nº. 102 - (Saldanha) - Projecto do novo edifício*, Lourenço Marques, 24 de março de 1969 (PT/CGD/BNU).

24 José Gomes Bastos. *Administração do Banco Nacional Ultramarino*, Lisboa, 31 de dezembro de 1962 (PT/CGD/BNU).

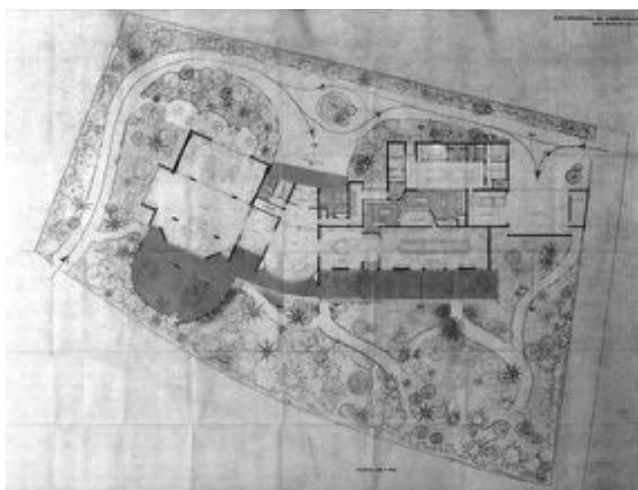
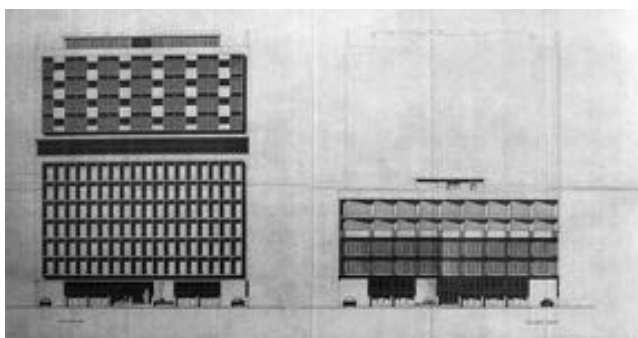
25 José Gomes Bastos. *Projecto da Residência para a Administração*, Lisboa, 3 de janeiro de 1963 (PT/CGD/BNU).

26 João de Chaby. *Imóveis construídos...* Nesta relação a habitação para a Administração é dada como finalizada em 1964 embora no terreno a ela destinado, confrontante com a antiga Av. Bartolomeu Dias, atual Av. dos Mártires de Mueda, não se encontrem hoje em dia quaisquer vestígios seus.

[Fig. 4] José Gomes Bastos, Filial de Lourenço Marques, projeto, maquete - [s.a.], [s.d.]

[Fig. 5] José Gomes Bastos, Prédio Saldanha, Lourenço Marques, anteprojeto, 1962, fachadas sul e norte

[Fig. 6] José Gomes Bastos, Residência para a Administração, Lourenço Marques, anteprojeto, 1962, planta do 1º piso



principalmente pela sua matriz de origem europeia, apesar das frequentes referências à moderna arquitetura brasileira. Os seus edifícios geram-se racionalmente pela resolução das condicionantes que envolvem e que informam o projeto de arquitetura: volumes elementares de elegante proporção e arestas bem definidas, superfícies cromaticamente trabalhadas – frequentemente incorporando murais ou padrões geométricos –, integração no desenho do edifício da expressão dos elementos construtivos, otimização e afirmação exterior da organização funcional, assimétrica disposição dos espaços internos, utilização de materiais standardizados, recurso a mecanismos e sistemas para adaptação dos edifícios às condicionantes específicas do clima tropical.

A produção arquitetónica de Paulo de Melo Sampaio abrangeu os mais variados programas e escalas: da decoração de espaços comerciais ao desenho de planos de urbanização. Os seus clientes foram maioritariamente particulares, embora tenha tido encomendas pontuais para organismos oficiais como câmaras municipais, caminhos-de-ferro ou a direção do serviço de obras públicas. A sua obra, já de grande dimensão no início da década de 60, ampliou-se exponencialmente com a formação do GAU – que após a sua morte, em 1968, mudou a sua designação para GAUD, Gabinete de Arquitetura, Urbanismo e Decoração. Para além das obras em território moçambicano, com especial relevo para o grande número de edifícios projetados para as cidades da Beira e de Vila Pery, desenhou ainda pavilhões de feira para Itália e para o Maláui.²⁷

Para o BNU executou, em Moçambique, as seguintes obras:

- Dependência de Vila Pery (fig.7): anteprojeto de 1955, projeto de 1956, abertura das propostas ao concurso público de construção em 31 de outubro de 1956 e transferências dos serviços do banco para as novas instalações em 2 de dezembro de 1959;²⁸
- Posto de Trocos do Macúti (fig.8), Motel Estoril, Beira: autorizada a sua criação pelo ministro do Ultramar noticiada em setembro de 1960,²⁹ abertura ao público em 1 de março de 1961.³⁰

Francisco José de Castro

Francisco José Morales de los Rios de Castro (n.1923) frequentou o Curso de Arquitetura na ESBAL entre 1939 e 1952, escola na qual concluiu igualmente o Curso Superior de Urbanismo. Diplomou-se com um projeto de Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) para um clube náutico em Lisboa, trabalho que foi publicado no número de agosto do mesmo ano da revista *Arquitetura*. Foi bolseiro da University of Illinois, nos Estados Unidos. Ainda estudante de arquitetura assistiu em 1948 aos trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Arquitetura. Colaborou com os arquitetos António Lino, Pardal Monteiro, António Gomes Egea e no ateliê de Rui Atouguia e Formosinho Sanchez. Neste último

27 Miranda. *Liberdade &...*, 78-80.

28 Miranda. *Liberdade &...*, 149-160.

29 *Diário de Moçambique*. "Um posto de trocos do Banco N. Ultramarino no Motel do Macúti", (9 Set. 1960): 11.

30 *Diário de Moçambique*. "Uma feliz iniciativa do B.N.U.", (2 Mar. 1961): 5.



[Fig. 7] Paulo de Melo Sampaio, Dependência de Vila Pery-Sousa, [s.d.]



[Fig. 8] Paulo de Melo Sampaio, Posto de Trocos do Macúti, Beira - Sousa, [s.d.]

escritório participou no projeto do Bairro das Estacas em Alvalade, Lisboa (1949–1955). Colaborou com diversos arquitetos na elaboração dos Planos de Urbanização da Chamusca e de Salvaterra de Magos e trabalhou ainda para as construções hospitalares.

Em setembro de 1952, por incentivo de um primo, diretor da *Luselite* na cidade da Beira, e convite da Companhia de Moçambique para realizar a pormenorização e o acompanhamento da obra do Grande Hotel da Beira, estabeleceu-se naquela cidade moçambicana. Nessa cidade foi professor do ensino liceal e exerceu a atividade liberal em sociedade com o engenheiro João Cabral. Recebeu, por diversas vezes, o Prémio Municipal de Arquitetura Dr. Araújo de Lacerda: com a casa Francisco Queriol, de 1954, com a casa José Ferreira, de 1959 e com o projeto do Edifício Mundial, propriedade da Companhia de Seguros A Mundial de Moçambique, em 1964. Em 1956 conquistou um prémio de arquitetura na Bienal de S. Paulo, no Brasil.

Em 19 de julho de 1961³¹ regressou a Lisboa a fim de tomar conta do escritório do seu tio, o arquiteto António Lino, falecido no ano anterior. Embora tenha mantido o escritório na Beira e viajado para Moçambique diversas vezes por ano, o funcionamento do escritório metropolitano não lhe permitiu voltar a residir em África. Na metrópole realizou ainda diversas obras, tendo a revista *Binário* publicado em 1973 o Casino do Alvor, Algarve, projeto que realizou em parceria com o arquiteto J. Caldeira Cabral.

A obra moçambicana de Francisco José de Castro caracteriza-se por uma ortodoxa aplicação das formas e dos princípios da arquitetura do Movimento Moderno, por via da produção corbusiana e da moderna arquitetura brasileira. A sua obra foi suportada por uma nítida consciência teórica dos princípios da arquitetura moderna internacional e da sua gradual implementação no território provincial.

Embora residente em Moçambique durante um curto espaço de tempo, Francisco José de Castro teve uma extensa produção arquitetónica para todo o tipo de programas e escalas. Excetuando algumas encomendas pontuais para organismos oficiais, a sua clientela foi maioritariamente composta por pequenos promotores particulares, por grandes empresas privadas, e por algumas instituições autónomas das estruturas governamentais.³²

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

- Habitações para funcionários, Porto Amélia (não construídas): encomenda em janeiro de 1956,³³ parecer positivo ao estudo realizado emitido pelos Serviços de Obras de Lisboa em maio do mesmo ano;³⁴
- Dependência de Tete (não construída – fig.9): dois esboços realizados anteriormente a outubro de 1958, mês em que foi

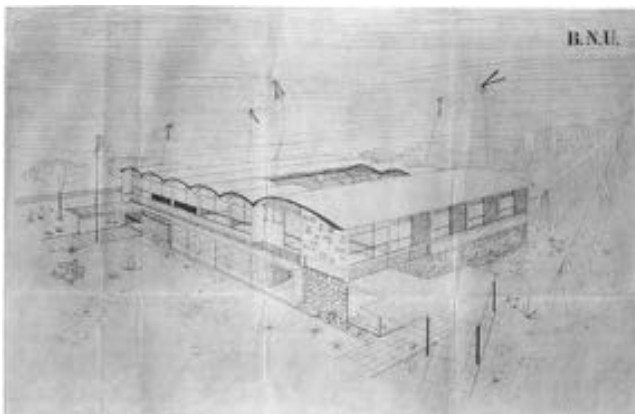
31 *Notícias*, “O arquiteto Francisco de Castro partiu para a Metrópole”, (20 Jul. 1961): 5.

32 Miranda. *Liberdade &...*, 74-77.

33 Alzina de Menezes. *Habitações para o Pessoal do Banco Nacional Ultramarino em Porto Amélia*, Lisboa, 7 de janeiro de 1956 (PT/CGD/BNU).

34 Alzina de Menezes. *Habitações de Porto Amélia*, Lisboa, 22 de maio de 1956 (PT/CGD/BNU).

[Fig. 9] Francisco José de Castro, Dependência de Tete, anteprojeto, 1958, perspectiva



[Fig. 10] Francisco José de Castro, Dependência de Quelimane, projeto, 1964, maquete - [s.a.], [s.d.]



apresentado o anteprojeto do edifício,³⁵ novo anteprojeto entregue em julho de 1960,³⁶ e verbas para a sua edificação, posteriormente suspensas, previstas no plano de obras de 1963/1966;³⁷

– Remodelação do edifício e residência do gerente (1.º andar), na Ilha de Moçambique: estudo inicial enviado em 7 de novembro de 1958,³⁸ sua aprovação pelo Serviço de Obras em Lisboa em março de 1959,³⁹ projeto datado de 29 de outubro do mesmo ano,⁴⁰ adjudicação da empreita de construção em julho de 1961 e ordem para início de obras em setembro do mesmo ano,⁴¹ em curso em fevereiro de 1962;⁴²

– Dependência de Quelimane (fig.10): encomenda do projeto em março de 1960 e primeiro esboceto em setembro do mesmo ano, novos esbocetos e um anteprojeto em 1962, projeto em 1964, aprovação camarária noticiada em maio⁴³ e colocação da primeira pedra em 11 de agosto do mesmo ano, adjudicação da empreitada de construção em julho de 1966, trabalhos preliminares iniciados em janeiro de 1967 e obra suspensa em agosto de 1968, edificação retomada em fevereiro de 1969, fornecimento de elementos de pormenorização construtiva ao longo de 1970 e inauguração do edifício em 18 de dezembro de 1972.⁴⁴

Marcos Miranda Guedes

Marcos João Garcia de Miranda Guedes (1924–2001) entregou na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), em dezembro de 1952, o seu projeto de CODA para Sarrazola, com o título *Construção de um grupo de 40 casas em ala contínua*. Foi colaborador do arquiteto José Gomes Bastos no seu escritório em Lisboa, tendo aí trabalhado no projeto para a filial do BNU em Lourenço Marques.

Após a sua mudança em 1958 para Lourenço Marques, por falta de trabalho na metrópole, foi professor efetivo na Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque e exerceu a profissão liberal, quase sempre em parceria com Octávio Pó, autor que só após a Revolução de Abril se diplomou em arquitetura. Em fevereiro de 1964 foi convidado a integrar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Voltou a Portugal no final de dezasseis anos de estadia em Moçambique.

O pensamento e a prática profissional de Marcos Miranda Guedes, a solo ou em conjunto com Octávio Pó, caracterizou-se por uma ortodoxa aplicação dos princípios e formas da arquitetura do Movimento Moderno internacional nos projetos que executou para edifícios de serviços ou de habitação. Nas edificações de função infraestrutural que projetou ao longo da década de 1960 introduziu elementos formais que atualizam a sua arquitetura em relação às correntes arquitetónicas dominantes após a crítica ao funcionalismo dos últimos Congressos Internacionais de Arquitectura

35 Francisco José de Castro. *Memória Descritiva*, Beira, 23 de outubro de 1958 (PT/CGD/BNU).

36 Francisco José de Castro. *Memória Descritiva*, Beira, 8 de julho de 1960 (PT/CGD/BNU).

37 Esteves (Serviço de Obras). *Informação - Próxima visita do Exmo. Sr. Doutor Pedro Gaivão ao Ultramar*, Lisboa, 2 de agosto de 1968 (PT/CGD/BNU).

38 Francisco José de Castro. *Carta ao Gerente Geral do Banco Nacional Ultramarino*, Beira, 7 de novembro de 1958 (PT/CGD/BNU).

39 [s.a.]. *Agência de Moçambique. Remodelação do Edifício*, Lisboa, 22 de outubro de 1962 (PT/CGD/BNU).

40 Francisco José de Castro. *Memória Descritiva*, Beira, 29 de outubro de 1959 (PT/CGD/BNU).

41 Esteves. *Próxima visita...*

42 João José Tinoco. *Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 22 de fevereiro de 1962 (PT/CGD/BNU).

43 *Notícias*. "Grandioso edifício do B.N.U. em Quelimane", (3 Mai. 1964): 24.

44 Miranda. *Liberdade &...*, 250-268.

[Fig. 11] Marcos Miranda Guedes, Habitações para funcionários, Porto Amélia - [s.a.], [s.d.]



[Fig. 12] Marcos Miranda Guedes, Habitações para funcionários, Tete - [s.a.], [s.d.]



[Fig. 13] Marcos Miranda Guedes, Habitações para funcionários, António Enes - [s.a.], [s.d.]



Moderna (CIAM), numa consciente busca de uma maior liberdade plástica e expressiva no interior da teorização moderna.

A vasta produção arquitetónica de Marcos Miranda Guedes consistiu principalmente em edifícios encomendados pela iniciativa privada, maioritariamente de programa habitacional – habitações unifamiliares ou grandes blocos plurifamiliares –, predominantemente construídos na capital da antiga província. Pela sua grande quantidade e qualidade estes edifícios informam ainda a fisionomia urbana de Lourenço Marques.⁴⁵

Para o BNU desenhou três conjuntos de residências para funcionários, projetos que lhe foram encomendados em meados de 1960.⁴⁶

– Quatro habitações para funcionários em Porto Amélia e Tete (fig.11/12): anteprojetos apresentados em agosto de 1960,⁴⁷ parecer emitido por Fernando Schiappa de Campos em 17 de setembro do mesmo ano,⁴⁸ aprovado em 28 do mesmo mês,⁴⁹ início das obras ordenado em junho de 1961,⁵⁰ contrato de adjudicação da empreitada de construção em Porto Amélia noticiado em agosto do mesmo ano⁵¹ e edificação nas duas cidades concluída em 1963;⁵²

– Quatro habitações para funcionários, António Enes, atual Angoche (fig.13): projeto de janeiro de 1961, realizado em coautoria com Octávio Pó, apresentado em março do mesmo ano,⁵³ parecer emitido por Fernando Schiappa de Campos em 4 de maio do mesmo ano,⁵⁴ pedido de autorização para adjudicação da empreitada de construção em setembro,⁵⁵ edificação concluída em 1963⁵⁶ e habitada em 1964.⁵⁷

Nuno Craveiro Lopes

Nuno Craveiro Lopes (1921–1972), filho do marechal Francisco Craveiro Lopes, Presidente da República entre 1951 e 1958, formou-se em arquitetura pela ESBAL em 1945. Em 1950 participou no concurso promovido pela *Lusalite* para um pavilhão de praia. No serviço de obras militares colaborou na construção do Campo Militar de Santa Margarida, em Constância. Com Croft de Moura e Henrique Albino integrou a equipa que projetou a frente sul da Avenida dos Estados Unidos da América, em Lisboa.

Estudou urbanizações tropicais em vários países africanos e foi o autor do projeto de arquitetura da Barragem de Cambambe, no Dondo, em Angola.

Em 1952 ingressou na direção dos serviços de obras públicas de Lourenço Marques, organismo no qual foi responsável pela criação e direção do Gabinete de Urbanização. Enquanto presidente da Publicidade Artística integrou em 1957 os corpos gerentes do Núcleo de Arte de Lourenço Marques.

Nuno Craveiro Lopes dedicou-se principalmente ao urbanismo, o seu território de eleição. Os edifícios que projetou filam-se na

45 Miranda. *Liberdade &...*, 91-93.

46 Direção dos Serviços em Moçambique. *Construção de Moradias para Funcionários do Ultramar - António Enes, Mocuba, Tete e Porto Amélia*, Lourenço Marques, 4 de agosto de 1960 (PT/CGD/BNU).

47 Marcos Miranda Guedes. *Anteprojetos de habitações para funcionários do Banco Nacional Ultramarino da Província de Moçambique: Memória Descritiva e Justificativa*. Lourenço Marques, 20 de agosto de 1960 (PT/CGD/BNU).

48 Fernando Schiappa de Campos. *Anteprojecto das Habitações para Funcionários do B.N.U. da Província de Moçambique enviados pelo Arq. Marco João de Garcia de Miranda Guedes*. Lisboa, 17 de setembro de 1960 (PT/CGD/BNU).

49 Alzina de Menezes. *Construção de Moradias para Funcionários em Porto Amélia e Tete*, Lisboa, 28 de setembro de 1960 (PT/CGD/BNU).

50 Serviço de Obras. *Cópia do telegrama expedido para Lourenço Marques*, Lisboa, 12 de junho de 1961 (PT/CGD/BNU).

51 Notícias. "O Banco Nacional Ultramarino investe cerca de 4 mil contos em habitações para os seus funcionários de Porto Amélia", (15 Ago. 1961): 7.

52 Chaby. *Imóveis construídos...*

53 Marcos Miranda Guedes. *Memória Descritiva e Justificativa: Habitações que o B.N.U. de Moçambique pretende construir em António Enes na Parcela 242, 243, 244, 245*. Lourenço Marques, 17 de março de 1961 (PT/CGD/BNU).

54 Fernando Schiappa de Campos. *Habitações para funcionários do B.N.U. em António Enes - Moçambique*. Lisboa, 4 de maio de 1961 (PT/CGD/BNU).

55 Serviço de Obras. *Agência de António Enes - Moradias para o Pessoal*. Lisboa, 4 de maio de 1961 (PT/CGD/BNU).

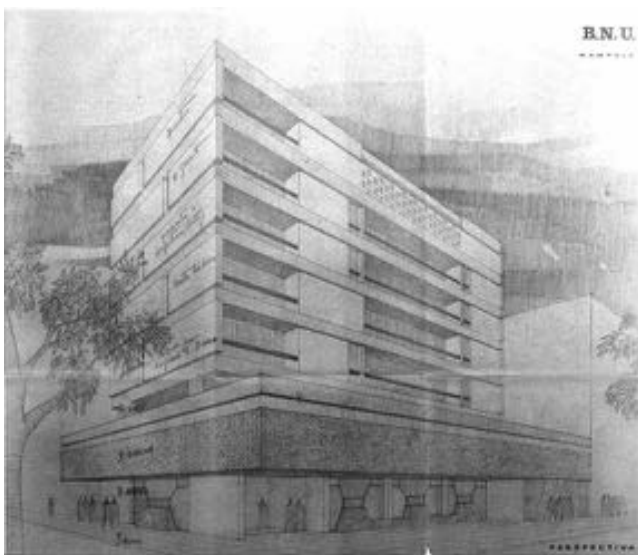
56 Chaby. *Imóveis construídos...*

57 Inspeção Geral do Ultramar. *Agência de António Enes - Moradias para o Pessoal*, Lisboa, 28 de março de 1966 (PT/CGD/BNU).

[Fig. 14] Nuno Craveiro Lopes, Delegação de Vila Salazar - [s.a.], [s.d.]



[Fig. 15] Nuno Craveiro Lopes, Dependência de Nampula, anteprojetado, 1971, perspectiva



arquitetura do Movimento Moderno internacional, revelando múltiplas influências da linguagem da contemporânea arquitetura moderna da América Latina. Na conferência com o título *Arquitetura de um modo geral*, que proferiu em 1955 na Câmara Municipal de Lourenço Marques, defendeu a ancoragem das formas da arquitetura moderna no processo histórico de transformação dos sistemas construtivos.⁵⁸

Para além dos planos de urbanização que desenhou ou cuja execução acompanhou no gabinete de urbanização do serviço de obras públicas de Lourenço Marques a produção arquitetónica conhecida de Craveiro Lopes é relativamente escassa, composta essencialmente por edifícios infraestruturais projetados para instituições privadas.

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

- Delegação de Vila Salazar, antiga e atual Matola (fig.14): primeiro estudo enviado para Lisboa em abril de 1966,⁵⁹ abertura ao público em 1 de julho de 1967;⁶⁰
- Dependência de Nampula (não construída - fig.15): autorização camarária para demolição dos antigos Paços do Concelho de forma a libertar o terreno destinado ao novo edifício da dependência em janeiro de 1963,⁶¹ definição do programa funcional em abril de 1968,⁶² estudo prévio em maio seguinte⁶³ e anteprojetado em maio de 1971.⁶⁴

Pluralidade

No período que se seguiu ao eclodir da Guerra Colonial, ou de Libertação, em Moçambique, em 1964, e até à revolução do 25 de Abril de 1974 utilizaram-se, nos novos empreendimentos desenhados para o BNU, as mesmas linguagens diversas que informaram a arquitetura portuguesa e internacional deste período: Neoempirismo, Brutalismo, Arte Pop, entre outras correntes disciplinares, que coexistiram com as expressões arquitetónicas que mais ortodoxamente continuaram a afirmar os princípios e formas do Movimento Moderno internacional,

Após a independência do país, o BNU foi nacionalizado e grande parte das suas instalações foram integradas no património do Banco de Moçambique.

João José Tinoco

João José Cerqueira de Matos e Silva Tinoco (1924-1983) esteve matriculado na ESBAP entre 1943 e 1953. Concluiu o curso de arquitetura com a prova de CODA com o título *30 casas em ala contínua*, projeto que entregou em maio de 1952. Foi membro da Organização dos Arquitetos Modernos tendo participado com

58 Miranda. *Liberdade &...*, 73-74.

59 Jorge Anastácio (Directoria). *Delegações Urbanas e Suburbanas - Delegação da Matola*, Lourenço Marques, 29 de abril de 1966 (PT/CGD/BNU).

60 Serviço de Obras. *Diversos*, Lourenço Marques, 2 de julho de 1974 (PT/CGD/BNU).

61 *Notícias*. "Moçambique. O Centenário do Banco Nacional Ultramarino e as suas comemorações no nosso Distrito", (25 Jan. 1963): 7.

62 J. C. Perdigão Silva (Serviço de Obras). *Programa para o Projecto da Agência do Banco Nacional Ultramarino em Nampula*, Lourenço Marques, 26 de abril de 1968 (PT/CGD/BNU).

63 Nuno Craveiro Lopes. *Delegação do Banco Nacional Ultramarino em Nampula: Estudo Prévio*, Lourenço Marques, 8 de maio de 1968 (PT/CGD/BNU).

64 Nuno Craveiro Lopes. *B.N.U. Nampula: Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 25 de maio de 1971 (PT/CGD/BNU). Este anteprojetado responde a substanciais alterações, acordadas nos finais de 1970, ao programa e sua distribuição nos talhões do terreno disponível.

um estudo para um bloco residencial na exposição de arquitetura do grupo realizada no Ateneu Comercial do Porto, em junho de 1951. No mesmo ano foi delegado do ODAM ao Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos de Londres. Em colaboração com Fernando Eurico projetou o Pavilhão das Atividades do Palácio de Cristal para a *exposição de Obras Públicas do Norte do País (1949)* e um bloco residencial para Aveiro. Com António Matos Veloso participou em 1950 no concurso da *Lusalite* para um pavilhão de praia - proposta classificada em 2.º lugar. A solo projetou a Casa Roldão, uma habitação unifamiliar para S. Pedro de Moel (1952). Foi consultor da Câmara Municipal de Pombal entre 1951 e 1953.

Neste último ano partiu para Angola com a sua mulher, Maria Carlota Quintanilha, com quem projetou dois edifícios habitacionais para a antiga cidade de Sá da Bandeira, atual Lubango. Foi também arquiteto-chefe da Brigada Técnica do Cunene do Gabinete de Urbanização do Ultramar e desenhou a central elétrica da Barragem do Biópio.

Estabeleceu-se em Lourenço Marques no final de 1955 ou no início de 1956, ano em que começou a lecionar no curso de construção civil da Escola Mouzinho de Albuquerque, prática que exerceu até 1959. Em Fevereiro de 1964 foi convidado a integrar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques e, como representante dos arquitetos, foi vogal entre 1967 e 1969 do 1.º Conselho Técnico de Obras Públicas de Moçambique. Exerceu a profissão liberal em Lourenço Marques, a solo ou em colaborações pontuais com Maria Carlota Quintanilha, Alberto Soeiro, António Matos Veloso, António Quadros, José Joaquim Dias, José Bruschy e José Forjaz. Em sociedade com António Matos Veloso e Octávio Rego Costa e com a permanente colaboração dos artistas plásticos António Quadros e Jorge Mealha formou, no início de 1972, o Atelier A121. Por motivos de saúde afastou-se gradualmente do escritório laurentino.

Em 1977 estava definitivamente estabelecido em Lisboa.

A sua obra caracteriza-se por uma constante atualização de linguagens sobre uma base teórica de aparência estável, conscientemente informada pelos princípios e métodos arquitetónicos do Movimento Moderno internacional, principalmente pelo pensamento e obra de Le Corbusier. João José Tinoco assumiu o caráter transnacional e progressivo da arquitetura moderna bem como a sua potencialidade para transformar as condições de vida das populações e da paisagem urbana das cidades africanas em acelerado desenvolvimento, com especial incidência nas antigas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique. A linguagem dos edifícios que projetou atravessou distintas fases ao longo do período

da sua permanência em Moçambique, alterando-se também em função dos arquitetos que com ele colaboraram. No seu projeto de CODA, na Casa Roldão e no pavilhão de praia do concurso *Lusalite* estavam já patentes as principais características dos primeiros anos da sua obra moçambicana: organização racional e composicionalmente complexa do programa e do espaço, recurso a sistemas construtivos e materiais standardizados, utilização de mecanismo de adaptação climática dos edifícios, influências formais da arquitetura da América Latina, nomeadamente da plasticidade da moderna arquitetura brasileira. A linguagem dos edifícios de João José Tinoco transformou-se durante a década de 60 e 70, incorporando influências diversas que se reportam ao brutalismo inglês, à Arte Pop, a Louis Kahn e Frank Lloyd Wright, ou à arquitetura do regionalismo crítico posterior à publicação do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.

A enorme produção arquitetónica de João José Tinoco, realizada no seu escritório particular autonomamente dos organismos oficiais, abrange todos os tipos de programas e escalas: do desenho de espaços comerciais ou dos pavilhões efémeros para feiras e exposições aos edifícios de equipamento coletivo e aos planos de urbanização, passando por um sem número de habitações unifamiliares e edifícios plurifamiliares. Estes trabalhos são-lhe encomendados por diversos tipos de clientes – particulares, empresas, instituições privadas e organismos oficiais –, para localidades do território moçambicano e dos países vizinhos da África do Sul e da Rodésia do Sul, atual Zimbabué.⁶⁵

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

- Dependência de Vila Coutinho (fig.16), atual Vila Ulongwe (não construída): encomenda do projeto aprovada em agosto de 1961,⁶⁶ anteprojecto aprovado em julho de 1962⁶⁷ pela direção do Banco e pela Administração da Circunscrição de Angónia, caducidade da concessão do terreno para a sua edificação em 25 de outubro de 1966;⁶⁸
- Remodelação do r/c do edifício da residência do gerente para residência de funcionários, Ilha de Moçambique;⁶⁹ anteprojecto datado de fevereiro de 1962,⁷⁰ aprovado pelo Serviço de Obras⁷¹ e pelo Conselho Geral do BNU no mês seguinte;⁷²
- Delegação da Maxaquene (fig.17), Lourenço Marques: proposta da encomenda do projeto em fevereiro de 1966⁷³ e aprovação do técnico apontado em março seguinte,⁷⁴ primeiro estudo submetido a apreciação superior em Lisboa em abril do mesmo ano⁷⁵ e inauguração da obra no dia 1 de julho de 1967;⁷⁶
- Delegação da Av. 24 de Julho, Lourenço Marques (não construída): diversos estudos prévios realizados a partir de setembro/outubro de 1973,⁷⁷ em julho de 1974 aguardava-se pelo projeto definitivo.⁷⁸

65 Miranda. *Liberdade &...*, 83-86.

66 Serviço de Obras, *Instalação da nova Dependência em Vila Coutinho*, Lisboa, 26 de agosto de 1961 (PT/CGD/BNU).

67 J. N. Raposo de Magalhães (Directoria). *Projecto para o edificio deste Banco em Vila Coutinho*, Lourenço Marques, 18 de julho de 1962 (PT/CGD/BNU).

68 Jorge Anastácio (Directoria). *Novas dependências na Província - Vila Coutinho*, Lourenço Marques, 19 de junho de 1968 (PT/CGD/BNU).

69 Trata-se do piso térreo do mesmo edifício para o qual Francisco José de Castro tinha anteriormente desenhado a remodelação do 1.º andar.

70 João José Tinoco. *Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 22 de fevereiro de 1962 (PT/CGD/BNU).

71 João de Chaby. *Aproveitamento do r/c do edificio do B.N.U. na Ilha de Moçambique*, Lourenço Marques, 5 de março de 1962 (PT/CGD/BNU).

72 [s.a.]. *Agência de Moçambique. Remodelação do Edifício*, Lisboa, 22 de outubro de 1962 (PT/CGD/BNU).

73 J. C. Perdigão Silva (Serviço de Obras). *Delegação urbana na Maxaquene*, Lourenço Marques, 15 de fevereiro de 1966 (PT/CGD/BNU).

74 O Chefe do Serviço de Obras. *Delegação Urbana de Lourenço Marques na Avenida 24 de Julho - Projetos de Adaptação e Decoração*, Lisboa, 4 de março de 1966 (PT/CGD/BNU).

75 Jorge Anastácio (Directoria). *Filial de Lourenço Marques - Delegações urbanas e Suburbanas - Delegação da Maxaquene*, Lourenço Marques, 25 de abril de 1966 (PT/CGD/BNU).

76 *Boletim Geral do Ultramar*. "Informações e Notícias: Moçambique", n.os 505-506 (Jul-Ago 1967): 293.

77 João de Chaby. *Diversos*, Lourenço Marques, 11 de outubro de 1973 (PT/CGD/BNU).

78 Serviço de Obras. *Diversos...*

[Fig. 16] João José Tinoco, Dependência de Vila Coutinho, anteprojeto, 1962, maquete - [s.a.], 1962



[Fig. 17] João José Tinoco, Delegação da Maxaquene, Lourenço Marques - [s.a.], [s.d.]



Carlos Veiga Camelo

Carlos Eduardo Guerra da Veiga Pinto Camelo (n.1930) esteve matriculado na ESBAP entre 1948 e 1954. Concluiu o curso de arquitetura com a prova de CODA com o título *Arquivo de História da Cidade do Porto – Gabinete de História da Cidade*, projeto que entregou em 31 de dezembro de 1958.⁷⁹ Esteve ao serviço do Ministério do Exército, nas obras militares extraordinárias levadas a efeito na cidade do Porto de onde transitou para a *Direção Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas*,⁸⁰ na mesma cidade. Foi, durante dois anos, colaborador de Robert Auzelle (1913–1983),⁸¹ autor em 1962 do Plano Diretor da Cidade do Porto.

Em meados de 1960 concorreu ao lugar para arquiteto de 1.ª classe da 2.ª Repartição, Serviços de Obras e Urbanização, da Câmara Municipal da Beira,⁸² tendo sido admitido com as funções de Chefe da respetiva Seção. Chegou à cidade da Beira no dia 16 de dezembro de 1960.⁸³

Incapaz de vencer a oposição camarária à criação do Gabinete de Urbanização da cidade da Beira ofereceu os seus serviços de arquiteto urbanista à câmara municipal de Lourenço Marques,⁸⁴ tendo a sua contratação como Chefe do Gabinete de Urbanização sido aprovada na sessão ordinária daquela municipalidade realizada no dia 10 de outubro de 1962.⁸⁵ Deixou a cidade da Beira em dezembro do mesmo ano, no final do seu contrato com a respetiva câmara municipal, para fixar residência na capital da antiga província.⁸⁶

Em agosto de 1963 foi nomeado vogal da recém-criada Comissão de Planeamento com vista à urbanização da cidade e subúrbios⁸⁷ e em outubro do mesmo ano participou nos trabalhos do I Colóquio Nacional dos Municípios, que se realizou em Luanda.⁸⁸ Enquanto representante do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques participou, no dia 14 de outubro do mesmo ano, na conferência com o título *Extinção da cidade do caniço – criação de bairros económicos*, apresentada pelo enfermeiro Álvaro Chouvane e destinada a apresentar as conclusões de um inquérito e das propostas de resolução do problema da chamada *Cidade do Caniço*, trabalho com vista à defesa das populações africanas promovido por um grupo de enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda.⁸⁹ Com a mesma função participou ainda nas subseqüentes reuniões do Grupo Central de Trabalhos, presidido pelo psiquiatra Dr. Álvaro Sobrinho, que se propôs “encontrar com base em inquéritos e contatos através de entidades oficiais ligadas ao problema habitacional dos subúrbios e das próprias populações da discutida “Cidade de Caniço”, uma solução que será exposta oportunamente ao Governador-Geral da Província, da qual beneficiarão em caso de viabilidade (urgente) mais de dois terços da população da cidade.”⁹⁰

⁷⁹ Eduardo Jorge Fernandes. *A escolha do Porto*. Guimarães: [s.n.], 2011. Tese de doutoramento.

⁸⁰ *Diário de Moçambique*. “Ouvido o arquiteto Carlos Veiga, chefe dos Serviços de Urbanização do Município”, (27-07-1961): 9-10.

⁸¹ *Notícias*. “Arquiteto urbanista”, (25 Out. 1962): 2-11.

⁸² *Diário de Moçambique*. “Câmara Municipal da Beira. Edital”, (19-07-1960): 6.

⁸³ *Diário de Moçambique*. “Arquiteto Carlos Veiga”, (19-12-1960): 11.

⁸⁴ *Notícias*. “O arquiteto Veiga e a Câmara de Lourenço Marques”, (25 Out. 1962): 5.

⁸⁵ *Notícias*. “Na sessão de ontem do Município”, (11 Out. 1962): 2.

⁸⁶ *Notícias*. “Arquiteto Carlos Veiga”, (1 Nov. 1962): 5.

⁸⁷ *Notícias*. “Planeamento regional do Sul. Criada a Comissão de Planeamento com vista à urbanização da cidade e subúrbios - constituição dos grupos”, (12 Ago. 1963): 14-6.

⁸⁸ *Notícias*. “Arquiteto Pinto Camelo”, (12 Out. 1963): 14.

⁸⁹ *Notícias*. “Problema habitacional na zona suburbana abordado em conferência no Hospital Miguel Bombarda durante a noite de ontem”, (15 Out. 1963): 2-6.

⁹⁰ *Notícias*. “Estudo do problema habitacional dos subúrbios”, (20 Fev. 1964): 3-12.

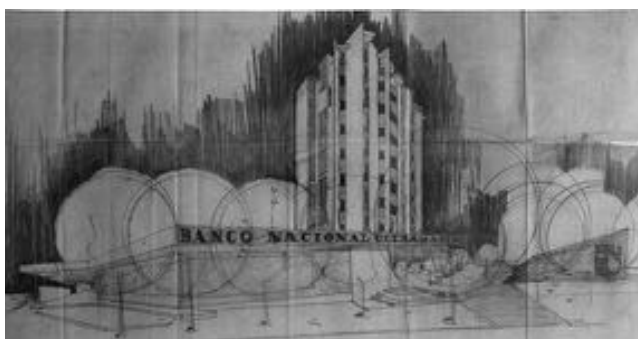
[Fig. 18] Carlos Veiga Camelo, Dependência da Maxixe - [s.a.], [s.d.]



[Fig. 19] Carlos Veiga Camelo, Delegação da Machava - [s.a.], 1974



[Fig. 20] Carlos Veiga Camelo, Dependência de Tete, anteprojecto, 1971, perspectiva



Os estudos que efetuou enquanto urbanista denotam o ultrapassar de uma conceção de cidade de dimensão limitada e fechada sobre si mesma.⁹¹ Os seus projetos inscreveram-se nas diversas correntes arquitetónicas das décadas de 60 e 70: da estrutura compositiva baseada em células hexagonais da sua prova de CODA à exuberância expressionista e às referências à arquitetura popular portuguesa patentes nos seus projetos para o BNU.

Foi, de entre os profissionais que trabalharam para o Banco em Moçambique, durante este período, aquele que maior número de projetos e obras executou:

– Dependência da Maxixe (em colaboração com o pintor António Quadros – fig.18): proposta de entrega do projeto da dependência referida em maio de 1966,⁹² fotografia da maquete publicada em janeiro de 1967,⁹³ análise de preços e proposta para avançar com a obra formuladas em março do mesmo ano,⁹⁴ abertura ao público em 1968;⁹⁵

– Delegação da Machava (fig.19): abertura em 29 de março de 1972;⁹⁶

– Colónia de Férias de Zalala: concessão do terreno e primeiro estudo de quatro casas anterior a julho de 1971,⁹⁷ projeto enviado ao governo do BNU em abril de 1972,⁹⁸ obra adjudicada e em construção em fevereiro de 1973,⁹⁹ concluída em setembro do mesmo ano;¹⁰⁰

– Dependência de Tete (fig.20): anteprojecto datado de novembro de 1971,¹⁰¹ projeto de dezembro do mesmo ano,¹⁰² início de construção em julho de 1972,¹⁰³ estrutura concluída e acabamentos adiantados em maio de 1974,¹⁰⁴ em bom ritmo de construção segundo a última referência datada de julho do mesmo ano,¹⁰⁵ edificação concluída em data incerta, provavelmente após a independência de Moçambique;

– Colónia de Férias da Condúcia-Chocas (fig.21): projeto datado de fevereiro de 1972, adjudicação da empreitada de construção em julho do mesmo ano,¹⁰⁶ construção concluída no dia 23 de julho de 1973;¹⁰⁷

– Dependência do Songo (em colaboração com o arquiteto Simões da Silva – fig.22): anteprojecto datado de dezembro de 1972,¹⁰⁸ entrega do projeto completo referida em abril de 1973,¹⁰⁹ adjudicação da empreitada de construção comunicada em outubro do mesmo ano,¹¹⁰ início de construção em 15 de novembro seguinte;¹¹¹

– Dependência do Songo – Habitações para funcionários (em colaboração com o arquiteto Henrique Coelho – fig.23): projeto datado de dezembro de 1972,¹¹² início de construção notificada em janeiro de 1974,¹¹³ a sua edificação prosseguia de acordo com a última informação de que dispomos, datada de julho de 1974.¹¹⁴

Alberto Soeiro

Alberto Pires Florêncio Soeiro (n. 1917) esteve matriculado na ESBAP entre 1937 e 1946. Nesta escola entregou em 1945 o seu

91 Luís Lage. *O desenho das cidades. Moçambique até o Século XXI*. Maputo: Edições FAPF, 2005.

92 Inspeção Geral do Ultramar. *Novas dependências na Província de Moçambique – Delegação da Maxixe*. Lisboa, 3 de maio de 1966 (PT/CGD/BNU).

93 *Notícias*. "Filial do B.N.U. na Maxixe", (13 Jan. 1967).

94 João de Chaby. *Novas dependências nesta Província - Delegação da Maxixe - Proposta de preço*, Lourenço Marques, 17 de março de 1967 (PT/CGD/BNU).

95 Chaby. *Imóveis construídos...*

96 Serviço de Obras. *Departamentos urbanos e suburbanos no Distrito de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, 18 de dezembro de 1973 (PT/CGD/BNU).

97 Serviço Social de Moçambique. *Praia de Zalala: Informação*, Lourenço Marques, 4 de julho de 1971 (PT/CGD/BNU).

98 João de Chaby. *Colónia de férias da Praia de Zalala*, Lourenço Marques, 4 de abril de 1972 (PT/CGD/BNU).

99 João de Chaby. *Diversos*, Lourenço Marques, 9 de fevereiro de 1973 (PT/CGD/BNU).

100 João de Chaby. *Informação: Colónias de férias*, Lourenço Marques, 14 de setembro de 1973 (PT/CGD/BNU).

101 Carlos Veiga Camelo *Ante-projecto: Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 11 de novembro de 1971 (PT/CGD/BNU). Neste texto é referido a existência de uma solução anterior quase concluída, cuja alteração por razões económicas foi, em 7 de setembro de 1971, posta à consideração e aceite pelo diretor do Serviço de Obras de Moçambique.

102 Carlos Veiga Camelo. *Projecto: Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 10 de dezembro de 1971 (PT/CGD/BNU).

103 PT/CGD/BNU/AF/02AG/12.30.

104 João de Chaby. *Diversos*, Lourenço Marques, 17 de maio de 1974 (PT/CGD/BNU).

105 Serviço de Obras. *Diversos...*

106 Alzina de Menezes. *Agência de Nampula - Colónia de férias da Praia da Condúcia*, Lisboa, 4 de julho de 1972 (PT/CGD/BNU).

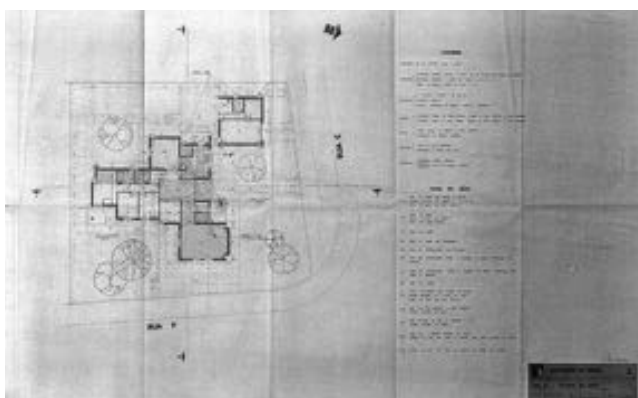
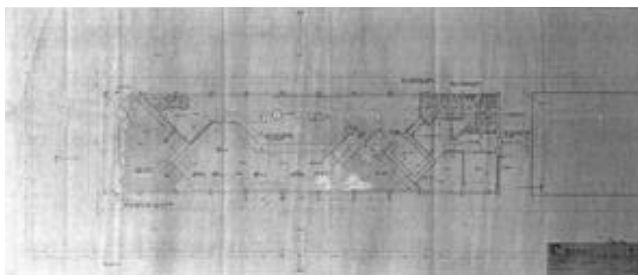
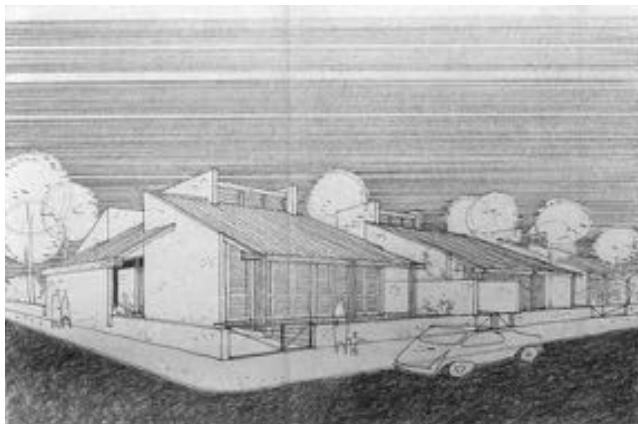
107 Chaby. *Informação: Colónias...*

108 Carlos Veiga Camelo. *Nova Agência no Songo: Memória Descritiva*, Lourenço Marques, dezembro de 1972 (PT/CGD/BNU).

[Fig. 21] Carlos Veiga Camelo, Colónia de Férias da Condúcia-Chocas, projeto, 1972, perspectiva

[Fig. 22] Carlos Veiga Camelo, Dependência do Songo, anteprojecto, 1972, planta

[Fig. 23] Carlos Veiga Camelo, Habitação para funcionários Tipo B1, Songo, projeto, 1972, planta



projeto de CODA para Lisboa, com o título *Bairro económico para uma empresa (para os seus empregados)*. O seu nome figura na lista dos inscritos ao 1.º Congresso Nacional de Arquitetura.

Estabeleceu-se em Lourenço Marques em 1952, cidade na qual concretizou a sua prática profissional moçambicana. Em Outubro de 1957 foi porta-voz dos arquitetos de Lourenço Marques numa sessão de agradecimentos ao encarregado do Governo-Geral, utilizando a ocasião para pedir a criação de legislação específica sobre o exercício das profissões de arquitetura e de engenharia. Em 20 de janeiro de 1964 foi convidado a integrar o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, convite que aceitou condicionalmente no dia 27 do mesmo mês.¹¹⁵

Encontrava-se em Lisboa em setembro de 1974.¹¹⁶

A sua obra, realizada a solo ou em colaboração com outros arquitetos residentes na antiga província, inscreve-se nos princípios arquitetónicos do Movimento Moderno e na sua adaptação às circunstâncias específicas da antiga província ultramarina. Nela se destaca a constante exploração da organização espacial dos edifícios habitacionais, na qual se revela a influência da contemporânea obra de Le Corbusier.

A sua produção arquitetónica compreendeu programas habitacionais de grande dimensão: planos de urbanização, edifícios de equipamento público para os serviços técnicos do governo provincial, para a aeronáutica civil ou para grandes instituições privadas.¹¹⁷

Para o BNU executou, em Moçambique, os seguintes projetos e obras:

– Arquivo Geral, Lourenço Marques (não construído – fig.26): anteprojecto em agosto de 1967,¹¹⁸ projeto em março de 1969,¹¹⁹ desistência da obra referenciada em julho seguinte¹²⁰ e resolução do problema do depósito do material de arquivo que o novo edifício iria albergar proposta em março de 1974;¹²¹

– Agência de João Belo, atual Xai-Xai (não construída): projeto em execução assinalado pela primeira vez em janeiro de 1971,¹²² verbas para a sua edificação previstas em fevereiro de 1974,¹²³ entrega do projeto anunciada para junho de 1974¹²⁴ e proposta de revisão dos acabamentos pelo seu autor referida em setembro do mesmo ano.¹²⁵

Francisco Figueira

Francisco G. Figueira (?–2009) integrou a equipa que venceu, em 1964, o concurso para a nova Sé Catedral de Bragança, projeto que veio a ser reprovado pelo ministro das Obras Públicas. Foi o autor da igreja das Fazendas de Almeirim, desenhado cerca de 1965. Em ambos os projetos são notórias as influências do expressionismo alemão do segundo pós-guerra bem como da arquitetura de Alvar Aalto.

109 João de Chaby. *Diversos*, Lourenço Marques, 11 de abril de 1973 (PT/CGD/BNU).

110 Chaby. *Diversos...*, 11 de outubro de 1973.

111 João de Chaby, *Diversos*, Lourenço Marques, 19 de novembro de 1973 (PT/CGD/BNU).

112 Carlos Veiga Camelo. *Habitação do Songo - Cabora-Bassa: Memória Descritiva e Justificativa*, Lourenço Marques, dezembro de 1972 (PT/CGD/BNU).

113 Serviço de Obras, *Actividades em 1973*, Lourenço Marques, 29 de janeiro de 1974 (PT/CGD/BNU).

114 Serviço de Obras. *Diversos...*

115 Alberto Soeiro em *Notícias*. "Carta aberta ao ilustre vogal Armando Pedrosa de Lima do arquiteto Alberto Soeiro", (1 Fev. 1964): 1-10.

116 Alzina de Menezes. *Telex para Senhor Eng. Chaby*, Lisboa, 12 de setembro de 1974 (PT/CGD/BNU).

117 Miranda. *Liberdade &...*, 72-73.

118 Alberto Soeiro. *Ante-projecto do edifício para Arquivo Morto e instalações várias do B.N.U. em Lourenço Marques. Memória Descritiva*, Lourenço Marques, 24 de agosto de 1967 (PT/CGD/BNU).

119 João de Chaby. *Filial de Lourenço Marques – Edifício para arquivo morto provincial, armazéns e oficinas*, Lourenço Marques, 7 de março de 1969 (PT/CGD/BNU).

120 Alzina de Menezes. *Arquivo de Lourenço Marques*, Lisboa, 1 de julho de 1969 (PT/CGD/BNU).

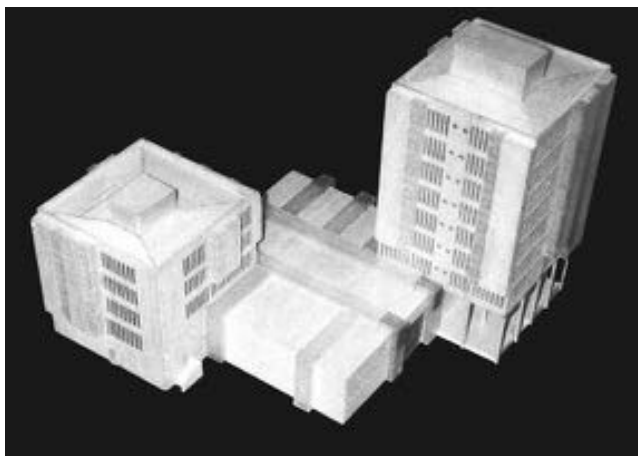
121 João de Chaby. *Plano de Obras 1974-1975*, Lourenço Marques, 8 de abril de 1974 (PT/CGD/BNU).

122 João de Chaby. *Agência de Nacala - Construção do novo edifício*, Lourenço Marques, 26 de janeiro de 1971 (PT/CGD/BNU).

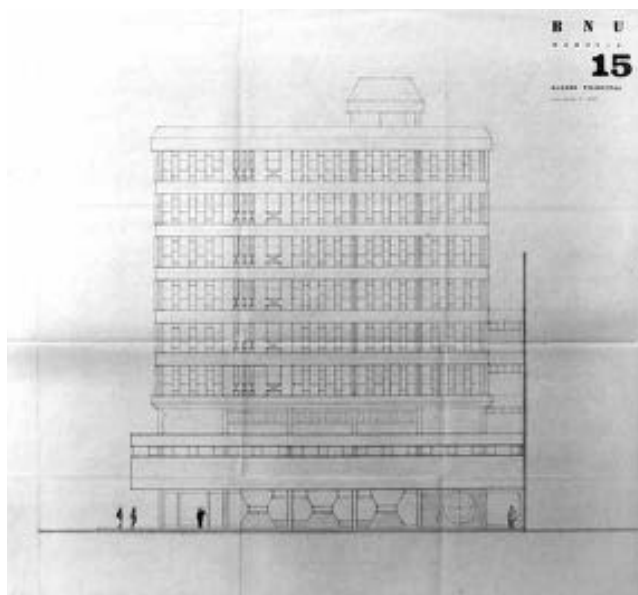
123 João de Chaby. *Plano de Obras 1974-1975*, Lourenço Marques, 5 de março de 1974 (PT/CGD/BNU).

124 João de Chaby. *Diversos*, Lourenço Marques, 17 de maio de 1974 (PT/CGD/BNU).

[Fig. 24] Francisco Figueira, Dependência de Nacala, projeto, 1970, maquete - [s.a.], [s.d.]



[Fig. 25] Alberto Leitão, dependência de Nampula, anteprojecto, 1973, alçado principal



A primeira referência à curta passagem deste autor por Moçambique encontra-se na sua integração na equipa de arquitetos responsável pelos anteprojetos de 1969 para a Praça do Infante e respetivos edifícios do Governo da Província, serviços de Justiça e outros serviços públicos, em Lourenço Marques.¹²⁶ Em 1971 estabeleceu-se em Macau, província onde chefiou a Comissão de Defesa do Património e na qual chegou a ser presidente substituto do Instituto Cultural.¹²⁷

Para o BNU apenas conhecemos, em Moçambique, o seu projeto para a dependência de Nacala (sob a responsabilidade de Carlos Veiga Camelo – fig.24): primeiro anteprojecto datado de abril de 1970,¹²⁸ segundo anteprojecto apresentado em 30 de junho do mesmo ano¹²⁹ e terceiro em setembro seguinte¹³⁰ – aprovado pela Câmara Municipal de Fernão Veloso/Nacala em 26 de novembro subsequente¹³¹ –, projeto definitivo entregue na Câmara em dezembro do mesmo ano,¹³² adjudicação da empreitada de tocos em 15 de janeiro de 1971¹³³ e adjudicação da empreitada de acabamentos referida em outubro de 1973¹³⁴ – a sua edificação prosseguia em julho de 1974, de acordo com a mais recente informação disponível.¹³⁵

Alberto Leitão

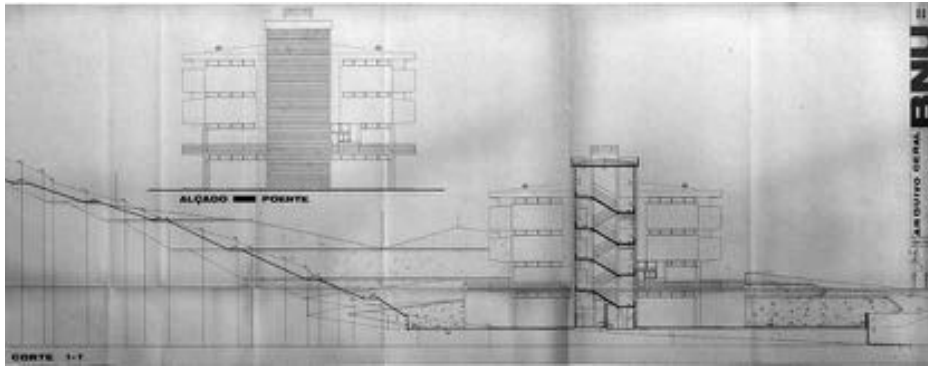
Alberto Ferreira Leitão esteve matriculado na ESBAP entre 1948 e 1955. Nesta escola entregou, em dezembro de 1958, o seu projeto de CODA para a cidade do Porto com o título *Bloco de quatro habitações em dois pisos*.

Em junho de 1962 encontrava-se estabelecido em Lourenço Marques, de acordo com uma notícia da imprensa sobre a polémica que envolveu a entrega ao arquiteto Pancho Guedes do projeto para a Galeria de Arte da Cidade.¹³⁶ Foi colaborador de Nuno Craveiro Lopes,¹³⁷ e deverá ter estado envolvido no projeto da dependência de Nampula, cuja conceção irá concluir após a morte daquele autor.

A sua prova de CODA revela a influência do modelo do complexo *Luso* na revisão das linguagens da arquitetura do Movimento Moderno na cidade do Porto.¹³⁸ A renovação dos modelos internacionalistas está igualmente patente na sua proposta de atualização da expressão exterior do projeto de Craveiro Lopes para Nampula (fig.25).

Esta última dependência constituirá o único projeto, não construído, que executou para o BNU em Moçambique: anteprojecto em março de 1973,¹³⁹ aprovado pela Câmara Municipal de Nampula em novembro seguinte,¹⁴⁰ primeiras sondagens para recolha de amostras do terreno comunicadas em maio de 1974, e última referência ao projeto em julho de 1974, a propósito dos pagamentos dos honorários ao arquiteto, realizados e a efetuar, e da verba prevista para a execução da obra em 1975 e anos seguintes.¹⁴¹

- 125 Alzina de Menezes. *Telex para...*
- 126 *Boletim dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique*. "Mais de três milhões de contos para obras em Moçambique", n.º 10 (Out. 1969) 15-18.
- 127 Paulo Barbosa em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2009/09/08/2814/> (consultado em 31-10-2017).
- 128 Francisco Figueira. *Memória Descritiva e Justificativa. B.N.U. – Nacala*, Lourenço Marques, março de 1970 (PT/CGD/BNU).
- 129 Alzina de Menezes. *Informação: Agência de Nacala - Ante-projecto do novo edifício*, Lisboa, 23 de julho de 1970 (PT/CGD/BNU).
- 130 Francisco Figueira. *B.N.U. - Nacala. Memória Descritiva e Justificativa*, Lourenço Marques, setembro de 1970.
- 131 Eduardo Fernando Alves (Administrador de Concelho). *Ao Banco Nacional Ultramarino - Nacala*, Nacala, 10 de dezembro de 1970 (PT/CGD/BNU).
- 132 João de Chaby. *Agência de Nacala - Projecto do novo edifício*. Lourenço Marques, 13 de janeiro de 1971 (PT/CGD/BNU).
- 133 Alzina de Menezes. *Agência de Nacala - Construção do novo edifício*. Lisboa, 21 de julho de 1971 (PT/CGD/BNU).
- 134 Chaby. *Diversos...*, 11 de outubro de 1973.
- 135 Serviço de Obras. *Diversos...*
- 136 *Notícias*. "Perante nova investida do grupo de arquitetos o Município mantém as decisões anteriores", (21 Jun. 1962): 2.
- 137 Serviço de Obras. *Actividades em...* 29 de janeiro de 1974 (PT/CGD/BNU).
- 138 Fernandes. *A escolha...*, 225.
- 139 Alberto Leitão. *Banco Nacional Ultramarino - Nampula - Memória Descritiva e Justificativa*, Lourenço Marques, 19 de março de 1973 (PT/CGD/BNU).
- 140 Chaby. *Diversos...*, 19 de novembro de 1973.
- 141 Serviço de Obras. *Diversos...*



[Fig. 26] Alberto Soeiro, Arquivo Geral, Lourenço Marques, projeto, 1969, alçado poente e corte 1-1'

Eduardo Figueirinhas

Eduardo de Lima Figueirinhas Correia (n.1922) esteve matriculado na ESBAF entre 1940 e 1961. Concluiu o curso de arquitetura com o projeto de CODA para Santo Tirso com o título *Posto Médico para a Federação de Caixas de Previdência*, prova entregue em dezembro de 1960.

Em 1962 encontrava-se estabelecido em Quelimane, responsável pelo acompanhamento técnico da obra de construção do Complexo Comercial, Turístico e Habitacional Montegiro (1954-1966), projeto de Arménio Losa e Cassiano Barbosa.¹⁴²

Da sua obra em Moçambique apenas temos referência ao anteprojecto da dependência e residências dos funcionários do BNU no Chinde: encomenda aprovada em abril de 1972,¹⁴³ projeto enviado para Lisboa em abril de 1973,¹⁴⁴ receção do projeto completo referida em julho de 1974,¹⁴⁵ e verbas para a sua construção previstas no Plano de Obras para 1974/1975 daquela instituição bancária.¹⁴⁶

Conclusão

A produção arquitetónica do BNU em Moçambique, executada no período entre 1950 e 1975, constituiu um caso paradigmático de dimensão e qualidade únicas no contexto colonial daquela instituição bancária. Para tal exceção contribuiu a existência em Lourenço Marques de um serviço de obras local, que aparenta ter tido alguma autonomia em relação ao serviço de obras em Lisboa. Este organismo central, por outro lado, parece ter diretamente orientado os novos empreendimentos nas restantes províncias ultramarinas, incluindo a seleção nos ateliês metropolitanos dos técnicos por eles responsáveis – consequência da ausência naqueles territórios de profissionais neles estabelecidos.

Iniciou-se já uma investigação mais vasta, abrangendo a produção arquitetónica do BNU nos restantes territórios ultramarinos, com a exceção de Angola. Aguarda-se a oportunidade para empreender uma semelhante pesquisa de âmbito metropolitano. O cotejamento de ambas permitirá certamente firmar o papel da arquitetura moderna, e dos seus praticantes, na definição da imagem representativa do Banco Nacional Ultramarino no território português durante o período final do regime do Estado Novo.

¹⁴² Miranda. *Liberdade &...*, 97.

¹⁴³ Alzina de Menezes. *Agência do Chinde - Projecto para o novo edifício*. Lisboa, 4 de abril de 1971 (PT/CGD/BNU).

¹⁴⁴ João de Chaby. *Sub-agência do Chinde - Projecto do novo edifício*. Lourenço Marques, 11 de abril de 1973 (PT/CGD/BNU).

¹⁴⁵ Serviço de Obras. *Diversos...*

¹⁴⁶ Chaby. *Plano de...*, 5 de março de 1974.

Documentando politicamente a missão civilizadora imperial: o arquivo fotográfico da Companhia Diamang

Márcia C. F. Oliveira

A expressão da missão civilizadora imperial num Estado dentro do Estado

- 1 A exploração do Arquivo Fotográfico da Diamang foi iniciada no âmbito dos trabalhos de Valorização digital dos acervos cultural e histórico da Universidade do Minho, no quadro da Fundação Carlos Lloyd Braga-Universidade do Minho. Neste âmbito, decorre um projeto de pós-doutoramento, sediado no LAB2PT: *As tecnologias na fruição da cultura escrita e iconográfica: interfaces, problemas e soluções na redefinição do lugar dos espaços culturais*, inscrito no DSI-UMinho, no qual se incluem estes e outros trabalhos de valorização digital.
- 2 O Arquivo Fotográfico da Companhia de Diamantes faz parte da Fototeca do Museu Nogueira da Silva, unidade cultural da Universidade do Minho. Importa reconhecer a extraordinária colaboração desta entidade para a prossecução dos trabalhos neste espólio.

Dirigindo praticamente todos os aspetos da vida no remoto “canto nordeste” de Angola, com a sua própria polícia, estradas, instalações e barragens hidroelétricas, rádio, escolas, serviços de saúde, estações agrícolas, serviços de extensão rural, missões e museu, a Diamang convertera-se num “Estado dentro de um Estado”, conhecido como a “nona colónia do império” em Lisboa.

(Gervase Clarence-Smith, *The third Portuguese empire, 1825–1975: a study in economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1983, 173. Tradução nossa)

A Companhia de Diamantes de Angola (*Diamang*), criada em 1917 com a afluência de capitais belga, português, francês e americano conseguiu, ao longo da sua trajetória, projetar uma imagem de grandeza e solidez, que contribuiu para os agnomes de *nona colónia do império* ou *Estado dentro do Estado*, com que chegou a ser classificada.

A importância das atividades desta indústria de extração em termos económicos, bem como a forma como essas se combinavam com as políticas de fomento preconizadas a nível estatal para os territórios ultramarinos portugueses, muito terão contribuído para a criação dessa representação. Analogamente, para o mesmo propósito terá concorrido a imagem que a empresa pretendeu exibir e construir de si própria, da qual deu numerosos testemunhos, nomeadamente através do arquivo fotográfico *Diamang*, que pretendemos abordar aqui.¹

Este acervo foi transferido para a unidade cultural da Universidade do Minho² onde se encontra quando a SPE–*Sociedade Portuguesa de Empreendimentos*, sucedânea da *Diamang*, alienou algum do seu património. É composto pelo arquivo fotográfico

da “Secção de Fotografia” da empresa.³ Esta divisão funcionaria como um serviço autónomo, criado com o propósito exclusivo de registar em fotografia todas as atividades desenvolvidas na região por esta sociedade. Para esse efeito contava com dois fotógrafos em permanência, possuindo ainda um laboratório próprio, respondendo em termos hierárquicos ao diretor dos Serviços de Apoio Geral.⁴ O registo fotográfico pormenorizado não tinha fins meramente colecionistas, servia igualmente para acompanhar numerosa documentação produzida no âmbito dos diferentes serviços da companhia (de saúde, de minas, entre outros). Assim, ainda que este espólio inclua o arquivo da Secção de Fotografia da *Diamang*, é possível encontrar fotografias dispersas noutros fundos documentais, como os dos serviços da administração central, ou do pessoal, que recorriam aos serviços desta divisão para ilustrar a documentação que produziam. Importa ainda realçar que a política de arquivo da empresa implicava a existência de um arquivo duplo, isto é, toda a documentação produzida, em qualquer suporte, era duplamente arquivada: existia uma cópia no Dundo, sede da companhia em Angola, e outra em Lisboa, nos serviços centrais da empresa.

Estando, tal como referimos na nota introdutória deste texto, a decorrer um projeto que visa promover o aproveitamento e valorização digital do espólio fotográfico desta companhia, o presente texto pretende fazer uma apresentação crítica desse acervo. Assim, num primeiro momento traçamos um enquadramento sobre a atividade económica da Companhia de Diamantes da Angola, desde os seus primórdios à obtenção do monopólio de exploração diamantífera. Essa análise visa perspetivar a sua importância no quadro da economia colonial, apontando algumas especificidades do respetivo processo de estruturação interna. No momento subsequente apresentamos um primeiro resultado sobre o trabalho de desconstrução crítica do arquivo institucional, com o fim de caracterizar os seus núcleos fundamentais, nomeadamente em termos de suporte material e das categorias temáticas retratadas, no quadro de um projeto de investigação aberto a outras abordagens interdisciplinares.⁵

Importa por isso sublinhar as potencialidades deste acervo documental enquanto testemunho construído segundo o desígnio de exprimir, mas também de ocultar, as facetas da *missão civilizadora colonial*. É neste horizonte que a *obra* da Companhia deve ser lida como uma manifestação inequívoca da representação do seu poder no contexto do colonialismo português tardio.⁶

- 3 De acordo com a informação recolhida junto do antigo Diretor-geral da Companhia, Doutor Bernardo Reis, que acompanhou todo este processo, a *Diamang* foi nacionalizada após o período revolucionário e os seus bens, onde se incluíram os arquivos, foram transferidos para a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos entretanto formada. Esta sociedade terá, nos primeiros anos de 2000, procedido à venda de algumas propriedades em Lisboa, incluindo o edifício onde se encontrava alojado o espólio da *Diamang*. Foi por isso necessário deslocalizar o arquivo e decidir o que fazer com os seus fundos. Nesse processo foram transferidos núcleos documentais para diferentes instituições, nomeadamente Universidade de Coimbra e Universidade do Minho.
- 4 De acordo com a entrevista do Doutor Bernardo Reis.
- 5 O projeto intitula-se “Mapeamento e sentidos críticos do Arquivo Fotográfico da Companhia de Diamantes de Angola (*Diamang*): territórios, comunidades e memórias” (SpaceR, Lab2PT) e é coordenado por Fátima Moura Ferreira.
- 6 Sobre o Estado-império português e o colonialismo tardio vejam-se, entre outros: Cláudia Castelo, “Developing ‘Portuguese Africa’ in late colonialism: confronting discourses”. Em *Developing Africa: Concepts and practices in 20th century colonialism*, org. Joseph Hodge, Gerald Hodl, Martina Kopf. Manchester: Manchester University Press, 2014, 63-86 e Diogo Ramada Curto; N. Domingos; M.B. Jerónimo, “Introdução. Da história de África à história global: problemas e conexões”. Em *Histórias de África, capitalismo, modernidade e globalização*, Ed. F. Cooper. Lisboa: Edições 70, 2016, 9-40 e ainda Miguel Bandeira Jerónimo. *O império colonial em questão (Sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.

Historiando os primórdios. Os primeiros passos e o monopólio de exploração diamantífera na Lunda.

A Companhia de Diamantes de Angola desenvolveu, ao longo da sua existência, um trabalho apurado de divulgação da sua ação na região da Lunda angolana onde se instalou, existindo numerosa documentação que se constitui testemunho dos serviços que funcionavam na companhia, ou através dela. O espólio documental da empresa é bastante diversificado incluindo desde o acervo etnográfico, ao bibliográfico, passando pelo acervo audiovisual (filmes, fitas magnéticas e discos), pelo acervo fotográfico e ainda o acervo documental, composto por relatórios das secções relacionadas com a atividade da ex-Companhia, que ilustram diferentes facetas dos projetos desenvolvidos pela Diamang.⁷

Entre a abundante documentação produzida no âmbito das atividades da *Diamang* é possível encontrar algumas publicações editadas pela própria empresa, onde esta procura registar a história da sua constituição e onde se compilam os vários diplomas que regularam não só a sua constituição, mas também a sua atividade ao longo dos anos.⁸ A consulta dessas publicações permite reconstituir parcialmente a história dos primórdios da empresa, nomeadamente no que respeita aos estatutos que a regulamentaram. Os estudos que entretanto têm vindo a ser publicados sobre a companhia, resultantes de investigações recentes, sob diferentes olhares disciplinares, cruzando estas fontes com outra documentação, parecem confirmar os registos feitos pela companhia no que respeita à sua criação.⁹

A origem da exploração diamantífera naquela região remonta ao início do século XX. Em 1907 foram avistadas, junto à bacia hidrográfica do Cassai, nos concentrados de lavagem do ribeiro Kimina, as primeiras pedras preciosas. Na sequência dessa descoberta foi constituída a *Forminière – Société Internationale Forestière et Minière*, que se dedicou à pesquisa sistemática de diamantes nos jazigos aluvionares do Cassai, no Congo¹⁰ e sua ulterior exploração.¹¹

Em face dessa descoberta e dado o prolongamento natural, em Angola, das mesmas condições geomorfológicas, são enviados em 1912 geólogos belgas para o território. Em novembro desse ano, dois prospectores – *Johnson* e *MacVey*, encontram diamantes no ribeiro Mussala, afluente da margem direita do Chiumbe, próximo da fronteira.¹²

A descoberta destas formações entre o Congo e Angola conduziu à criação da *PEMA – Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola*, fundada em Lisboa, em 1912. Esta é instituída com o propósito de fazer prospeção nos depósitos de diamantes de Angola conseguindo, junto do Governo Português, uma concessão por cinco anos.¹³

Em 1917, depois de completado o primeiro ciclo dos trabalhos de prospeção, é criada, no dia 16 de outubro, a *Diamang – Companhia de Diamantes de Angola*, que agrega capital português, belga, francês e americano. Em 1918, são transferidos para a *Diamang* os direitos de prospeção que haviam sido assegurados anteriormente pela *PEMA*.¹⁴

Entre 1917 e 1921 procedeu-se ao exame preliminar de toda a área de concessão, por forma a selecionar as zonas de maior interesse económico, que levaram à demarcação da *Zona Única de Proteção*: limitada a Este pelo rio Cassai; a Oeste pelo rio Luxico; pela fronteira do Congo a Norte e a Sul pelo paralelo de Saurimo.¹⁵

Focando a nossa atenção nos Estatutos da Companhia, verifica-se que foi firmado, entre o Estado português e a *Diamang*, um primeiro contrato provisório, datado de dezembro de 1920.¹⁶ A esse contrato provisório sucedeu um contrato com a Província de Angola, assinado em 18 de maio de 1921. Este foi complementado por acordos suplementares, que acrescentaram e ou modificaram algumas das condições contratuais pré-existentes.¹⁷

Logo no contrato provisório de 4 de dezembro de 1920, era concedido o exclusivo da exploração de diamantes numa extensa área de Angola à companhia, condição que se manteve no contrato subsequente, assinado em 1921.

Assim, o contrato de 18 de maio de 1921 previa a concessão à Companhia por tempo ilimitado, do direito de extração de diamantes em todos os *claims* que esta tivesse já demarcado ou viesse a demarcar, dentro do prazo de 30 anos numa região delimitada e cinco anos noutras regiões da Província. O governo de Angola comprometia-se a apoiar “moral e materialmente” a Companhia e a tomar as medidas necessárias para o livre e eficaz exercício da sua indústria, tendo em vista: impedir o roubo e recetação de diamantes; impedir que terceiros dificultassem o completo e perfeito aproveitamento das concessões; apoiar o recrutamento de pessoal indígena necessário à intensa exploração de jazigos diamantíferos. A *Diamang* gozaria ainda de isenção de direitos de importação e seus adicionais para os maquinismos e respetivos pertences e para outros artigos indispensáveis ao exercício de pesquisa e extração de diamantes. A exoneração de direitos de importação e exportação não dispensava a Companhia de outras formalidades legais, a que estavam sujeitas as importações e exportações de Angola de quaisquer produtos ou artigos, entendendo-se porém que essas formalidades não envolveriam pagamento de quaisquer quantias. Similarmente, o governo da Província não teria o direito de anular este contrato, a não ser nos casos, devidamente comprovados, de falta de cumprimento de qualquer das suas cláusulas por parte da *Diamang*, ficando bem entendido que qualquer omissão ou ato,

7 Uma parte significativa destes documentos, à exceção do acervo fotográfico em presença, encontra-se na posse do Centro de Estudos Africanos-Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde tem vindo a ser tratado digitalmente: <http://www.Diamangdigital.net/index.php>. Para mais informações sobre as suas características veja-se a página referida.

8 Entre outras, estamos a referir-nos às publicações: S.A. *Angola Diamond Company*. Lisboa: s.n.,1963. S.A. *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa: s.n.,1955.

9 Veja-se, entre outros possíveis, os textos recentes: Jorge Varanda. “*Diamang*. Retrato visível e oculto da “nona colónia”, *Jornal de Notícias. História*, n.º8, junho,2017. Revista: 8-3; Teresa Mendes Flores. “A preto e branco: folheando os relatórios médicos da *Diamang*”, Em *O império da visão*, org Filipa Vicente. Lisboa: Edições 70, 2015,223-242 e Ana Paula Ribeiro Tavares. “História e Memória. Estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola”. Tese de doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009.

10 A história da ocupação e governação desta região é marcada por várias transformações. Na documentação da época, a região aparece referida como Congo Belga. No início da década de 60 (a partir da independência) até 1971 surge, por vezes, designada na documentação como República do Congo. Em 1971, com o governo de *Mobutu Sese Seko* passou a chamar-se Zaire [República do], nome com que aparece designada nalguma documentação, recuperando a designação Congo [República Democrática] Wem 1996-7. A documentação consultada apresenta por isso designações diferentes para a região, consoante a época em que foi escrita. Para uma informação mais detalhada sobre a evolução da História Política da região, veja-se, entre várias possíveis: M. Alves Oliveira. “República Democrática do Congo”. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição século XXI*, n.º25. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo,176-184.

11 Cf. Bernardo Reis, A. Monforte. “A descoberta do Diamante, evolução da pesquisa e origem dos jazigos diamantíferos em Angola”, *Revista Ciências Geológicas: Ensino, Investigação e a sua História. Geologia das Ilhas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira e Geologia das antigas Colónias*, v. III (2010): 71-76.

12 S.A. *Angola Diamond...*, 11

13 Reis e Monforte, “A descoberta...”,72.

14 S.A. “*Angola Diamond...*”, 11-12; Reis e Monforte, “A descoberta...”,72. O diploma de concessão encontra-se no *Diário do Governo II série*, n.º136, 12 de junho de 1918.

15 Reis e Monforte, “A descoberta...”,72.

16 S.A. *Estatutos...*,31 e S.A. *Suplemento aos Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa: s.n.,1955. Esta versão dos estatutos é composta em 1955, tendo em conta as escrituras de constituição e respetiva atualização da Companhia de 16 de outubro de 1917; 11 de agosto de 1919; 8 de outubro de 1920; 21 de julho de 1921; 27 de outubro de 1922, 02 de janeiro de 1923; 04 de janeiro de 1929; 04 de agosto de 1937; 27 de fevereiro de 1941; 22 de dezembro de 1945; 10 de maio de 1955.

17 Os contratos subsequentes incluem os seguintes: Contrato suplementar de 08 de julho de 1922; Contrato com o Estado e a Colónia de Angola, 31 de julho de 1937; o Contrato com o Estado e a Colónia de Angola, 24 de junho de 1946 e o Contrato com o Estado e a Província de Angola, 10 de fevereiro de 1955. A assinatura destes contratos obrigou à produção de legislação nacional e outros diplomas legais que permitiram consolidar o acordo realizado entre o Estado e a Companhia. Vejam-se a este propósito: Decreto do Alto Comissariado da República em Angola, nº 9, 6-05-1921; Decreto do Alto Comissariado da República em Angola, nº 11, 12-05-1921; Decreto do Alto Comissariado da República em Angola, nº 176, 4-07-1922; Lei nº 1939, 27-03-1936; Decreto-lei nº 27 898, 28-07-1937; Decreto-lei nº 35 668, 28-05-1946; Decreto-lei nº 39 920, 22-11-1954; Portaria ministerial, 31-03-1913; Portaria Ministerial, 07-02-1918; Portaria Ministerial, 06-06-1918 e ainda o Relatório dos Decreto-Lei nº 35 668 e nº 35 669; Aviso da Secretaria de Obras Públicas da Província de Angola, 06-01-1925; Aviso da Secretaria de Obras Públicas da Província de Angola, 11-08-1926e Lista anexa à Portaria nº 258, do Governo-geral de Angola, 05-01-1929.

18 Veja-se a transcrição de todos estes diplomas, nomeadamente do contrato de concessão de maio de 1921 em: S.A. *Estatutos...*, 31.

19 Contrato de concessão 18 de maio de 1921, compilado em S.A. *Estatutos...*, 41.

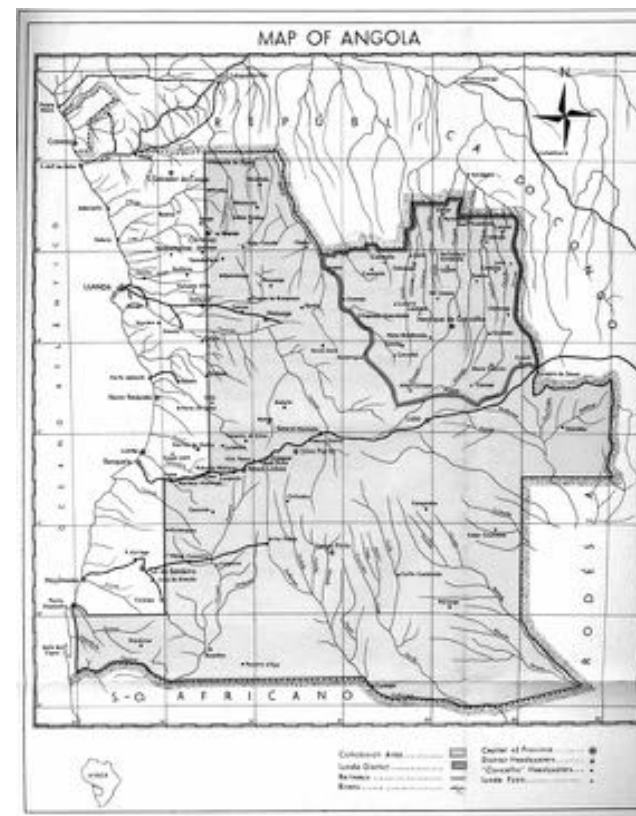
20 Contrato de concessão 18 de maio de 1921, compilado em S.A. *Estatutos...*, 41.

devidamente comprovado, praticado por esta no sentido de lesar o Estado, “seria taxativamente motivo de anulação de contrato”.¹⁸

Em contrapartida, a Companhia comprometia-se a não alienar as concessões que lhe eram feitas e a entregar 5% de todo o capital emitido, ou que viesse a ser emitido, à Província de Angola. Sempre que a Diamang fosse autorizada a realizar emissão de obrigações, o Governo teria direito a exigir que lhe fosse dada uma participação não superior a 5%. A empresa ficava ainda obrigada a elevar, imediatamente, o seu capital a um mínimo de 2 milhões de ações, tendo principalmente em vista com esse aumento de capital, a intensa exploração das reservas já conhecidas e a realização de novas pesquisas, garantindo à colónia um mínimo de cem mil dessas ações. A Província de Angola teria uma participação anual nos lucros gerais da Diamang representada por 40% dos lucros líquidos, depois de deduzidas as seguintes verbas: 5% para o fundo de reserva legal; 6% para o capital de ações, 10% para o remanescente, tal como a remuneração estatutária aos corpos gerentes. A Companhia ficava ainda obrigada a intensificar as suas pesquisas e exploração e a aproveitar, da forma mais completa e perfeita, as concessões que por este contrato lhe eram feitas. A fiscalização por parte do Governo seria realizada por meio do Serviço de Minas da Província de Angola, através da nomeação de “duas pessoas de categoria”, à escolha do Alto-comissário ou do Governador-geral, para exercerem o lugar de administradores da Companhia e pelo exame da sua *Escrita*.¹⁹

O contrato previa ainda a realização de empréstimos por parte da *Diamang* à Província de Angola, nos seguintes termos: até ao dia 14 de junho de 1921 seria aberto um crédito de 200 mil libras, em francos belgas, ao câmbio do dia dos pagamentos. Em 30 de janeiro dos anos seguintes, até 1935, inclusive, seriam abertos, nas mesmas condições, créditos, em libras esterlinas, ou francos belgas, ao câmbio daquele dia, numa importância igual a metade da participação de 40% que a Província tivesse recebido no ano anterior. Estes empréstimos ou créditos, anualmente abertos pela *Diamang*, constituíam operação inteiramente à parte da receção por parte da Província dos dividendos e participações que lhe pertenciam, os quais seriam anualmente postos à ordem da Província de Angola. Da mesma forma o reembolso, pela Província de Angola à *Diamang*, dos empréstimos realizados, far-se-ia o mais tardar a partir do ano de 1935, num período máximo de 25 anos, por anuidades iguais, sendo aplicado a esse fim, “a partir do ano em que começasse o reembolso, o produto anual da província nos lucros da Companhia e dos dividendos que lhe cabiam”.²⁰

A análise das cláusulas deste contrato torna evidente a importância que a Companhia e as suas atividades assumem na antiga colónia, não só pela importância económica do contrato, bem



[Fig. 1] Distrito da Lunda e área exclusiva de exploração diamantífera da *Diamang* Fonte: S.A. Angola Diamond ..., 1963

como pela extensa área de exploração que é concedida à *Diamang* e das obrigações contratuais a que as diferentes partes se expunham.

É certo que as condições contratuais sofreram alterações ao longo do tempo, que se traduziram, entre outras, no aumento do valor da participação da Província nos lucros da Companhia (elevado para 50%); em modificações na concessão dos empréstimos e sua forma de pagamento e no aumento dos prazos da concessão da exploração de diamantes. Não obstante, este contrato inicial torna, desde logo, evidente a grandeza do empreendimento previsto (fig.1).

Importa sublinhar que, “de acordo com as prescrições legais, a área de concessão da *Diamang* – 1.022.700 km², teria que ser reduzida a 50.000 km² em maio de 1971”. Assim, os geólogos e prospectores da empresa desenvolveram a sua atividade por forma a “delimitar os ‘claims’ com potencialidades que permitissem selecionar os 50.000km²”, os quais “foram demarcados e dispersos por Angola, num total de 27, com áreas compreendidas entre os

[Fig. 2] Inauguração de uma aldeia para trabalhadores na Cacanda. A imagem, datada de 1968 retrata uma certa sumptuosidade na celebração, com a presença de Banda de Música e colocação de uma lápide comemorativa. Fonte: AFCD/MNS.



472 km² e os 2478 km², que incidiram na [sua] maioria na Lunda, onde as potencialidades diamantíferas eram mais evidentes e economicamente rentáveis”.²¹

A empresa tinha assim, sob a sua direta influência, um extenso território, que não utilizou apenas para o desenvolvimento das suas atividades económicas e trabalhos conexos. Este funcionou, similarmente, como uma espécie de *laboratório colonial* onde se experimentaram formas de organização que, se por um lado respondiam às exigências contratuais e, contingentemente, a objetivos de políticas de fomento do Estado português, por outro, ensaiou um sistema onde o modelo de organização se afastava “da maravilhosa e suave propriedade da expansão portuguesa ontologicamente materializada e interpretada pelo homem português na sua pulsão para a disseminação da alegria tropical”, da teoria *luso-tropicalista* de Gilberto Freyre (fig. 2).²²

O espólio fotográfico da Companhia que temos vindo a analisar disso dá testemunho, ao registar metodicamente diversos aspetos da vida da empresa; parece querer testemunhar em simultâneo o cumprimento do contrato celebrado com o Governo da colónia de Angola e as facetas exemplares das suas atividades e organização implementada no terreno. Cumpre relembrar que a Companhia de Diamantes se comprometera contratualmente a “continuar a obra de colonização já iniciada com indígenas que para ali queiram deslocar-se de regiões agricolamente desfavorecidas, ou nas quais seja impossível melhorar as suas condições de vida” observando, “em relação aos trabalhadores indígenas, as disposições dos regulamentos e outros diplomas em vigor na colónia, designadamente as relativas a salários, alimentação, vestuário e habitação. Deverá a companhia prestar-lhes assistência médica hospitalar, elevar-lhes o nível de moral e de instrução e, duma maneira geral, promover o melhoramento das suas condições materiais e morais.”²³ São justamente algumas destas facetas que a *Diamang* procurará registar e imortalizar no acervo fotográfico que temos vindo a referir.

Entre a missão civilizadora comum e a especificidade. A companhia de Diamantes de Angola na política colonial portuguesa.

O processo de desenvolvimento da economia do território angolano durante o período colonial patenteia, de acordo com o que foi defendido em trabalhos trabalhos sobre o tema, um desenvolvimento que, não sendo clássico, se mantém dentro das margens dos modelos de exploração implementados por outras metrópoles.²⁴ Uma certa especificidade da consolidação da economia de mercado na região fica essencialmente a dever-se ao próprio baixo grau relativo de desenvolvimento da economia portuguesa. O capital português, conseguindo manter uma posição dominante na definição da política económica colonial, encontra-se numa fase de *empirismo* em que ainda carece de renovação de conceitos e mentalidades, de planeamento e organização científica do trabalho. Simultaneamente, a necessidade de encontrar apoio à política seguida e a fraqueza relativa do capital industrial português levam-no a não poder prescindir de capital estrangeiro.²⁵

É neste contexto que emerge e se desenvolve a Companhia de Diamantes de Angola, com a participação de capital estrangeiro, do qual não se podia prescindir. Faz parte de um modelo de desenvolvimento que, ainda que permita identificar alguma especificidade, se mantém dentro das margens de outros modelos implementados.

Com efeito, e ainda de acordo com o mesmo estudo, esta “especificidade” não ultrapassa a margem de variação dum modelo colonial passível de várias combinações. Nesse sentido, irá conduzir à consolidação e expansão da economia de mercado em termos tais, que o domínio político direto se torna cada vez menos necessário e o caminho vai ficando aberto a uma solução neocolonial. A dependência da colónia nos campos económico, monetário, financeiro e tecnológico foi perdendo o carácter de controlo político direto. Foi-se transformando, verificando-se que, por parte do capital internacional, o grau de penetração da economia de mercado atingido em Angola na fase final se revelava suficiente para dar continuidade ao modo de produção, tornando-se assim supérfluo esse controlo político direto.²⁶

Crescendo dentro deste contexto e num período cronológico tão amplo, a *Diamang* experimentará as dificuldades e necessidades decorrentes do próprio desenvolvimento do modelo económico da região. Importa relembrar que até à década de 60 o *fator de produção* dinamizador da economia angolana foi essencialmente o *fator trabalho*.

O regulamento de trabalho, baseado no *Código de Trabalho Indígena*, de 1928, a par do sistema fiscal, constituíam o enquadramento

21 Reis e Monforte, “A descoberta...”, 72-73.

22 Sobre isto veja-se José Carlos da Costa Ramos. “Atlas da Memória e esperança. Sem rima nem razão”. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2014, 143-144.

23 Cf. Decreto-lei nº 27.898, 20 de julho de 1937.

24 Cf. Eduardo de Sousa Ferreira. “A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74”. *Análise Social*, vol. XXI, nº 85 (1985): 83-110.

25 Ferreira, “A lógica...”, 83.

26 Ferreira, “A lógica...”, 84.

27 Ferreira, "A lógica...", 85.

28 Ferreira, "A lógica...", 86. Veja-se também o trabalho de Jorge Varanda acima citado.

29 Varanda, "Diamang. Retrato...", 11-12.

30 Cf. Adelino Torres, "Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)". *Análise Social*, vol. XIX, nº77-78-79 (1983) 1101-1119.

31 Torres, "Pacto colonial...", 1102.

32 Para uma visão mais detalhada sobre estas transformações veja-se Varanda, "Diamang. Retrato...", 11-24.

33 Varanda, "Diamang. Retrato...", 19.

34 Para um conhecimento mais aprofundado questão veja-se o trabalho de Cláudia Castelo, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 381.

35 Castelo, O povoamento..., 381.

institucional destinado a limitar a possibilidade do trabalhador angolano reduzir a sua atividade à cultura de subsistência, por forma a libertar a sua mão-de obra para a inserção no mercado de trabalho. Pretendia-se, dessa forma, criar condições favoráveis à existência de mão-de-obra em termos benéficos a uma economia de mercado.²⁷ O método utilizado para o conseguir era duplo: de forma indireta através de um sistema de impostos que coagia à obtenção de rendimentos monetários, sendo a aplicação de leis fiscais utilizada para o conseguir; de forma direta através do trabalho forçado sob variadas formas, importando realçar que o *Código de Trabalho Indígena*, no no decreto-lei nº 16199, permitia o trabalho compelido para fins de interesse público, embora a título excepcional. Ainda que o trabalho forçado em empresas privadas fosse proibido este era, na prática, ignorado pela administração pública, atuando o Estado, muitas vezes, como agente recrutador e distribuidor de trabalho.²⁸

Não se constituirá assim surpresa o facto de a *Diamang*, pelo menos no início da sua implementação e consolidação, não poder prescindir do apoio do Estado no recrutamento e disso se ter feito cláusula contratual. Com efeito, o contrato assinado previa que o Governo de Angola "apoiasse o recrutamento de pessoal indígena necessário à intensa exploração de jazigos diamantíferos". Como foi sublinhado por Jorge Varanda, apesar de todas as atividades da Companhia, a sua razão de ser fundamental era produzir diamantes ao mais baixo custo. O contrato majestático com o Estado colonial, o apoio do Estado e o baixo custo da mão-de-obra indígena, resultante de "um regime de trabalho forçado omnipresente", contribuíram para a construção de uma comunidade *sui generis*.²⁹

Como veremos mais adiante, a face visível desse contrato é manifesta no acervo fotográfico da Companhia que temos vindo a referir, mas ainda que apagado desses registos fotográficos, o funcionamento da empresa num contexto económico particular não pode ser olvidado.

Esse contexto económico conheceu, ao longo do tempo, alterações significativas. Como foi salientado na investigação em história económica, até aos anos 60 a colónia de Angola foi essencialmente "um reservatório de matérias-primas e de produtos primários, bem como um mercado dos produtos semitransformados da economia metropolitana".³⁰ Contudo, a era das independências africanas veio exercer uma pressão externa considerável, completada, em 1961, pela revolta do movimento nacionalista angolano. Esta data marca, por consequência, o início de um novo período e a década caracterizar-se-ia por modificações importantes na ação colonialista. Disso constituem testemunho os II e III Planos de Fomento, respetivamente de 1959-64 e de 1968-73, os quais consagraram

grande parte dos investimentos previstos às infraestruturas económicas – transportes, comunicações, indústrias extrativas e indústrias transformadoras. Nos princípios da década de 70, a taxa de crescimento da economia angolana atingia níveis elevados e o período iniciado em 1961 apresentava um balanço onde eram evidentes as modificações estruturais decorridas.³¹

Durante esse período, a Companhia de Diamantes de Angola construía a sua infraestrutura e adaptava-se às mudanças de circunstâncias promovendo, quando isso foi imprescindível, alterações na organização de trabalho, políticas de recrutamento ou até de política e segurança.³² Contudo, na sua zona de influência – a Lunda, foi a *Diamang* e não o Estado, a transformar um espaço que se encontrava despido de estruturas urbanas modernas, num hodierno espaço industrial diamantífero, com pequenas urbes.³³

Esse trabalho de transformação do espaço ficou profusamente retratado no espólio fotográfico que temos vindo a tratar. Desde a construção de estradas e infraestruturas básicas, aos serviços de saúde em funcionamento, de tudo a companhia fez registo apurado, num arquivo cifrado em milhares de imagens. Essas representações procuram realçar uma faceta exemplar do *progresso* construído pela Companhia, não só em infraestruturas como também em serviços de apoio e obra educadora. Contudo, não podem fazer esquecer a complexidade das questões vividas em contexto colonial, especificamente no que respeita às "práticas brutais, discriminatórias e racistas inerentes ao sistema colonial" e conduzidas, efetivamente, pela população branca que migrou para as colónias, nomeadamente a partir de Portugal.³⁴ Como foi sublinhado por trabalhos nesta área como os da investigadora Cláudia Castelo, a presença em Angola (e também em Moçambique) de população branca foi algo anacrónica no contexto internacional devido à combinação de três fatores: "1– a quase ausência de um pensamento anticolonial em Portugal até ao início das guerras de libertação nacional nas possessões africanas; 2– a ocorrência de uma migração em massa para as colónias só no pós-II Guerra Mundial; 3– a vigência na metrópole de um regime autoritário intrinsecamente colonialista, que usou a escola, a censura e a propaganda para fabricar uma mística imperial, mais tarde reconvertida em vulgata luso-tropical".³⁵ O arquivo fotográfico em apreço evidencia essa política, num contexto particular e com especificidades decorrentes da natureza da própria Companhia.

Entre o *inscrito* e o *[inter]dito* – Expressões da organização da *Diamang* a partir do seu arquivo fotográfico

36 Cumpre reconhecer, antes de avançarmos, ao papel central da colaboração de diversas pessoas no desenvolvimento desta tarefa particular. Como efeito, e em face da morosidade e complexidade das operações de registo das características dos negativos e seu cruzamento com as versões positivadas, foi imprescindível a constituição de equipas de duas ou mais pessoas no sentido de possibilitar a sua concretização. Esse trabalho contou assim com o apoio da FCLB, que disponibilizou a colaboração da técnica administrativa Maria Celeste Santos, que auxiliou nas tarefas de avaliação e registo de negativos, bem como de acompanhamento dos trabalhos. Beneficiou ainda da integração de três alunos, dois da licenciatura e um do mestrado de História – Ana Catarina Gomes; Cátia Batista e Frederico Dias respetivamente, no âmbito dos Seminários de Projeto dos respetivos ciclos de Estudo, da responsabilidade da professora Doutora Fátima Moura Ferreira – Departamento de História da Universidade do Minho. Estes alunos desenvolveram, com o nosso acompanhamento permanente, prática de investigação no respetivo arquivo, participando na realização desta tarefa. A todos agradecemos a extraordinária colaboração.

37 Esta numeração, apesar de aparentemente sequencial, não o é de facto. A numeração não começa a partir do zero e há muitos negativos que não se encontram numerados. Constatam-se ainda lapsos no interior da série existente. Apenas numa fase posterior da investigação, que passa nomeadamente pelo exame nominal de cada exemplar, será possível conhecer o total exato deste universo.

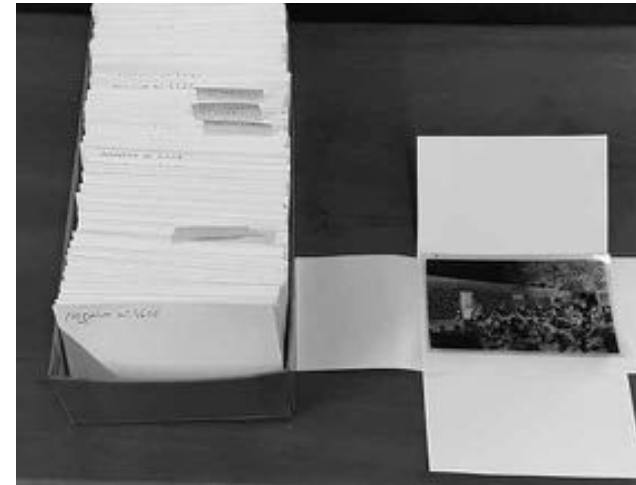
Como temos vindo a referir, o arquivo fotográfico da Companhia de Diamantes de Angola procura dar visibilidade à sua obra *civilizadora*. Custodiado pelo Museu Nogueira da Silva, é constituído por dois grandes núcleos: 1– Fotografias, já impressas e arquivadas em álbuns temáticos pela empresa. 2– Negativos diversos que incluem imagens já impressas e que figuram no primeiro núcleo, bem como imagens inéditas, não impressas nem digitalizadas. Estando, como atrás dissemos, a decorrer um projeto de aproveitamento e valorização digital deste arquivo, este trabalho centrar-se-á sobretudo nesse primeiro núcleo de documentação, apresentando também alguns dados de uma sondagem realizada ao núcleo de negativos existente.

Focando a nossa abordagem no estudo do universo de negativos que compõe este acervo, foram observadas as caixas onde estes se encontram e recolhidas informações sobre suportes, formatos e características dos negativos observados, num trabalho colaborativo desenvolvido em equipa (fig. 3).³⁶

Trata-se de uma coleção de negativos de diferentes suportes e formatos, numerados até cerca de 39 mil.³⁷ Desse conjunto fazem parte os que já se encontram impressos e cujas imagens figuram nos álbuns de fotografias, bem como aqueles para os quais não existe ainda qualquer versão positivada.

Foi realizado um primeiro estudo por amostragem deste universo. Adotou-se como critério de seleção os negativos numerados com números inferiores, que correspondem, *grossa modo*, aos mais antigos, constituindo-se como os primeiros conjuntos de caixas organizadas de negativos.³⁸ A amostra é composta por um total de 2728 registos que se distribuem entre os anos de 1920 e 1951.³⁹

Este *corpus* foi objeto de um estudo minucioso, assente em três momentos. 1– Verificação dos conteúdos das caixas de negativos e sua seleção de acordo com o critério cronológico supramencionado; 2– Comparação do conteúdo e numeração de cada negativo selecionado, com as imagens digitais dos álbuns fotográficos deste espólio. Sublinhe-se que já havia sido concretizado, por parte das equipas do Museu Nogueira da Silva, um trabalho preliminar de digitalização do conteúdo dos álbuns fotográficos. Foi necessário proceder a esta comparação de modo a conhecer os já foram positivados e quais permanecem inéditos. Verificaram-se ainda lapsos na identificação de alguns negativos no ficheiro digital, pelo que se tomou a opção de os registar, de modo a permitir a sua futura correção e validação; 3– Registo e ordenação dos dados coletados



[Fig 3] Legenda: Imagem de um negativo do Arquivo Fotográfico *Diamang* e caixa onde estes se encontram alojados. Fonte: AFCD/MNS.

numa base de dados construída para o efeito. Recolheram-se informações relativas ao nº do negativo; se este se encontrava impresso ou ainda inédito; o seu formato e dimensões, qual o seu suporte (película ou vidro) e se a versão numerada coincidia ou não com os números atribuídos no trabalho de digitalização realizado. Foi ainda efetuada a anotação da legenda atribuída à imagem contida nos negativos positivados,⁴⁰ bem como a data a que estes se reportavam e outras observações particulares consideradas pertinentes.

Registam-se as principais conclusões do estudo realizado. A amostra evidencia uma prevalência notória de imagens que já foram positivadas que corresponde a 88% dos negativos em estudo. A leitura da imagem a partir do negativo permitiu constatar que esta não patenteia alterações significativas nos conteúdos dos negativos inéditos e positivados. Isto é, na maioria dos casos, os negativos que ainda se encontram inéditos correspondem à mesma imagem, captada de outro ângulo, no âmbito da ordenação da série.

A distribuição do *corpus* em estudo por natureza do suporte permitiu obter a distribuição que se apresenta na Tabela 1.

A Tabela 1 permite constatar a presença dominante do suporte em película, que representa cerca de 85% do total. O suporte em vidro é manifestamente lateral (12%). A categoria “Negativos em Suporte Desconhecido” engloba os casos em que os negativos são omissos dos envelopes numerados e que correspondem a 3% da amostra.

A Tabela 2 apresenta a distribuição da amostra por formato de negativo e tipologia de suporte.⁴¹

Os negativos em película correspondem maioritariamente à dimensão do pequeno formato (35mm). Contudo, em mais de um

38 As caixas onde os negativos se encontram arquivados são as originais. Selecionaram-se as que armazenam os negativos com numeração inferior. Importa contudo sublinhar que, ainda que os negativos estejam originalmente alojados nessas caixas, há um número residual de negativos soltos, que não se encontram em caixas. Esses serão avaliados em momento posterior desta investigação, sendo de admitir a existência de alguns cuja numeração seja inferior aos que estão armazenados em caixas.

39 Apesar de a amostra selecionada se centrar nestas datas extremas, há um registo fora deste intervalo. Trata-se de um negativo do ano de 1973 que parece surgir, pela observação realizada, arrumado por lapso numa destas caixas, constata-se que o conteúdo retratado não tem qualquer relação com os que se encontram na mesma caixa.

40 Os negativos positivados encontram-se em álbuns organizados pela própria companhia. Nestes álbuns são atribuídas legendas a parte das fotografias.

41 Excluíram-se desta representação os negativos para os quais não se conhece o tipo de suporte.

Tipologia de Suporte - Amostra

Negativo em suporte desconhecido	73
Negativos em película	2318
Negativos em vidro	337

Relação entre o formato e o suporte dos negativos - Amostra

	Outros Formatos	Formato				
		6x6	6x9	9x12	10x15	35mm
Película	814				6	1498
Vidro	307	9	9	8	4	

terço do universo em estudo não foi possível classificar o respetivo formato, pois este reporta-se a outros formatos, não recensados a partir da bibliografia da especialidade consultada.⁴² A dispersão dos formatos constatada entre os negativos e agravada pelo elevado número de “outros formatos”, não permite avançar com observações mais substantivas.

Sublinhe-se que *ontem*, tal como *hoje*, a evolução técnica dos equipamentos fotográficos implicou alterações no seu fabrico e nos formatos de imagem disponíveis e utilizados. A primeira máquina fotográfica popular, inventada por George Eastman fundador da empresa de equipamentos fotográficos *Kodak* em finais do século XIX tirava 100 fotografias de 7cm. Em 1924 é criada pela E. Leitz (fabricante alemã de microscópios) uma pequena máquina fotográfica que utilizava filme de cinema de 35mm – a *Leica*, primeira máquina de precisão de 35 mm, que se viria a tornar no mais popular dos formatos. Contudo, até à II Grande Guerra, a maioria das máquinas portáteis utilizou o filme em rolo – desde as do tipo “caixote” às de precisão como a *Rolleiflex*. Fotógrafos de renome utilizaram durante muito tempo máquinas maiores, que funcionavam com placas (mais tarde filme em folha). As máquinas de 35mm não eram ainda muito populares devido ao tamanho reduzido das provas de contacto feitas a partir dos pequenos negativos. Em face da qualidade das objetivas não ser muito grande, o filme “miniatura” não tinha grande poder de resolução e ampliação. Nas décadas de 50 e 60 os melhoramentos introduzidos na ótica das objetivas e a produção de máquinas *reflex* de precisão, sobretudo no Japão, fizeram das 35mm o modelo mais versátil e popular do mundo.⁴³ Dada a amplitude cronológica do acervo em análise, a dispersão por diferentes formatos afigura-se nos consonante com a evolução técnica de equipamentos disponíveis e populares entre fotógrafos.

Com efeito, os dados recolhidos evidenciam que a distribuição temporal da amostra analisada apresenta uma forte dispersão, ainda que não se conheça uma percentagem significativa (32%, 870) das datas dos negativos avaliados, tal como se demonstra na tabela subsequente.

Os negativos cuja data é mencionada (1858, 68%) permitem situar os limites da série entre os anos 1920 a 1973, contudo e conforme referimos atrás, a observação dos conteúdos retratados parece indicar que o negativo de 1973 terá sido colocado por lapso nestas caixas, uma vez que não nos foi possível identificar qualquer relação com as temáticas retratadas na série em análise. Constata-se analogamente uma maior incidência de negativos na década de 40, que regista seis valores máximos e uma diminuição nos últimos anos da amostra analisada. Todavia esta diminuição não se afigura significativa, uma vez que a integração das caixas de

42 Cf. a este propósito Michael Langford. *A fotografia passo a passo. Um curso completo*. Lisboa: Publico, 1980: 26-32 e 38-44 e 204-206.
43 Cf. Langford, *A fotografia...*, 25-26.

[Tabela 1] Tipologia de Suporte - Amostra. Fonte: AFCD/MNS.

[Tabela 2] Relação entre o formato e o suporte dos negativos - Amostra. Fonte: AFCD/MNS.

Distribuição cronológica dos negativos – Amostra

Ano	Nº de registos	Ano	Nº de registos
1920	1	1936	10
1921	3	1937	32
1922	14	1938	7
1924	1	1939	5
1925	11	1940	132
1926	3	1941	144
1927	23	1942	384
1928	11	1943	418
1929	3	1944	312
1930	1	1945	285
1931	6	1946	20
1933	7	1947	1
1934	2	1951	1
1935	20	1973	1



[Tabela 3] Distribuição cronológica dos negativos – Amostra.
Fonte: AFCD/MNS.

[Fig. 4] Imagem de álbuns do Arquivo Fotográfico Diamang. À frente página interior de um deles, na retaguarda três álbuns deste arquivo. Fonte: AFCD/MNS.

negativos subsequentes poderá contribuir para um aumento significativo dos números relativos a esses últimos anos.⁴⁴ Assinale-se ainda que o estudo não permitiu apreender a existência de uma relação eventual entre o uso de suporte de vidro e o período a que se reporta.

A análise comparativa do universo em estudo com o universo das fotografias impressas não evidencia diferenças muito substantivas, concretamente em termos da tipologia temática em que se inscrevia o arquivo original. Daí, sermos levados a admitir que a hipótese atrás enunciada – o universo de negativos se reportar maioritariamente a outros ângulos do objeto – dever configurar-se como pista de trabalho da investigação em curso.

Os trabalhos preliminares do estudo relativo ao primeiro núcleo do Arquivo Fotográfico Diamang do Museu Nogueira da Silva, “Fotografias já impressas e arquivadas em álbuns temáticos (arquivo original)”, permitiram conhecer, com maior detalhe, os álbuns existentes, sua designação e fotografias que o compõe (fig. 4).

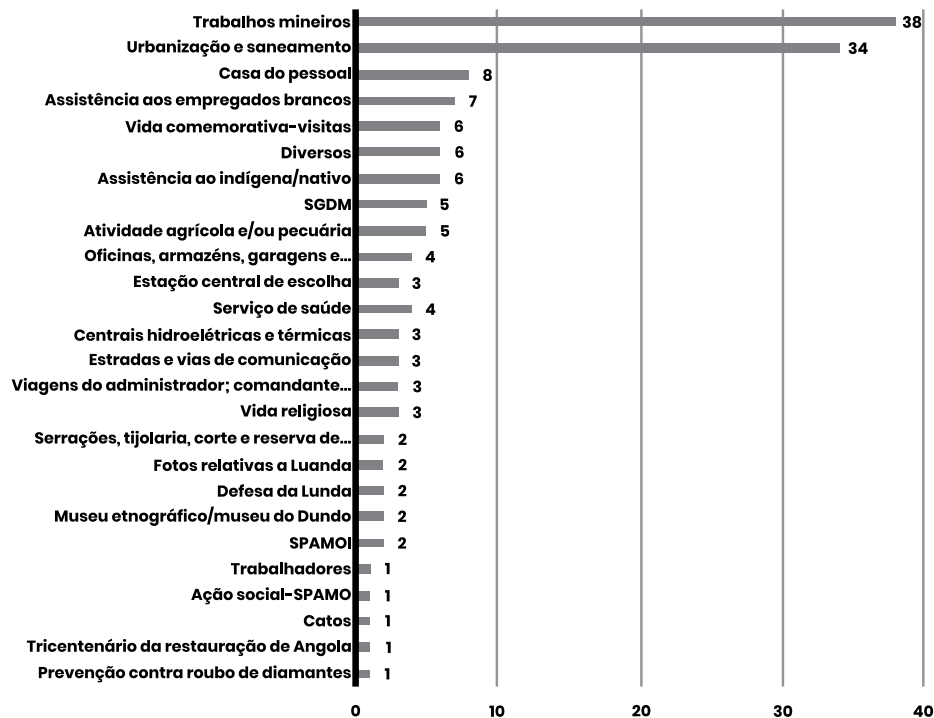
Estes álbuns fotográficos foram organizados pelo serviços especializados da empresa e encontram-se na referida instituição cultural na forma original, isto é, não foram objeto de qualquer rearranjo em termos de legendagem ou numeração. Em cada um dos álbuns, não numerado, figura uma legenda, que corresponde ao seu título. Internamente agrupam fotografias por página, habitualmente duas a quatro fotografias, ainda que esse número possa variar. As fotografias são geralmente legendadas e datadas, identificando-se ainda o número de negativo correspondente.⁴⁵

Recenseamos 153 álbuns⁴⁶ que se distribuem por *itens* temáticos. As operações de análise do seu conteúdo permitiram constatar que a organização e classificação dos álbuns utilizada pela Companhia

⁴⁴ Conforme se constatou há, em caixas diferentes, com numeração próxima, séries cronológicas dos mesmos anos.

⁴⁵ De salientar que, com frequência, a data e legenda é feita apenas numa das fotografias agrupadas, sendo que as outras apenas registam a informação “idem”. As legendas dos álbuns e das fotografias são as originais, criadas pela própria companhia.

⁴⁶ Para além destes 153 álbuns, há ainda um pequeno número de conjuntos fotográficos cuja organização, interna e externa, difere da dos álbuns e que por isso não foram inseridos neste recenseamento.



[Gráfico 1] Distribuição do nº de álbuns fotográficos pelos itens temáticos. Fonte: AFCD/MNS.

[Fig. 5] Legenda: Vista aérea da região do Dundo, no território da Companhia. A fotografia, de 1964, parece querer evidenciar o esforço de ordenamento do território empreendido pela Diamang. Fonte: AFCD/MNS.

foi ditada, fundamentalmente, por razões de conteúdo temático e não de ordem cronológica. O gráfico 1, que se apresenta de seguida, mostra a sua distribuição.

Esta evidencia uma grande dispersão, denotando-se que há áreas que mereceram uma maior incidência, tal como os *Trabalhos Mineiros*, que respeitam a toda a atividade de exploração diamantífera, desde a extração, lavagem e seleção, ao tratamento das pedras preciosas. Também com forte ocorrência figura o item *Urbanização e Saneamento*, que retrata exaustivamente diversas obras construídas pela *Diamang*, desde vias de comunicação, a armazéns para a atividade económica, passando pela habitação diferenciada para os funcionários,⁴⁷ bem como hospitais e outros edifícios para valências assistenciais. Também as áreas da *Casa de Pessoal* e a *Assistência ao pessoal (Branco e Indígena)*, nas quais se retratam atividades de lazer, formação e cerimónias diversas mereceram alguma atenção, ainda que com uma incidência bastante menor que as duas áreas anteriores.

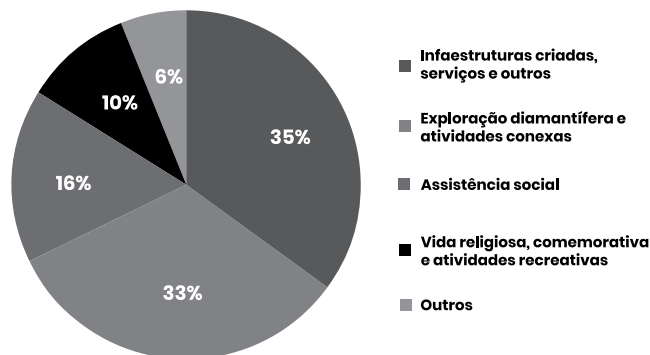
Cumprir reconhecer, no entanto, que se desconhecem os critérios aplicados à classificação/legendagem dos álbuns. Sendo de admitir que possam representar áreas sobre as quais interessava à Companhia fazer memória, há também legendas mais objetivas que outras, o que pode contribuir para o enviesamento dos dados relativos à ocorrência dos diferentes itens.

Observando-se a existência de séries com uma incidência muito diferente, bem como uma diversidade significativa na objetividade das legendas que originalmente foram atribuídas aos álbuns, avançamos para uma proposta de reagrupamento desses álbuns, que se realizou segundo o item dominante (fig.5/6/7).⁴⁸

Assim, um primeiro conjunto, que designamos por *Infraestruturas criadas, serviços e outros* reúne álbuns centrados nestas matérias. Contempla os seguintes álbuns: “Urbanização e saneamento”(34); “Oficinas, armazéns, garagens e arrecadações”(4); “Estradas e vias de comunicação”(3), “Serrações, Tijolaria, corte e reserva de lenha”(2),

⁴⁷ São retratados diferentes tipologias de habitação: para administradores, para funcionários deslocados para metrópole, alojamentos de indígenas e outros funcionários locais.

⁴⁸ Este rearranjo foi realizado agrupando os vários itens temáticos dos álbuns que, como se sabe foram legendados pela própria Companhia. Não corresponde, por isso, a uma proposta de reclassificação deste arquivo, mas a um reagrupamento, tendo em vista uma leitura mais fina dos dados analisados.



“Actividade Agropecuária”(5); “Serviços de Saúde”(4); “Defesa da Lunda”(2), perfazendo um total de 54 álbuns.

O segundo conjunto, rotulado *Exploração diamantífera e atividades conexas*, reporta-se às atividades de exploração diamantífera nas suas distintas vertentes. Inclui os álbuns classificados como: “SGDM” [Serviços Gerais da Direção de Minas] (5); “Trabalhos Mineiros” (38); “Prevenção contra o roubo de diamantes” (1); “Estação Central de escolha” (3); “Centrais Hidroelétricas e Térmicas” (3),⁴⁹ num total de 50 álbuns.

O conjunto designado *Assistência Social*, incluí os álbuns que se subordinam a temas relacionados com matéria assistencial, seguindo a classificação do Arquivo Diamang. Este conjunto engloba os álbuns intitulados “Assistência aos Empregados Brancos (7), “Assistência ao Indígena/Nativo” (6); “SPAMOI” [Serviço de Propaganda e Assistência à mão-de-obra indígena] (2); “Casa do Pessoal” (8); “Acção Social–SPAMO” (1); “Trabalhadores” (1), os quais perfazem um total de 25 exemplares.

O grupo intitulado *Vida religiosa, comemorativa e atividades recreativas*, agrupa os álbuns subordinados a temáticas diversas relacionadas com a vida religiosa, comemorativa e atividades recreativas, tais como: “Vida Religiosa” (3); Vida Comemorativa – “visitas” (6); Viagens do Administrador, Comandante Morna e Doutor Vilhena a África (3), “Tricentenário da restauração de Angola” (1) “Museu Etnográfico/Museu do Dundo” (2), que totalizam 15 álbuns.

A nomenclatura *Outros* contempla os álbuns que versam sobre temáticas particulares que não foi possível, no momento, agrupar em grandes conjuntos. São esses os álbuns designados como: “Diversos” (6); “Fotos relativas a Luanda” (2); “Catos” (1), no total de 9 álbuns.

O gráfico 2 apresenta a distribuição dos álbuns pelos 5 conjuntos temáticos.

A análise do gráfico 2 sugere que os álbuns organizados e compostos pelos serviços fotográficos da Companhia pretendem, por um lado, fazer prova do cumprimento das obrigações estipuladas pelos contratos de concessão celebrados com o governo da metrópole e, por outro lado, evidenciar a importância e especificidade da sua *missão civilizadora*. Na mesma ordem de ideias, intervêm as publicações propagandísticas da Companhia em que se realçam os contributos plurais para o desenvolvimento de Angola.⁵⁰ Com efeito, na visão que exprime numa dessas publicações a *Diamang* elenca, como fulcrais para esse contributo, “a constituição de uma coleção de informação científica sobre a região”, “o desenvolvimento dos seus recursos na Agricultura, Floresta, Pecuária, Fontes de Energia e Indústria”, passando ainda pelo “planeamento urbano, boas estradas e meios de transporte eficientes”, “serviços educativos e de saúde”, “melhoramentos locais e criação de serviços públicos adequados”. A Companhia de Diamantes entendia assim estar a levar a cabo em Angola, aquilo que ela própria designou como: “nada mais nada menos que um Plano de Desenvolvimento”, entendendo que “a sua presença espalharia lucro e benefícios [...] [constatando-se que] num período de 43 anos a companhia contribuiu com £25,836,357.12.2. para as receitas de Angola”.⁵¹

Não surpreende por isso que entre os temas mais retratados nos álbuns que temos vindo a tratar se encontrassem os que agrupamos sob a designação *Infraestruturas criadas, serviços e outros*, bem como sobre *Exploração diamantífera e atividades conexas*, que representam 35% e 33% do total, respetivamente. Com um papel nada despidendo surgem ainda a *Assistência Social*, com 16% e a *Vida religiosa, comemorativa e atividades recreativas*, que representam 10% do total. Efetivamente, ao retratar justamente as atividades decorrentes das obrigações contratuais, nomeadamente o dever da Companhia de tirar o máximo proveito da exploração diamantífera, ou das obrigações relativas aos trabalhadores indígenas, nomeadamente prestando-lhe assistência médica hospitalar, “elevar-lhes o nível de moral e de instrução e, duma maneira geral, promover o melhoramento das suas condições materiais e morais”, vinca também as particularidades do seu sistema de organização, que se pretende comprovar exemplar. Este acervo fotográfico constitui-se, assim, um testemunho privilegiado da imagem que a companhia tentou construir sobre si própria.

Como evidenciam investigações recentes, como a que tem por objeto a atividade da *Diamang*, explorando nomeadamente os seus relatórios Médicos, ou o estudo antropológico sobre sociedades da Lunda e Cokwe de Angola,⁵² é notório o investimento colocado na produção documental como manifestação do forte aparelho burocrático que a Companhia promoveu no âmbito de um modelo de

49 As centrais hidroelétricas e térmicas foram incluídas nesta designação porque são fundamentais para a alimentação da maquinaria envolvida na exploração mineira.

50 Disso é exemplo a obra supramencionada, S.A, *Angola Diamond Company...*

51 Cf. S.A, *Angola Diamond...*, 91-96.

52 Vejam-se a este propósito os trabalhos de: Teresa Mendes Flores. “A preto e branco: folheando os relatórios médicos da Diamang”. Em *O império da visão, org Filipa Vicente*. Lisboa: Edições 70, 2015, 223-242 e Ana Paula Ribeiro Tavares. “História e Memória. Estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola”. Tese de doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009.

[Gráfico 2] Distribuição percentual dos álbuns pelos conjuntos temáticos. Fonte: Museu Nogueira da Silva, Arquivo Fotográfico Diamang.

[Fig 6] Desfile dos participantes nas atividades desportivas da Festa Anual do Indígena, organizada pela *Diamang*, em julho de 1951. Saliente-se que, da observação da série onde se encontra esta fotografia, sobressai a procura de mimetizar esta organização com a das Olimpíadas: desfile de participantes com identificação das comitivas, realização de multi-desportos e cerimónias de entrega de medalhas. Fonte: AFCD/MNS.



[Fig 7] Distribuição de medalhas e prémios pecuniários aos trabalhadores "mais antigos" da *Diamang*. Agosto de 1967. Fonte: AFCD/MNS.



gestão empresarial sofisticado. A imagem fotográfica desempenha, desse modo, um “papel preciso, tanto na elaboração, quanto na legitimação de conhecimentos”.⁵³

O arquivo fotográfico materializa, assim, uma organização social fortemente hierarquizada inscrita num Estado que informalmente em tudo se assemelhava ao modelo de Estado-nação: políticas de planeamento urbano, médico-sanitárias, educação, cultura e lazer (em paralelo às desenvolvidas nos campos tecnológicos, industriais e agroalimentares). A exploração posterior deste arquivo permitirá, certamente, problematizar o papel da imagem enquanto fonte plural de legitimação de um modelo colonial. Seja como for, no quadro da investigação que realizamos sobre o *Arquivo Fotográfico da Diamang* existente no Museu Nogueira da Silva, é lícito concluir-se que o forte investimento colocado na criação e manutenção deste arquivo é reflexo, à sua escala, da política de imagem dinamizada pela Companhia e movida, muito em particular, no contexto da conjuntura internacional do pós-guerra, que a obriga a legitimar a sua função civilizadora e assistencial como fundamento da dominação que exerce sobre o território.⁵⁴

A este respeito, vale a pena trazer à colação um comentário de Gilberto Freyre, produzido no quadro da visita ao território administrado pela empresa, em dezembro de 1951, numa jornada ao mundo colonial português a convite de Sarmento Rodrigues, então ministro do Ultramar do governo de António Oliveira Salazar. Por esta altura o sociólogo brasileiro “tinha-se convertido num instrumento da legitimação do império colonial português na sua nova declinação ultramarina; a teoria luso-tropicalista de Freyre servia adequadamente para demonstrar ao mundo do pós-guerra que o ‘mundo que o português criou’ não tinha: ‘nem o espírito de superioridade racial, nem o sentido de dominação, nem a preocupação de exploração’. [E que] Todas essas marcas do colonialismo faltam na presença portuguesa [...]”⁵⁵ Contudo, como sublinha J. C. Ramos, algo terá corrido menos bem nesta viagem que mereceu, do próprio Freyre, a seguinte anotação: “O lamentável é dirigirem um sistema que em algumas das suas raízes e em várias das suas projecções não é sociologicamente português, prejudicado, como se acha, por um racismo que é de origem belga e por um excesso de autoritarismo que é também exótico em sua origem e seus métodos.[...].”⁵⁶ Se a retórica acerca dos serviços instalados pela *Diamang* servia propósitos propagandísticos evidentes, a citação de Freyre é sugestiva da ineficácia desse desígnio, justamente porque se desvia da imagem branda e suave que se queria projetar acerca da dominação colonial portuguesa.

Como foi defendido pelo mesmo autor, por opção e necessidade histórica, a Lunda foi conduzida a um quase *Estado-Nação*, com

53 Flores, “A preto e...”, 223-225. Saliente-se que, de acordo com o que foi demonstrado por esta autora na análise de fundos documentais custodiados pela Universidade de Coimbra, as fotografias surgem, por vezes, associadas a relatórios dos serviços que circulam entre a sede - em Lisboa e Luanda e são entregues a diferentes entidades, o que parece afirmar uma relação de supervisão exercida pelas autoridades estatais no que concerne ao contrato de concessão.

54 Veja-se, a este propósito, os trabalhos de Teresa Mendes Flores e Ana Paula Ribeiro Tavares.

55 Ramos. “Atlas da...”, 143.

56 Cf. Ramos. “Atlas da...”, 143-144 e Freyre, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e ação*, 2ª ed. Lisboa: Livros do Brasil, [1953-1959].

57 Ramos. "Atlas da...", 143-144.

58 Flores, "A preto e...", 223-225

59 Charles Baudelaire. *L'invitation au voyage*. Disponível em: http://poesie.webnet.fr/lesgrandsclassiques/poemes/charles_baudelaire/Linvitation_au_voyage.html

60 Cf. Flores, "A preto e...", 225-228.

um modelo de governação que divergia do modelo de governação colonial português. Não tanto porque fosse mais ou menos racista, mas porque correspondia "ao 'estado da arte' da gestão empresarial e acreditava que essa modernidade empresarial continha respostas eficientes que podiam e deviam ser alargadas a todas as esferas da vida humana". A companhia de Diamantes de Angola e o Dundo são, assim, "em quase tudo, uma negação da sua versão 'português suave' de colonialismo" projetada pelas autoridades portuguesas.⁵⁷

A modernidade racional intrínseca a esse tipo de organização implicava que, dentro da Companhia, cada um ocupasse o seu lugar, numa ordem simultaneamente construída e testemunhada por imagens fotográficas.⁵⁸ Assim, o acervo fotográfico da Companhia de Diamantes que temos vindo a tratar é tão importante por aquilo que mostra e que escolheu ter *inscrito*, como por aquilo que não sendo dito, tem internamente *inscrito* e *[inter]dito*. Se as fotografias deste acervo mostram que "ali, tudo é ordem e perfeição [...]", retomando as palavras que, noutro contexto, escreveu Charles Baudelaire,⁵⁹ qual é, então, o lugar do desconforme?

Ao espelhar a *missão civilizadora* que, como vimos, coincide e simultaneamente se diferencia da política colonial do Estado, deste arquivo emerge, analogamente, a empresa como elemento de construção da identidade daquele território.⁶⁰ Importa por isso analisar, neste arquivo, que lugar ou lugares estão reservados ao *Território* e ao *Outro*, ali tão profusamente ilustrado? Como é e qual é esse retrato?

Para uma ideia de liberdade e de democracia: o conjunto de habitação social em Benavente de Vítor Figueiredo (1962)

Vanda Maldonado

Enquadramento

No contexto da produção arquitetónica de iniciativa pública, os mais de quarenta anos de vigência do Estado Novo em Portugal foram tempos de autoritarismo, de repressão de liberdades criativas, de imposição de regras e de modelos arquitetónicos, que resultaram num conjunto considerável de edificações fiéis ao consagrado estilo oficial, desde o pretensamente pitoresco ao mais monumental. Não obstante, fazem também parte da história destes tempos as manifestações marcantes e expressivas das diversas "tendências de «modernidade»"¹, tendências essas que, numa primeira fase (ainda na década de 30) o regime utilizou² e que, a partir dos anos 50, pelo contrário, não pôde ou não soube evitar³, conforme testemunha Nuno Portas.

Nesta linha de desvio ao formato oficial e tendo como promotor o próprio Estado, a habitação social ocupou um lugar preponderante.

Sobretudo nas décadas de 50 e 60, organismos oficiais associados à construção deste tipo de habitação "autónomos ou menos dependentes do governo" – como a Câmara Municipal de Lisboa (em intervenções como Olivais Norte e Sul) ou as Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP) – constituíram territórios favoráveis para os arquitetos consolidarem o *direito à livre criação*.⁴ Uma geração de arquitetos, ávida por pôr em prática as tendências da arquitetura internacional neste campo, dividia-se entre o espírito ortodoxo do Movimento Moderno e a sua revisão, tendo presente os contributos do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* iniciado em 1955 e publicado em 1961 sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*.

- 1 Nuno Portas. "Evolução da arquitectura moderna em Portugal", em *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Nuno Portas, 153-235. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, 207.
- 2 Sobre este assunto ver o capítulo "O Efêmero Modernismo", em Portas. "Evolução da ...", 171-194.
- 3 Portas, "Evolução da ...", 207.
- 4 Nuno Teotónio Pereira. "Arquitectura dos anos 50 em Portugal: alguns tópicos para discussão". *Arquitectura* n.º 148 (Janeiro-Fevereiro 1983): 58-59.

5 Nuno Portas. "A arquitectura da habitação no Século XX Português", em *Portugal: Arquitectura do séc. XX*, (ed.), Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, 116-122. München: Prestel, 1997. (Catálogo da Exposição que teve lugar no Deutsches-Museum em Frankfurt e no centro Cultural de Belém em Lisboa, em 1998), 119.

6 Tavares, Maria Fernanda Gaspar. "«Habitações Económicas» Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e modos de Actuação no exercício do projecto". Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015, 88. Sobre as habitações económicas ver também: Leituras de um percurso na habitação em Portugal: As habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência, em *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, coord. Nuno Portas. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013, 20-45.

7 João Braula Reis sucedeu a Nuno Teotónio Pereira no cargo de coordenação dos estudos e dos projetos das HE-FCP.

8 Portas, "Evolução da ...", 201.

Vítor Figueiredo (1929–2004) foi uma figura emblemática nesta conjuntura. Esteve envolvido (como autor ou como coautor) num número considerável (mais de três dezenas) de intervenções sob a alçada daqueles dois organismos, interpretando de forma muito própria o exercício da *livre criação*. O seu percurso foi fortemente marcado pela busca de uma dimensão de liberdade e de democracia, tanto do ponto de vista da imagem, antiestilo oficial, como do ponto de vista da proposta de habitar.

O conjunto de habitação social que projetou, em parceria com Vasco Lobo, em 1962, para a Casa do Povo de Benavente e seus beneficiários, em Benavente, uma vila de cariz rural, é um testemunho relevante desta busca.

A ideia de liberdade e de democracia que associamos a esta intervenção é veiculada pela obra em si e também por circunstâncias em que esta se enquadra, circunstâncias essas que envolvem um organismo integrado no aparelho do Estado, (neste caso, as HE-FCP) e um programa habitacional lançado por iniciativa desse mesmo Estado, enquadrado na Lei n.º 2092.

Liberdade de um organismo estatal

O bairro de Benavente é um exemplo da liberdade criativa que pautou a ação das HE-FCP (1946–1972), um organismo que, até final dos anos 60, foi o "principal promotor público de habitação social"⁵ em Portugal.

Segundo Maria Tavares⁶, esse privilégio tem como justificação de partida o facto de as HE-FCP (mais conhecidas por HE) terem sido criadas fora dos constrangimentos políticos do Ministério das Obras Públicas, mais concretamente no âmbito do Subsecretariado de Estado das Corporações e da Previdência Social com o intuito de colaborar no fomento da habitação através de fundos das instituições de previdência, uma situação que lhes garantiu um desempenho autónomo.

Desta circunstância política tirou partido um vasto grupo de figuras relevantes no panorama da arquitetura da época que colaborou com este organismo, como Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis⁷, Alberto José Pessoa, Arnaldo Araújo, Bartolomeu Costa Cabral, Fernando Távora, João Andresen, Nuno Portas, Raul Chorão Ramalho, Ruy d'Authougia e Vítor Figueiredo, entre outros.

Deste contexto favorável resultaram projetos e obras de habitação social de âmbito urbano e não urbano que marcaram o movimento de rutura da arquitetura portuguesa do séc. XX com o "código arquitectónico nacionalista"⁸ consagrado como oficial, concretizando tendências internacionais diversas desenvolvidas

em torno da ideia de modernidade e das possibilidades de relação desta ideia de modernidade com a tradição.

Estas realizações acompanharam, ao nível urbanístico, as interpretações dos princípios da Carta de Atenas ou das tendências organicistas, nomeadamente provenientes da experiência italiana da INA-Casa⁹ sendo que, ao nível da organização das habitações, seguiram, na sua maioria, o processo que Rui Ramos descreve como "redução, concentração e simplificação do programa doméstico"¹⁰, tomando como referência, por um lado, o legado do emblemático segundo encontro dos CIAM¹¹ realizado em Frankfurt em 1929 (a par de desenvolvimentos paradigmáticos, como a Unidade de Marselha de Le Corbusier) e, por outro, contaminações da arquitetura vernacular.

Vítor Figueiredo é uma das figuras mais carismáticas do corpo de colaboradores das HE tendo desenvolvido perto de três dezenas de intervenções (entre projetos e obras), como autor ou em parceria, na figura de Arquiteto Regional responsável pela zona n.º 5 (entre as nove que se formaram) que englobava os distritos de Leiria e de Santarém.

A entrada de Vítor Figueiredo para as HE, em 1961, correspondeu a um período de crescimento deste organismo, em número de construções e ao nível do território abrangido, na sequência de um programa habitacional criado pelo Governo em 1958. Até então, as intervenções das HE tinham sido desenvolvidas no âmbito do programa das casas de renda económica – construções de habitação coletiva construídas em regime de arrendamento e com uma altura máxima de quatro pisos.

Democracia de um programa habitacional

O bairro de Benavente constitui um exemplo da aplicação da Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958, uma lei que colocou as zonas rurais no mapa da construção de iniciativa pública.

Efetivamente, um dos objetivos desta lei era permitir que os fundos da Previdência se estendessem às zonas rurais no sentido de fomentar a construção de habitações acessíveis aos trabalhadores rurais, através de algumas facilidades previstas em termos de financiamento, obtidas por via de compensações, de subsídios e/ou de juros mais baixos. Para tal, estabelecia-se que fossem concedidos empréstimos às Casas do Povo (e suas Federações) em benefício dos seus sócios efetivos ou equiparados (bem como outros beneficiários dos fundos de previdência destes organismos), empréstimos esses que seriam destinados à construção de habitações, tanto por iniciativa das Casas do Povo, como por iniciativa direta dos próprios beneficiários.¹²

9 O programa INA-Casa (*Instituto Nazionale di Assicurazione*, secção imobiliária) inseriu-se no contexto da reconstrução pós-bélica em Itália e envolveu a construção, entre 1949 a 1963, de 355 000 habitações para trabalhadores, tendo contado com a colaboração de uma vasta equipa de jovens arquitetos italianos (mais de um terço do total de profissionais disponíveis na altura) do qual fizeram parte figuras emblemáticas do panorama arquitetónico italiano da época como, Adalberto Libera, Carlo Aymonino, Ernesto N. Rogers, Franco Albini, Giancarlo De Carlo, Ignazio Gardella, Ludovico Quaroni, Mario Fiorentino, Mario Ridolfi, bem como o grupo BBPR.

10 Rui Jorge Garcia Ramos. "A casa unifamiliar na arquitetura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX". Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004, 547.

11 "Congrès Internationaux d'Architecture Moderne"; entre 1928 e 1956 realizaram-se dez encontros CIAM, em dez cidades diferentes: La Sarraz (1928), Frankfurt (1929), Bruxelas (1930), Atenas (1933), Paris (1937), Bridgwater (1947), Bérgamo (1949), Hoddesdon (1951), Aix-en-Provence (1953) e Dubrovnik (1956).

12 Estes beneficiários também podiam usufruir destes créditos para a realização de benfeitorias e obras de conservação das suas próprias habitações.

- 13 Na discussão parlamentar relativa à Lei n.º 2092, o então deputado Dr. Manuel Nunes Fernandes afirmava a este propósito: "Considero de primeira necessidade, mesmo por uma questão de equidade e de justiça, dar preferência, dar satisfação imediata à construção de habitações para rurais (...)". Em Ministério das Corporações e Previdência Social. *Fomento da habitação económica: cooperação das instituições de Previdência e das Casas do Povo no fomento da Habitação*. Lisboa: Junta de Acção Social, 1958. (Biblioteca social e corporativa: publicação n.º 7. Coleção III: Textos legais e outra documentação. Série A; n.º 7), 25.
- 14 Legislação fundadora das casas económicas: Decreto-lei n.º 23:052 de 23 de setembro de 1933.
- 15 Legislação fundadora das casas de renda económica: Lei n.º 2:007 de 7 de maio de 1945.
- 16 Legislação fundadora das casas desmontáveis: Decreto-lei n.º 28:912 de 12 de agosto de 1938.
- 17 Legislação fundadora das casas para alojamento de famílias pobres: Decreto-lei n.º 34:486 de 6 de abril de 1945 (substituíram as casas desmontáveis).
- 18 Decreto-lei n.º 23:052 de 23 de Setembro da Presidência do Conselho - Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. *Diário do Governo*: Série I, n.º 217/1933, Capítulo II, Art. 12º.
- 19 Luís V. Baptista. *Cidade e habitação social. O estado novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999, 125.
- 20 José António Bandeirinha. "Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal". JA. *Jornal dos Arquitectos*, n.º 226 (Março de 2007): 24.
- 21 António Barreto e Joana Pontes. *Portugal, um Retrato Social. 03 Mudar de vida: o fim da sociedade rural*. [Lisboa]: Público – Comunicação Social, S.A., 2007, 6.

A promulgação desta lei e o debate que precedeu a sua aprovação na Assembleia Nacional vieram pôr a nu o reconhecimento, por parte do governo, da ausência, até à data, de um programa verdadeiramente direcionado para a construção de habitação em meios rurais e, conseqüentemente, da condição de desigualdade que existia entre o trabalhador rural e outros trabalhadores, nomeadamente das pescas, do comércio e da indústria.¹³

Na realidade, nem o programa das casas económicas (criado em 1933¹⁴), nem o das casas de renda económica (criado em 1945¹⁵) abrangiam estes trabalhadores. Note-se que, apesar de o programa das casas desmontáveis (criado em 1938¹⁶ e, mais tarde, substituído pelo das casas para alojamento de famílias pobres¹⁷) não discriminar estas classes profissionais, o seu objetivo era cobrir situações de alojamento temporário, o que não lhe confere o estatuto de exceção a esta regra.

As habitações construídas ao abrigo do programa das Casas Económicas passavam uma imagem ruralizante pois tratava-se de "moradias de família, com quintal"¹⁸ que exibiam os códigos da mítica casa portuguesa de Raul Lino – mas que, na prática (e apesar de algumas alterações que se introduziram mais tarde) sempre se direcionaram, segundo Luís Baptista somente aos "«pobres e remediados» eleitos pelo regime"¹⁹, concretamente aos filiados nos sindicatos nacionais e aos funcionários do Estado (fig. 1). Não obstante, enquanto fortes instrumentos de consolidação e propaganda do regime, estes conjuntos habitacionais procuravam criar uma expectativa nacional.

Já as habitações construídas ao abrigo do referido programa das casas de renda económica, pese embora pudessem abranger, por disposição do seu próprio regulamento, qualquer beneficiário de uma caixa de previdência integrada nas HE, ou outras pessoas propostas pelas Câmaras Municipais, estavam sujeitas a uma limitação territorial, cingindo-se apenas às áreas urbanas e industriais, de acordo com o disposto na lei n.º 2007.

A questão que se coloca não é quantitativa uma vez que, quer um programa, quer outro, tiveram uma expressão pouco significava em termos das necessidades reais do país relativamente à habitação (note-se que em 1960 estimava-se um *deficit* total de 484 487 fogos em Portugal continental e ilhas²⁰). A questão prende-se com uma atitude discriminatória a que as zonas rurais estavam condenadas, numa altura em que atividade agrícola ocupava quase 40% da população²¹, aquela que ainda resistia à tentação de migrar para as cidades ou emigrar.

De facto, estes movimentos da população rural não eram senão o reflexo do desejo de mudança face a um clima geral de miséria que ali se vivia, e para o qual muito contribuía, a par dos baixos



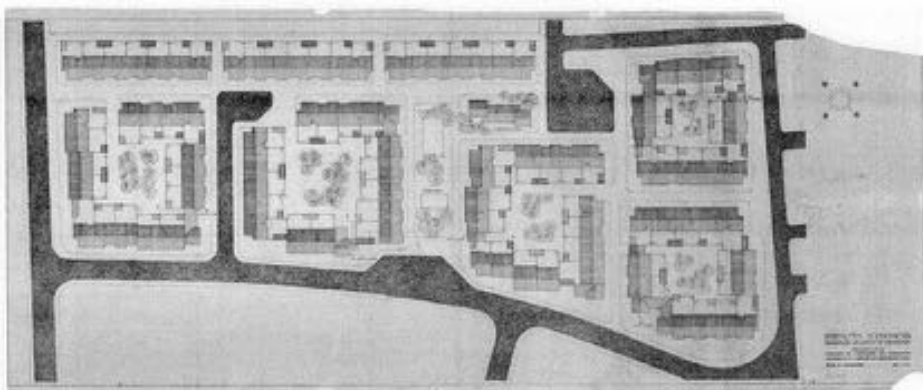
[Fig. 1] Casa económica num Bairro em Portimão, [s.d.]. Fonte: Instituto Nacional do Trabalho e Previdência: Secção das Casas Económicas, Bairros de Casas Económicas, 1934-1940. Lisboa: Instituto Nacional do Trabalho e Previdência: Secção das Casas Económicas, 1940, [s.n].

[Fig. 2] Conjunto habitacional em Benavente, planta de implantação, 1962 | Vítor Figueiredo e Vasco Lobo. Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU, PT VF-DES 000671.

rendimentos auferidos por estas classes, a falta de infra-estruturas básicas e de condições mínimas de habitabilidade. Nestes meios, era frequente as habitações disporem somente de uma ou duas divisões, sendo o mobiliário muito elementar e escasso.

Esta realidade era constatada pelo então deputado Dr. José Fernandes Nunes Barata no debate da Assembleia Nacional que precedeu a aprovação da referida Lei:

“A valorização do mundo rural é um imperativo da nossa época. Precisamos de fazer um esforço enérgico de elevação rural, para diminuir as tão sensíveis diferenças de nível de vida entre as populações agrícolas e as dos centros industriais, causa forte do êxodo rural. (...) As nossas noites não poderão ser sossegadas, nem as nossas consciências cristãs se sentirão tranquilas enquanto soubermos que ainda a nosso lado, irmãos nossos, filhos do mesmo Deus e cidadãos da mesma pátria, vegetam em casebres imundos, não têm sequer onde reclinar a cabeça, numa ausência de privilégios mínimos, que a própria narrativa evangélica reconhecia às aves do céu e às raposas do monte”.²²



A obra: da livre criação ao habitante como o último arquiteto

O conjunto habitacional de Benavente, projetado por Vítor Figueiredo em parceria com Vasco Lobo, materializa as duas vertentes que a lei n.º 2092 previa relativamente à ação das Casas do Povo – habitações construídas em regime de renda económica por iniciativa deste organismo e habitações construídas através de empréstimos diretos aos seus beneficiários.

O bairro é constituído por 95 moradias de um piso com logradouro privativo²³ (acessível a partir do exterior), de tipos T2, T3 e T4 inseridos na Categoria I – a mais exigente em termos de economia de custos e, consequentemente, de áreas.

Numa primeira fase foram edificadas 53 habitações por iniciativa da Casa do Povo local, sendo que as restantes 42 terão sido posteriormente construídas, na sua totalidade, em regime de autoconstrução a partir dos empréstimos diretos concedidos aos respetivos beneficiários.²⁴ As cinco estruturas destinadas a comércio e artesanato previstas no projeto nunca chegaram a ser concretizadas.

A condição de anonimato do terreno destinado à implantação do conjunto, caracterizado por uma topografia praticamente plana e pela escassa e pouco relevante construção envolvente, impôs, segundo Vítor Figueiredo, um desenho expressivo, capaz de criar “um mundo próprio”.²⁵

O ponto forte de uma composição de que também fazem parte três blocos em banda, são as cinco estruturas em forma de quadrilátero (não linear) para cujo interior se voltam os logradouros das habitações (fig.2). Inovando face a soluções adotadas por si próprio em intervenções anteriores ou contemporâneas²⁶ (como autor ou em coautoria também com Vasco Lobo), Vítor Figueiredo resgata criativamente reinterpretções do conceito de quarteirão tradicional, rompendo-o sempre em dois lados através de passagens abertas e/ou cobertas por telheiros, uma solução que os tornava propícios a uma fruição coletiva.

Segundo Vítor Figueiredo, estes “falsos quarteirões” – designação que o próprio atribui em função daqueles rompimentos (“pois entrava-se lá para dentro”) – tinham uma história, identificando-se com “os quarteirões que sempre existi[r]am (...) em certo tipo de aldeias” e que “muitas vezes organizavam-se assim em quadrados mais desfeitos, menos desfeitos”²⁷.

A proposta resume-se a uma “solução (...) simples e despida de retórica”²⁸ recorrendo à cobertura inclinada, às fachadas caídas, marcadas apenas por vãos de reduzida dimensão e por uma espécie de lambril ligeiramente saliente (fig.3/4).

22 Ministério das Corporações e Previdência Social. *Fomento da ...*, 16-17.

23 Embora a memória descritiva do projeto apresente um total de oitenta e uma habitações (estando cinquenta e uma a cargo da Casa do Povo de Benavente e trinta dos beneficiários), na verdade, quer os desenhos apresentados, quer a realidade construída, confirmam um total de noventa e cinco habitações.

24 Informação fornecida pela Câmara Municipal de Benavente.

25 Vítor Figueiredo, em Luísa Alexandra de Sá Marques. “Habitação de standard mínimo: Percorso na obra de Vítor Figueiredo”. Prova Final de Licenciatura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999, 74.

26 Referimo-nos aos edifícios de 4 e de 7 pisos em Olivais Sul (1960), ao projeto para 100 habitações em Peniche (1961) e ao conjunto habitacional do Barreiro (1962).

27 Vítor Figueiredo, em Marques, “Habitação de...”, 74.

28 Considerações de Vasco Lobo (colaborador de Vítor Figueiredo também em Olivais Sul) sobre a construção de uma casa rural. Em Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes. *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Centro de Estudos de Urbanismo, 1960, 54.



Descolando-se dos “regionalismos» oficiais”²⁹ para se aproximar de uma linha que procura o diálogo entre modernidade e tradição, o conjunto procura estabelecer raízes autênticas com aquela realidade concreta, numa época em que estavam bem presentes as lições do referido *Inquérito*, embora o autor negue esta influência, advogando que aquele tipo de linguagem era simplesmente natural, naquele contexto.³⁰

Em termos tipológicos, centraremos a nossa análise nas duas soluções dos tipos 3 por considerarmos que são as mais relevantes do conjunto.

Designadas T3/5 (três quartos/ cinco ocupantes) e T3/6 (três quartos/ seis ocupantes) estas duas propostas apresentam a mesma área habitável de 51 m² e uma organização espacial muito idêntica, registando algumas diferenças do ponto de vista funcional que analisaremos posteriormente.

Em ambas as situações, a planta apresenta um esquema compartimentado, compacto que tende a ser homogêneo, permitindo a individualização de cada função em compartimento próprio e autónomo.

Para além dos compartimentos usuais numa tipologia T3 – três quartos, sala, cozinha, casa de banho – oferece-se ainda um outro espaço com possibilidade de ser habitável que se pode considerar suplementar precisamente pelo facto de aquelas dependências esgotarem as supostas funções essenciais da habitação, uma vez que a cozinha dispõe de espaço para a realização de refeições.

Esta peça suplementar central, assume preponderância na habitação, não só enquanto núcleo organizativo que engloba também a função de vestíbulo, articulando-se diretamente com o logradouro, mas ainda como espaço que se abre a uma utilização livre por parte do agregado, independentemente de se relacionar com a cozinha, no caso do T3/6, ou com um quarto individual, no caso do T3/5 (em ambas as situações com possibilidade de encerramento através de cortina, algo muito usual na época – fig.5). Esta liberdade de utilização pode passar por não lhe atribuir uma utilidade prática para além da condição de vestíbulo e de centro distribuidor, celebrando simplesmente a sua existência enquanto sinónimo de cenário libertador – segundo o autor “um espaço que não serve para nada, e é a tua alegria”³¹, ou, pelo contrário, pode agregar-lhe tarefas domésticas (como costurar ou passar a ferro) e/ou funções relacionadas com a reunião e convívio quotidianos da família. Neste caso, a sala, divisão encerrada e independente que servia de entrada principal da casa, podia reservar-se para um uso mais formal e recatado, satisfazendo, conforme testemunha Nuno Portas, um desejo universal das populações mais carenciadas de dispor nas suas casas de uma divisão limpa e arrumada “onde

29 Sérgio Fernandez. *Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. 2ª ed. Porto: F.A.U.P., 1988, 127.

30 Esta nossa conclusão baseia-se no facto de Vítor Figueiredo assumir esta postura num contexto semelhante (concretamente na intervenção em Santo Estêvão), afirmando que: “todas as construções eram o que eram, não é por ter existido o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. As casas tinham que ter um telhado, era natural, as portas, as janelas”. Em Marques, “Habitação de...”, 74.

31 Vítor Figueiredo, em Marques, “Habitação de...”, 72.

[Fig. 3] Conjunto habitacional em Benavente, 1962 | Vítor Figueiredo e Vasco Lobo. Fonte: Fotografia de autor desconhecido, [s.d]. Arquivo pessoal de Luísa Marques (cópia cedida por Vítor Figueiredo)

[Fig. 4] Conjunto habitacional em Benavente, 1962 | Vítor Figueiredo e Vasco Lobo. Fonte: Fotografia de Vanda Maldonado, 2013.

[Fig. 5 a | b] Conjunto habitacional em Benavente, planta do T3/5 (Esq.) e do T3/6 (Dir.), 1962 | Vítor Figueiredo e Vasco Lobo.

Fonte: Espólio de Vítor Figueiredo. SIPA/IHRU, PT VF-DES 000680 e PT VF-DES 000683.

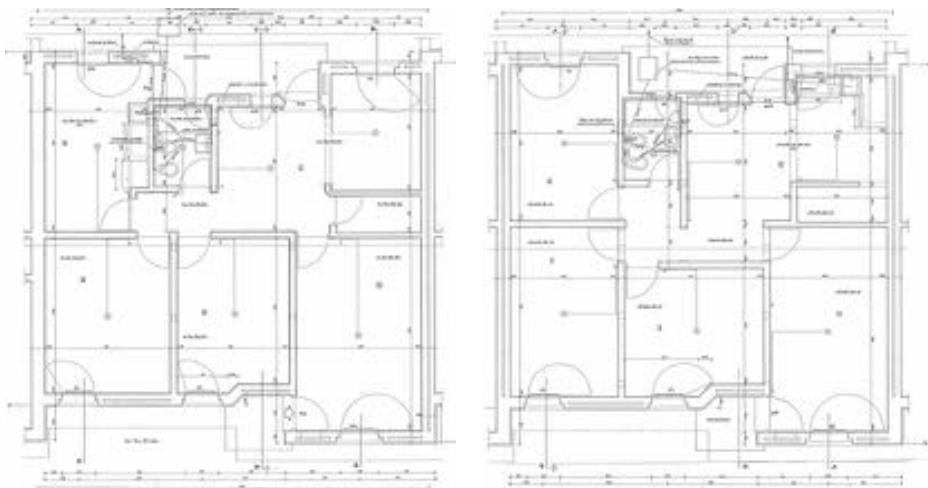
as crianças não possam entrar e certos objectos significativos da família, mais frágeis ou valiosos, possam ser expostos no quadro da [sua] melhor mobília³².

A introdução deste espaço extra – um dos temas mais emblemáticos da arquitetura da habitação social de Vítor Figueiredo aos olhos da crítica dos seus pares³³ – embora obrigando a uma subtração de área dos restantes compartimentos, adiciona, assim, uma dimensão física (porque é mais uma divisão) e também psicológica à casa, na esperança veiculada pelo autor de redimir e acrescentar “alguma coisa áquele mundo de mínimos”³⁴, oferecendo “uma gratuidade que ilude o peso insuportável de um habitar excessivamente regrado em espaços apenas suficientes”³⁵.

Não obstante, não é só o espaço extra que se pode abrir a diferentes utilizações. Na realidade, fixando o uso da cozinha, esta ideia de polivalência aplica-se aos restantes compartimentos habitáveis (sala e quartos) em virtude de estas dependências terem dimensões semelhantes, de serem encerradas e independentes e de se encontrarem próximas.

Nestas habitações, cada um daqueles espaços não está, portanto, necessariamente vinculado a uma determinada função, podendo moldar-se, desde o primeiro momento e também numa perspetiva de evolução, aos modos de vida e às necessidades do agregado familiar.

Assim, a suposta sala, para além daquela utilização formal que referimos, poderia, por exemplo, ser utilizada como quarto de dormir, trocando a sua função com um dos outros presumíveis quartos, ou, em caso de sobreocupação do fogo, simplesmente ser anulada, aumentando assim a capacidade da habitação.



Parece-nos, deste modo, que a existência nesta divisão da porta de ligação com o exterior não será limitativa para esta rotatividade de funções uma vez que a habitação dispõe de uma segunda entrada, como já referimos. Cremos que este elemento, pelo contrário, pode adicionar outras possibilidades de uso relacionadas com a necessidade de situações de maior independência desta divisão em relação aos restantes compartimentos que podem estar associadas, não só à sua função original, como a usos profissionais ou até mesmo de quarto de dormir de um familiar que tivesse, ou viesse a ter, aquela ambição de independência. Deixa-se assim ao critério do habitante a gestão das suas próprias prioridades, gerindo os ganhos e as perdas das suas opções.

O T3/5 é mais expressivo nesta dinâmica que envolve a itinerância da função dentro do espaço doméstico. A razão que justifica esta diferença está na simples troca de posição entre um quarto e a cozinha, que resulta no abandono da conceção da casa por zonas. De facto, ao contrário do que acontece no T3/6 que concentra os quartos num dos lados e a cozinha e sala no outro (ainda que a poucos passos de distância), no T3/5 não se verifica esta separação entre zona comum e privada, antes se propõe um esquema deliberadamente desorganizado no que respeita à proposta de distribuição de funções na casa, uma opção que introduz um maior grau de ambiguidade na habitação. Acresce que, o facto de ser possível acomodar três pessoas no quarto maior desta tipologia (conforme testámos) permite libertar o quarto individual da função de dormir, abrindo, assim, a possibilidade de o espaço extra se desdobrar, uma situação que nos permite compreender melhor a opção do autor em não encerrar aquele compartimento.

De qualquer das formas, ambas as tipologias exprimem um conceito de habitação que, sem deixar de atender com realismo às necessidades da época, adiciona uma dimensão de progresso, concebendo-se como um organismo vivo, aberto a uma interpretação e apropriação próprias de cada agregado.

Creemos estar perante uma ideia de conceção democrática da habitação, na medida em que se concede ao habitante (tanto quanto possível) o direito de soberania do seu próprio espaço doméstico, atribuindo-lhe, como diria Chombart de Lauwe, o estatuto de “último arquiteto”³⁶.

A proposta de Benavente consubstancia diferenças, também a este nível, relativamente a intervenções ou propostas de intervenção contemporâneas congêneres desenvolvidas por outros autores.

De facto, ao que nos foi possível apurar, as realizações desenvolvidas nestes contextos pelos seus pares descartam este tipo de organização, optando por não separar a cozinha e a sala em compartimentos independentes – fundindo-as num único espaço,

32 Nuno Portas. *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: F.A.U.P. Publicações, 2004, 144.

33 Ver nomeadamente: Duarte Cabral de Mello, “Vítor Figueiredo. La misère du superflu”. *AA L'Architecture d'Aujourd'hui Portugal*, nº 185 (Mai/Juin 1976): 30; Tavares, “Leituras de ...”, 20-45; Ramos, “A casa ...”, 111.

34 Vítor Figueiredo, em Rogério Gonçalves e David Sousa Santos. “Entrevista a Vítor Figueiredo”. *D.A.: Documentos de Arquitectura* n.º 2 (Verão 1999): 48.

35 Memória Descritiva do Estudo Base do Conjunto habitacional de Chelas. PUC- Zona N2. IHRU/ SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF-TXT 000067: 23-24.

36 P. H. Chombart d Lauwe. *Des Hommes et des villes*. Paris: Payot, 1965, 121.

Corporativização do espaço rural: a esfera de ação dos grêmios da lavoura no edificado corporativo

Natália Pereira

Apresentação

O estudo que se apresenta visa problematizar ressonâncias da arquitetura moderna na modelação de organismos corporativos rurais. Toma por foco um estudo de caso, a construção do edifício-sede do Grémio da Lavoura de Abrantes (1958–1961), projeto que se apresenta exemplar em razão da modernidade da linguagem arquitetónica adotada e que se enquadra no Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA) da Escola de Belas Artes do Porto, apresentado pelo arquiteto Duarte Castel-Branco (1958–1960).¹

Num primeiro momento, explanam-se as bases de edificação do sistema corporativo no mundo rural, assentes na criação das casas do povo e dos grêmios da lavoura, organismos destinados a cumprir finalidades distintas ainda que complementares na sociedade e economia agrícolas. Traçam-se ainda os desenvolvimentos do sistema corporativo rural lançados sob o impulso da 2ª vaga corporativa, no contexto do pós-guerra. Estes encontram nas Federações dos Grêmios da Lavoura e na instituição da Corporação da Agricultura (1957) o encerramento do edifício corporativo, numa época em que as contradições de uma economia planeada centralmente se fazem sentir, em face da afirmação crescente de interesses setoriais e concorrenciais. A segunda parte do texto corporiza o âmago da problemática em estudo. Analisam-se as motivações que estão subjacentes ao projeto de construção do edifício-sede do Grémio de Lavoura de Abrantes, Constância, Sardeal e Mação. O estudo de caso permite apreender a panóplia de interesses que estão em jogo e que fazem ressaltar os conflitos que a diferentes escalas se manifestam entre o campo estatal e a esfera local-regional. Em simultâneo, surpreendem-se as expectativas

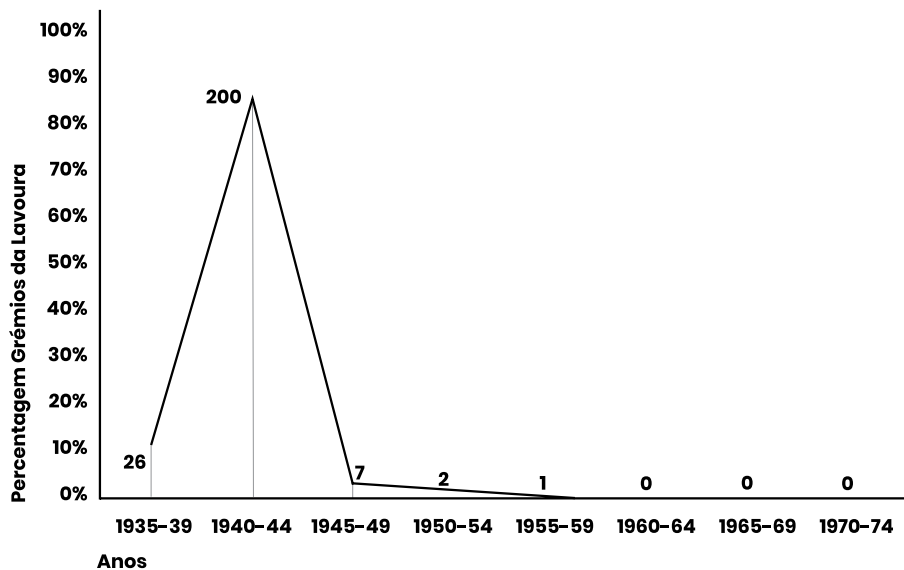
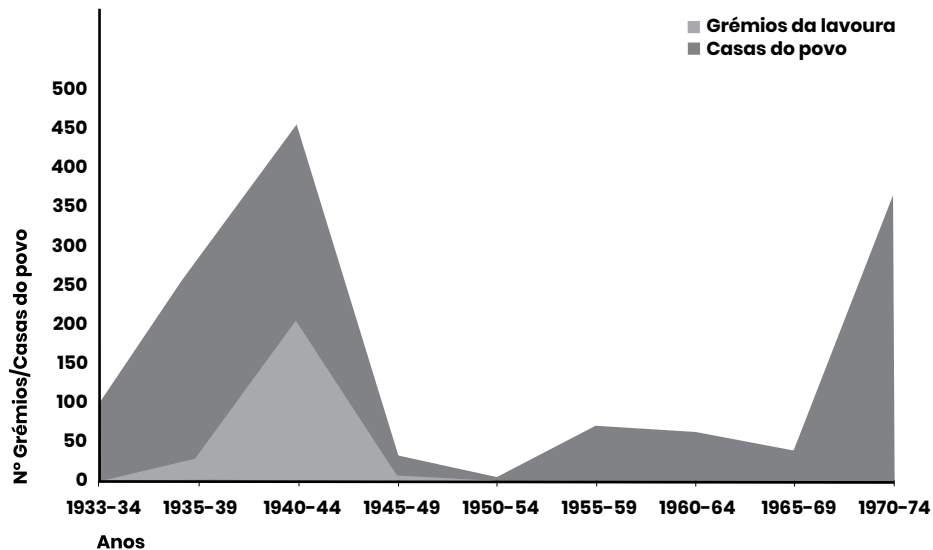
de um projeto arquitetónico também ele ditado pela ambição de influir na mudança dos comportamentos e das interações sociais, afeto a um universo socioeconómico tradicionalmente reputado como resistente à mudança cultural: o dos produtores agrícolas – estranho, por conseguinte, às preocupações de uma arquitetura empenhada em contribuir para a melhoria das condições de vida do maior número (habitação social).

Diretrizes e funcionalidades do sistema corporativo rural

A corporativização do mundo rural teve na criação das casas do povo e dos grêmios da lavoura os seus alicerces estruturais, consignando os denominados organismos corporativos primários. As primeiras foram entendidas como a instituição mais genuína do corporativismo português, tendo por fim plasmar o ideal societário do Estado Novo. O mesmo é dizer, visavam promover a harmonia e a concórdia sociais entre trabalhadores e proprietários rurais mediante o estímulo a práticas de interajuda, orientadas no sentido de satisfazer necessidades comunitárias, em especial nos domínios da assistência, saúde e promoção sociocultural. Como contraponto, a instituição dos grêmios da lavoura pretendeu estabelecer espaços reservados ao fomento da economia agrícola à escala concelhia, cumprindo funções de regulação, controlo e promoção da agricultura local, nos segmentos da produção e da comercialização, de acordo com o desígnio e as orientações estatais.

O Gráfico I mostra a distribuição destas instituições no tempo. É sugestivo do esforço de territorialização da orgânica corporativa e da aspiração a impor novas práticas de regulação e vivências do quotidiano rural, pese embora a distância que o modelo registou em termos de realidade histórica. Senão vejamos. À escala nacional, a criação das casas do povo traduziu-se na instauração de uma malha expressiva e dispersa, ainda que consideravelmente distante da retórica doutrinária que almejava instituir em cada freguesia rural do país uma marca identitária do Estado corporativo. As regiões do Alentejo e do Minho afirmaram-se precocemente como regiões exemplares, por motivos ditados pelo empenhamento político das suas elites locais e regionais face aos benefícios sociopolíticos que esperavam atingir.² Apesar das fragilidades apontadas desde cedo à gestão e ao cumprimento das finalidades adstritas às casas do povo, o Estado conservou o interesse nestes organismos-base. Assim o indiciam, a criação das Federações das Casas do Povo (1958) e o movimento regular das inspeções às casas do povo registado nos anos 50 e 60 e que punha em contacto os inspetores corporativos do Instituto Nacional do Trabalho e

- ¹ Duarte Nuno Simões. “Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes”. *Arquitectura*. N.º 74 (março 1962): 16-22. Prova final exigida para a obtenção do título de arquiteto diplomado, após a realização de um estágio de dois anos supervisionado por um orientador diplomado. Ver Eduardo Fernandes. “Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna”, em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016.
- ² Ver o desenvolvimento da questão em Afonso de Barros. *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986; Dulce Freire. “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012, 278 (273-302); Fátima Moura Ferreira e Natália Pereira. “Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40” em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes; Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016, 13-38.



Previdência e as autoridades administrativas locais com dirigentes, funcionários e indivíduos reconhecidos das comunidades com o objetivo de colmatar deficiências e contribuir para o bom uso das casas do povo. A reanimação destes organismos registar-se-á sob o consulado marcelista no horizonte da reforma assistencial lançada (como evidencia o gráfico I), no quadro da reatualização das funções cometidas às casas do povo.³

Como é sabido, a implementação da rede dos grémios da lavoura processou-se em moldes diferenciados, como o sugere o Gráfico II. Os primeiros anos da década de 40 concentram a criação maioritária dos grémios da lavoura instituídos no Estado Novo, isto é, 85% do total dos 236 grémios criados à escala nacional, evidenciando-se residual a percentagem de organismos criados no pós-guerra (3%). A importância das funções atribuídas a estes organismos na regulação da atividade agrícola local assim o justifica, levando a uma intervenção ativa por parte do governo e à colaboração empenhada das autoridades políticas regionais e locais. Desta forma, foi possível contornar as resistências dos proprietários e produtores rurais e instaurar as bases da corporativização do mundo rural, numa altura em que as dificuldades associadas à conjuntura da Segunda Guerra Mundial se manifestavam, no que toca, em particular, a problemas relacionados com o abastecimento de géneros às cidades e a distribuição racionada de produtos destinados à produção agrícola, nomeadamente adubos e sementes. Os grémios da lavoura atuavam assim como uma espécie de plataforma comunicacional com o ministério da especialidade, veiculando instruções, normas e apoio técnico ao setor agropecuário.

Maioritariamente, os grémios da lavoura adotaram uma moldura concelhia, sendo lateral a percentagem daqueles que possuíam uma área de jurisdição maior, que representava apenas 10% (23 dos 236 grémios constituídos). A lei estipulava que a criação destes organismos estava dependente da iniciativa dos produtores agrícolas ou do governo,⁴ na eventualidade de os primeiros não despoletarem o processo de criação do organismo e este ser reputado como necessário aos interesses da economia nacional e dos respetivos produtores. Apenas no primeiro caso, o alvará de criação do grémio era da responsabilidade do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de acordo com o parecer do Ministério da Agricultura (mais tarde, a partir de 1940 pelo Ministério da Economia). Disso são exemplo a criação dos grémios da lavoura de Guimarães (alvará de 14-3-1940), Fafe (alvará de 18-3-1940), Melgaço (alvará de 18-6-1941) ou Resende (alvará de 1-10-1941), que resultam da iniciativa de entidades oficiais várias – respetivamente, Direção Geral dos Serviços Agrícolas, Câmara Municipal de Fafe, Subsecretário de Estado das

3 Lei n.º 2144, de 29 de maio de 1969: promulga a reorganização das Casas do Povo e os regimes de previdência rural e revoga o decreto-lei n.º 23051, de 23 de setembro de 1933.
4 Base II da lei n.º 1957, de 20 de maio de 1937 (estabelece as bases da organização corporativa da agricultura).

[Gráfico 1] Distribuição da rede nacional das Casas do Povo e dos Grémios da Lavoura, por períodos quinquenais (1933-1974).
Fonte: Dados obtidos a partir da consulta do *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano I, n.º 1 [30 novembro 1933] a Ano 41, n.º 20 [29 maio 1974]; Lisboa, I.N.T.P., 1933-1974.)

[Gráfico 2] Distribuição da rede nacional dos Grémios da Lavoura por períodos quinquenais (1935-1974).
Fonte: Dados obtidos a partir da consulta do *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano I, n.º 1 [30 novembro 1933] a Ano 41, n.º 20 [29 maio 1974]; Lisboa, I.N.T.P., 1933-1974.)

- 5 Decreto-lei n.º 36681, de 19 de dezembro de 1947 – define o regime jurídico das Federações dos Grémios da Lavoura. Apesar da lei n.º 1957 (base VII) e o decreto-lei n.º 29494 (Artigo 49.º) já as ter previsto, dez anos antes. Sobre o papel da Câmara Corporativa na orgânica política do regime ver Nuno Estêvão. *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, apresentada no Instituto de Ciências Sociais, 2009.
- 6 A iniciativa da criação das Federações partiu do Norte do país, da União dos Grémios da Região de Entre-Douro-e-Minho. O requerimento para a constituição do respetivo organismo foi entregue em 1948, na sequência da promulgação do diploma de 1947 (n.º 36681), que definia o regime jurídico dos organismos corporativos de segundo grau. Para o desenvolvimento da questão ver Manuel Lucena “Sobre as federações de grémios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer)”. *Análise Social*, vol. XVI (64), 1980, 720; idem, *Relatório sobre a Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações*. Fundo Manuel Lucena, 1978, Vol. I (a) Parte Geral - Arquivo História Social do Instituto de Ciências Sociais; Fernando Oliveira Baptista. *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento, 1993 e Laura Larcher Graça. *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*. Conselho Económico e Social. Lisboa, 1999.
- 7 Manuel Lucena, *Relatório sobre a Extinção dos Grémios da Lavoura ...*, 121.
- 8 Cfr. lei n.º 1957, de 20 de maio de 1937, respetivamente Bases III e IX.
- 9 Artigo 5.º do decreto-lei n.º 29 243, de 8 de dezembro de 1938.

Corporações e Previdência Social – dada a ausência de mobilização dos interessados diretos.

Difícilmente, a escala de intervenção local destes organismos permitia traçar objetivos concretos ao fomento agrícola, não obstante ir ao encontro do desígnio autoritário estatal a respeito do controlo estreito da política económica nacional, subordinada retoricamente ao bem da nação. Este objetivo será consagrado no contexto da 2ª vaga corporativa do Estado Novo, no quadro da conjuntura internacional do pós-guerra, marcada pelo recuo acentuado da doutrina corporativa, no espaço da Europa Ocidental. Tem então lugar o lançamento dos organismos destinados a completar o edifício corporativo da agricultura, ainda que previstos desde 1947: as Federações dos Grémios da Lavoura e a Corporação da Agricultura, estrutura-súmula destinada a representar os interesses do setor na Câmara Corporativa.⁵

O nascimento atribulado das Federações dos Grémios da Lavoura (que correspondiam, como o título o sugere, à união de grémios da lavoura por áreas regionais) é revelador dos sinais de *luta social* que se manifestavam no interior do setor agrícola, mostrando os interesses contraditórios e os desequilíbrios entre as regiões agrícolas. Motivo que explica a decisão do governo adiar, cerca de 10 anos, a concessão dos diplomas de criação das primeiras federações, na esteira da promulgação do decreto base datado de 1947.⁶ Em suma, o processo denota os sinais de dinamização da economia rural enquadrados no horizonte das políticas de fomento regional que emergiam no contexto mais lato do processo de modernização da economia portuguesa, veiculado através dos planos de fomento. Daí, como salienta Manuel Lucena, o receio de ameaça social protagonizada pelos produtores agrícolas sugerida pelo “temor do próprio governo perante o aparecimento de vastas frentes de lavradores, num período em que a política de fomento industrial e de fomento das exportações ia precisar da contenção dos preços agrícolas; mas também pela concorrência de lavradores que o movimento federativo encontrou”.⁷

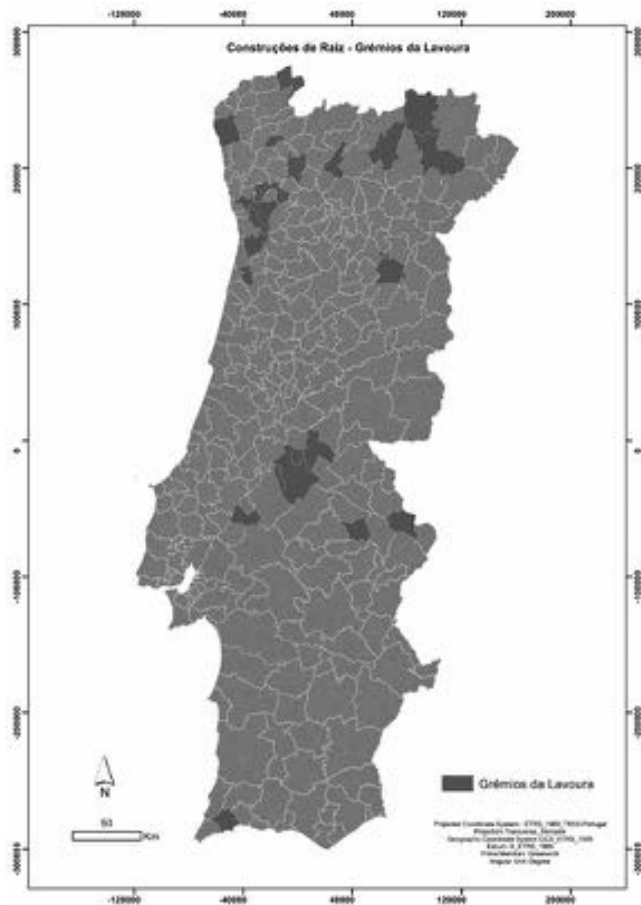
O edifício–sede dos grémios da lavoura: marca identitária da agricultura rural local?

A existência de instalações constituía uma exigência inerente ao desempenho das funções dos grémios da lavoura, prevista pelo legislador no quadro dos diplomas inaugurais da organização corporativa rural (1937 e 1938). Ao contrário do investimento ideológico colocado na produção e divulgação dos modelos tipos de casas do povo, o Estado não definiu normas de construção arquitetónicas exteriores, uma vez que se tratavam de equipamentos de responsabilidade dos produtores agrícolas, reunidos compulsivamente na organização corporativa. Em todo o caso, a lei não deixou de estipular os espaços que o edifício-sede devia contemplar, em concreto: uma área reservada à gestão dos interesses comuns dos associados e outra destinada a acolher um conjunto de equipamentos para benefício dos agricultores (nomeadamente “armazéns, celeiros, adegas, máquinas, alfaias, utensílios agrícolas e animais”). O mesmo é dizer, o financiamento da estrutura base corporativa assentava na obrigação de cada organismo prover às suas necessidades próprias. Daí serem previstas as fontes de receitas, a saber: as cotizações dos associados (variáveis de acordo com a classe classificatória dos produtores); as comissões aplicadas aos serviços prestados aos associados, individual ou coletivamente, a par de receitas provenientes de multas, subsídios e de outros rendimentos.⁸

Do exposto compreende-se que os grémios da lavoura apresentavam níveis de grandeza variáveis, dependentes, em larga medida, dos níveis de rendimento agrícola local. A inexistência provável de meios financeiros que possibilitassem o cumprimento imediato das funções a que estavam cometidos a estes organismos justifica que o governo, precocemente, tenha fixado a possibilidade de estes contraírem empréstimos.⁹

De acordo com o *Relatório sobre a Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações* sabe-se que em 1978, pelo menos cerca de cem possuíam armazéns e sedes próprias. Este montante deverá ser lido a título meramente ilustrativo, dada a ausência de estudos que mapeiem a evolução morfológica da rede corporativa agrícola, no decurso do Estado Novo. É sabido que, em alguns casos os grémios usufruíram das instalações afetas a estruturas agrícolas anteriores, nomeadamente sindicatos agrícolas, como aconteceu com os grémios da lavoura da Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Serpa, Cuba, Aljustrel, Reguengos de Monsaraz. Noutros casos, funcionavam em edifícios alugados, facto que se traduzia na canalização de parte das receitas para o pagamento mensal das rendas.

[Mapa 1] Construções de raiz dos Edifícios-sedes dos Grêmios da Lavoura recenseados provisoriamente no período de 1950 a 1974
 Fonte: Base de Dados do Projeto Representações do Poder de Estado: ...; *Mensagem dos Campos* – Boletim da Federação dos Grêmios da Lavoura de Entre-Douro-e-Minho, Ano I, n.º 1 [janeiro 1954] a Ano IV, n.º 72 [dezembro 1959]; Respostas ao Inquérito da Fundação das Ciências Políticas (1975).



À escala do país, persiste por esclarecer a capacidade financeira dos grêmios agrícolas suportarem esse investimento potencial. Assim, a par da possibilidade do recurso a empréstimos junto de entidades oficiais (concretamente Caixa Geral de Depósitos e Junta de Colonização Interna),¹⁰ após a autorização prévia do Ministério da Agricultura, encontrava-se prevista a hipótese de concessão de subsídios por parte de organismos estatais, como o Comissariado de Desemprego¹¹ ou o Ministério das Obras Públicas. Assim ocorreu, concretamente na primeira situação apontada, com os grêmios da lavoura de Valongo, Fafe, Santo Tirso, Lousada, e, no segundo cenário, com os de Viana do Castelo, Amares, Maia, Santa Maria da Feira, Valpaços, Vinhais, Macedo de Cavaleiros, Vagos, Trancoso, Almeirim, Fronteira, Arronches e Paredes, nomeadamente. Seja como for, é plausível admitir-se ser reduzido o número de grêmios com capacidade de autofinanciamento, apesar de algumas ocorrências.¹²

Da informação coligida a partir da consulta de documentação diversa, foi possível recensear a construção de raiz de 22 sedes de grêmios da lavoura, no período compreendido entre os anos 50 e o fim do regime autoritário, montante que se apresenta provisório e que reveste um significado meramente indicativo, uma vez que não contempla a totalidade do tecido gremial.¹³ As construções arroladas localizam-se maioritariamente nas regiões Norte e Centro do país, como o evidencia o Mapa I. A distribuição, ainda que provisória, encontra-se em sintonia com a dinâmica de vitalização agrícola iniciada pelo movimento de criação das Federações dos Grêmios da Lavoura, atrás referido, e reporta-se maioritariamente às décadas de 50 e 60 – à exceção dos Grêmios da Lavoura de Valongo e Melgaço, cujas construções datam da década de 70, (respetivamente 1971 e 1974).¹⁴

É então que a economia portuguesa enceta um ciclo de modernização acentuado, no contexto da prioridade consignada à construção de infraestruturas de suporte ao desenvolvimento industrial, traduzida nas orientações dos planos de fomento (sobretudo a partir do III Plano e subsequentes). Ao mesmo tempo, o período faz ressaltar as contradições internas que assolam o desenvolvimento agrícola, à escala inter-regional, ditadas, em larga medida, pelas pressões diferenciadas dos grupos sociais ligados ao setor agrícola. É nesta linha que ganha terreno a problemática relacionada com as disparidades de desenvolvimento regional, acompanhada a breve trecho pela definição das regiões-plano. Neste contexto, afigurou-se pertinente no quadro do Projeto “Representações do Poder de Estado: em Portugal e no Império” explorar sinais de recetividade sobre o edificado corporativo rural aos ventos de mudança que marcavam a arquitetura

- 10 Organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos, criado junto ao ministério da Agricultura por decreto-lei n.º 27 207, de 16 de novembro, de 1936.
- 11 Organismo criado junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações por decreto n.º 21 699, em 30 de setembro de 1932.
- 12 Disso é exemplo a construção do edifício-sede do Grémio da Lavoura de Gondomar, concluída em 1954, objeto de elogio no boletim da Federação dos Grêmios da Lavoura de Entre-Douro-e-Minho, *Mensagem dos Campos*.
- 13 O recenseamento provisório foi realizado a partir da consulta do Boletim do Comissariado do Desemprego – Obras Públicas, do Boletim da Federação dos Grêmios da Lavoura - *Mensagem dos Campos* e das respostas ao Inquérito da Fundação das Ciências Políticas do ano de 1975 (Arquivo Manuel Lucena), adotando-se como balizas cronológicas o período 1950 e 1974. A listagem das construções recenseadas é a seguinte: Almeirim (1951); Paredes (1951); Gondomar (1952); Estarreja (1953); Vagos (1953); Macedo de Cavaleiros (1954); Fronteira (1956); Viana do Castelo (1957); Ribeira de Pena (1957); Arronches (1959); Santa Maria da Feira (1959); Abrantes, Constância, Sardoal e Mação (1961); Trancoso (1961); Amares (1962); Santo Tirso (1962); Lousada (1962); Fafe (1963); Maia (1963); Valpaços (1963); Vinhais (1966); Melgaço (1971); Valongo (1974).
- 14 Cfr. Sergio Fernandez. *Percorso da Arquitectura portuguesa 1930-1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988 e João Leal. *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2009.

15 *Relatório, Balanço e Contas da Gerência do Grémio da Lavoura de Abrantes*, 1958. Espólio Duarte Castel Branco, Arquivo Municipal Eduardo Campos.

16 *Relatório, Balanço e Contas da Gerência do Grémio da Lavoura de Abrantes*, 1960. Espólio Duarte Castel Branco, Arquivo Municipal Eduardo Campos.

17 Nasceu em 1891, em Ninho de Acor, no Concelho de Castelo Branco. A 6 de junho de 1944 foi eleito presidente da Direção do Grémio da Lavoura de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, cargo que exerceu ininterruptamente até 1968. Foi ainda procurador da Câmara Corporativa na terceira legislatura, representando a 4.ª secção – Azeite, frutas e produtos hortícolas. Dias após a inauguração da sede, em 30 de setembro de 1961, foi nomeado vice-presidente da Câmara Municipal de Abrantes. A imprensa local realçava os seus “invulgares dotes de carácter” assim como as suas excelentes qualidades de trabalho que o levaram a acumular funções diretivas em nome do “serviço geral”. *Correio de Abrantes*, 17 de setembro de 1961, 1.

18 AMEC, *Relatório...*, 1960.

19 N. R. “Abrantes é honrada com a visita dos Senhores Ministro das Corporações e secretário da Agricultura – que inauguraram o edifício-sede do Grémio da Lavoura de Abrantes, Constância, Sardoal e mação e procederam à abertura da I Exposição-Feira”. *Jornal de Abrantes*, n.º 3.168, 1 de outubro de 1961, 1.

portuguesa no pós-guerra, na esteira dos marcos fundadores (I Congresso Nacional de Arquitetura e Inquérito à Habitação Rural). A análise das imagens que documentavam aleatoriamente as construções apoiadas pelo Comissariado do Desemprego constituiu um momento de viragem, ao permitir identificar uma pequena série de construções rurais corporativas, maioritariamente afetas à construção de casas do povo. A amostra meramente ilustrativa sugeria a coexistência de linguagens, entre a persistência da ruralidade idealizada, veiculada pela arquitetura oficial do Estado Novo, e o edificado de traçado moderno, inscrito no horizonte das preocupações sociais de arquitetura.

Do projeto à concretização do edifício-sede

De acordo com o *Relatório, Balanço e Contas da Gerência do Grémio da Lavoura de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação* de 1958, ao longo desse ano, foram preenchidos os requisitos necessários ao arranque efetivo do projeto de construção do edifício-sede. Estes reportavam-se, fundamentalmente, à escolha do terreno, às condições de financiamento da obra e à designação do arquiteto responsável pelo projeto.

O apoio da Câmara Municipal de Abrantes revelou-se constituir um impulso determinante, traduzido na disponibilização do terreno, contra a entrega de uma quantia simbólica, no valor de 20 escudos. A morfologia irregular do local de implementação do edifício era compensada pela sua ótima localização, situado entre o campo da feira e a estação rodoviária, e pela área do terreno de 365 m² que se mostrava adequada aos fins do projeto, parafraseando as vantagens realçadas pelo arquiteto Duarte Castel Branco, na memória descritiva do anteprojeto¹⁵.

Mais complexas mostraram-se as operações destinadas à angariação dos recursos financeiros para custear a obra – orçamentada em 550.000\$00, montante elevado em breve para 610.000\$00, em razão dos trabalhos de preparação do terreno, exigidos pela autarquia. O acionamento dos canais de financiamento oficiais ficou aquém das expectativas. A participação solicitada ao Fundo de Desemprego acabou por não ter lugar, não obstante as inúmeras diligências efetuadas, plausivelmente junto a interlocutores políticos privilegiados. O governo, através do ministro da tutela, limitou-se a autorizar o empréstimo contraído à Junta de Colonização Interna, no valor de cerca de 1/3 do total do custo final da obra (200.000\$00). Daí o sentimento de desalento experienciado pela elite dirigente do organismo face ao reduzido apoio das estruturais centrais, expresso na passagem reproduzida a partir do *Relatório Balanço e Contas da Gerência*: “as promessas vindas do

alto não se concretizaram”.¹⁶ Neste quadro, o projeto foi suportado a expensas do organismo corporativo pluriconcelhio e dos seus associados, mediante o agravamento do valor das quotas, de acordo com proposta aprovada em Assembleia Geral. Acresce ainda a colaboração pontual de fornecedores e de amigos da terra. Em resumo, a obra foi suportada faseadamente pelo organismo corporativo, na esteira aliás do pensamento corporativo português original que atribuía aos organismos a responsabilidade de buscarem condições de vida autónomas, reservando-se o Estado a prestar uma colaboração a título supletivo. Assim se consubstanciava o enunciado retórico da ideologia corporativa expresso na regulação do equilíbrio entre o controlo governamental e a iniciativa individual e coletiva.

A escolha do arquiteto do projeto a cargo da direção do grémio, na pessoa do seu presidente, Capitão João da Costa Andrade,¹⁷ advinha-se pacífica. Recaiu num filho família de Abrantes, Duarte de Castro Ataíde Castel Branco (1928–2015), um jovem promissor da Escola de Belas Artes do Porto, que enquadrou o projeto no âmbito do Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA).

Nos 5 anos que mediaram a idealização realística do projeto (1957) e a inauguração do edifício, ocorrida a 24 de setembro de 1961, a direção do grémio da lavoura dos produtores de 4 dos concelhos do distrito de Santarém – Abrantes, Constância, Sardoal e Mação – empenhou-se com as entidades político-administrativas da região e a instituição de fomento local, Delegação da Brigada Técnica da X Região, na dinamização de iniciativas económicas regionais, meio enfim de consumir um dos objetivos presentes no projeto de construção do edifício-sede. Disso é exemplo a organização da I Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Artesanato Regional, evento realizado no âmbito da cerimónia de inauguração do edifício-sede e que refletia a estratégia concertada promovida pela estrutura intermunicipal dos concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação com os organismos económicos da região.

De acordo com o prazo delineado, o Edifício-sede viria a ser inaugurado pelo ministro das Corporações e Previdência Social (Henrique Veiga de Macedo) e pelo Secretário de Estado da Agricultura (José Pereira de Campos), na data atrás mencionada, cumprindo-se assim a pretensão do organismo ter “[...] sede própria, em local conveniente, e que reunisse as condições indispensáveis para bem servir os nossos agremiados”.¹⁸

A imprensa local noticiou a data com grande regozijo, realçando em particular a presença dos representantes do governo, como era corrente em cerimónias desta natureza.¹⁹ As intervenções de Henrique Veiga de Macedo e do Secretário de Estado da

- 20 Passagens da intervenção do Secretário de Estado da Agricultura em "Alavancas para a Corporativização da Lavoura", *Correio de Abrantes*, 22 de outubro de 1961, 4.
- 21 C. "Alavancas para a Corporativização da Lavoura". *Correio de Abrantes*, 22 de outubro de 1961, 4.
- 22 N. R. "Abre Hoje a I Exposição-Feira de Abrantes – Não deixe de visitá-la, pois encontrará motivos de grande interesse", *Jornal de Abrantes*, n. 3.167, 24 de setembro de 1961, 4.
- 23 Arquivo Digital da Universidade do Porto – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (ADUP-FAUP), Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA) [1935-1983]. Para além do projeto de Castel-Branco, encontra-se na série do arquivo um outro projeto referente à mesma tipologia, intitulado "Um Grémio da Lavoura", de autoria de Eurico Pinto Lopes.
- 24 Em 2000, o edifício sofreu obras de remodelação no âmbito da sua reconversão para sede das Finanças de Abrantes, projeto de responsabilidade do arquiteto Castel-Branco.

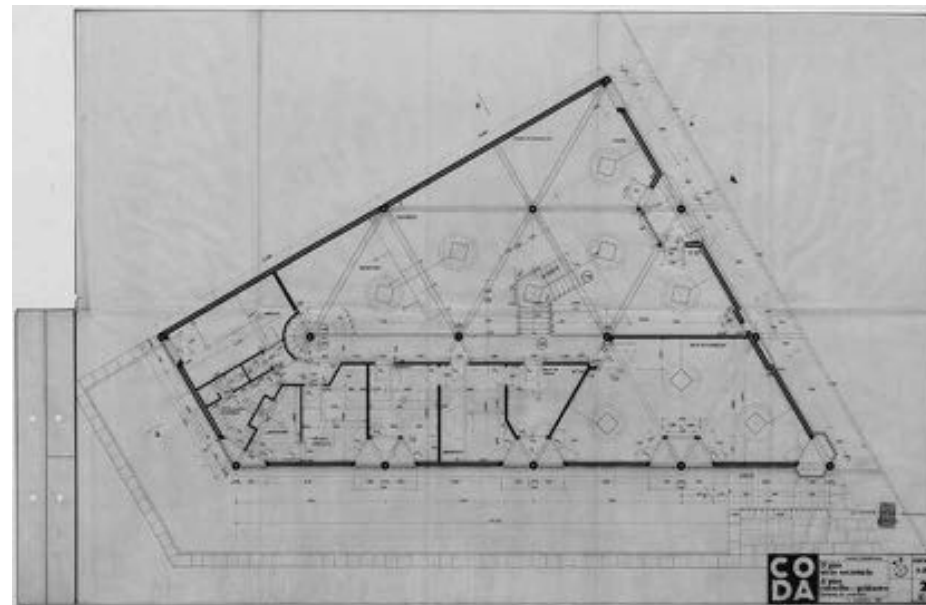
Agricultura constituíram uma oportunidade para traçar o elo da organização corporativa rural e reafirmar o papel motor consignado às "pessoas devidamente formadas", na direção dos interesses dos lavradores e da agricultura regional. Daí, o grémio pluriconcelhio de Abrantes ser apresentado como um *centro de missão* em prol do *ideal corporativo* e da *causa da lavoura*.²⁰ Pelo mesmo diapasão se saldaram as palavras do ministro das Corporações e Previdência Social ao enfatizar o contributo deste organismo "para dar vida, no quadro da organização corporativa e das relações com os outros organismos corporativos, à acção social, disciplina do trabalho, salários e desenvolvimento da previdência".²¹ Em suma, o desígnio de alimentar a chama corporativa mantinha-se vivo, conservando-se intacto o esteio propagandístico que marcara os alvares da experiência do regime autoritário português. O primado do elogio da economia corporativa nacional contrastava, porém, com a tónica localista do discurso do Presidente do Conselho Geral do Grémio, Dr. Anúplio Correia y Alberty, ao sublinhar "o espírito de iniciativa, de tenacidade e de economia da actual Direcção" que se traduziu na concretização de uma "antiga aspiração" em nome do "interesse (...) da lavoura regional". Daí concluir "a festa é nossa; foi feita por nós e para nós".²²

O edifício-sede

Nascido em Macau a 25 de julho de 1927, Castel-Branco diplomou-se pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP). Em 1960, realizou as provas académicas para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA),²³ com o Projeto do Grémio da Lavoura de Abrantes, tendo obtido a classificação de 20 valores.²⁴ Complementou a sua formação no Politécnico de Milão (1962) e em Paris (1963), onde desenvolveu estudos de urbanismo, entre os quais se destacam os trabalhos para o governo francês (1964) e a colaboração na equipa do Plano Diretor de Lisboa, liderada pelo arquiteto Georg Mayer-Heine. Foi professor da ESBAP (e posteriormente da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa) e investigador do Centro de Estudos de Urbanismo Engenheiro Duarte Pacheco (1964).

Ao longo dos anos 60 dedicou-se a projetos de arquitetura de tipologia diversa (habitação, equipamentos fabris e de serviços), tanto de encomenda privada como pública, que no seu conjunto testemunham a recetividade precoce do arquiteto às propostas da arquitetura internacional.

O edifício projetado pelo arquiteto Duarte Castel-Branco inseria-se na malha urbana de Abrantes, possibilitando capitalizar as vantagens da localização do terreno. A proximidade com a estação



[Fig. 1] 3.º e 4.º Pisos do Projeto do Arquiteto Duarte Castel-Branco para a Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes. Fonte: ADUP-FAUP – Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA) [1935-1983]. Grémio da Lavoura de Abrantes, 31/12/1959 – repositório-tematico.up.pt/handle/10405/48140. (FAUP/CDDA)

[Fig. 2 | 3] Ângulos do átrio e da escada de ligação ao conselho e gabinetes do Grémio da Lavoura de Abrantes. Fonte: Duarte Nuno Simões. "Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes". *Arquitectura*. N.º 74 (março 1962), 21.

- 25 *Ante-Projeto do Grémio da Lavoura de Abrantes*, 1958. Espólio Duarte Castel Branco, Arquivo Municipal Eduardo Campos.
- 26 ADUP-FAUP, Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto (CODA) [1935-1983], *Grémio da Lavoura de Abrantes*, 5.
- 27 ADUP-FAUP, *Grémio da Lavoura ...*, 5.
- 28 Atenda-se ao detalhe do grande vão que faz a ligação entre o piso térreo e o átrio do piso superior, que traduz uma forma inédita de repensar o sistema de construção em abobadilha, de acordo com as possibilidades técnicas e os novos materiais, na esteira das propostas da nova arquitectura.
- 29 Duarte Nuno Simões. "Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes". *Arquitectura*. N.º 74 (março 1962), 17.

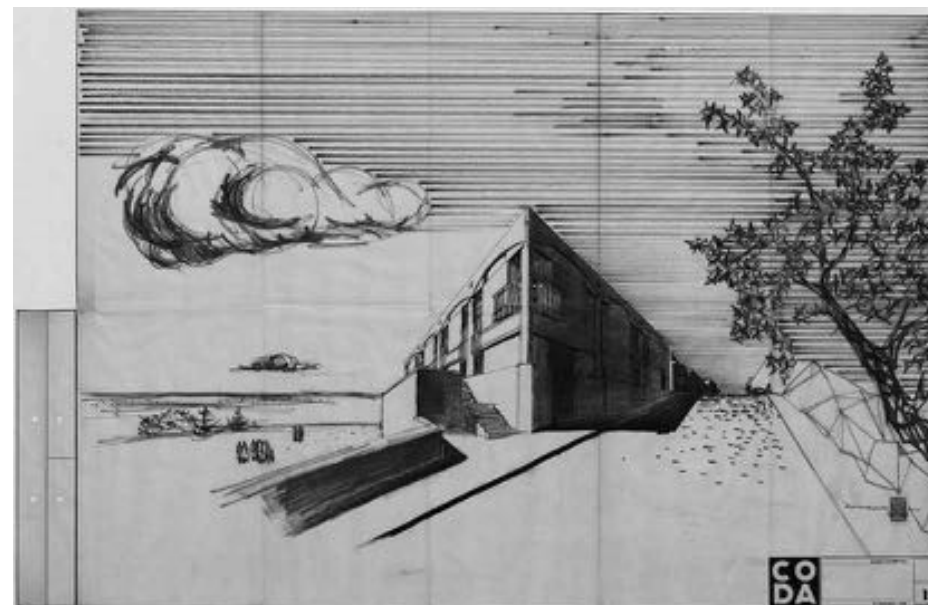
rodoviária, permitia aos seus usufrutuários “uma rápida e cómoda satisfação dos seus afazeres e a sua integração na zona onde quinzenalmente se faz[iam] os mercados, confer[indo]-lhe uma ligação íntima com o sector de actividade a que est[ava] ligado”.²⁵

O estudo inicial do edifício, apresentado em fase de anteprojecto, referia a necessidade de se obterem dois pontos distintos de comunicação com a rua: um destinado ao público e outro às mercadorias. Deste modo, a proposta de entrada ao público era feita através da ligação do miradouro com a rua, dando-se resposta à exigência da Câmara Municipal. Esta solução garantia ainda a disponibilização de uma área de dimensões apreciáveis. Por seu turno, a zona dos armazéns situava-se a uma cota mais baixa, permitindo aproveitar a inclinação da rua (fig.4/5). O espaço reservado aos gabinetes localizava-se no andar superior dos armazéns, um pouco mais elevado em relação ao *hall*, demarcando a área reservado aos empregados do organismo (incluindo secção diretiva) dos associados.

A estrutura interna projetada assentava em quatro componentes no que respeita aos seus fins e destinatários particulares: funcionários, público, habitação do guarda e armazenagem. Pensadas globalmente, cada uma das áreas articulava-se com as demais no sentido de possibilitar um conjunto de relações harmónicas entre as partes, forma de consubstanciar as dinâmicas previstas na organização interna do programa do equipamento, como o sugere a figura 1, relativa ao 3.º e 4.º Pisos do Projeto, correspondendo ao Átrio, Secretaria; Sala do Conselho e Gabinetes respetivamente. No seu conjunto, o espaço interior foi delineado, nas palavras de Castel-Branco, segundo a intenção de dar “satisfação a um conjunto de aspetos basilares – leveza, isolamento térmico, iluminação, decoração e variedade de espaços”.²⁶

Pretendia-se, em suma, proporcionar um espaço interior que ajustado às exigências de movimento do edifício oferecesse, ao mesmo tempo, iluminação e cor de forma a estimular o “contacto amplo e franco entre o público e os funcionários, uma possibilidade de comunhão, uma solução mais humana na relação das diversas funções”.²⁷

As figuras 2 e 3 sugerem o traçado original do interior, dominado por uma grande nave, decorada com uma tessitura esplêndida de abóbadas circulares, pontuadas por fusos cerâmicos, que sinalizavam as entradas de luz natural.²⁸ Na leitura do arquiteto Duarte Nuno Simões, o interior revelava a *preocupação* [do seu autor] *de dotar os homens que o usem e que nele trabalhem de um ambiente que seja polemicamente oposto à tristeza da grande maioria das [...] repartições públicas* [da época].²⁹ Ana Tostões, sublinha, numa perspetiva mais global, o equilíbrio do edifício, traduzido no ajustamento intencional à volumetria do equipamento, às exigências do terreno e ao ambiente local da década de 60, não abdicando, porém, do



[Fig. 4] Desenho da implantação do Edifício-sede do Grémio da Lavoura de Abrantes. Fonte: ADUP FAUP - Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto (CODA) [1935-1983], Grémio da Lavoura de Abrantes, 31/12/1959 - repositório-tematico.up.pt/handle/10405/48140 (FAUP/CDUA)

[Fig. 5] Fotografia do Edifício-Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes visto da rua – pela sua volumetria e tratamento da fachada integra-se perfeitamente no ambiente local. Fonte: Duarte Nuno Simões. «Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes». *Arquitectura*. N.º 74 (março 1962), 21.

30 Entre as memórias descritivas consultadas referentes a grêmios da lavoura construídos segundo os parâmetros da arquitetura oficial, a estruturação interna do espaço distribuía-se por pisos que fixavam a hierarquia e a funcionalidade do equipamento. O piso superior era reservado aos gabinetes de direção e à sala do conselho geral; o piso intermédio era destinado à gerência, secretaria e secção comercial do estabelecimento; e o piso inferior (que correspondia regra-geral ao rés-do-chão) englobava os anexos, concretamente celeiros, armazéns, garagem e laboratório. Cf. memórias descritivas dos seguintes projetos: Grémio da Lavoura de Viana do Castelo e Caminha (1957); Grémio da Lavoura de Ribeira de Pena (1957); Grémio da Lavoura da Santa Maria da Feira (1959) e Grémio da Lavoura de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação (1961).

31 Ana Tostões. *Arquitetura moderna e obra global a partir de 1900*. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009, 72. Na mesma linha, se compaginava o tratamento exterior do edifício, em contraste com o recurso a elementos decorativos da reputada arquitetura rural tradicional como são exemplo os painéis cerâmicos e os motivos decorativos inspirados em temas regionais presentes, nomeadamente, nos edifícios dos Grêmios de Viana do Castelo e de Caminha, de autoria do arquiteto Paulo de Carvalho Cunha.

32 ADUP, *Grémio da Lavoura ...*, 6.

33 Ana Tostões. *Arquitetura moderna ...*, 83. *Ante-Projeto do Grémio da Lavoura de Abrantes*, 1958. Espólio Duarte Castel' Branco, Arquivo Municipal Eduardo Campos.

modernismo e da perspetiva contemporânea do *open-space*, onde os pilares se recombinavam de forma a manter o espaço interior uno.³⁰ O edifício-sede constituiu assim expressão emblemática de uma nova arquitetura que despontava no país, nos finais dos anos 50, que cultivava uma aproximação realista aos sítios, atenta ao povoamento e aos modos de apropriação do espaço na diversidade do território nacional, e que denotava a “primazia dada ao espaço interno na conceção da forma, na recuperação da morfologia do tecido urbano existente”.³¹

Nas palavras de Duarte Castel-Branco, a utilização de materiais pobres e o jogo de contraste entre materiais permitiu atender ao enquadramento do conjunto arquitetónico com as construções já existentes. Ao mesmo tempo, a relação ritmada entre “cheios e vazios, contrapontados com a estrutura e o jogo movimentado de saliências e reentrâncias [possibilita] compreender o que interiormente se passa”.³²

A uniformidade estrutural do edifício consuma a sua originalidade, ao mesmo tempo que exprime a pertença à geração moderna de arquitetos que desponta no país, nos anos 60, dotada de “novas maneiras de pensar a relação entre a arquitetura e o espaço público urbano ou a singularidade da paisagem”.³³

O silêncio da imprensa local sobre a arquitetura do edifício-sede é sintomático da estranheza potencial que gerou entre os conterrâneos, pouco familiarizados com a liberdade que enformava o projeto.

Portugal's urban design under the *Estado Novo*: foreign influences before and after the Second World War.

Christian von Oppen

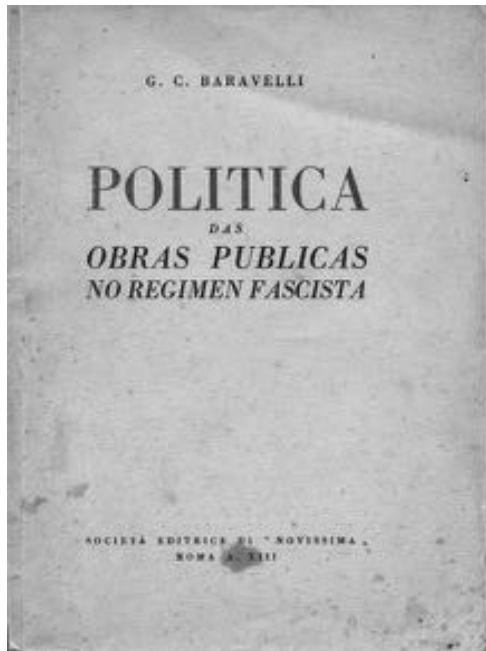
Urban design always mirrors the social model during its emergence. Its image is determined by the political and economic potential of different groups of interest. The opportunity to design this image always played a central role in human history. A moment of powerful government with privileged access to land and economic resources can evoke a strong urban image. Urban design was a popular tool to prove the political power and efficiency of an authoritarian regime. It was the build image of its social-political project to be seen by its people and foreign countries.

The vast redevelopment of Paris under the autocratic reign of Napoleon the 3rd is probably the best-known example.¹ The new townscape reserved for a new *bourgeoisie* was based on brutal slum clearance. According to the international acknowledgement this urban reconstruction was a success. Paris became the role model for other European cities.²

In the early 1930s under the dictatorial regime of Mussolini, Italy too, received considerable recognition for its urban design. In 1933 Patrick Abercrombie acknowledged: “Indeed at the moment Italy is perhaps the most energetic town-planning nation in Europe [...]” Abercrombie already knew Italy's urban design performance from the *International Housing and Town Planning Congress* (IFHTP) hosted in Rome in 1929.³

Congresses and urban design exhibitions but also world exhibitions were successful tools to communicate the urban design ambitions and results of a nation. The international acknowledgement for the broad redevelopment of Paris was also based on its communication via the Paris world exhibitions in 1878, 1889 and 1900.

- 1 Benevolo, Leonardo: *Die Geschichte der Stadt*. Frankfurt 2007 (1983), p. 835.
- 2 Idem, p. 837.
- 3 Bodenschatz, Harald: *Städtebau für Mussolini. Auf der Suche nach der neuen Stadt im faschistischen Italien*. Berlin 2011, p. 8.



The competing pavilions of Nazi Germany and Soviet Russia of the later 1937 exhibition in Paris show the importance for participants to have a strong impact on the overall appearance of the exhibition. The pavilions not only had to communicate the socio-political project of a country but they also had to represent the international role of its country.

The pavilion of the Portuguese authoritarian regime, the *Estado Novo*,⁴ at the 1937 show was relatively small and further stood in the shade of the German pavilion. This image might be misleading. On the one hand it was indeed Germany's intention to gain more influence on Portugal but on the other hand Portugal's regime was able to keep its sovereignty in the competition of political ideologies. Also during the Second World War Portugal's authoritarian regime was able to maintain its political independence by playing-off the warring parties. Even though the belligerent parties largely respected its declared neutrality, both Britain on behalf of the *Allies* and Germany representing the *Axis powers* tried to gain influence on Portugal by using cultural diplomacy.

The touring exhibition *Neue Deutsche Baukunst* which had been shown between 1940 and 1943 in ten European cities and in east Turkey was inaugurated in 1941 in Lisbon under the title *Moderna Arquitectura Alemã*.⁵ The exhibition contained 26 architectural models and 50 photos. It is said that 100.000 people visited the exhibition and that it had to be closed several times due to overcrowding. Germany's big urban design propaganda show was certainly a popular success; even Portugal's dictator Salazar visited it in a personal guided tour.⁶

Rudolf Wolters, commissioned by Albert Speer, organized the exhibition. He mentioned in his travel diary that, few weeks before, England had organized an urban design exhibition in Lisbon too. From his point of view the British had presented small settler dwellings, schools and similar tiny projects, not of interest to the Portuguese public. He was convinced that big, impressive projects like the German had shown were the best propaganda.⁷ Wolters' comments illustrate the importance of both expositions for the German British rivalry.

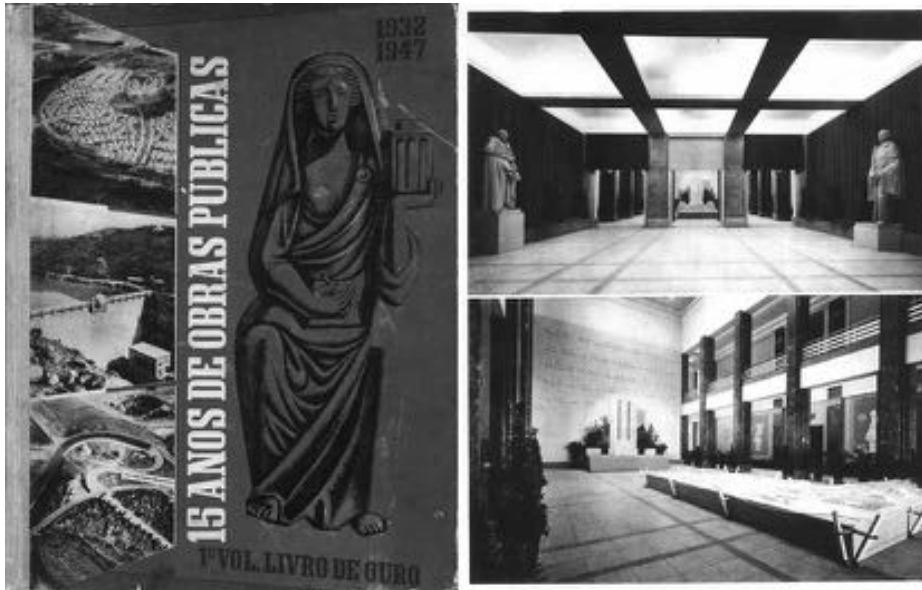
At the same time Germany gained more influence on the organization *International Federation for Housing and Town Planning*. The German Karl Strölin took over the presidency of the federation, which was then based in Brussels and linked to an urban design model promoted by Nazi Germany.⁸

In 1945, when Germany was defeated, Britain regained its influence on the IFHTP, and its headquarter was relocated to London. The statute of the federation was rewritten under the leadership of the board, made up of British citizen exclusively.

- 4 The Estado Novo was the corporatist authoritarian regime installed in Portugal in 1933. On 25 April 1974, the Carnation Revolution overthrew the Estado Novo regime.
- 5 Zech, Ulrike: Die nationalsozialistische Wanderausstellung. Neue Deutsche Baukunst und ihre Rezeption in Portugal (1941). Dissertation. Technische Universität Berlin. 2005, p. 44-45.
- 6 Wolters, Rudolf: Reise nach Lissabon. Berlin 1942, p. 31.
- 7 Idem, p. 32-33.
- 8 Wagner, Phillip: A Transnational Lobby for Postwar Planning? The International Federation for Housing and Town Planning in the 1940s and 50s. Paper. European Association for Urban History. Prag 2012, p. 3. www.academia.edu/1910624/A_Transnational_Lobby_for_Postwar_Planning_The_IFHTP_in_the_1940s_and_50s [26.06.2015]

[Fig. 1] A propaganda booklet of fascist Italy promoting infrastructure and urban design projects. Source: Baravelli, Giulio Cesare: *Politica das Obras Publicas no regimen fascista*. Rome 1935, p. 1, after p. 56

[Fig. 2] Cover of the exhibition catalogue "Moderna Arquitectura Alemã" shown in Lisbon between November 8th and 23rd. The opening of the exhibition had been postponed by a week. Source: Speer, Albert/Troost, Paul Ludwig: *Moderna Arquitectura Alemã: Exposição em Lisboa de 1 a 16 de Novembro de 1941 no Salão das Belas Artes*. Berlin 1941, p. 1



[Fig. 3] Cover of the exhibition catalogue "15 Anos de Obras Públicas" shown in the *Instituto Superior Técnico* between May 28th and November 7th. Source: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (ed.): 15 Anos de Obras Públicas (1932-1947). Volume 1 and 2. Livro de Ouro. Lisbon 1948/1949, p. 1, after p. 41

The new president was George Pepler, a member of the British government. Elisabeth Halton, who later married George Pepler, became honorary secretary and Federic Osborn, a supporter of the new town movement, was made honorary treasurer.⁹

The intention of the new board was to promote British urban design via the federation's global standards for urban planning, that were based on British planning standards. All three, Pepler, Halton and Osborne, were convinced that England's planning theory, its laws and technological standard were the most developed in Europe. The British culture of planning became the term of reference for the federation.¹⁰

In 1946 the first conference of the "*International Federation for Housing and Town Planning*" after the Second World War took place in Hastings and, according to Osborne, was "probably the peak of prestige for British planning". Especially the perception and acceptance of the *advanced* British planning culture was perceived as a success.¹¹

Portugal was not officially participating in the conference but José Júlio Martins Nogueira Soares, the director of the council for urbanization and public works of the municipality of Oporto, was present. In 1947 he published an enthusiastic review of the conference in the municipal magazine "*Civitas*". His conclusion and reform proposals for Portugal appear like a summary of the federation's urban planning theory.¹² In his final remarks he

criticized the official position of the *Estado Novo* not to participate in international planning conferences. He hoped that Portugal would participate in the following conference, but this did not come true.¹³

However, in 1948 the *Estado Novo* organized a public works exhibition on its own. The propaganda show "15 Anos de Obras Públicas" was designed for the Portuguese public and was meant to secure political support by the Portuguese people.¹⁴ The venue of the exhibition was the *Instituto Superior Técnico* in Lisbon. The public work, which was presented, differed widely from what Germany had shown six years before. It rather corresponded with the British urban design show: small settler dwellings, schools and similar small-scale projects – not at all dictatorial triumphal state architecture. The dictatorial element of this show was the urban policy, which provided the frame and land for the shown architecture.¹⁵

The Portuguese propaganda show was accompanied by the "1.º Congresso Nacional de Arquitectura" organized by the *National Syndicate of the Architects*, the governmental organization for Portuguese architects. A *Syndicate* membership was not obligatory to become an architect in Portugal, nevertheless it was expected.¹⁶ And with the public sector as the most important client for the Portuguese architects in the 1930s, 1940s and 1950s, they depended on government's contracts.¹⁷

Despite this economic dependence the First National Congress of Architecture was a critical appraisal of its younger members, addressed to the *Estado Novo*. The congress is characterised by the Portuguese planning historiography as a "triumph of modernity over the academic and traditionalistic tendencies of the pre-war era".¹⁸ The expressed demands for more freedom in planning¹⁹ are seen as political statement. The congress has been interpreted as a demand for "Modern architecture [which] was meant to challenge the political order [...]" in Portugal.²⁰

Even though *Estado Novo's* urban policy was a key instrument of its power, only few contributions were referring to this cornerstone of *Estado Novo's* social control. Most speeches connected the social responsibility of an urban designer with the necessity to use new construction technologies and planning methods.²¹ The expropriation policy of the *Estado Novo*, which was the base for a broad slum clearance in Lisbon and Oporto and catalyser of a vast gentrification program of the inner cities in favour of the middle class, has not been addressed at all.

The First National Congress of Architects is seen as the turning point of the Portuguese planning culture during the *Estado Novo*. And indeed, contrary to its political position before *orgulhosamente sós* (proudly alone), Portugal hosted its first international urban

- 9 Idem, p. 3.
- 10 Idem, p. 4.
- 11 Idem, p. 5.
- 12 Soares, José Júlio Martins Nogueira: Congresso Internacional de Urbanismo e Habitação. In: *Civitas. Revista da Câmara Municipal do Porto I-II-III-IV/1947*, p. 79.
- 13 Ibid., p. 100-101.
- 14 Pereira, Nuno Teotónio: Die Architektur des Regimes 1938-1948. In: Becker, Annette/Tostões, Ana/Wang, Wilfried (ed.): *Architektur im 20. Jahrhundert. Portugal. Ausstellungskatalog. München/New York 1997*, p. 38.
- 15 Cf.: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (ed.): *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947). Volume 1. Livro de Ouro. Lisbon 1948*.
- 16 Cf.: Ribeiro, Ana Isabel de Melo: *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 18963 – 1953. Porto 2002*, p. 125.
- 17 Pereira, Nuno Teotónio: Die Architektur des Regimes 1938-1948. In: Becker, Annette/Tostões, Ana/Wang, Wilfried (Hg.): *Architektur im 20. Jahrhundert. Portugal. Ausstellungskatalog. München/New York 1997*, p. 39.
- 18 Idem, p. 38.
- 19 Idem, p. 39.
- 20 Tostões, Ana: *The City of the 1950s. In: Rassegna 59/1994*, p. 63.
- 21 Losa, Arménio: *Arquitectura e Urbanismo* (p. 125-126); Martins, Luís José Oliveira: *A Arquitectura de hoje e as suas relações com Urbanismo* (p. 156-173); Martins, Luís José Oliveira: *De alguns Factores que intervêm na Limitação do desenvolvimento progressivo da Arquitectura e do Urbanismo* (p. 174-179). In: *Ordem dos Arquitectos* (Hg.): *1. Congresso Nacional de Arquitectura. Lisbon 2008*.



[Fig. 4] Cover of the commemorative edition of the "II Congresso das Capitais do Mundo" which was hosted by the city of Lisbon from October the 12th to the 15th. Source: Câmara Municipal de Lisboa (ed.): Lisboa. II Congresso das Capitais do Mundo. Lisbon 1950, n. p.

[Fig. 5] Cover of the conference reader "XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo" which was held in Lisbon from September the 21st to October the 2nd. Source: Costa, Marques da (ed.). Album do XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo. Lisbon 1952, n. p.

planning conference in 1950, in Lisbon, the "II Congresso das Capitais", the succession of the 1948 "Congrès des capitales" in Paris.

The "II Congrès des capitales" offered Portugal a chance to campaign for international and national recognition of its urban policy. Since the early 1930s French urban designers influenced Lisbon's urban policy, which was a certain guaranty for a positive judgement of the congress members. The conference program and brochures reflect this confidence. Lisbon presented itself as a capital of an empire with a glorious history.²²

Two years later, in 1952, Portugal finally organized a conference as member of the "International Federation for Housing and Town Planning". The situation for Portugal differed a lot from two years ago. Portugal could not be sure if its urban policy would get consent of the participants. Although the conference brochure's structure was similar to the one two years before, the tone of the articles was defensive. They emphasized Portugal's special role in Europe's recent history and defended its own solutions for its housing shortage.²³ Almeida Garrett quoted a decree-law from 1938 at the end of his report: "And again we say: Portugal did not interest itself for foreign solutions, but took its own way on the resolution of this Problem, as it was said by the Portuguese Government in the Preamble of the Law's decree N° 28912."

22 Cf.: Câmara Municipal de Lisboa: Lisboa. II Congresso das Capitais do Mundo. Lisbon 1950.

23 Cf.: Garrett, Francisco Maria das Vitórias de Lencastre de Almeida: The housing problem at Portugal. Lissabon 1952, In: Costa, Marques da (ed.). Album do XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo. Lissabon 1952, n. p.

[Fig. 6] Documentation of the German contribution to the XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, Lisbon (1952)
 Source: Bundesministerium für Wohnungsbau, Bonn (ed.): ite. International Exhibition of Studies Housing and Townplanning. XXI. International Congress for Housing and Townplanning in Lisbon 1952. German Section. Lisbon 1952, without p.



24 Bodenschatz, Harald: Urbanismo, Propaganda y Dictadura. Tres Exposiciones en Lisboa: 1940, 1941 y 1952. Paper. Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, Santiago de Chile 2016. http://media.wix.com/ugd/ea4362_3fe99cb8c2cf-45929fa4da421b621b80.pdf, p. 1037-1044 [28.11.2016].

25 Ibid.

26 Ibid.

27 Geertse, Michel: Defining the Universal City. The International Federation for Housing and Town Planning and Transnational Planning Dialogue 1913-1945. Saarbrücken 2015, pp. 292-293.

While in 1938 the message was addressed to Germany and Italy, in 1952 the recipients was primarily the United States.²⁴

Immediately after the Second World War the United States started to secure its influence on the urban design debate. The States participated in the devastated Europe urban design competitions for new settlements. The competitions were financed by the Marshall Fund, which were administrated by Economic Cooperation Administration (ECA). Exactly these ECA-settlements were the German contribution on the 1952 IFHTP conference in Lisbon. Germany showed small, modest residential buildings and social housing with a distinctive suburban character located on the fringe of German towns. It was the stark opposite of what the people of Lisbon had seen eleven years before.²⁵

With great ambitions the United States gained control over the West-German reconstruction program. Via subsidies, competitions and above all via the control of urban design institutions a new urban design concept had been imposed on Germany. It was a clear statement of the United States to promote Germany's newest urban products in Portugal. Showing the new orientation of the urban development in Germany was meant to clarify the United States' urban design preference.²⁶ During the Cold War the United States ensured its influence on international organisations like the IFHTP. They did not only take influence on the programme the IFHTP also made them move back to Brussels.²⁷

Hence, with the end of World War II and the beginning of the Cold War, Portugal had to adapt its architecture and urban design to the expectation of the victorious powers.

Arquitectura y Estado en España 1950-1975: de la autarquía a la transición

Antonio S. Río Vázquez

La historia de la arquitectura moderna española se desarrolla en dos fases diferenciadas, separadas por la fuerte cesura que supuso la Guerra Civil (1936-1939), tras la cual, y luego de un periodo autárquico de poco más de una década de duración, surge lo que podemos llamar una "recuperación de la modernidad" que se prolonga un cuarto de siglo. El ecuador del siglo veinte trajo consigo una importante renovación abriéndose a las corrientes internacionales y ofreciendo una serie de respuestas a los nuevos programas del Estado asentadas en los principios modernos. Mientras lo político se mantuvo sin grandes cambios durante toda la dictadura de Francisco Franco, las casas sindicales, los gobiernos civiles, los poblados de colonización o las universidades laborales pusieron de manifiesto la recuperación de la modernidad de un modo crítico y reflexivo. Las obras institucionales se extendieron por todo el país, atendiendo a las singularidades locales, hasta el final del Régimen. Analizar el contexto histórico en el que surgieron estas arquitecturas y su evolución permite observar el tránsito desde las aspiraciones modernas aparecidas en la década de los cincuenta hasta la crisis y recuperación disciplinar característica de los años setenta, coincidente con el proceso político de la Transición, donde España deja atrás el Régimen dictatorial y pasa a regirse por la Constitución que restaura la democracia.



El contexto histórico del final de la Autarquía

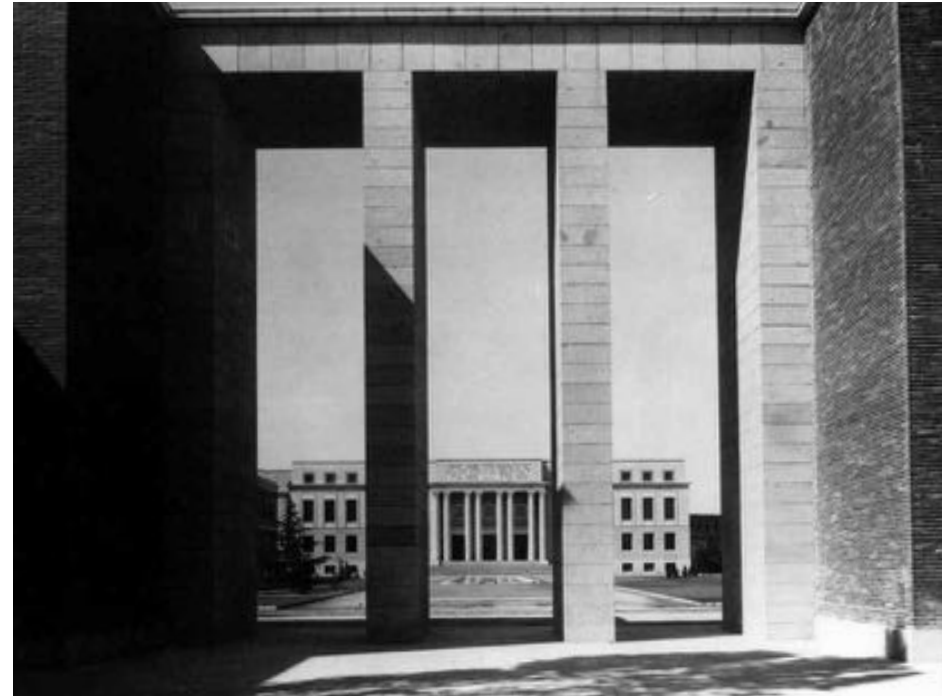
Al comenzar la década de los cincuenta, el Régimen de Franco establecido en España al término de la Guerra Civil había superado las crisis de los primeros años, generadas por dos frentes: el exterior, con riesgo incluso de invasión aliada al acabar la Segunda Guerra Mundial y el interior, con la presión de la guerrilla. La estabilidad que aventuraba la nueva década trajo consigo la necesidad de salir del aislamiento en que se encontraba el país.

Hubo varias razones que contribuyeron a esa apertura, como las firmas del nuevo Concordato con la Santa Sede (1953) y del Pacto con los Estados Unidos (1953), que supuso el predominio de los intereses estratégicos sobre los ideológicos por parte norteamericana, como la utilización conjunta de bases aéreas. A cambio, España obtuvo una ayuda monetaria importante aunque muy inferior a la recibida por otros países en la posguerra mundial —el famoso Plan Marshall—. Un Pacto que no fue evidentemente de igual a igual, dada la situación de debilidad del franquismo.

También contribuyó el declive de la oposición política al Régimen que, perdida la oportunidad de la posguerra mundial, jamás recuperaría posibilidades reales de ocupar el poder hasta la muerte de Franco. El apogeo del Régimen se apreciaba también en lo que respecta a los planteamientos de política económica: durante la década anterior la imagen de España era la de una región eminentemente rural y condenada a una irremediable miseria. Desde 1948 comienza un período de crecimiento, aunque desequilibrado e inflacionario, que le hizo pasar de ser un país agrícola a uno semi-industrial. Solo alrededor de 1952 logró recuperar una situación económica similar a la anterior a la Guerra Civil.

[Fig. 1] Luis Gutiérrez Soto:
Ministerio del Aire, Madrid
(1940-1951)

[Fig. 2] Miguel Fisac: Edificio
central del CSIC, Madrid (1943)



No será hasta finales de los cincuenta —momento en el que España se encuentra en una situación límite a causa de esos desequilibrios—, cuando las ineludibles reformas harán que comience el verdadero avance económico e industrial.

En el mantenimiento del franquismo tuvo un papel decisivo la tenacidad del propio Régimen y el desarrollo de la Guerra Fría. Como ejemplo sirve el caso de la intervención americana en Corea (1950). Tan sólo un día antes de producirse se renovó el acuerdo relativo a las facilidades aéreas concedidas por Franco al final de la Segunda Guerra Mundial a Norteamérica.

España había sido expulsada de los organismos internacionales en la posguerra y del mismo modo, pero a la inversa, fue readmitida en esos mismos organismos. En 1950 quedaron revocadas las recomendaciones incluidas en la resolución de 1946 —donde la Asamblea General de la O.N.U. condenaba el Gobierno de Franco en España—, y fue poco a poco reincorporándose en las agencias de la O.N.U., como la F.A.O. en 1950, en 1951 la Unión Postal internacional y la O.M.S. y la U.N.E.S.C.O. en 1952. El ingreso en la O.N.U. tuvo que esperar hasta diciembre de 1955 para que entrasen a la vez varios países de diferentes significaciones ideológicas —15 naciones en total, incluyendo Portugal—. Esta externalización permitió el comienzo de la proyección hacia Europa y hacia el mundo, y favoreció los intercambios comerciales, los viajes de estudio, el turismo internacional... en definitiva, el movimiento de personas e ideas.

De la Autarquía a la Tecnocracia

Resuelta inicialmente la apertura exterior, el Régimen se centró en resolver los problemas internos. En la segunda mitad de la década de los cincuenta se produce el primer intento de institucionalizar el Régimen. Franco duda entre prescindir o no de la Falange—partido político de ideología fascista útil durante la posguerra por su acercamiento al fascismo italiano y al nazismo alemán—. Los militares y la Iglesia se manifestaron en contra de los intentos de José Luis Arrese —ministro-secretario general la Falange— de monopolizar el Régimen y sus leyes. Luis Carrero Blanco, quien comenzaba a ser el cerebro del franquismo, solicitó finalmente a Franco el cese de Arrese en 1957, pasando la Falange a tener una actuación totalmente secundaria en el devenir del Régimen. Carrero Blanco y su entorno: Ullastres Calvo, Navarro Rubio, López Rodó y López Bravo fueron los denominados “tecnócratas” del Opus Dei que se convirtieron en el centro de la iniciativa política y económica. Dos fueron los nuevos objetivos: el desarrollo económico y la consecución de un Estado social de derecho con instituciones representativas.

A estas alturas del siglo se vio que la política autárquica había fracasado. Las importaciones comenzaron a substituir a la producción nacional dirigida y planificada desde el Instituto Nacional de Industria —que había sido creado con inspiración fascista italiana—. Esta transformación se observó también en las arquitecturas vinculadas al Régimen que se alejaron de los modelos italianos y comenzaron a reincorporar paulatinamente los principios modernos.

El colapso económico y social de 1957

Durante la década de los cuarenta, la política económica seguida por el Régimen había cometido diversos errores: la ideología autárquica no favoreció los intercambios con el exterior y se desconfió de los préstamos de los vencedores de la Guerra Mundial. Se dedicaron muy pocos recursos a la reconstrucción de infraestructuras destruidas durante la Guerra Civil y, por razones de un prestigio mal entendido, se mantuvo un tipo de cambio sobrevaluado que dañaba las exportaciones.

Se establecieron controles a la importación y de racionamiento de divisas, mientras los salarios se mantuvieron en un nivel muy bajo. Se congeló el precio de la electricidad para combatir la inflación y las empresas eléctricas dejaron de invertir. El intervencionismo del I.N.I. en la industria desanimaba y retraía la inversión. Las nuevas empresas requerían permiso estatal para su creación y se restringía la participación extranjera, lo que limitaba la importación de materiales y técnicas. La escasez de divisas era un problema para la importación de petróleo y otras materias primas de las que España no disponía.

A partir de 1950 España comenzó un cambio que le llevó a un indudable crecimiento económico y a un importante empuje industrializador, favoreciendo la apertura al comercio exterior. Se aumentó la importación de bienes de equipo y disminuyó la de alimentos. Esto creó un problema que empujó al Pacto con Estados Unidos que, si por un lado sacaba a España del aislamiento internacional, por otro dotaba al país de las tan necesarias inversiones. Se intentó un proceso de sustitución de importaciones y el destino de capital a la industria aumentó de manera considerable.

Aunque a nivel económico muchas cosas habían mejorado, el sistema seguía lleno de contradicciones: el Estado financiaba la expansión y los pasivos del I.N.I alcanzaron cifras desmesuradas, lo que alimentaba el creciente déficit público; no había suficientes divisas para financiar las importaciones lo que estrangulaba el crecimiento de la industria; la inflación, el tipo de cambio sobrevaluado y la protección nacional hacía poco competitivos los productos españoles para la exportación; los bajos salarios y los altos precios crearon un creciente malestar social y, finalmente, la industria había creado monopolios que hacían de la oferta algo totalmente rígido.



El desarrollismo de los años sesenta

El Plan de Estabilización de 1959 inició una auténtica revolución industrial española y un crecimiento sin precedentes que continuó ininterrumpidamente hasta el año 1973 cuando estalla la llamada crisis del petróleo.

El sector puntero fue el industrial y especialmente los sectores nuevos. Entre las industrias de alto crecimiento destacaron la siderurgia, los automóviles, la construcción naval y el refinado y petroquímicas. Dos hitos del desarrollo y del diseño industrial del momento ejemplifican este progreso: el coche Seat 600 (1955) y la motocicleta Vespa, que se empezó a comercializar en España en 1953, con tres concesionarios abiertos de manera simultánea en Madrid, Barcelona y Vigo.

La liberalización económica que se produjo en los años sesenta en España se unió al auge del momento en la economía mundial, integrándose en el crecimiento que se estaba dando en la mayoría de los países desarrollados.

El I.N.I. siguió favoreciendo determinados monopolios y la intervención en la economía continuó mediante los denominados Polos y Planes de Desarrollo Planes Económico y Social —que suponían ayudas a la instalación de industrias en determinados lugares— u otorgando créditos especiales a la exportación.

En este mundo en desarrollo se produjo también el crecimiento del turismo —de un modo destacado en la costa mediterránea— y la emigración a Europa, muy relevante en regiones como Galicia (el 23% del total nacional, y de procedencia básicamente rural), dos fenómenos sociales que proveyeron de las tan deseadas divisas. Y la entrada de España en el Fondo Monetario Internacional, que se había producido en 1958, financió el desarrollo por medio de préstamos públicos y privados.

La mayoría del dinero procedente de la emigración se utilizó en la adquisición de locales comerciales o viviendas en las ciudades, dejándose llevar por una coyuntura urbanística favorable, y no en la modernización de la industria o la agricultura, con contados ejemplos prácticamente experimentales.

La crisis que se había producido a finales de los cincuenta desembocó en un plan de estabilidad económica con ayuda de los organismos internacionales. En 1959 España envió una carta al F.M.I. —al poco de incorporarse— manifestando su deseo de alinearse con los países occidentales y proceder a una liberalización profunda en línea con las naciones del mundo occidental. El 21 de julio de 1959 se promulgó el Plan de Estabilización y Liberalización Económico. En él se proclamaba la primacía del sector privado y la voluntad de poner fin al intervencionismo estatal —cosa que

[Fig. 3] Luis Moya: Universidad Laboral de Gijón (1946-56)

[Fig. 4] Francisco Cabrero y Rafael de Aburto: Casa Sindical, Madrid (1949-1956)

[Fig. 5] José Luis Fernández del Amo: Poblado de Colonización de Vegaviana, Cáceres (1954)

en realidad sucedió sólo parcialmente como se ha indicado—; un mayor rigor presupuestario; se favorecía la expansión de las inversiones en infraestructuras y servicios; y se realizaba la devaluación de la peseta y la adopción del sistema de cambios fijos creado en Bretton Woods (EE.UU.) en 1944. También se potenciaba la inversión de capitales extranjeros, una amnistía fiscal y se mantenía la congelación salarial.

El problema surgió al intentar la apertura económicamente y no social y políticamente. Comenzaron entonces algaradas estudiantiles y obreras. La oposición social dio alas a la oposición política, especialmente significativa al final del Régimen. Los miembros más jóvenes comenzaron a pensar que una reforma iba a ser inevitable. Son los años del nacimiento de organizaciones sindicales como Comisiones Obreras y de la oposición del Partido Comunista de España en la clandestinidad.

Se intentó entrar en el Mercado Común y éste, aunque firmó acuerdos preferenciales, se negó a aceptar como miembro de pleno derecho a un país no democrático. Los españoles comenzaron a viajar al exterior y sobre todo a recibir un turismo que hablaba de modos de vida diferentes. Esto influiría decisivamente en la mentalidad de la población y la preparó para el cambio que llegaría a mediados de los años setenta.

Interiorización e internacionalización cultural

Joaquín Ruiz-Giménez Cortés, que había sido embajador ante la Santa Sede durante la negociación por el nuevo Concordato (1949-1951) fue nombrado ministro de educación en 1951. Los primeros cincuenta coincidieron con el nacimiento de un puente entre los pensadores de la España de entonces con el exilio y la tradición liberal española. En 1953, Ruíz-Giménez nombró secretario del Consejo de Educación a un joven Manuel Fraga Iribarne quien, después, de 1962 a 1969, sería Ministro de Información y Turismo. En ese periodo se promulgó la Ley de Prensa que eliminaba la censura previa, lo cual fue un hito en la historia del franquismo.

José Luis López-Aranguren, Julián Marías —antiguo alumno y discípulo de Ortega y Gasset— o Enrique Tierno Galván eran algunos de los principales intelectuales de la época en el interior. La controversia alrededor de Ortega y Gasset y su defensa por dichos intelectuales demuestra esa reconstrucción del pasado liberal. A principios de los 60 comienza la recuperación de las culturas de la España periférica con la publicación de escritos y libros en lenguas diferentes al castellano. Sobre la cultura en los cincuenta escribirá Marías: “pienso que no son buenos botánicos los que hablan del *páramo* y se les pasa esta frondosa, esperanzadora vegetación,



[Fig. 6] Alejandro de la Sota:
Gobierno Civil, Tarragona (1956-63)



que pudo brotar en el clima más inhóspito, sin abono, sin cultivo, mientras tantos intentaban simplemente descascarla”.¹

Surgieron revistas intelectuales de interés general como *Atlántida*, *Revista del pensamiento actual* (1963-1972), *Cuadernos para el diálogo* (1963-1976), o la cuarta etapa de *Litoral. Revista de la poesía y el pensamiento* (1968). Se asistió al despegue de las ciencias sociales, por ejemplo la renovación de la Historia según los principios de la escuela francesa de los *Annales* por Jaume Vicens Vives, quien rompió con los planteamientos imperiales de la historiografía oficial. También se produjo un importante cambio en la literatura desde 1950: en el campo narrativo comenzó a recuperarse el realismo cotidiano o histórico. Reapareció la poesía social y de denuncia: Celaya, Otero... Poco a poco, durante los años 50 y, sobre todo, en los 60 España se subió al carro de la cultura internacional y salió de su aislamiento cultural. Manuel Millares y Antoni Tàpies en la pintura, Chillida y Oteiza en escultura, u Oíza y de la Sota en arquitectura son el reflejo de esa internacionalización.

Los años setenta: el final del Régimen

Si el comiendo de la década de los cincuenta trajo consigo la apertura al exterior, coincidente con el inicio de la recuperación moderna en arquitectura, esta apertura se fue desarrollando durante dos décadas, en paralelo a la internacionalización general del país, tanto económica como socialmente. Sin embargo, la apertura política se retrasó hasta la muerte de Franco.

En 1973, con la creación de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, estalló una importante crisis en el suministro. Los miembros de la O.P.E.P. llegaron a un acuerdo para una notable subida del precio del crudo. Este hecho, unido a la gran dependencia que tenía el mundo industrializado del petróleo, provocó un fuerte efecto inflacionista y una fuerte reducción de la actividad económica. En España Franco agonizaba y primaban las decisiones políticas: era necesario evitar los conflictos sociales mientras el retraso pasaba factura económicamente a un país que acabará pagándola ya iniciada la Transición. En noviembre de 1975 falleció Franco y comenzó una nueva época con el reinado de Juan Carlos I y la democracia en España.

¹ Julián Marías Aguilera. “La vegetación del páramo” en: *España. Años 50. Una década de creación*, coord. M. Rodríguez. Málaga: Sociedad Estatal para la Acción Cultural Exterior, 2004, 19

El largo camino hacia la recuperación moderna

La Guerra Civil modificó todos los aspectos de la cultura española, frenando los rumbos de la modernidad que habían brotado pocos años antes e iniciando la *Larga Noche de Piedra* narrada por el poeta gallego Celso Emilio Ferreiro. La arquitectura como realidad y como metáfora está presente en un conjunto de poemas escritos en 1952, con fragmentos como “El edificio”, incluido en el libro diez años más tarde por los problemas con la censura: “En cada piedra sangre, gota a gota / en cada fuste lágrimas y tristeza; / la ira en capiteles, / la estupidez en arcos. / Y encima, en las alturas, / acostada sobre anhelos y esperanzas, / la cariátide sorda presidiendo.”²

Varios arquitectos optaron por el exilio.³ A otros les impusieron sanciones de suspensión del ejercicio profesional, impidiéndoles el desarrollo de su trabajo.⁴ En la mayoría de las regiones, la arquitectura se enfrentó con las condiciones de una periferia empobrecida y aislada. Aunque algunos autores siguieron asumiendo los principios modernos, lo hicieron adhiriendo a ellos la expresión retórica y estilística propia del Régimen, transformándose totalmente el panorama arquitectónico del momento, como describe Oriol Bohigas: “¿Quién quedó en España para luchar contra la imposición de una arquitectura monumentalista, para esforzarse en favor de la modernidad, de la racionalidad, del vanguardismo que el nuevo Régimen declaraba asimilado a la España vencida? No quedó prácticamente nadie y los pocos que quedaron cambiaron radicalmente su arquitectura.”⁵

En efecto, en el clima arquitectónico de la posguerra fue latente la búsqueda de una arquitectura “genuinamente española” combinada con un monumentalismo estatista y el regreso a las formas y los lenguajes clásicos. Esta tendencia se hizo patente en las declaraciones realizadas por Luis Gutiérrez Soto a Juan Daniel Fullaondo en el año 1971: “Lógicamente, al fin de nuestra guerra, a la hora de la reconstrucción, este sentimiento nacionalista y tradicionalista se impuso a toda otra consideración; dos tendencias marcan este período, una se apoya en las tradiciones populares y regionales, en la reconstrucción de pueblos destruidos, y otra, que inspirándose en la arquitectura de los Austrias y de Villanueva, y en el Escorial como precursor de la sencillez, ha de marcar el camino de una arquitectura estatal netamente española, expresión exacta del sentimiento espiritual y político de la nación.”⁶

Nombres como Luis Gutiérrez Soto, de formación ecléctica y que, como señala Antón Capitel⁷, había llegado a personificar en el Madrid de la década anterior a la Guerra Civil la figura más brillante y prolífica de la arquitectura propiamente moderna, representando tanto los convencionales sentimientos conservadores

como la cultura arquitectónica real de su siglo, se plegó completamente a las tendencias historicistas que los importantes arquitectos oficiales propugnan, practicándolas con amplitud en obras como la sede del Ministerio del Aire y siendo así, por su prestigio entre profesionales, el modelo de tantos y el mayor instrumento de convicción al servicio de aquellos arquitectos oficiales.

El anclaje en el pasado se convirtió en el modo predilecto para resolver sobre todo la piel del edificio, tanto en la arquitectura institucional como en la mayor parte de la arquitectura doméstica, hasta mediados de la década de los cincuenta, cuando empezaron a atisbarse las primeras señales de ruptura con esos planteamientos, reincorporando los principios de la modernidad.

Autarquía y apertura arquitectónica

Durante un tiempo se pensó en la década de los cincuenta como el páramo cultural español, una ruina sin más vida intelectual que la refugiada en la diáspora. Hoy sabemos que ese supuesto yermo fue uno de los periodos más fructíferos del siglo pasado en lo que al arte y la cultura se refiere. Los años cincuenta conocieron los primeros destellos de un proceso de cambio que, aunque no afectó a lo político trajo profundas consecuencias económicas, sociales y culturales, que tuvieron continuidad en décadas posteriores, incluyendo el devenir del panorama arquitectónico.

En la arquitectura de los cincuenta comenzaron a aparecer algunos ejemplos aislados que se desligaron de los lenguajes historicistas y reintrodujeron paulatinamente principios modernos como la expresión auténtica de los materiales o la descomposición volumétrica para ajustarse convenientemente al programa funcional.



- 2 Celso Emilio Ferreiro Míguez. “O edificio” en *Longa noite de Pedra*. Vigo: Galaxia, 1962, 21
- 3 Bernardo Giner de los Ríos. *50 años de arquitectura española II (1900-1950)*. Madrid: Adir, 1980, 193-196
- 4 Vid. Begoña Soneira Beloso. *O drama dos arquitectos na guerra civil e no exilio*. Sada: Edicións do Castro, 2006
- 5 Oriol Bohigas Guardiola. *Arquitectura Española de la Segunda República*, Barcelona: Tusquets, 1970, 128
- 6 Juan Daniel Fullaondo Errazu. “Entrevista con Luis Gutiérrez Soto” en: *Arquitectura española contemporánea. Documentos, escritos, testimonios inéditos*, ed. Ángel Urrutia Núñez. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, 238-239
- 7 Antón Capitel. *Arquitectura española años 50 - años 80*. Madrid: MOPU, 1986, 15

[Fig. 7] Rafael Echaide, Rafael de la Joya y César Ortiz-Echague: Sede de SEAT, Barcelona (1957-62)

8 José Ramón Alonso Pereira. *Cinuenta años de vida colegial*. Oviedo: Colegio Oficial de Arquitectos de Asturias, 1982, 44

9 Kenneth Frampton. *Historia de la arquitectura moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998, 275

Los acuerdos con los Estados Unidos y con la Santa Sede devolvieron a España al panorama internacional, trayendo consigo la progresiva recuperación de las experiencias que habían quedado sesgadas por la Guerra Civil y el traspaso entre personas e ideas a través de las fronteras.

Esta reincorporación se hizo en modos y tiempos desiguales por todo el territorio español. En general fue lenta y poco rigurosa, conformando más bien lo que se denomina una “recuperación de la modernidad”, entendida ésta como simplificación y liberación de las formas arquitectónicas, y como medio de abordar con mayor economía y rapidez de ejecución las nuevas viviendas y equipamientos propios de una sociedad de masas en proceso creciente de desarrollo que —aún latente en los años cincuenta— se manifestó abiertamente en la posterior década de la abundancia.

Al darse por finalizada la etapa autárquica, el Estado inauguró una política desarrollista. Para los arquitectos supuso una época de importantes cambios, puesto que se reordenaron las profesiones técnicas y sus correspondientes enseñanzas. En 1952 se declaró abierto el ingreso a las Escuelas, con una visión aperturista que se continuó con la modificación del plan de estudios en 1957 y con el cambio de denominación de las propias Escuelas de “especiales” a “técnicas”, en orden a preparar a los arquitectos para ocupar su puesto entre la nueva tecnocracia del Estado del Desarrollo.⁸

Mientras, en el extranjero, el desarrollo de los Congresos Internacionales de Arquitectura Moderna aportaba críticas y revisiones del Movimiento Moderno. En el VI congreso, celebrado en 1947 en Bridgewater (Inglaterra) se propugnaba superar la esterilidad abstracta de la ciudad funcional declarando que “el objetivo de los CIAM es trabajar para la creación de un entorno físico que satisfaga las necesidades emocionales y materiales de las personas”. Después del VII CIAM (Bergamo, 1949), dedicado a explorar la relación entre el arte y la arquitectura, la revisión crítica de los principios modernos se siguió desarrollando en el VIII CIAM (Hoddesdon, 1951), auspiciado por el grupo MARS, que eligió como argumento del congreso “El corazón de la ciudad”, un tema ya introducido por Giedion, Sert y Leger en su manifiesto de 1943. En el IX CIAM (Aix-en-Provence, 1953), dedicado al hábitat, se produjo la escisión definitiva entre los maestros del Movimiento Moderno y los participantes más jóvenes, al poner en cuestión estos últimos las categorías funcionalistas de la Carta de Atenas. El grupo crítico, encabezado por Alison y Peter Smithson y Aldo van Eyck y conformado, entre otros, por Jaap Bakema, George Candilis, Giancarlo De Carlo y Shadrach Woods fue conocido en adelante como el *Team X*, siendo los encargados de organizar la décima reunión de los CIAM, celebrada en Dubrovnik en 1956.



[Fig. 8] Fernando Higuera y Antonio Miró: Centro de Restauraciones Artísticas, Madrid (1965-67)

10 Max Risselada y Dirk van den Heuvel. *Team 10. In search of a Utopia of the present*. Rotterdam: NAI Publishers, 2005, 43

11 Carlos Flores López. "La superación del movimiento moderno". *Hogar y Arquitectura*, 58 (1965): 241

12 Carlos Flores López. "La arquitectura española 1939-1960", en *Sobre arquitecturas y arquitectos*. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1994, 186

De la reunión interna del grupo celebrada en Doorn (Holanda) entre el 29 y el 31 de enero de 1954 salió como resultado "El manifiesto de Doorn", un texto breve donde se revelaron los intereses del grupo hacia las asociaciones humanas, la vida en comunidad y la relación con el entorno, aspectos inicialmente ignorados por el Movimiento Moderno ortodoxo que son introducidos en el proyecto moderno a partir de su revisión crítica.¹⁰

En general, los arquitectos que comenzaron a trabajar en España a mediados de los cincuenta no participaron a nivel personal de ese clima de debate que se estaba forjando internacionalmente, aunque sí se percibían intereses similares expresados a través de su obra motivados, sobre todo, por las difíciles circunstancias sociales y económicas en las que iniciaron su vida profesional, herederos del clima de posguerra, que fueron mejorando conforme se avanzaba en la década de los sesenta. Esta generación se distinguía de sus antecesores en que no habían pasado por la experiencia autárquica en su ejercicio profesional y se tomaron la recuperación moderna como un objetivo prioritario. La obra autodidacta de casi todos ellos muestra en su eclecticismo las dificultades que hubo de vencer y señala un importante cambio cualitativo. Por ello, aceptando los principios de la modernidad de una manera moderada, lograron otorgarle un valor propio. Su trabajo, sin estar presente en el ambiente cultural generado en torno al Team X, enlazaba claramente con la revisión crítica latente en el debate internacional.

Frente a la posible superación del Movimiento Moderno, se plantea su reinterpretación local y reflexiva, como apunta, en 1965, Carlos Flores desde las páginas de *Hogar y Arquitectura*: "resulta difícil admitir que tal movimiento deba ser "superado" en el sentido en que actualmente se pretende, sino más bien relaborado, revisado y depurado de elementos negativos, procedentes de una fase inicial de su desarrollo, agresiva, polémica y dogmática como suelen serlo todas las fases iniciales en movimientos que pretenden transformaciones drásticas. Esta es la revisión crítica que puede y debe realizarse con las posibilidades de distanciamiento y objetividad que puede otorgar el tiempo transcurrido, pero sintiéndonos, inevitablemente, sucesores de aquel movimiento y marchando, si seguimos una línea honesta, por caminos que en él se iniciaron."¹¹

El regreso definitivo a la modernidad interrumpida

A partir de la década de los cincuenta comenzaron a aflorar varios proyectos donde los principios modernos se manifiestan ya de un modo explícito y, al mismo tiempo, exponen una revisión crítica de la modernidad —esa revisión que se debatía internacionalmente a través de grupos como el Team X— introduciendo aspectos relacionados con la memoria y el lugar o replanteando cuestiones como la imagen colectiva de la institución o el problema de la monumentalidad.

Aunque, en los años cincuenta, los ejemplos son escasos y realizados por unos pocos autores, la renovación arquitectónica se hizo evidente y adquirió un valor propio y característico, como señala Carlos Flores: "Lo cierto es que la actuación de los arquitectos españoles entre 1940-1960 (y especialmente en la segunda de estas décadas) ofrecía unas connotaciones de imaginación, inventiva, diversidad, frescura de ideas, riqueza formal, verdaderamente inusuales dentro del panorama europeo de su tiempo".¹²

Con el cambio de década y la entrada en el "periodo de la abundancia" se multiplican los ejemplos, alentados a partir de 1959 por los sucesivos Planes de Estabilización y Desarrollo Económico, los cuales supusieron la ruptura con la política cerrada y aislada de la Autarquía y posibilitaron el inicio de una época de importante crecimiento económico durante los años sesenta, con el consecuente aumento de los encargos y obras públicas y privadas. A diferencia de la primera modernidad, que se había producido principalmente en las capitales, con escasos ejemplos situados fuera de las urbes, la recuperación moderna proyectó gran parte de sus obras en entornos rurales, pueblos o villas, tanto conjuntos residenciales como equipamientos de tipo docente, asistencial, etc.

La arquitectura se fue desarrollando a lo largo de los sesenta gracias a la aportación de autores pertenecientes a distintas generaciones, que contaron con el apoyo institucional de los diferentes Colegios Oficiales de Arquitectos regionales, y con la creación de nuevas Escuelas de Arquitectura. Así, dos décadas después de aquel nuevo comienzo, se consolidó el proceso de recuperación moderna en España, dejando tras de sí un heterogéneo conjunto de arquitecturas que comparten el ideal teórico de asentarse sobre los principios modernos.

La crisis y revisión disciplinar de los setenta

Tras la Guerra Mundial, el Movimiento Moderno que había sido adoptado por Europa entera, tuvo que enfrentarse a un crecimiento acelerado y un vertiginoso desarrollo edilicio. Pero a fines de los años sesenta, la quiebra en el ritmo de aceleración económica europea —algo más tardío en España— hizo quebrar esa modernidad internacional y dio paso a su crisis, abriéndose un nuevo periodo.

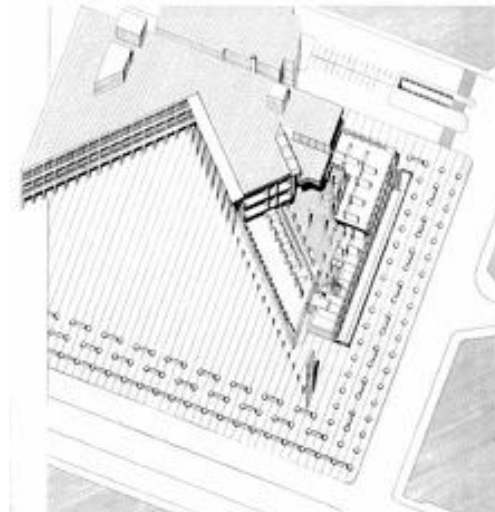
Esta crisis profesional y en cierto modo social, se vio acompañada casi desde sus orígenes por un fuerte proceso de crítica y revisión. Todo un grupo generacional que estaba finalizando o acababa de finalizar sus estudios en Madrid o Barcelona protestó en estos años contra la arquitectura establecida, que intentaron contestar con formas arbitrarias, caprichosas, deliberadamente irracionalistas, con edificios que quisieron despegarse del suelo y presentarse como fragmentarios u organicistas.

Frente a un fuerte proceso de crítica y revisión cultural, que se ha denominado “crisis disciplinar”, se planteó la “recuperación disciplinar”: el reconsiderar la arquitectura como disciplina autónoma a través del análisis tipológico y formal. En *La arquitectura de la ciudad* (1966), Aldo Rossi pretendió hallar la disciplina partiendo del estudio de la ciudad y de sus elementos, recuperando el tema de la forma urbana. En los años setenta, la influencia de Rossi fue dominante en la arquitectura española, prolongándose en la década siguiente y dando lugar a un nuevo periodo arquitectónico, que nace junto al despertar democrático del país.



[Fig. 9] Javier Sáenz de Oiza: Torres Blancas, Madrid (1968)

[Fig. 10] Rafael Moneo: Ayuntamiento de Logroño (1973-76)



Bibliografia

- 15 Anos de Obras Públicas (1932–1947). *Livro de Ouro* (vol. I); *Exposição de Obras Públicas; II Congresso Nacional de Engenharia; II Congresso Nacional de Arquitectura* (vol. II). Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1947.
- Aalto, Alvar. “A Humanização da Arquitectura”, em *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, coord. José Manuel Rodrigues. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2010, 303–5.
- Acciaiuoli, Margarida. *Exposições do Estado Novo, 1934–1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- Acciaiuoli, Margarida. *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. “Restauração e “Celebração”*. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1., Lisboa, 1991 (poli-copiado).
- Afonso, João. “O Encontro Nacional de Arquitectos: Tomar consciência da sociedade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 91, 2010, 27–39.
- Alighieri, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- Baldellou, Miguel Ángel y Capitel, Antón. *Arquitectura española del siglo XX* (Summa Artis tomo 40). Madrid: Espasa-Calpe, 1995.
- Bandeirinha, António. “Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal”. *JA. Jornal dos Arquitectos*, n.º 226 (Março de 2007): 24–29.
- Bandeirinha, António. *Quinas Vivas*. Porto: FAUP, 1996.
- Bandeirinha, José António. “Construir uma política da habitação num contexto adverso. O colóquio de 1969”, em *Habitação para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU e CML, 2013.
- Baptista, Fernando Oliveira. *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- Baptista, Luís. *Cidade e Habitação Social: O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- Baravelli, Giulio Cesare. *Politica das Obras Publicas no regimen fascista*. Rome: 1935.
- Barreto, António. *Portugal, um Retrato Social*. vol. 3. Lisboa: Público – Comunicação Social, S.A., 2007.
- Barros, Afonso de. *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

- Benevolo, Leonardo. *Die Geschichte der Stadt*. Frankfurt: 2007 (1983).
- Bodenschatz, Harald. *Städtebau für Mussolini. Auf der Suche nach der neuen Stadt im faschistischen Italien*. Berlin: 2011.
- Bodenschatz, Harald. *Urbanismo, Propaganda y Dictadura. Tres Exposiciones en Lisboa: 1940, 1941 y 1952*. Santiago de Chile: Primero Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, 2016.
- Boletim do Comissariado do Desemprego*. Lisboa: M.O.P.C. , 1934–1972 (nº 1 a nº 49).
- Brites, Joana. “Entre o poder da arte e a arte do poder: Modernismo versus neoclassicismo monumentalista na arquitectura das décadas de 1920 a 1940?” *Revista Portuguesa de História* t. XXXVII (2005), 411–435
- Brites, Joana. *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929–1970*. Lisboa: Prosafeita, 2014.
- Brito, José Maria Brandão de. *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948–1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- Brugioni, Dino Antonio. *Photo fakery: the history and techniques of photographic deception and manipulation*. Dulles, VA: Brassey’s, 1999.
- Bruschi, Sandro; Lage, Luís. *O desenho das cidades. Moçambique até o Século XXI*. Maputo: Edições FAPF, 2005.
- Bundesministerium für Wohnungsbau, Bonn (ed.): *ite. International Exhibition of Studies Housing and Townplanning. XXI. International Congress for Housing and Townplanning in Lisbon 1952. German Section*. Lisbon: 1952.
- Butlin, Robin Alan, *Geographies of Empire: European Empires and Colonies, c. 1880–1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Câmara Municipal de Lisboa (ed.). *Lisboa. II Congresso das Capitais do Mundo*. Lisbon: 1950.
- Câmara Municipal do Porto (em colaboração do Ministério das Obras Públicas). *Roteiro da exposição de obras públicas da região do Porto*. Porto: Câmara Municipal/Palácio de Cristal, 1949.
- Campos, Vítor; Ferrão, João. *O ordenamento uma perspectiva genealógica do território em Portugal*. ICS WORKING PAPERS, 2015, ISSN 2183–6930.
- Capitel, Antón. *Arquitectura española años 50 – años 80*. Madrid: MOPU, 1986.
- Cardoso, Alexandra; Sales, Fátima; Pimentel, Jorge Cunha (Eds.) *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. Porto: CEAA, 2012.
- Cardoso, José Luís; Ferreira, Nuno Estevão. “A Câmara Corporativa e o Estado Novo em Portugal (1935–1974): competências, interesses e políticas públicas”. A.C. Pinto & F. P. Martinho (Eds.), *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016, 101–127.
- Cardoso, José Luís. “Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico”, em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012, 101–120.
- Carvalho, Rita A. de; Sousa, Paulo Silveira e. “A coordenação territorial do Estado autoritário à democracia. Governos civis, municípios e freguesias (1926–2011)”, em Pedro Tavares de Almeida e P. S. e Sousa (eds.), *Do reino à administração Interna: história de um Ministério (1736–2012)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015, 149–194.
- Castelo, Cláudia. “Developing ‘Portuguese Africa’ in late colonialism: confronting discourses”. Em *Developing Africa: Concepts and practices in 20th century colonialism* org. Joseph Hodge, Gerald Hodl, Martina Kopf. Manchester: Manchester University Press, 2014, 63–86.
- Castelo, Cláudia. *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920–1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 381.
- Castelo, Cláudia; Cardão, Marcos (org.). *Gilberto Freyre: Novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.
- Catroga, Fernando. *A Geografia dos afetos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (Sécs. XIX–XX)*. Coimbra: Almedina, 2014.
- Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (ed.): *15 Anos de Obras Públicas (1932–1947)*. Volume 1 and 2. Livro de Ouro. Lisboa, 1948/1949.
- Costa, Alexandre Alves. “Valores Permanentes da Arquitectura Portuguesa”. *VÉRTICE*, nº19 (1989): 109–111.
- Costa, Sandra Vaz. *O País a Régua e Esquadro – Urbanismo, Arquitetura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2016.
- Cruz, Maria José de Oliveira (coord.). *Planeamento económico em Portugal : 1953–1974. Um acervo histórico*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006.
- Delmas, Bruno. “Donner à l’image et au son le statut de l’écrit: pour une critique diplomatique des documents audiovisuels”. *Bibliothèque de l’École des chartes*, nº161–2 (2003): 553–601.
- Dias Júnior, J.N. Ferreira. *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*. Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1945.
- Curto, Diogo Ramada; N. Domingos; M. B. Jerónimo. “Introdução. Da história de África à história global: problemas e conexões”. Em *Histórias de África, capitalismo, modernidade e globalização*, Ed. F. Cooper Lisboa: Edições 70, 2016, 9–40.
- Duarte, Carlos; Santa-Rita, Daniel. “Bairro Económico da Chamusca – Comentário”. *Arquitectura*, n.º 74 (Março 1962): 51–52.
- Fernandes, Eduardo. “Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna”, em *A Conquista Social do Território. Arquitectura e corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Ferreira, Francisco Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Tenacitas, 2016.
- Fernandes, Eduardo. *A escolha do Porto*. Tese de doutoramento. Guimarães: EAUM, 2011.

- Fernandes, Eduardo; Pereira, Rui. “A dicotomia nacional/estrangeiro na arquitetura portuguesa da primeira metade do século XX: o papel da Exposição do Mundo Português”, em *O Estranho e o Estrangeiro no Teatro. Strangeness and the Stranger in Drama*. Porto: Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto, 2016.
- Fernandes, José Manuel. “Obras públicas” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. II, 1996, 676–679.
- Fernandes, José Manuel. *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003.
- Fernandez, Sergio. *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988.
- Ferreira, Eduardo de Sousa. “A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930–74”. *Análise Social*, vol. XXI, nº85 (1985):83–110.
- Ferreira, Fátima Moura; Mendes, Francisco Azevedo; Pereira, Natália (coord.) *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016.
- Ferreira, Fátima Moura; Pereira, Natália. “Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40”, in F. M. Ferreira, F. A. Mendes, N. Pereira (eds.), *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, Coimbra, Tenacitas, 2016, 13–40.
- Figueiredo, Vítor. *Memória Descritiva do Estudo Base do Conjunto Habitacional de Chelas*. PUC–Zona N2. IHRU/ SIPA, espólio de Vítor Figueiredo, PT VF–TXT 000067.
- Flores, Carlos. *Arquitectura Española Contemporánea (1950–1960)*. Madrid: Aguilar, 1961.
- Flores, Teresa Mendes. “A preto e branco: folheando os relatórios médicos da Diamang”. Em *O império da visão, org Filipa Vicente*. Lisboa: Edições 70, 2015, 223–242.
- Fogu, Claudio. *The Historic Imaginary. Politics of History in Fascist Italy*. Toronto, University of Toronto Press Incorporated, 2003.
- Fragoso, Ana Margarida de Bastos Ambrósio Pessoa. *Formas e expressões da comunicação visual em Portugal. Contributo para o estudo da cultura visual do século XX, através das publicações periódicas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de doutor em design, 2010.
- Frampton, Kenneth. *Modern Architecture – A critical view*. Londres: Thames and Hudson, 1980.
- Freire, Dulce. “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012, 273–302.
- Freire, Dulce. *Portugal e a terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- Freire, Dulce; Ferreira, Nuno Estevão; Rodrigues, Ana Margarida. “Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de Arquivos das Instituições Corporativas (1933–1974)”. *Estudos e Relatórios*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.
- Freyre, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção, 2ª ed.* Lisboa: Livros do Brasil [1953–1959]
- Garrett, Francisco Maria das Vitórias de Lencastre de Almeida. “The housing problem at Portugal. Lissabon 1952”, in Marques da Costa (ed.). *XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo*. Lisboa: 1952.
- Garrido, Álvaro. *Queremos uma Economia Nova! Estado Novo e Corporativismo*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2016.
- Giedion, Siegfried. *Arquitectura e Comunidade*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d.
- Giedion, Sigfried. “The need for a new monumentality”, em *New Architecture and city planning*, edição de Paul Zucker. New York: Philosophical Library, 1944, 549–68.
- Godinho, Januário. “Frank Lloyd Wright”. *Revista Arquitectura*, nº 67 (Abril 1960): 3–7.
- Gombrich, E.H.. “Estilo”, in *Enciclopedia internacional de las ciencias sociales*, David L. Sills (dir.), vol. 4. Madrid: Aguilar, 1979, 497–504.
- Gonçalves, Rogério e Santos, David Sousa. “Entrevista a Vítor Figueiredo”. *D.A.: Documentos de Arquitectura*, nº 2 (Verão 1999): 38–61.
- Graça, Laura Larcher. *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal. Conselho Económico e Social*. Lisboa, 1999.
- Griffin, Roger. *Modernism and fascism: the sense of a beginning under Mussolini and Hitler*. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- Guadet, Julien. *Éléments et Théorie de L’architecture*. II vol., Paris: Librairie de la construction moderne, 1904.
- Guia da Exposição de Obras Públicas, 1932–1947. S.l.: s.n., 1948.
- Herf, Jeffrey. *Reactionary modernism. Technology, culture, and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge: Cambridge University, 1984.
- Instituto Nacional do Trabalho e Previdência: Secção das Casas Económicas, *Bairros de Casas Económicas, 1934–1940*. Lisboa: Instituto Nacional do Trabalho e Previdência: Secção das Casas Económicas, 1940.
- Jaramillo, Jesica. *Casas do povo, casas de pescadores: a dimensão arquitectónica de um organismo para desenvolvimento social*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2012.
- Jaramillo, Jesica; Garrido, Carla. “A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais”, em *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira; Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. “A League of Empires: Imperial Political Imagination and Interwar Internationalisms”. Em *Internationalism, imperialism and the formation of the contemporary world*, org. Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro. London/New York: Palgrave Macmillan, 2017, 87–126.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. *Livros brancos, Almas negras: a “missão civilizadora” do colonialismo português (C. 1870–1930)*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2010.
- Jerónimo, Miguel Bandeira. *O império colonial em questão (Sécs. XIX–XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.

- João, Maria Isabel. *Memória e império comemorações em Portugal (1880–1960)*, Lisbon, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2002.
- Lameira, Gisela; Rocha, Luciana. *Januário Godinho*. Vila do Conde: Verso da História, 2013.
- Langford, Michael. *A fotografia passo a passo. Um curso Completo*. Lisboa: Publiclub, 1980.
- Lauwe, Chombart de. *Des Hommes et des villes*. Paris: Payot, 1965.
- Leal, João. *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2009.
- Lobo, Vasco; Antunes, Alfredo da Mata. *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: Ministério das obras públicas. Direcção Geral dos serviços de urbanização. Centro de estudos de urbanismo, 1960.
- Lopes, Nuno; Mendes, Francisco Azevedo. "Os conselhos superiores judiciais e as inspeções às magistraturas em Portugal (1912–1975). Uma abordagem preliminar", em *Justiça na Res Pública (Sécs. XIX–XX). Vol 1. Estado, Poder Político e Justiças*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e José Viriato Capela. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2011.
- Losa, Arménio. "Arquitectura e Urbanismo", em *Ordem dos Arquitectos (ed.), 1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: 2008, 125–126.
- Lucena, Manuel. "Sobre as federações de grémios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer)". *Análise Social*, vol. XVI (64), 1980, 713–744.
- Lucena, Manuel. *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.
- Lucena, Manuel. *Relatório sobre a Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações*, Arquivo História Social do Instituto de Ciências Sociais – Fundo Manuel Lucena, 1978, Vol. I (a) Parte Geral.
- Mais melhoramentos mais trabalho. Vinte e cinco anos de valorização regional (1928–1953)*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comissariado do Desemprego, 1953, 2 volumes.
- Marques, Luísa Alexandra de Sá. *Habitação de standard mínimo: Percurso na obra de Vítor Figueiredo*. Prova Final de Licenciatura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999.
- Martins, Luís José Oliveira. *A Arquitectura de hoje e as suas relações com Urbanismo*, em *Ordem dos Arquitectos (ed.), 1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: 2008, 156–173.
- Martins, Luís José Oliveira. *De alguns Factores que intervêm na Limitação do desenvolvimento progressivo da Arquitectura e do Urbanismo*, em *Ordem dos Arquitectos (ed.), 1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisbon: 2008, 174–179.
- Melhoramentos em execução e a inaugurar 27 de Abril – 28 de Maio Portugal*: Ministério das Obras Públicas [1962–1968].
- Mello, Duarte Cabral de. "Vitor Figueiredo. La misère du superflu". *AA L'Architecture d'Aujourd'hui Portugal*, nº 185 (Mai/Juin 1976): 30.
- Mendes, Francisco Azevedo. "O Esforço e o Phatos do Estado de Direito em Portugal (1945–1974)", em *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, org. Gladys Sabina Ribeiro, Edson Alvisi Neves e Fátima Moura Ferreira. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, 197–204.
- Ministério das Corporações e Previdência Social. *Fomento da habitação económica: cooperação das instituições de Previdência e das Casas do Povo no fomento da Habitação*. Lisboa: Junta de acção social, 1958.
- Miranda, Elisiário. "Os espaços do Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: representação e modernidade", em *A Conquista Social do Território: arquitetura e corporativismo no Estado Novo*, coord. Fátima Ferreira, Francisco Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenacitas, 2016.
- Miranda, Elisiário. *Liberdade & Ortodoxia: infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951–1964)*. Tese de Doutoramento. Guimarães: MIARQ, 2013.
- Moniz, Gonçalo Canto. "Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30". *DC papels. Revista de crítica arquitectónica*, n.º 13–14 (2005): 68–79.
- Moniz, Gonçalo Canto. "Palácio da Justiça. Porto – MCMLXI Recensão crítica de uma obra intemporal", em *Law and Compassion, Drama and Pity: The search for a common ground (Direito e Compaixão, Teatro e Piedade: A procura de um lugar comum)*, org. Clayton Santos Guimarães, Cristina Marinho, Nuno Pinto Ribeiro. Porto: Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto, 2014, 336–349.
- MOP. *Valorização dos Meios Rurais*. Lisboa: MOP, 1961.
- Mosse, George L. *The Nationalization of the Masses. Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. New York: Howard Ferting, 1974.
- Neto, Maria João Baptista. *Memória Propaganda e Poder. O Restauo dos Monumentos Nacionais (1929–1960)*. Porto: FAUP, 2001.
- Nunes, Ana Bela; Brito, José Maria Brandão de. "Política económica, industrialização e crescimento", em Fernando Rosas (ed.). *Portugal e o Estado Novo (1930–1960)*. Lisboa: Presença 1992, 306–351.
- Nunes, António Manuel. *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Edições Minerva, 2009.
- Núñez, Ángel Urrutia. *Arquitectura española del siglo XX*. Madrid: Cátedra, 1997.
- Ó, Jorge Ramos do. *Os Anos de Ferro. O positivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933–1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- Obras Públicas concluídas em ... MOP*. Lisboa, 1950 A 1971.
- Oliveira, César de; Monteiro, Nuno. *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Oliveira, M. Alves. "República Democrática do Congo". Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição século XXI*, nº25. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 176–184.
- Pato, João Howell. *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)/ICS, 2011.

- Pedreirinho, José Manuel. “Castel-Branco, Duarte de Castro Ataíde”. *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- Pereira, Natália. “Nós, o Povo: As redes das Casas do Povo nos alinhamentos corporativos (1933–1974)”. *Oficina do Historiador*, 9, n.º 2, (2016), 99–118.
- Pereira, Nuno Teotónio. “Arquitectura dos anos 50 em Portugal: alguns tópicos para discussão”. *Arquitectura* n.º 148 (janeiro–fevereiro 1983): 58–61.
- Pereira, Nuno Teotónio. “Cristino, Mestre de uma geração rebelde” em Luís Cristino da Silva [arquitecto], coord. José Manuel Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- Pereira, Nuno Teotónio. “Die Architektur des Regimes 1938–1948”, in Becker, Annette/Tostões, Ana/Wang, Wilfried (ed.): *Architektur im 20. Jahrhundert. Portugal*. Exhibition Catalogue. Munich/New York: 1997, 33–39.
- Pereira, Nuno Teotónio. “Que fazer com estes 50 anos?”. *Jornal Arquitectos*, n.º 186 (Set. 1998): 35–7.
- Pereira, Rui. *A Exposição do Mundo Português e a Expo 98: entre a coincidência e a divergência*. Dissertação de Mestrado, EAUM, 2015.
- Pimenta, Fernando Tavares. *Branco de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900–1961)*, 1ª ed. Coimbra: Minerva, 2005.
- Portas, Nuno. “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, em Bruno Zevi. *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Arcádia, 1970.
- Portas, Nuno. “As duas mãos de Januário Godinho”, em Alexandra Cardoso, Fátima Sales e Jorge Cunha Pimentel, coord. (Eds.) *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. Porto: CEEA, 2012.
- Portas, Nuno. “Januário Godinho”, em FAUP. *Desenho de Arquitectura, Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987.
- Portas, Nuno. “A arquitectura da habitação no Século XX Português”, em *Portugal: Arquitectura do séc. XX*, (ed.), Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, 116–122. München: Prestel, 1997.
- Portas, Nuno. “Evolução da arquitectura moderna em Portugal”. Em *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Nuno Portas, 153–235. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Portas, Nuno. *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 2004.
- Ramos, José Carlos da Costa. “Atlas da Memória e esperança. Sem rima nem razão”. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2014.
- Ramos, Rui (coord). *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- Ramos, Rui Jorge Garcia. *A casa unifamiliar na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004.
- Reinhard, Wolfgang e Sturge, Kate. *A Short History of Colonialism*. Manchester: Manchester University Press, 2011.
- Reis, Bernardo; Monforte, A. “A descoberta do Diamante, evolução da pesquisa e origem dos jazigos diamantíferos em Angola”, *Revista Ciências Geológicas: Ensino, Investigação e a sua História. Geologia das Ilhas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira e Geologia das antigas Colónias*, v. III (2010): 71–76.
- Reis, Bernardo; Monforte, A. “A descoberta do Diamante, evolução da pesquisa e origem dos jazigos diamantíferos em Angola”, *Revista Ciências Geológicas: Ensino, Investigação e a sua História. Geologia das Ilhas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira e Geologia das antigas Colónias*, v. III (2010): 71–76.
- Repositório Temático da Universidade do Porto – ADUP FAUP – Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto (CODA) [1935–1983], *Grémio da Lavoura de Abrantes*, 31/12/1959.
- Ribeiro, Ana Isabel de Melo. *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863 – 1953*. Porto: 2002.
- Ribeiro, Irene. *Raul Lino – Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP, 1994.
- Ribeiro, Margarida Calafate. *Uma História de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- Ritzenthaler, Mary Lynn. *Archives & manuscripts, administration of photographic collections*. Chicago: Society of American Architects, 1984.
- Rodrigues, Maria de Lourdes; Pereira, Sandra. “Congressos de Engenharia”, em Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, II. Venda Nova: Bertrand Editora, 186-188.
- Rosas, Fernando. “Propaganda Nacional e “Política do Espírito””, em *História de Portugal*, coord. José Mattoso (7º volume). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, 292/293.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- Rosas, Fernando. *Salazarismo e fomento económico (1928–1948). O primado político na história económica do Estado Novo*. Lisboa: Notícias, 2000.
- Rosas, Fernando; Garrido, Álvaro (eds). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012.
- S.A Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola. Lisboa: s.n.,1955.
- S.A. “Sede do Grémio da Lavoura de Gondomar”. *Mensagem dos Campos*. Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho. Ano I, n.º 9, setembro de 1954, 9.
- S.A. *Angola Diamond Company*. Lisboa: s.n.,1963.
- S.A. *Suplemento aos Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa: s.n.,1955.
- Salazar, Oliveira. “Discurso de Oliveira Salazar aos Governadores Cívicos e Presidentes dos Municípios a propósito da Exposição de Obras Públicas”, em 29–VIII–1948”, in *Discursos*, vol. 1.
- Sales, Fátima. “Januário Godinho: um património de arquitectura”. *Dunas – Temas e Perspectivas*. Câmara Municipal de Ovar, Divisão da cultura, Biblioteca e Património Histórico. Nº 3 (2003).
- Sales, Fátima. *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa, ou a outra face da modernidade*. Dissertação de Doutoramento. Valladolid: ETSA, 2001.

Sales, Fátima. *Januário Godinho: Arquitectura, Paisagem e Cultura Urbana. Aspectos a reavaliar*. Porto: ESAP, 2005.

Sapega, E. W. *Consensus and Debate in Salazar's Portugal. Visual and Literary Negotiations of the National Text, 1933–1948*. University Park: Pennsylvania State UP, 2008.

Sena, António. *História da Imagem Fotográfica em Portugal 1839–1997*. Porto: Porto Editora, 1988.

Sert, José Luís, Léger, Fernand e Giedion, Siegfried. *Nine Points on Monumentality*. New York, 1943.

Simões, Duarte Nuno. “Sede do Grémio da Lavoura de Abrantes”. *Arquitectura*. N.º 74 (março 1962): 16–22.

Soares, José Júlio Martins Nogueira. “Congresso Internacional de Urbanismo e Habitação”, in *Civitas. Revista da Câmara Municipal do Porto*, I–II–III–IV/1947, 79–101.

Speer, Albert; Troost, Paul Ludwig. *Moderna Arquitectura Alemã: Exposição em Lisboa de 1 a 16 de Novembro de 1941 no Salão das Belas Artes*. Exhibition Catalogue. Berlin: 1941.

Tavares, Ana Paula Ribeiro. “História e Memória. Estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola”. Tese de doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009.

Tavares, André. *Duas obras de Januário Godinho em Ovar*. Porto: Dafne, 2012.

Tavares, Maria. “Habitações Económicas” *Federação de Caixas de Previdência: arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.

Tavares, Maria. “Leituras de um percurso na habitação em Portugal: As habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência.” In *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950–1980*. coord. Nuno Portas, 20–45. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

Torres, Adelino. “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60–70)”. *Análise Social*, vol. XIX, n.º 77–78–79 (1983) 1101–1119.

Tostões, Ana. *Arquitectura moderna e obra global a partir de 1900*. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.

Tostões, Ana. “Arquitectura Teórica – 1940”, em *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, coord. José Manuel Rodrigues. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2010, 301.

Tostões, Ana. “Ministério das Obras Públicas”, em Fernando Rosas e José Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. II, 1996, 585–597.

Tostões, Ana. “Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais”, em Margarida Alçada e Maria Inácia Teles Grilo (coord.), *Caminhos do Património*. Lisboa, DGEMN, 1999, 133–150.

Tostões, Ana. “The City of the 1950s”, in *Rassegna*, 59/1994, 62–71.

Tostões, Ana. *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

Vale, Lawrence J.. *Architecture, power, and national identity*, New Haven/ London, Yale University Press, 1992.

Varanda, Jorge. “Diamang. Retrato visível e oculto da “nona colónia”, *Jornal de Notícias. História*, n.º 8, junho, 2017. Revista: 8–35.

Venâncio, José Carlos. *A dominação colonial: Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

Wagner, Phillip. *A Transnational Lobby for Postwar Planning? The International Federation for Housing and Town Planning in the 1940s and 50s*. European Association for Urban History. Praque: 2012.

Wolters, Rudolf. *Reise nach Lissabon*. Berlin: 1942.

Zech, Ulrike. *Die nationalsozialistische Wanderausstellung. Neue Deutsche Baukunst und ihre Rezeption in Portugal (1941)*. Dissertation. Technische Universität Berlin: 2005.

Fontes digitais

“Álbum da Casa Alvão relativo à Exposição de Obras Públicas da Região do Porto, Palácio de Cristal, a 9 de janeiro de 1949”. Arquivo Histórico do Porto, em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/388858>

Brites, Joana. “Estado Novo, Arquitectura e “Renascimento Nacional””. *Risco: Revista De Pesquisa Em Arquitectura E Urbanismo* (Online), 2017, 15(1), 100–113 <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v15i1p100-113>

Charles Baudelaire. *L'invitation au voyage*. Disponível em: http://poesie.webnet.fr/les-grandsclassiques/poemes/charles_baudelaire/l_invitation_au_voyage.html

Diamang Digital disponível em: <http://www.diamangdigital.net/index.php>

Quinze Anos de Obras Públicas. Portugal, 1948; António Lopes Ribeiro, realizador; Felipe de Solms e Carlos Filipe Ribeiro, diretores de filmagens; Comissão Executiva da Exposição 15 anos de Obras Públicas e colaboração dos serviços do MOPC; Duração 01:21:19, 24 fps; 35mm, PB, com som; ID CP–MC: 7001254. <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1383&type=Video>

Tavares, Emília. “Para uma História da Fotografia Portuguesa entre 1939 e 1970: esboço de uma contextualização”. *PontodeAcesso*, Salvador, v.10, n.3, 37–39, 2016, www.pontodeacesso.ici.ufba.br

Ulrich, Jose Frederico do casal Ribeiro (ulrich_jose_frederico_do_casal_ribeiro.pdf). <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf>

Arquivos

Arquivo da Autoridade para as Condições do Trabalho de Braga – Espólio da Delegação do INTP de Braga.

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Fundo BNU.

Arquivo Histórico Municipal de Famalicão.

Arquivo Municipal Eduardo Campos – Espólio Duarte Castel’Branco.

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Espólio de Vítor Figueiredo, IHRU/ SIPA.

Repositório Temático da Universidade do Porto.

Arquivo da Autoridade para as Condições do Trabalho de Braga – Espólio da Delegação do INTP de Braga.

Arquivo Municipal Eduardo Campos – Espólio Duarte Castel’Branco.

Entrevistas

Francisco José de Castro. Entrevista realizada em 6-11-2009, com registo áudio.

Periódicos

Arquitectura: Revista de Arte e Construção, Lisboa.

Binário: Arquitectura. Construção. Equipamento, Lisboa.

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social (1933-1939).

Boletim dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique. Lourenço Marques.

Boletim Geral das Colónias/ do Ultramar, Lisboa.

Correio do Minho

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Diário de Moçambique, Beira.

Diário do Governo

Jornal de Notícias

Jornal Estrela da Manhã

Jornal Estrela do Minho

Jornal O Século

Moçambique. Documentário Trimestral. Lourenço Marques.

Notícias: Diário da manhã fundado em 1926, Lourenço Marques.

Relatório da Actividade do Ministério das Obras Públicas. Lisboa : M.O.P., 1952-65 e 1967-74.

Sede do Grémio da Lavoura de Gondomar. Mensagem dos Campos. Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho.

Voz da Zambézia. Quelimane.

Biografias

Fátima Moura Ferreira

Professora de História Contemporânea no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Os seus interesses de investigação incidem sobre o campo das representações e práticas sociais. Mais recentemente tem-se dedicado ao estudo da cultura visual como instrumento de materialização ideológica no Estado Novo. Entre as suas publicações recentes destaca a coordenação com Francisco Azevedo Mendes, Natália Pereira e Jorge Mano Torres dos livros *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português* e *Organizar o país de alto a baixo. Políticas de edificação corporativa do Estado Novo Português* (Tenacitas, 2016) e o artigo “Re-reading the Photographic Archive. The Propagandistic Staging of the Portuguese Estado Novo in the Braga District”, com Patricia Leal, a publicar em 2018, no dossier temático *Photography and Dictatorships in the Twentieth Century*, da revista *Journal of Modern European History*.

Eduardo Fernandes

Professor Auxiliar da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e investigador integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Licenciado em Arquitetura pela FAUP em 1992. Mestre em Planeamento do Ambiente Urbano pela FAUP e FEUP em 1998. Doutoramento em Cultura Arquitetónica pela EAUM em 2011, com a tese “A Escolha do Porto, contributos para a actualização de uma ideia de Escola”. Autor de diversos textos publicados sobre a temática da arquitetura portuguesa do século XX (acessíveis em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>).

Antonio Río Vázquez

Professor no Departamento de Composición da Universidade da Coruña. Mestre em Urbanismo e Doutoramento pela Universidade da Coruña. Foi professor convidado em várias Universidades Europeias. O seu campo de investigação centra-se na temática da arquitetura moderna.

Christian von Oppen

Investigador associado do Center for Metropolitan Studies (Technische Universität Berlin); investigador e docente no Bauhaus-Institute for History and Theory of Architecture and Planning in Weimar. Arquitecto, formado em Karlsruhe Berlin e New York. Na sua atividade académica, dedica-se ao estudo da história urbana recente e do desenho urbano contemporâneo. Cofundador do projeto de investigação *Urban Design under Franco and Salazar desenvolvido no Deutsche Forschungsgemeinschaft* (German Research Foundation, DFG). Publicou vários artigos sobre o desenho urbano português durante o Estado Novo.

Elisiário Miranda

Professor Auxiliar da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e investigador integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Frequentou o Curso de Arquitetura da ESBAP (1978-1984). Licenciou-se na FAUP em 1987. Exerceu a profissão liberal no seu escritório (1986-2007) e foi colaborador de Álvaro Siza (1989-1998), entre outros arquitetos. Foi assistente convidado da FAUP (1995-1999) e ingressou na EAUM em 1999, onde atualmente leciona. Em 2005 realizou as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, com o título “Arquitetura e Liturgia em Portugal (1926-1974)”. Em 2013 defendeu a sua dissertação de doutoramento, com o título “Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique, 1951-1964”.

Márcia C. F. Oliveira

Membro Integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) da Universidade do Minho e bolsista de pós-doutoramento da Fundação Carlos Lloyd Braga. Licenciada em História pela Universidade do Minho, Doutorada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade de Évora em 2012, no tema da História do livro, da leitura e bibliotecas. Integrou a equipa de investigação do projeto *História da Universidade do Minho: da criação ao presente. Dinâmicas socio-históricas e expansão da rede universitária portuguesa*, da Fundação Carlos Lloyd Braga. Nesta instituição tem vindo a promover estudos de valorização do património e acervos histórico-culturais de algumas unidades culturais da UM. Os seus atuais interesses de investigação incluem a reflexão sobre o papel e importância das aplicações tecnológicas na fruição da cultura escrita e iconográfica e acervos culturais.

Natália Pereira

Investigadora colaboradora no Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e membro da Rede Internacional NETCOR. Licenciada e Mestre em História, pela Universidade do Minho. Doutoranda em História, na Universidade do Minho, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) [Referência: SFRH/BD/134687/2017]. Tem participado e colaborado em projetos de investigação sobre o século XX português, salientando-se em particular os estudos sobre a experiência social corporativa no norte do País. Entre os estudos publicados, é de destacar a coordenação do livro, juntamente com Fátima Moura Ferreira e Francisco Azevedo Mendes, “A conquista social do território: arquitetura e corporativismo no Estado Novo português”.

Rui Pereira

Bolsista de investigação do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) da Universidade do Minho, no âmbito do NoVOID – Ruínas e terrenos vagos nas cidades portuguesas: explorando a vida obscura dos espaços urbanos abandonados e propostas de planeamento alternativo para a cidade perfurada; um projeto financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (2015), com dissertação intitulada: “Entre a Coincidência e a Divergência: a Exposição do Mundo Português e a Expo '98”. Autor de diversos artigos e comunicações acerca da Arquitetura do Estado Novo e dos fenómenos da Cidade Contemporânea.

Vanda Maldonado

Doutoranda da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho desde 2013 com tese desenvolvida no âmbito da obra de habitação social de Vítor Figueiredo nas décadas de 60 e 70 em Portugal, orientada pelos Professores Eduardo Fernandes e Jorge Spencer. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia desde 2015. Licenciada em arquitetura pelo Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra (2000). Autora de diversos projetos e textos publicados. Finalista do IV Prémio de Arquitectura Ascensores Enor (2009) com a Intervenção no Castelo de Castelo Novo (em coautoria com COMOCO arquitetos).

**Representações de Poder
de Estado em Portugal
e no Império (1950-1974)**

Editores

Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes

Textos por

Antonio Río Vázquez
Christian von Oppen
Eduardo Fernandes
Elisiário Miranda
Fátima Moura Ferreira
Márcia C. F. Oliveira
Natália Pereira
Rui Pereira
Vanda Maldonado

Coordenação editorial

Pedro Baía

Design gráfico

Rita Castilho

Editora

Circo de Ideias -
Associação Cultural
www.circodeideias.pt

1ª edição
2019

Capa

Nuno Oliveira

Impressão e acabamentos

XXXXXXXXXXXX

ISBN

978-989-99184-7-4

Depósito legal

xxx xxx xx

Apoio

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projecto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), refª POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).

